
Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU - 33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas v.35, n.1, jan-jun /2015

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br
Roberto de Sousa Miranda - robertosmiranda@yahoo.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG) *Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG) * Bernard Roux (INRA/Paris) * Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves (UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani (UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG) *Leonilde Sêrvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva (UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de Soler (UFCG) *Olívio Alberto Teixeira (UFS) *Paolas Cappelim Giuliani (UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reis Novais (UFRJ) *Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) *Robério Ferreira dos Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Yasmine Lima

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ronaldo Sarmento de Sales Junior

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.35, n.1, jan-jun /2015 - . -
Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 - .

v.

Semestral

Resumos em *português*, *abstracts in English*

ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330

CDU 338-43 (05)



SUMÁRIO

EDITORIAL

Lauro Mattei

Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar: O Caso Recente do PRONAF no Brasil.. 06

Jan Bitoun, Livia Izabel Bezerra de Miranda

A Tipologia Regional das Ruralidades Brasileiras como Referência Estratégica para a Política de Desenvolvimento Rural..... 21

Rosemberg Batista de Araújo, Sonia Magalhães

O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais em Entre Rios, Piauí: Uma Reflexão Sobre Ação Pública e Resultados 34

Andhressa Heloiza Sawaris Barboza, Sueli Pereira Castro

Aquele que Dizem que Matou: O Acontecimento, o Estranhamento e o Desvelar dos Espaços Sociais de uma Comunidade Pantaneira..... 47

Henrique Carmona Duval, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Sobre o uso da Teoria do Campesinato na Contemporaneidade 62

Vilson Cesar Schenato, Mércia Rejane Rangel Batista

Identidades, Luta pela Terra e Resistência: Exercício Analítico a partir de um Assentamento na Paraíba. 79

Gonzalo Adrian Rojas, Paula Oliveira Adissi

A Criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Um Balanço da Literatura e o Estudo do Caso Pocinhos (PB)..... 93

Marian Sola Álvarez

Resistencia al Modelo Extractivo Exportador: El Valle de Famatina Frente a los Intentos de Explotación Minera a Gran Escala. 109

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

A Política de Saneamento Integrado no Recife: Uma Análise Sobre a Gestão do PT 123

Valdete Boni

O Conceito Clássico de Campesinato e o Movimento de Mulheres Camponesas 132

EDITORIAL

V. 35, N. 1 – janeiro/junho – 2015

Neste primeiro número da Revista Raízes em 2015, apresentamos ao leitor um conjunto de 10 artigos inéditos, que abordam temas diversos, como a clássica discussão sobre o conceito de camponês e as possibilidades de uso deste no momento mais recente das transformações pelas quais passa o mundo rural, discussão presente nos artigos de Henrique Carmona Duval, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, *Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade*; e de Valdete Boni, *O conceito clássico de campesinato e o movimento de mulheres camponesas*.

Adotando a perspectiva mais descritiva e analítica, apresentamos também um bloco de trabalhos que, através da reflexão crítica, valorizam o espaço diverso das políticas públicas engajadas no desenvolvimento do mundo rural e que vão desde a delimitação do espaço social para intervenção até os desafios relacionados ao crédito – PRONAF – e aos projetos – Criação de Territórios - , reflexões presentes nos artigos de Lauro Mattei, *Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do pronaf no Brasil*; de Rosemberg Batista de Araújo e Sonia Magalhães, *O programa nacional de desenvolvimento dos territórios rurais em Entre Rios, Piauí: uma reflexão sobre ação pública e resultados* e de Jan Bitoun e Livia Izabel Bezerra de Miranda, *A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural*.

Privilegiando, na elaboração do texto, uma perspectiva metodológica e analítica de estilo mais processual, a Revista Raízes traz neste número 05 artigos com situações problemas que protagonizam o trabalho etnográfico enquanto um recurso que valoriza o estudo de caso, tanto na reflexão dos processos de criminalização das lutas sociais, como para desvendar códigos sociais que tornam compreensíveis o modo pelo qual os indivíduos e grupos tomam decisões, se posicionam e definem o mundo, são eles os artigos de: Andhressa Heloiza Sawaris Barboza e Sueli Pereira Castro, *Aquele que dizem que matou: o acontecimento, o estranhamento e o desvelar dos espaços sociais de uma comunidade pantaneira*; de Vilson Cesar Schenato e Mércia Rangel Batista, *Identidades, luta pela terra e resistência: exercício analítico a partir de um assentamento na Paraíba*; Gonzalo Adrian Rojas e Paula Oliveira Adissi, *A criminalização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um balanço da literatura e o estudo do caso Pocinhos (PB)*; Marian Sola Álvarez, *Conflictos socioambientales en torno a la megaminería metalífera a cielo abierto. El caso de Famatina, la Rioja, Argentina*; e, Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira, *A política de saneamento integrado no Recife: uma análise sobre a gestão do PT*.

A todos uma boa leitura!

Os Editores

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO RECENTE DO PRONAF NO BRASIL

Lauro Mattei

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no Brasil. Observa-se que o programa se disseminou rapidamente por todas as grandes regiões, encontrando-se atualmente em praticamente todos os municípios do país. Do ponto de vista operacional, o programa concentra-se em quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) Financiamento da produção; b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; d) Financiamento da pesquisa e da extensão rural. Neste artigo as atenções se concentraram na modalidade do financiamento da produção dos agricultores familiares. Dentre os principais resultados observou-se uma expansão do programa para todo o país, acompanhada por aumentos graduais do volume total de recursos do crédito rural. Todavia, verificaram-se problemas operacionais dessa política pública, uma vez que os recursos encontram-se fortemente concentrados na região Sul e no segmento dos agricultores familiares já consolidados.

Palavras-chave: Brasil; Política de Crédito; PRONAF.

PUBLIC POLICIES OF FAMILY FARMING: THE CASE OF THE NATIONAL PROGRAM FOR SUPPORT OF FAMILY FARMING IN BRAZIL

ABSTRACT

The Brazilian Program for Support the Family Farming (PRONAF) was created in 1996 with the objective of expanding the family farming production system in all the Country. This program has spraid along all the national regions being present nowadays in almost all the cities of Brazil. From its operational aspect, that Program focus on four action lines: a) agricultural production credit system; b) municipalities infrastructure financing system; c) professionalization and improving of family farmers; d) research financing system. In this article we pay more attention to the finance system, which one gives the financial support to the family farming production system. Among the main results of our research we point out the program expansion in all country regions, what has been accompanied by a gradual increase in the volume of the available rural credit. However, some operational problems has been observed in this public policy implementing, especially the fact that the financial resources is very concentrated in the South region of the Country, and in the consolidated family farmers' hands.

Keywords: Brazil; Family Farming; PRONAF.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país, se disseminou rapidamente para todas as unidades da federação, sendo que atualmente encontra-se presente em praticamente todos os municípios brasileiros.

Em outra passagem destacamos os fatores que durante a década de 1990 foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural (Mattei, 2005). Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DN-TR/CUT), passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”¹.

Por outro lado, os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA² definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares. É amplamente conhecido que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares acima citadas, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP foi o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores³, sua importância consiste na transição que ali se iniciou em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar de que até aquela data os pequenos agricultores eram enquadrados pelas normas do Manual de Crédito Rural como “mini e pequenos produtores”, levando-os a disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura.

A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n.º 1.946, datado de 28.06.1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que no ano de 1996 foram implementadas apenas as ações relativas ao crédito de custeio. A ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF

1 Essas “Jornadas” eram organizadas, no início, pela CONTAG, CUT Rural e o Movimento dos Sem Terra (MST), e contavam com a participação de todos os demais movimentos sociais rurais.

2 FAO/INCRA, 1994a. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília, FAO/INCRA, 98 p.

FAO/INCRA, 1994b. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasília, FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24 p.

3 Na verdade, o sistema financeiro não está habituado a lidar com esse tipo de cliente, limitando o acesso dos produtores familiares aos recursos disponibilizados para o crédito rural.

ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

Do ponto de vista operacional, o PRONAF concentra-se em quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

A modalidade denominada Financiamento da Produção – que comporta os recursos para custeio e investimentos - está voltada ao apoio financeiro dos agricultores familiares, segundo cinco categorias de beneficiários⁴. Essa categorização decorreu da publicação de um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA⁵, em 1999, que identificou distintos grupos de agricultores familiares, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam apoiar melhor as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

Nos seus quase vinte anos de existência o PRONAF se transformou em uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do pro-

grama nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, que passaram a ser o carro-chefe deste tipo de política agrícola. Nesta curta trajetória do programa foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade deste tipo de política pública, tanto nacional como regionalmente, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizado e das principais categorias de agricultores beneficiadas. Este processo certamente teve efeitos bastante positivos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, particularmente no que diz respeito à participação deste setor na geração de indicadores socioeconômicos do meio rural do país, conforme atestaram diversos estudos e teses acadêmicas.

Diante deste contexto, o presente artigo discute a situação atual do PRONAF, destacando suas principais ações e alguns de seus principais problemas e desafios. Para tanto, o estudo está organizado em três seções, além dessa breve introdução. Na primeira delas sistematiza-se a trajetória institucional do programa, destacando-se as mudanças legais que ocorreram ao longo dos anos. A segunda seção apresenta os principais indicadores de desempenho do programa, chamando atenção para a evolução contínua, especialmente na última década, dos recursos financeiros disponibilizados aos agricultores familiares de todo o país. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações gerais do trabalho, destacando-se alguns dos principais desafios que ainda precisariam ser enfrentados pelo programa.

1. TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E PRINCIPAIS MUDANÇAS DO PROGRAMA

O decreto que criou o programa delimitou o público-alvo de agricultores familiares, a partir dos seguintes critérios:

4 Essas categorias de beneficiários foram definidas pela resolução 2.629, de 10.08.1999, a qual passou a integrar as normas gerais do Manual de Crédito Rural, definidas no capítulo 10.

5 Um primeiro estudo da FAO/INCRA (1994) já havido sido realizado em 1994, constituindo-se em importante referencial para classificação quantitativa dos estabelecimentos considerados familiares. Foi a partir destes trabalhos que se conseguiu sistematizar a separação entre agricultores patronais e familiares.

- 1) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- 2) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- 3) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- 4) utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- 5) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- 6) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

Como dissemos anteriormente, a operacionalidade inicial do programa concentrava-se em quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c) Capacitação e qualificação dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Como o passar dos anos, as fontes de financiamento também foram sendo ampliadas. Além dos recursos do Tesouro Nacional, o BNDES e o Fundo de Amparo ao Trabalha-

dor (FAT) assumiram lugar de destaque na disponibilização de recursos. As outras fontes são os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 para favorecer o desenvolvimento das regiões mais pobres; a Exigibilidade Bancária (percentual de recursos captados pelos bancos comerciais e depositados no Banco Central) e, mais recentemente, os Bancos Cooperativos como o Bansicredi e o Bancoob⁶, que operam com convênios com o Banco do Brasil.

Ao longo do tempo foram sendo realizadas diversas alterações nas regras de funcionamento do programa, destacando-se a ampliação do limite de área para seis módulos fiscais nos sistemas de produção com predomínio da atividade pecuária, bem como a mudança na forma de cálculo da renda bruta dos estabelecimentos com atividades agroindustriais. Essas modificações visavam ampliar ainda mais o número de agricultores familiares que poderia usufruir dos diferentes benefícios do programa, particularmente facilitando as condições de acesso ao crédito aos agricultores familiares que historicamente haviam sido excluídos da política de crédito rural do país.

De um modo geral, pode-se dizer que em sua curta trajetória o programa sofreu diversas alterações de natureza normativa e institucional objetivando o aprimoramento de suas ações, especialmente no que diz respeito ao sistema de financiamento. Assim, é possível agrupar o conjunto dessas mudanças em três fases distintas.

A primeira delas, que compreende o período entre 1996 e 1999, se caracterizou por pequenas alterações nas regras de funcionamento, com redução progressiva das taxas de juros (de 12% ao ano na safra de 1996 para 6,75% ao ano em 1999). Nestes anos iniciais do programa, os esforços governamentais praticamente se concentraram no estabelecimento de mecanismos de financiamentos

⁶ Em 1995, o Conselho Monetário Nacional autorizou a criação de bancos privados de crédito cooperativo. Nos anos seguintes foram constituídos o Banco do Sistema Sicredi S. A. (Bansicredi), com atuação nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o Banco Cooperativo do Brasil S. A. (Bancoob) que, no final do ano 2000, atuava em 14 estados brasileiros (Burigo, 1999; Bittencourt, 2001; Cazella, 2002).

para os agricultores familiares, os quais historicamente eram excluídos do sistema nacional de crédito rural.

A segunda fase, que compreende o período entre 1999 e 2008, pautou-se pela estratificação dos beneficiários, com a adoção de seis diferentes grupos de agricultores familiares, estratificados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Esta mudança faz parte da Resolução 2.629, de 10.08.1999. Nesta Resolução, o Conselho Monetário Nacional alterou o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do país. Com esta nova classificação pretendia-se que as regras de financiamento se tornassem mais adequadas à realidade dos distintos segmentos que compõem o setor da agricultura familiar brasileira.

Assim, até 2008 a agricultura familiar brasileira estava oficialmente segmentada da forma como segue:

Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que passaram a ser atendidos pelo PRONAF. Pelas regras do Plano de Safra 2007/08⁷, esses agricultores podiam financiar até R\$ 16.500,00 para investimentos, com juros de 0,5% ao ano e com prazo de pagamento de 10 anos (com carência de 5 anos). Para agricultores adimplentes foi previsto um bônus (desconto) de 40% sobre o valor financiado.

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual de até R\$ 4.000,00. Os valores dos financiamentos (custeio mais investimento) são limitados em R\$ 1.500,00, com juros de 0,5% ao ano e prazo para pagamento de dois anos, com carência de até 2 anos. Para agricultores adimplentes foi previsto um bônus (desconto) de 25% sobre o valor financiado.

Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 4.000,00 a R\$18.000,00. O financiamento para custeio é

limitado em R\$ 5.000,00, com juros de 3% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Já os financiamentos para investimentos têm limite de R\$ 6.000,00, juros de 2% e o prazo de pagamento de até oito anos, com carência de até 5 anos. Para agricultores adimplentes foi previsto um bônus (desconto) de R\$ 700,00 para valor financiado em investimento e R\$ 200,00 para operações de custeio.

Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento. Os financiamentos de custeio têm limite de R\$ 3.500,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Para agricultores adimplentes foi previsto um bônus (desconto) de R\$ 200,00.

Grupo D: agricultores com renda bruta entre R\$18.000,00 e R\$50.000,00. O financiamento para custeio é limitado em R\$ 10.000,00, com juros de 3% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Já os financiamentos para investimentos têm limite de R\$ 18.000,00, juros de 2% e o prazo de pagamento de até oito anos, com carência de até 5 anos. Não há bônus para agricultores adimplentes.

Grupo E: agricultores com renda bruta anual entre R\$ 50.000,00 e 110.000,00. O financiamento para custeio é limitado em R\$ 28.000,00, com juros de 5,5% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Já os financiamentos para investimentos têm limite de R\$ 36.000,00, juros de 5,5% e prazo de pagamento de até oito anos, com carência de até cinco anos. Não há bônus para agricultores adimplentes.

Essa categorização decorreu da publicação de um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA⁸, em 1999, que sugeriu a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do programa em grupos distintos, de acordo com o nível da renda bruta fami-

7 Para todas as categorias os valores são relativos ao Plano Safra 2007-2008.

8 Um primeiro estudo da FAO/INCRA (1994) se constituiu em um importante referencial para classificação quantitativa dos estabelecimentos considerados familiares. A partir deste trabalho foi possível separar, para fins operacionais, agricultores patronais e agricultores familiares.

liar anual. Essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visavam apoiar mais as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

Posteriormente à adoção da segmentação dos beneficiários, ainda em 1999, foram criadas mais três linhas de crédito especiais para os agricultores familiares dos grupos B, C e D. A primeira foi o chamado crédito rotativo, também conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil. Esse tipo de crédito funciona como um cheque especial em que o agricultor vai utilizando os recursos segundo suas necessidades. A segunda linha de crédito especial é o Integrado Coletivo, destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários do PRONAF. A terceira linha é o PRONAF-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), destinado aos financiamentos de projetos individuais ou coletivos que envolvem ações de infraestrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos, etc.

Além disso, a partir de 1999, com o início do segundo Governo FHC, o PRONAF passou por novas reformulações. Institucionalmente, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde estava vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural, passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA substituiu o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, criado em 1995, tendo antes a condição de Secretaria de Estado⁹.

O MDA passou a abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição encarregada da política fundiária e de assentamentos da reforma agrária e, no lugar da Secretaria de Desenvolvimento Rural, foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional das diversas linhas de ação do PRONAF e demais programas ligados à agricultura familiar brasileira. Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública federal como em sua visibilidade junto à sociedade civil.

Ainda no âmbito institucional, deve-se registrar que uma nova reformulação foi realizada na SAF no início do Governo Lula (ano de 2003), com implicações sobre o PRONAF. No âmbito do MDA foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do PRONAF Infraestrutura e serviços municipais. A partir de então se passou a adotar a lógica do “desenvolvimento territorial” em parte das ações vinculadas a essas secretarias e ao programa de fomento e apoio à agricultura familiar.

Na esfera financeira também foram realizadas diversas mudanças, principalmente no tocante às taxas de juros e às formas de pagamento dos empréstimos bancários. No que diz respeito aos juros, a resolução 2.766 de 2000, do Banco Central atendeu a uma antiga reivindicação dos agricultores familiares, ou seja, a definição de uma taxa fixa. Com isso, verifica-se que houve uma redução progressiva dos encargos financeiros, chegando-se ao estágio atual com taxas de juros que variam entre 1% a 5,5%. Além disso, os prazos e ca-

9 O Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários surge em um contexto de ascendência das lutas sociais no campo e, particularmente, de acirramento da luta pela terra no Brasil. De um lado, a pressão dos pequenos agricultores ligados à CONTAG reivindicando políticas específicas de compensação pela chamada “âncora verde” que a agricultura proporcionara à estabilização de preços no Plano Real, durante o primeiro governo FHC. De outro, o MST amplia sua base social e estende sua esfera de atuação para o estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema), ganhando com isto uma projeção nacional. Mas não se pode negar que os fatos políticos decisivos deste período são os massacres de agricultores sem terra em Corumbiara - Rondônia (agosto de 1995) e Eldorado de Carajás, no sul do Pará (abril de 1996), ambos seguidos de uma “marcha à Brasília”, realizada em abril de 1997, que culminou com um comício que se estima tenha reunido em torno de 100 mil pessoas. Dada à repercussão nacional e internacional destes acontecimentos o governo federal assume uma nova postura em relação ao problema agrário e cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1995 (Carvalho, 2001, p. 203).

rências foram sendo dilatados, conjuntamente com a elevação dos valores dos descontos sobre os valores financiados. Em grande medida, essas modificações visaram atender um número maior de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar nas tomadas de decisões acerca dos rumos da produção agropecuária do país.

Por fim, deve-se mencionar que entre 1999 e 2008 foram criados diversos subprogramas no âmbito do PRONAF, com destaque para: o PRONAF Agroindústria; o PRONAF Agregar, com o objetivo de agregar renda às atividades agropecuárias; o PRONAF Florestal; o PRONAF Alimentos; o PRONAF Pesca; o PRONAF Agroecologia; o PRONAF Turismo Rural; o PRONAF Mulher; o PRONAF Jovem Rural; o PRONAF Semiárido; e o PRONAF máquinas e equipamentos.

A terceira fase compreende o período pós 2008, uma vez que a Resolução 3.559 do CMN, de 28.03.2008, extinguiu as categorias C, D e E para fins de acesso aos mecanismos de financiamento do programa, mantendo apenas os grupos A, B e A/C para fins de enquadramento funcional do PRONAF. Todos os demais beneficiários passaram a ser classificados como uma categoria única denominada de “Agricultores Familiares”. Para ter acesso ao crédito, considera-se a faixa da renda bruta familiar dos últimos 12 meses e o limite de até dois empregados permanentes por unidade de produção.

As taxas de juros, tanto para os créditos de custeio como de investimentos, passaram a ser correlacionadas aos montantes financiados, obedecendo a uma ordem variável a cada safra agrícola, exceto para os grupos A, B, e A/C, que têm uma sistemática própria.

Os financiamentos para o Grupo B (microcrédito) estão limitados – safra 2010/2011¹⁰ - a até R\$ 2.000,00 por operação, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até dois anos. Neste caso, está previsto

um bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 4.000,00 financiados.

Já os financiamentos para o Grupo A são créditos de investimentos limitados a até R\$ 20.000,00 por família, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos três anos de carência. O bônus de adimplência é de 44% sobre o valor de cada parcela paga em seu vencimento.

Os financiamentos para o grupo A/C (assentados que já tiveram crédito de investimento) são créditos de custeio limitados a R\$ 5.000,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de reembolso de dois anos. Este grupo poderá obter até três créditos de custeio antes de migrar para a categoria geral de agricultor familiar.

O custo do crédito de custeio para a categoria geral (agricultores familiares) é de acordo com o montante financiado. Assim, créditos da faixa I (até R\$ 10.000,00) têm uma taxa de juros de 1,5% ao ano; para os créditos da faixa II (de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00) a taxa de juros é de 3% ao ano; enquanto que créditos da faixa III (mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00) a taxa de juros é de 4,5% ao ano.

Essa mesma sistemática é utilizada para os montantes de crédito de investimento para a categoria geral. Assim, créditos de investimento de até R\$ 10.000,00 terão uma taxa de juros de 1,5% ao ano; de mais de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00 taxas de 2% ao ano; enquanto créditos de mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00 terão taxas de juros da ordem de 4% ao ano.

Os créditos de custeio terão um prazo de reembolso de até dois anos, respeitando-se a natureza de cada financiamento. Já os créditos de investimento terão um prazo de reembolso de até oito anos, incluídos até três anos de carência, que poderá ser ampliada até cinco anos, caso o projeto técnico comprove sua necessidade.

10 Todos os valores citados para as demais categorias dizem respeito à safra agrícola 2010/2011.

Com essas mudanças os gestores do PRONAF entenderam que haveria uma simplificação dos financiamentos, tornando o acesso ao programa mais ágil e adequado às necessidades dos agricultores familiares. Além disso, entendiam também que os juros dos financiamentos poderiam se situar em patamares menores, uma vez que eles são definidos a partir dos montantes financiados.

2. EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO PAÍS E NAS GRANDES REGIÕES

Desde sua criação, o PRONAF vem se constituindo no principal programa público de apoio aos agricultores familiares brasileiros, com repercussões positivas, tanto em termos produtivos como em termos sociais. Isso acabou revelando a importância socioeconômica dessa categoria de produtores rurais que até bem recentemente era esquecida por parte do sistema oficial de crédito rural.

A tabela 1 apresenta a evolução dos financiamentos do PRONAF, em termos de número de contrato e do montante de recursos entre 1996 e 2012 (último ano com informações disponíveis). Cabe salientar que a escolha desses anos está relacionada às constantes reformulações do programa desde a sua criação, as quais impactaram na própria dinâmica dessa política pública.

Inicialmente observa-se que o número de contratos apresentou uma evolução considerável entre 1996 e 2000, permanecendo praticamente estagnado e abaixo de um milhão até o ano de 2002. A partir daí o número de contratos passou a crescer fortemente, atingindo seu teto máximo no ano de 2006, quando foram assinados mais de dois milhões e meio de contratos. Desse ano em diante ocorreu uma pequena redução dos contratos de financiamentos, sendo que no último ano do período considerado (2012) os mesmos se situavam em um patamar muito semelhante àquele verificado no ano de 2007, quando se inverteu uma trajetória de crescimento.

Essas informações indicam que efetivamente houve um processo de inclusão de novos agricultores como beneficiários dessa política pública. Em grande medida, isso diz respeito ao cumprimento das promessas do Governo Lula (2002), que a partir de 2003 elegeram o apoio à agricultura familiar como uma das prioridades de sua política de desenvolvimento rural do país.

Em relação ao montante de recursos destinados aos beneficiados por essa política, verifica-se que, diferentemente do número de contratos, a disponibilidade de recursos teve um aumento constante a partir da safra de 2003 até o ano de 2012, quando atingiu seu valor máximo de R\$ 16.4 bilhões, o que significou um crescimento expressivo do total de recursos financeiros disponibilizados.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO CRÉDITO DISPONIBILIZADO PELO PRONAF ENTRE 1996 E 2012

ANOS	Nº DE CONTRATOS	VALOR (R\$ 1,00)
1996	311.406	556.867.943
2000	834.049	1.864.888.674
2006	2.551.497	7.166.030.577
2008	1.550.749	8.664.729.050
2012	1.823.210	16.358.978.153
TOTAL	21.636.779	100.747.235.105

Fonte: BACEN, Anuário Estatístico do Crédito Rural

Em grande parte, o que explica este movimento invertido, ou seja, a ocorrência de uma retração do número de contratos acompanhada por uma expansão do montante de recursos disponibilizado, é o aumento da participação dos grupos de agricultores familiares já consolidados de maior renda (até 2008 classificados como grupos C, D e E e daí em diante chamados genericamente de “agricultores familiares”) como beneficiários prioritários do programa em detrimento dos outros grupos de menor renda. Com isso, é de supor que a categoria atualmente chamada de “agricultores familiares” é aquela que normalmente acessa um volume maior de crédito junto ao sistema financeiro e entidades financeiras que trabalham com o programa em todo o país.

A tabela 2 apresenta a distribuição desses recursos por modalidades de financiamen-

to ao longo de todo o período considerado. Em termos da modalidade “custeio” da safra, nota-se que no ano de 1999, o crédito de custeio respondia por 87% do total de contratos e 82% do volume de recursos disponibilizados, percentuais que foram decrescendo ao longo dos anos. Do ponto de vista do montante total de recursos essa supremacia dos contratos de custeio faz com que os valores desta modalidade superem ao longo de todo o período o volume de crédito para investimento, ressaltando-se que somente a partir da safra 2008/2009 é que passou a ocorrer uma maior aproximação entre as duas modalidades, em termos do total de recursos absorvidos por cada uma delas.

TABELA 2: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DE RECURSOS DO PRONAF POR FINALIDADE DE FINANCIAMENTO

ANO	MODALIDADE	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1,00)
1999	Custeio	690.871	1.463.973.705,98
	Investimento	100.806	312.977.714,07
2006	Custeio	899.348	3.607.376.483,69
	Investimento	1.652.149	3.568.654.093,64
2012	Custeio	658.347	7.441.385.677,01
	Investimento	1.164.860	8.917.592.476,11

Fonte: BACEN- Anuário Estatístico do Crédito Rural

Em termos da modalidade “investimento”, verifica-se que os contratos de crédito dessa modalidade aumentaram consistentemente sua participação, especialmente a partir da safra 2006/2007. Essa inversão pode estar relacionada à melhoria nas condições de oferta do crédito de investimento, tanto em termos dos custos financeiros dos recursos como dos prazos de pagamento.

Uma possível explicação para esse crescimento expressivo da participação do crédito de investimento pode estar relacionada à política geral do Governo Lula, especialmente a partir de 2007/2008, de enfrentamento da crise macroeconômica. Como forma de estímulo à demanda doméstica criou-se, no âmbito do PRONAF, o programa “Mais Alimentos” com o objetivo de expandir a oferta interna de alimentos básicos. Para tanto, ampliou-se o sistema de financiamento de máquinas e equipa-

mentos de pequeno e médio portes também para os agricultores familiares.

Em termos estritamente produtivos essa tendência de mudança na participação das duas modalidades de crédito pode ser considerada positiva. Todavia, deve-se questionar se essa lógica de “modernização da agricultura familiar” não poderia levar à construção de um processo de produção monocultor e excludente no setor da produção familiar de forma semelhante àquele que ocorreu com a agricultura comercial tradicional em períodos anteriores.

Quando se analisa a distribuição regional do programa, fica evidente a sua elevada concentração na região Sul do país, conforme tabela 3. No primeiro ano do programa (1996), esta região concentrava 78% do total de recursos liberados, contra 1% para a região Norte, a menos beneficiada por esta política pública até então. Essa concentração dos recursos verificada nos primeiros anos do programa chegou a ter um processo de descontração, cujo ápice ocorreu no ano de 2006, quando a participação dos três estados do Sul foi reduzida para 41%. Todavia, a partir desse ano houve uma inversão dessa tendência e a concentração voltou a crescer até o último ano da série, quando a região Sul concentrou 50% do total dos recursos disponibilizados.

Diversos estudos (Abramovay & Veiga, 1999; Bastos, 2006; Mattei, 2005, 2008, 2011; Shröder & Souza, 2007, Aquino & Schneider, 2010, 2011) procuram demonstrar que essa distribuição desigual dos recursos regionalmente decorre de um conjunto de problemas associados entre si, destacando-se: as dificuldades de acesso ao crédito diante das exigências do sistema financeiro que operacionaliza o programa; maior presença desse sistema financeiro na região Centro-Sul do país; maior concentração dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar já consolidada no Sul do país; maior presença das grandes agroindústrias, especialmente de suínos, aves, fumo e leite, na região Sul as quais os agricultores são vinculados; baixa inserção produtiva dos agricultores da região Norte e Nordes-

te no contexto geral do país. Além disso, esse fenômeno guarda relações com os diferentes sistemas de produção familiar nas diversas regiões, uma vez que no Centro-Sul do país a maioria dos agricultores familiares já se modernizou e se encontra integrada ao sistema agroindustrial, quesitos que torna esses agricultores o público prioritário para os agentes financeiros que operam o referido programa.

Assim, em termos da distribuição interna no país do montante de recursos disponibilizado pelo programa, nota-se que a concentração na região Sul esteve presente ao longo de todos os anos considerados, embora a grande maioria dos agricultores familiares se localize nas regiões Nordeste e Norte do país. Particularmente em relação à região Nordeste, onde se localizam mais de 50% do total dos estabelecimentos de base familiar do país, verifica-se que a partir de 2006 ocorreu uma drástica redução da participação dessa região no montante total dos recursos disponibilizados. Com isso, no último ano com informações disponíveis (2012) nota-se que a região Nordeste recebeu apenas 15% do total do crédito do programa.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO DO PRONAF (EM %)

REGIÕES	1996	2000	2006	2012
SUL	78	60	41	50
SUDESTE	12	17	19	22
NORDESTE	7	10	26	15
NORTE	1	6	8	7
CENTRO-OESTE	2	7	6	6

Fonte: BACEN, Anuário Estatístico do Crédito Rural

Explorando um pouco mais detalhadamente esse problema da concentração dos recursos em uma determinada região do país, nota-se que os fatores anteriormente mencionados, embora relevantes, não são suficientes para esclarecer totalmente esse fenômeno concentrador do crédito. Por isso, é importante considerar também a concepção do próprio programa. Em primeiro lugar, é de se notar que o programa, embasado também no critério da renda anual dos agricultores familiares, deixou de fora desde o início uma parcela expressiva de agricultores familiares considerada de baixa renda, a qual não se enqua-

drava nas normas institucionais. Essa trajetória foi alterada somente a partir da safra 2000/2001, quando ocorreu uma reclassificação do público beneficiário potencial. Em segundo lugar, deve-se registrar que o viés classificatório obedecia a uma estratégia que priorizava um segmento denominado por Carneiro (2000) de “tipo ideal”, ou seja, aquelas parcelas de agricultores familiares que economicamente eram mais viáveis e com possibilidades de serem transformados, via incorporação de tecnologias, em empresas familiares rurais sustentáveis.

Finalmente, devemos considerar também as alterações recentes, especialmente a partir de 2008, que readequaram o funcionamento do programa em relação à concepção original (Mattei, 2008). Com isso, nota-se que a reclassificação do público beneficiário potencial apresenta um viés claramente favorável ao segmento dos agricultores familiares mais capitalizados e com maiores níveis de renda. Em grande medida, essa opção foi adotada, segundo os órgãos governamentais, para fazer frente à crise econômica visando disponibilizar alimentos em maiores quantidades e a preços mais acessíveis. A concretude dessa estratégia é viabilizada por meio do subprograma “Mais alimentos”, o qual vem ganhando destaque cada vez maior no âmbito geral do PRONAF.

Fazendo valer essa lógica institucional, observa-se também uma forte discrepância em termos do acesso ao crédito por parte das diferentes categorias de agricultores, conforme tabela 4. Como vimos na seção anterior, ocorreram duas reclassificações dos agricultores beneficiários do PRONAF desde sua criação. A primeira em 1999, quando foram criadas seis categorias de agricultores, segmentando bastante o público alvo, especialmente os agricultores considerados mais viáveis (grupos C, D e E). Essas categorias foram reagrupadas em 2008, sendo que a partir de então o programa passou a operar apenas com as quatro categorias descritas pela tabela. Ressalta-se que as categorias A e A/C se referem exclusi-

vamente aos assentados dos programas de reforma agrária.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS DE AGRICULTORES O MONTANTE DE RECURSOS DO PRONAF (EM %)

Grupos	1999	2006	2008	2011
A + A/C	15	7	4	5
B	0	8	5	6
Demais	85	85	91	89

Fonte: SAF-MDA

As informações apresentadas revelam que, paralelamente ao processo de concentração regional, o volume total de recursos também se encontra concentrado na categoria denominada de “agricultores familiares”, na tabela representada pela nomeação “demais” e que corresponde aos grupos anteriormente denominados de C, D e E. Na verdade, nota-se que desde o início do programa existe uma seletividade em termos do público beneficiário, o que vem comprovar a argumentação anterior de que o PRONAF tem certo viés produtivista, o qual acabou ganhando maior consistência exatamente a partir de 2007/2008, quando os recursos passaram a se concentrar cada vez mais no grupo “demais agricultores”.

Essa tendência se solidificou após as mudanças realizadas no programa de crédito para a agricultura familiar no ano de 2008, ao mesmo tempo em que reduziu a participação de outros grupos de agricultores familiares, especialmente dos agricultores beneficiados pelos programas de reforma agrária, que cada vez mais respondem por percentuais menores do crédito rural total.

Do ponto de vista dos recursos disponibilizados pelo programa, verifica-se que os assentados pelo programa de reforma agrária e enquadrados como categoria A e A/C responderam por menos de menos de 5 % do total de recursos aportados ao PRONAF na safra com informações disponíveis¹¹. Essas informações são extremamente relevantes, uma vez que expõem as dificuldades enfrentadas por esse segmento social da agricultura fami-

liar, particularmente em termos da disponibilidade de recursos financeiros quando os mesmos iniciam uma nova forma de organização da produção em terras disponibilizadas pelos programas de reforma agrária.

Além disso, chama atenção também a baixíssima participação dos contratos e do montante de recursos destinado à categoria A/C. Tal categoria, após se instalar nas novas unidades de produção e fazer os investimentos necessários deveria expandir o processo de produção, sendo que isso é feito, normalmente, com apoio do crédito de custeio. É bem provável que o baixo aporte de recursos financeiros desta natureza tenha contribuído para explicar parte dos problemas relacionados aos sistemas produtivos nas áreas de assentamentos de reforma agrária.

Finalmente, o grupo B, que é composto pelos agricultores familiares com baixa renda, apesar de ter expandido sua participação ao longo dos anos, ainda se mantém num patamar extremamente baixo (6% do montante total). Esse aspecto é relevante se levarmos em consideração que nesse grupo localizam-se 55% do total dos estabelecimentos agropecuários familiares do país.

As informações anteriores revelam o impasse do sistema de crédito do PRONAF, uma vez que a parte mais vulnerável da agricultura familiar brasileira, representada aqui pelos grupos A, A+C e B, participa com menos de 11% do total dos recursos disponibilizados, embora represente mais de 70% dos agricultores familiares identificados pelo último Censo Agropecuário do IBGE (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase 20 anos de existência do PRONAF são inegáveis os resultados obtidos pelo programa. Porém, nem todas as inovações que foram introduzidas ao longo desses anos acabaram resultando em uma política que contemple adequadamente todos os seg-

11 Registre-se que a partir de 2011 não estão mais disponíveis as informações estratificadas de acordo com os diferentes grupos de enquadramento do programa.

mentos existentes no âmbito do setor da produção familiar brasileira.

É inegável o fato de que hoje esse programa se traduziu em uma das principais políticas públicas de incentivo e estímulo ao desenvolvimento da produção familiar do país, dando vez e voz a um segmento produtivo da agropecuária brasileira que historicamente foi discriminado e excluído. Registre-se que tal segmento social adquiriu uma importância econômica no período recente, sobretudo ao auxiliar decisivamente na disponibilização de alimentos para fazer frente ao crescimento da demanda na área alimentar.

Nesta lógica, destaca-se também o fato de que o PRONAF é uma política pública que vem sofrendo aperfeiçoamentos administrativos e institucionais sequenciais – conforme mostramos na primeira seção do artigo – no sentido de transformá-la efetivamente em um instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país, dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares na dinâmica produtiva e, por consequência, tornando-os cidadãos brasileiros.

Do ponto de vista dos impactos dessa política pública, inúmeros estudos (IBASE, 1999; FECAM, 2002; Mattei, 2005; MDA/SAF, 2013) comprovaram os efeitos socioeconômicos, seja elevando os níveis de produção do setor familiar, seja aumentando as ocupações e os níveis de renda das comunidades familiares rurais. Além disso, são perceptíveis também os efeitos indiretos do programa sobre o desenvolvimento local, cujos indicadores passam a ser redirecionados por meio dos resultados positivos do programa que vão além da dimensão especificamente agrícola.

Outro aspecto a ser considerado é a rápida espacialização dessa política pública, uma vez que hoje ela se encontra presente em praticamente todos os municípios do país. Com isso, nota-se que as condições de acesso aos recursos financeiros e demais instrumentos do programa vão sendo paulatinamente disponibilizadas para os diversos segmentos que compõem a agricultura familiar brasileira, muito

embora passagens desse artigo tenham revelado a existência de grandes contradições que serão comentadas mais adiante.

Todavia, deve-se registrar que diversos estudos (Wesz, Grisa & Buchweitz, 2014; Aquino, 2009; Aquino & Schneider, 2010; Magalhães & Abramovay, 2006) ressaltaram as lacunas, contradições e problemas ainda presentes nesta política pública, para além dos aspectos estritamente econômicos. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o PRONAF não alterou em quase nada a lógica do modelo agrícola brasileiro. Um olhar mais atento sobre as opções do programa, particularmente no último quinquênio, verificará que as formas de financiamento continuam incentivando a agricultura moderna, especialmente as culturas mais articuladas ao circuito das commodities agropecuárias.

Estudos específicos na região Sul do país, onde se concentra a grande maioria dos recursos financeiros (IBASE, 2006; Toledo, 2009; Gazolla & Schneider, 2013), revelaram que não ocorreu nenhuma alteração da estrutura produtiva regional. Ao contrário, observou-se que o programa atuou no sentido de fortalecer o modelo de agricultura embasado no uso de insumos modernos e na produção de commodities agrícolas integradas ao circuito internacional, especialmente a soja e o milho. O resultado dessa trajetória é a especialização produtiva cada vez maior e a reprodução do processo de exclusão no próprio seio da agricultura familiar, ao se eliminar uma das características fundantes desse sistema de produção: a diversificação das atividades produtivas e das fontes de rendimento.

Esses fatos permitem afirmar que o programa ainda não encontrou sua estrutura ideal, não bastando apenas a continuidade de sua operacionalização. Ao contrário, transcorridos quase 20 anos desde sua criação, observa-se que questões largamente debatidas no período inicial continuam recorrentes e sendo repostas seguidamente na agenda, dada a existência de diversos obstáculos ainda a serem superados. Entendemos que tais obstáculos acabam limitando o programa no sentido

de se tornar uma política pública com capacidade real de alterar os rumos atuais do desenvolvimento agropecuário brasileiro.

Dentre esses obstáculos, destacamos que a lógica da operacionalização financeira do programa continua seguindo as formas do sistema tradicional de crédito rural, tornando-o refém dos interesses dos agentes financeiros. Neste caso, nota-se que pouca coisa mudou ao longo do tempo, uma vez que os bancos continuam trabalhando com seus clientes preferenciais, o que acaba dificultando e limitando o acesso às diferentes modalidades de crédito por parte de todos os segmentos de agricultores familiares. Em grande medida isso ocorre porque parte das discussões sobre o programa – especialmente no âmbito institucional – fica restrita às taxas de juros e ao volume de recursos disponibilizados a cada nova safra.

Neste caso, convém registrar que o risco do financiamento para as categorias de agricultores familiares mais vulneráveis não pode ser motivo para a prática seletiva, uma vez que o Governo Federal remunera o sistema bancário através do pagamento dos custos administrativos de cada operação contratual, além da equalização da taxa de juros e do pagamento do *spread* bancário.

Outro aspecto sequencialmente debatido pela literatura especializada é o fato da concentração excessiva do programa nas três unidades da federação que compõem a região Sul do país. As informações apresentadas e analisadas na segunda seção desse estudo revelaram que o problema da excessiva concentração de recursos nessa região voltou à cena, tendo em vista que a partir do ano de 2006 foi revertida a tendência de distribuição mais homogênea dos recursos em todo território nacional. Com isso, nota-se que nas quatro últimas safras grande parte dos recursos voltou a se concentrar nas unidades da federação sulistas, região onde a agricultura familiar está mais integrada ao processo de produção agroindustrial e ao circuito de commodities.

Além do aspecto da concentração regional dos recursos, observou-se também a

existência de uma forte concentração dos recursos financeiros em determinados segmentos específicos de agricultores familiares. Neste caso, penaliza-se outros segmentos de produtores, particularmente aqueles que estão em processo inicial de instalação e estruturação de suas unidades de produção, como é o caso das categorias A e A/C, bem como aquele setor que já está há mais tempo no processo produtivo e que se encontra pouco capitalizado e com baixa capacidade produtiva, caso típico do segmento enquadrado como grupo B.

Desta forma, concluímos que as inovações efetivamente realizadas pelo programa não foram suficientes para construir as bases de uma mudança mais consistente no meio rural, seja em termos do modelo de produção, seja em termos do conjunto de segmentos que compõem o guarda-chuva chamado “agricultura familiar”. Neste sentido, entendemos que diversas limitações apontadas por esse estudo tranquilamente poderiam ser superadas, caso as intervenções institucionais e governamentais fossem mais qualificadas e tivessem como premissa os elementos centrais de um modelo de desenvolvimento rural amparado na sustentabilidade econômica, social e ambiental em contraposição aos valores do modelo dominante de produção agropecuária. Tal modelo, em tempos anteriores, excluía todos os agricultores familiares da política de crédito. No tempo presente, a lógica operacional do PRONAF, associada aos interesses bancários, acaba servindo de instrumento de exclusão de importantes segmentos da própria agricultura familiar e de fortalecimento desse próprio modelo dominante.

Recebido em: 05/03/2015

Aprovado em: 11/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. & DA VEIGA, J. E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do PRONAF*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão nº 641, 1998.

- AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Anais... do 47º Congresso da SOBER*. Porto Alegre/RS: SOBER, 2009. (CD-ROM).
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. *Anais... da Iª Conferência nacional de políticas públicas contra a pobreza e desigualdade*. Natal/RN: DPP/UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>>.
- BASTOS, F. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH - UNICAMP, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Anuário estatístico do crédito rural: 1999-2012*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/re/rural>>.
- BELIK, W. *PRONAF: avaliação da operacionalização do programa*. Campinas, 1999, 32p.
- CARNEIRO, M. J. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.
- CAZELLA, A.A.; DELGADO, N.; MATTEI, L. A gestão do Pronaf-infraestrutura e serviços pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural: evidência sobre o estado de Santa Catarina. *Anais... do XL Congresso da SOBER*. Passo Fundo: Sober, 2002.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. *Quem produz o que no campo: quanto e onde*. Brasília, CNA, 2004 (Coletânea Estudos Gleba, 34).
- DA SILVA, E. R. A. *Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período de 1995/1998*. Brasília: IPEA, 1999, 45p.
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FECAMP. *Estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF*. Campinas, out. 2002. (Convênio PCT/IICA-FECAMP).
- GASQUES, J. G. & VILLA VERDE, C. M. (1990). *Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta*. Agricultura em São Paulo. São Paulo, 37(1): 183, 204.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf Crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul*. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba (SP), v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- GUANZIROLI, C. E. *PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v. 45, n. 2, p.301-328, abr./jun. 2007.
- IBASE. *Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná*. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA>.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Novo retrato da Agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, Fevereiro de 2000.
- MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. *Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B*. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.
- MATTEI, L. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (NEAD Estudos, 11).
- MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA, 2006. (NEAD Estudos, 12).
- MATTEI, L. *Mudanças nas regras de financiamento do PRONAF*. Artigos mensais OPPA. Rio de Janeiro/UFRRJ/CPDA, n. 17, p. 1-4, mar. 2008.
- MATTEI, L. *Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010*. *Anais... do 49º Congresso da SOBER*. Belo Horizonte/MG.: SOBER, 2011. (CD-ROM).
- PICOLOTTO, E. L. *Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média*

rural. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano XI, n. 128, p. 158-167, jan./2012.

PIRES, M. J. S. *Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do PRONAF de 2000 a 2010*. Brasília: IPEA, 2013. (Texto p/ Discussão N.º 1914).

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. *Banco de dados de diversos anos*. www.mda.gov.br.

SCHRÖDER, M.; SOUZA, I. C. *Agricultores pobres e acesso ao PRONAF: a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública*. Anais do encontro anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2007.

SOUZA, P. M. et al. *Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999-2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos*. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba (SP), v. 51, n. 2, p. 237-254, abr./jun. 2013.

TOLEDO, E. N. B. *O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito*. Porto Alegre, 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

VEIGA, J. E; ABRAMOVAY, R. *Análise da inserção do Pronaf na política agrícola: primeiro relatório*. São Paulo: convênio IPEA/FIPE 07/97, 1997, 30p.

WESZ JR., V.; GRISA, C.; BUCHWEITZ, V. D. *O desempenho do PRONAF no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas*. In: Anais do 52º Congresso da SOBER. Goiânia (GO): SOBER, 2014.

A TIPOLOGIA REGIONAL DAS RURALIDADES BRASILEIRAS COMO REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Jan Bitoun, Livia Izabel Bezerra de Miranda

RESUMO

O presente artigo se baseia no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014). Apresenta uma tipologia dos espaços rurais brasileiros, construída a partir de uma abordagem multidimensional, subsidiada por experiências internacionais, de países similares ao Brasil, no que se refere aos níveis de urbanização e industrialização. O artigo apresenta alguns resultados do estudo que objetiva auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que considerem a diversidade do território nacional e de suas ruralidades, uma vez que este é um complexo desafio para os formuladores de políticas públicas e gestores preocupados com o planejamento territorial.

Palavras-chaves: Tipologias; Espaços Rurais; Planejamento Territorial.

THE REGIONAL TYPOLOGY OF BRAZILIAN RURALITIES AS STRATEGIC REFERENCE FOR THE RURAL DEVELOPMENT POLICY

ABSTRACT

This article is referenced in the collective work of researchers who participated in the study “Rethinking Rural Policy Concept in Brazil: implications for public policies”, coordinated by the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA) and financed by the Ministry of Agrarian Development (2014). It presents a typology of Brazilian rural areas, constructed from a multi-dimensional approach, supported by international experiences of similar Countries to Brazil in reference to levels of urbanization and industrialization. The study aims to assist the formulation of public rural development policies that consider the diversity of the Country and its rurality, one of the complex challenges public policy makers and managers concerned with territorial planning have to face.

Key-words: Typologies; Rural Spaces; Territorial Planning

Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço, professor na Universidade Federal de Pernambuco, PPGEO, jbitoun@terra.com.br

Doutora em Desenvolvimento Urbano, Professora na Universidade Federal de Campina Grande, PPGECA, liviaibmiranda@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões aqui apresentadas referenciam-se no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano para Cooperação (II-CA e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014)¹. Pautado pelo desafio de pensar a dimensão que se deve atribuir ao rural no Brasil atual, o estudo buscou romper com a visão consolidada de rural, classicamente associada ao espaço da produção. Propôs caracterizar os espaços rurais a partir de uma abordagem multidimensional, sintonizada com a heterogeneidade característica do território brasileiro. Para tanto foram consideradas, metodologias de experiências internacionais, condicionantes físico-ambientais e algumas dimensões caracterizadas por atributos (habitat, trabalho e condições de vida, dinâmicas recentes) para propor uma tipificação regionalizada dos espaços rurais na atualidade. Essas tipologias foram a base para observar as políticas públicas (sobretudo as voltadas a promover o desenvolvimento rural). O estudo buscou, ainda, subsídios nas bases legais vigentes no país, visando realçar possíveis atualizações da definição do rural brasileiro, na perspectiva de avançar numa proposta de agenda para o futuro.

Aqui apresentamos as dimensões da construção da Tipologia das Ruralidades Brasileiras (Bitoun et al., 2014). No momento atual, quando se reconfiguram e se revalorizam as representações sociais do rural e do urbano, a Tipologia se configura como uma representação em escala intermediária da diversidade do território nacional, enfocada a partir do seu mundo rural. Essa representação,

dividiu o Brasil em 26 Tipos Regionalizados e buscou incorporar dimensões que permitissem subsidiar nas políticas públicas: i) da revalorização das representações sociais do rural, ressaltando sua diversidade no contexto da urbanização extensiva; ii) da nova consciência ambiental e da emergência de múltiplos sujeitos coletivos e individuais nos campos e nas florestas que, desde algumas décadas, procuram ser ativos protagonistas na definição e implementação de políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural.

O estudo procurou assumir premissas sobre o rural e as ruralidades brasileiras que são, em grande medida, contrapontos às generalizações que anunciam um Brasil cada vez mais urbano. Como afirmam Wanderley e Favareto (2013, p. 415), “(...) o rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independentemente do tempo e do lugar.” Nessa perspectiva, a elaboração de políticas públicas não pode ser somente um exercício técnico, demanda a adequação de critérios técnicos à singularidade do território brasileiro, permeado fortemente por interdependências do rural com o urbano e com outras esferas da vida social.

A grande heterogeneidade e dinâmicas (para dar conta do tempo) e a diversidade das ruralidades são outras premissas centrais. Estão presentes em diferentes escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social em diversas escalas de observação e de vida. Evidenciar essa diversidade pressupõe encontrar uma escala geográfica intermediária que seja mais ampla do que os municípios e menor do que as grandes regiões brasileiras definidas pelo IBGE. A heterogeneidade e a diversidade são características do território brasileiro e decorrem de

1 Este artigo está baseado no relatório técnico: Tipologia Classificação das Ruralidades Brasileiras, desenvolvido pela Equipe: Jan Bitoun e Lívia Izabel Bezerra de Miranda (Coordenadores); Fernando Ramalho Gameleira Soares (Banco de Dados Geográfico e Cartografia); Maria Rejane Souza de Britto Lyra (Análises Multivariadas e Demográficas); Jeremias Silva Cavalcanti (Análise da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – 1957/1960) e no Texto de referência: Brasil: um novo olhar sobre o rural e seus desafios, coordenado pela professora e Tania Bacelar de Araújo, com coautoria de: Arilson Favoreto, Cátia Grisa, Cláudia Job, Humberto Oliveira, Jan Bitoun, Karina Kato, Leonilde Medeiros, Lívia Miranda, Maria Lucila Bezerra, Maria Nazaré Wanderley, Mariana Trotta, Nelson Delgado, Sergio Pereira Leite, Silvia Zimmermann. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>

diferentes condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das opções ideológicas do desenvolvimento nacional. As transformações econômicas recentes têm impactado o formato de desenvolvimento agropecuário, industrial e de serviços, no entanto, a maioria dos planos e políticas de desenvolvimento estão formatados sem considerar a heterogeneidade de intra-regional.

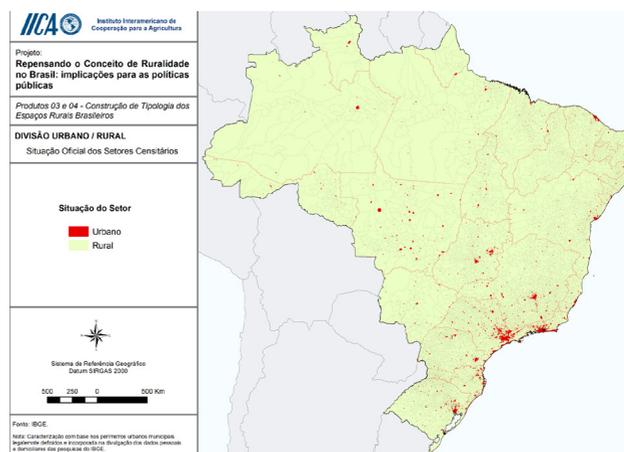
As formas de regulação territorial do rural brasileiro caracterizam-se pelo vazio institucional, fator que se explica em grande medida pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro, como mais uma vez afirmam Wanderley e Favareto (2013, p. 416). A persistência dos espaços rurais na trajetória da urbanização brasileira ressalta sua importância para a economia, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. No entanto, os espaços rurais são pouco regulados. Para a economia é bem evidente... para a coesão social e sustentabilidade ambiental, tenho dúvidas. Nesse âmbito, há inclusive sobreposição de competências constitucionais como aponta Saule Jr. (2009).

O artigo, aqui apresentado, está estruturado em duas partes: na primeira resgata-se a discussão conceitual sobre o rural brasileiro na busca de construir uma concepção menos produtivista desse universo e apresenta-se um ensaio baseado em uma proposta de classificação menos dicotômica entre o rural e o urbano. Essa proposta está embasada em experiências internacionais notadamente latino americanas e europeias; na segunda parte expõe-se a proposta metodológica para a construção da Tipologia dos Espaços Rurais e comenta-se os seus resultados mais gerais visando caracterizar 26 grandes tipos intermediários onde se situam diferentes rurais existentes no território nacional; e, por fim observa-se, ainda que de maneira preliminar, alguns desafios para a associação da dimensão rural na estruturação de políticas de desenvolvimento territorial (urbano, rural, regional) no Brasil.

1. BASES CONCEITUAIS E METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DOS ESPAÇOS RURAIS NO BRASIL

A proposta de Tipologia dos Espaços Rurais no Brasil enfocou duas questões principais: a primeira buscou referendar as teses que dizem respeito a dimensão real do rural brasileiro nos tempos atuais; e, a segunda investigou como este rural se expressa no amplo e diferenciado território do país. Para tanto assumiu uma concepção não produtivista em que a ruralidade é entendida a partir da forma como se organiza a vida social, considerando: o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: *física* (ocupação do território e os seus símbolos), *do vivido* (particularidades do modo de vida e referência identitária) e *lugar de onde se vê e se vive o mundo* (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Araújo et al., 2014). O rural que resulta da associação institucional com o perímetro urbano municipal é um retrato distorcido desse universo no território nacional como mostra a Figura 1.

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO URBANO E DO RURAL NO BRASIL



Uma reavaliação do peso do Brasil rural se faz necessário posto que a subestimação

na contagem populacional impacta tanto no imaginário da sociedade – que se supõe mais urbana do que realmente é – como influencia no desenho de muitas políticas públicas. O estudo ressalta que o redimensionamento para maior representação do Brasil rural não implica em redefinir as práticas censitárias cuja continuidade permite garantir a comparação em série histórica, mas permite libertar os planejadores e operadores de políticas públicas da dependência exclusiva da representação instituída pelas leis municipais dos perímetros urbanos e aproximar a representação do rural no Brasil de práticas vigentes no ambiente mundial, além de chegar mais perto da riqueza e da vitalidade do rural brasileiro.

Na proposição de uma nova caracterização para o rural brasileiro, partiu-se da experiência internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE na construção de tipologias para os espaços rurais europeus. Ao longo dos últimos vinte anos a metodologia vem sendo aperfeiçoada. Nas primeiras experiências (1994) utilizou-se a densidade demográfica para classificar as regiões como rurais ou urbanas. Em 2005, associou-se o critério de tamanho dos centros urbanos e mais tarde (2011) foram consideradas as influências da distância a um centro urbano. Com tais avanços conceituais, a OCDE passou a classificar as áreas rurais distinguindo as que se encontram *isoladas* das que se situam *próximas* a centros urbanos onde as populações rurais acessam serviços ou mesmo trabalham, resultando na seguinte classificação: i) Regiões predominantemente urbanas; ii) Regiões intermediárias *próximas* de uma cidade; iii) Regiões intermediárias *isoladas*; iv) Regiões predominantemente rurais *próximas* de uma cidade e v) Regiões predominantemente rurais *isoladas*.

Considerando o conjunto dos critérios da OCDE e com base no acervo do Banco de Dados Geográfico reunido para o estudo, buscou-se classificar as áreas rurais para o caso brasileiro, adotando-se alguns procedimentos metodológicos considerando as bases de dados acessíveis no momento do estu-

do no Brasil. Optou-se por utilizar a unidade espacial municipal para identificar os espaços urbanos e rurais, e não as microrregiões legalmente institucionalizadas. Esta opção justifica-se porque a forma de delimitação das microrregiões brasileiras pelo IBGE, na década de 50, consideraram uma metodologia de região geográfica ou humana, com maior ênfase no quadro natural, sem incorporar as centralidades urbanas como critério fundamental. Embora se tenha utilizado o recorte municipal como unidade territorial, buscou-se um gradiente de classificação próximo do proposto pela OCDE: *municípios predominantemente e relativamente rurais isolados ou próximos de cidades*.

As variáveis utilizadas para a classificação foram: i) tamanho populacional; ii) percentual de população residente em habitat rural; iii) percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010; iv) distância gráfica (reta) da sede para a sede mais próxima que apresentasse qualquer posição hierárquica superior. Em função da diversidade do território brasileiro evitou-se adotar patamares uniformes para as variáveis utilizadas na classificação. O tamanho populacional das cidades foi analisado considerando a classificação dos municípios na hierarquia urbana das centralidades identificada pelo IBGE no estudo das Regiões de Influência de Cidades: centros locais, centros de zona, centros sub-regionais, capitais regionais e metrópoles com suas áreas de concentração populacionais (IBGE, 2008). O percentual de população residente em habitat rural substituiu a densidade na metodologia original da OCDE. Foi considerada a População em Habitat Rural, a soma da população residente em setores com códigos de situação 8 (Zona Rural exclusiva de Aglomerados Rurais) 7, 6, 5 (Aglomerados Rurais Isolados) e 1, 2 e 4 (Áreas Urbanas, Urbanizadas e Não Urbanizadas, Aglomerados Rurais de expansão urbana) quando situados fora do Distrito Sede (as Vilas e suas expansões limítrofes fora do perímetro urbano).

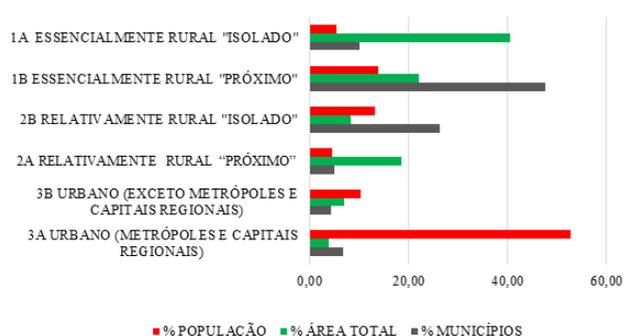
ta; nos demais biomas, o limite adotado foi 60 km. Sabe-se que esses limites estão muito distantes do cotidiano das populações, mas a proposta de redimensionamento deve ser vista como uma primeira representação, um ponto de partida para futuros aprofundamentos. Os procedimentos aqui descritos permitiram classificar os municípios brasileiros em 6 classes, conforme Quadro 3 e Gráfico 1.

QUADRO 3 – REDIMENSIONAMENTO DO RURAL NO BRASIL I

BRASIL – CLASSES: ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	Municípios	Área km ²	Pop Total (2010)	Pop Total Brasil (%)
1A Essencialmente rural “Isolado”	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B Essencialmente Rural “Próximo”	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2A Relativamente Rural “Próximo”	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2B Relativamente Rural “Isolado”	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
TOTAIS	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO, DA ÁREA E DO Nº DE MUNICÍPIOS DO BRASIL SEGUNDO CLASSES DE MUNICÍPIOS RURAIS E URBANOS



Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

Concluiu-se, portanto, que o percentual da população residente em municípios essencialmente e relativamente rurais corresponde a 37% da população total do país distribuída em 87% dos municípios, que se estendem

sobre 89,2% do território nacional. Há uma nítida convergência entre os resultados obtidos e diversos estudos que redimensionam a população rural do país em pelo menos o duplo da população rural oficial: VEIGA (2004) – 43%, CANDIA BAEZA (2011) – 36,2%. No Quadro 4, apresenta-se a distribuição oficial da população residente em Zonas Urbana, delimitada por leis municipais, e rural em cada uma das 6 classes, e na Figura 1, pode-se observar a distribuição geográfica dessas classes.

QUADRO 4 - REDIMENSIONAMENTO DO RURAL NO BRASIL II

BRASIL - CLASSES ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	POPULAÇÃO URBANA 2010 OFICIAL	POPULAÇÃO RURAL 2010 OFICIAL
1A Essencialmente Rural “Isolado”	5.418.421	4.754.032
1B Essencialmente Rural “Próximo”	14.652.632	11.914.427
2A Relativamente Rural “Próximo”	6.828.316	1.829.895
2B Relativamente Rural “Isolado”	18.946.224	6.080.446
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	17.559.743	2.204.363
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	97.520.468	3.046.832
TOTAIS	160.925.804	29.829.995

Fonte: (BITOUN, J.; MIRANDA, L., 2013, s.p)

Em todas as classes, predomina a população residindo em perímetros urbanos. Nas classes essencialmente rurais, observa-se uma situação de quase equilíbrio (cerca de 45% da população em zona rural); nas classes relativamente rurais, a proporção de população rural cai para pouco mais de 20% (21% no relativamente rural próximo e 24% no isolado). Nas classes urbanas, ainda há 11% de população rural nos municípios intermediários e somente 3% na classe que agrupa metrôpoles, capitais regionais e suas áreas de concentração populacional.

Quando observada a distribuição geográfica dos resultados, predomina a classe “essencialmente rural e isolada” em grandes extensões da Amazônia, onde há uma população dispersa em pequenas localidades ribeirinhas e na floresta. Os municípios dessa clas-

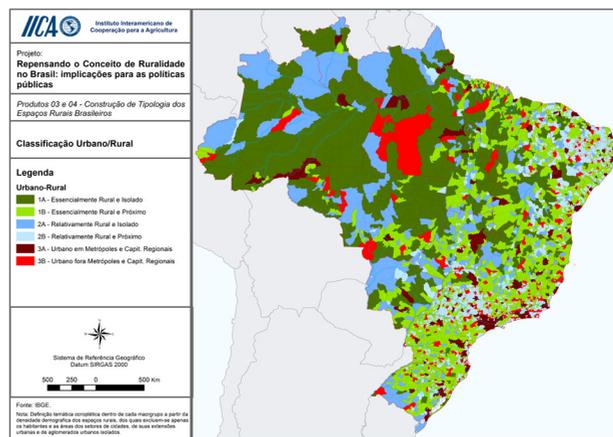
se, também ocupam grandes áreas do Cerrado, central e setentrional e em Mato Grosso do Sul; estão presentes também nos sertões central e meridional do Nordeste. Nessas localizações é a distância aos centros maiores, que associada à presença de muitos povoados (excetuando o Cerrado de Mato Grosso do Sul), é o fator decisivo.

A classe “relativamente rural e isolada” acompanha a mesma distribuição. Reúne municípios onde a população está muito concentrada em habitat urbano (ex. do Pampa, do Pantanal e de alguns municípios da Amazônia) e municípios onde a mineração e outras atividades reduzem o peso da participação do valor agregado agropecuário na economia local. O caráter de isolamento precisa ser relativizado em municípios de fronteira em contato direto com cidades vizinhas estrangeiras (do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Guiana Francesa).

A classe” relativamente rural e próxima” predomina em dois polos opostos. No Estado de São Paulo, deve-se essencialmente ao baixo percentual da população residindo em habitat rural. Nos sertões do Nordeste, onde a população em habitat rural é maior, muitos municípios foram transferidos para essa classe na fase de ajuste em função da muito baixa participação das atividades agropecuárias no valor agregado. Trata-se, nesse caso de um rural socialmente vivo, mas economicamente vazio. Ainda compõem essa classe, municípios com grande participação na economia local dos serviços de turismo e lazer, especialmente em localização litorânea próximas dos grandes centros, e em regiões serranas de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Observa-se no mapa que a classe dos municípios “essencialmente rural e próxima” abrange as grandes concentrações do campesinato, especialmente no Sul, em Minas, no Agreste, no Maranhão e no nordeste do Pará. A zona da Mata do Nordeste também se caracteriza pelo alto percentual da população residindo em habitat rural. Em todas essas áreas, há uma forte presença de cidades intermediárias.

FIGURA 2 – CLASSIFICAÇÃO URBANO-RURAL



A questão central não é separar urbano e rural num outro patamar mas entender a relação entre os lugares habitados no espaço (mais ou menos concentradores de população) e o mundo rural requalificado como espaço social a partir do urbano (não confundido com cidades). Alerta-se, mais uma vez que, o intuito desta classificação é apenas mostrar que quando o objetivo é promover políticas públicas de desenvolvimento territorial as informações podem ser organizadas de forma a realçar e visibilizar os espaços que são os principais demandantes dessas políticas. A alternativa representação cartográfica que visa re-dimensionar o rural brasileiro e romper com a dicotomia instituída entre o rural e o urbano, introduz uma reflexão preliminar acerca da diversidade desses dois polos interligados.

1. A TIPIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS BRASILEIROS

Dois Métodos de agrupamento e delimitação de espaços geográficos foram associados para proceder à Tipologia dos Espaços rurais brasileiros: i) Métodos de Regionalização; e, ii) Métodos de Tipificação.

Os métodos de Regionalização servem ao reconhecimento de entidades espaciais a partir de características específicas de determinada porção do território e de acordo com sua natureza podem ser utilizadas para diferentes fins. Regiões históricas, naturais sim-

ples, naturais complexas, geográficas e polarizadas têm em comum o fato de, por meio de institucionalização ou de técnicas, delimitar manchas contínuas no mapa do país.

A tipificação é uma construção relacional de atributos cuja presença/ausência ou grau de intensidade varia com entidades espaciais que são agrupadas em tipos por meio de análise univariada ou por uma combinação de vários desses atributos (análise multivariada). Da análise multivariada resultaram CLUSTERS. O conceito de tipo e os métodos de tipificação não envolvem o compromisso com continuidade territorial das entidades espaciais objetos da tipificação.

Algumas decisões estratégicas nortearam a construção da metodologia:

- i. O estudo adotou como ponto de partida a divisão em Biomas, evitando seguir a divisão política e histórica do território em Estados (e, conseqüentemente, da divisão em grandes regiões N, NE, CO, SE, S). Essa decisão deveu-se ao fato que a estrutura dos poderes foi muito desfavorável aos segmentos majoritários do mundo rural considerando que os estados no Brasil são regiões históricas (herdeiras das capitanias e províncias) e de organização dos poderes (fundários sobre o solo, políticos na construção da federação, na distribuição dos poderes civil, religioso, técnico-científico e sindical). Mesmo se nas últimas décadas houve avanços, estes não compensaram ainda o fato que nessa relação, para o mundo rural o essencial é o contraste entre a apropriação concentrada do solo (sesmarias coloniais, lei de terra de 1850 e morosidade nas iniciativas de Reforma Agrária) e a instabilidade da força de trabalho rural e dos residentes no campo no decorrer da história (indígenas, afrodescendentes, êxodo rural em diversas etapas e escalas temporais e espaciais). Assim, escolher como ponto de partida os Biomas é evidenciar outra condição, esta própria do mundo rural: Sua relação com a transformação direta da natureza (antes e depois da “Revolução Verde”) como espaço de trabalho e de vida. É também reconstituir unidades entre tipos de ruralidades presentes em vários estados;
- i. O Município foi a unidade espacial de partida, uma vez que a escala municipal é uma unidade espacial que possibilitará, em trabalhos futuros, reconstituir territórios formados por agrupamentos de municípios em dimensões infra estaduais, a partir dos bancos de dados sistematizados para a pesquisa.
- ii. As variáveis para análises estatísticas deveriam enfatizar as condições de trabalho e de vida, em detrimento das variáveis de produção agropecuária, uma vez que os pressupostos buscam ressaltar o rural como espaço de vida e não como mera plataforma de produção. Essa última decisão vincula-se à inseparabilidade do desenvolvimento agrário e do desenvolvimento rural afirmado em especial na vertente do desenvolvimento territorial.
- iii. Foi excluído do estudo o Brasil predominantemente urbano, que foi chamado de GRANDE URBANO (que é constituído por 376 municípios, que abrigavam cerca de 100 milhões de brasileiros, em 2010). O quadro 6 apresenta as DIMENSÕES e ATRIBUTOS utilizados.

1.1 O BANCO DE DADOS (BD) TIPOLOGIA RURAL

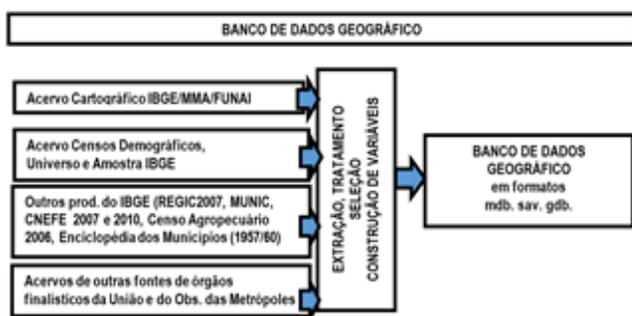
O Banco de Dados (BD) Tipologia Rural foi inicialmente modelado para integrar os atributos espaciais e não espaciais dos objetos e classes analisadas em um mesmo banco. Optou-se, contudo, visando a mais ampla difusão dos dados e uma maior facilidade de sua manipulação, pela manutenção dos dados não espaciais em bancos independentes e autônomos em relação aos seus atributos espaciais (geometria, topologia, etc.), contornando, assim, a necessidade de utilização de softwares específicos pelos usuários da informação.

Várias fontes foram consultadas levando a coleta e organização de um grande número de variáveis e tabelas. Paralelamente à estruturação da base, a partir essencialmente de estatísticas públicas, buscou-se reunir formas espaciais das principais entidades de interesse com a finalidade de se permitir a espacialização do dado coletado que estivesse relacionado a uma feição geográfica delimitável. O Organograma apresentado abaixo mostra os fluxos de coleta, extração, tratamento e seleção das variáveis que compõem o BDG Tipologia Rural (Fluxograma 1).

O Banco de Dados Não Espacial “BD_Tipologia Rural” foi consolidado no formato MDB (Access) e teve suas tabelas exportadas em formatos XLS (Excel) e SAV (SPSS). As principais classes trabalhadas e constantes no banco se referem aos objetos: Município; Localidade; Tipo Regionalizado; Classe Rural/Urbano. Outras entidades estão explícitas como tabelas no MDB, mas somente como apoio a agregações de dados em outras escalas territoriais como microrregião, mesorregião, macrorregião, unidade da federação, etc. É possível a partir de uma chave comum (Código IBGE do município) reconstituir territórios formados por agrupamentos de mu-

nicípios em dimensões infra estaduais, como os Territórios Rurais e da Cidadania, ou estaduais e ter acesso a variáveis em escala municipal. Associar variáveis de produção agropecuária a essa mesma chave será possível, mas não foi o objetivo perseguido no projeto.

FLUXOGRAMA 1 – BDG TIPOLOGIA RURAL



Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

Foram definidas cinco DIMENSÕES a partir das quais a realidade rural foi observada: a) o Habitat, onde se inscrevem características demográficas e físicas dos municípios; b) o Trabalho, centrado na inserção produtiva dos territórios examinados; c) as Condições de vida e socioculturais, d) a consideração de Dinâmicas recentes – demográfica e econômica – e por fim, e) a identificação de Políticas em Ação na qual se buscou examinar variáveis ligadas às políticas públicas).

QUADRO 6 – DIMENSÕES E ATRIBUTOS

DIMENSÕES	TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA		DINÂMICAS RECENTES		
	Trabalho	Condições de vida	Econômicas e Demográficas	Políticas em Ação	
ATRIBUTOS	Densidade das centralidades no município	Estrutura ocupacional	Densidade de equipamentos de serviços básicos, de comunicação e econômicos.	Evolução demográfica recente	Agrárias
	Proporção da população em áreas rurais e nas cidades	Estrutura fundiária		Relação Migrantes Naturais	Agrícolas
	Densidade da população em áreas rurais	Relação Agricultura Familiar Patronal	Vulnerabilidade dos residentes	Razão de Sexo	De Meio Ambiente
	Distâncias a centralidade municipal e extramunicipal	Relação Mono atividade Pluriatividade	Mobilidade para o estudo	Envelhecimento	
	Distâncias às rodovias e hidrovias	Mobilidade para o Trabalho	Diversidade étnico-cultural	Evolução do Valor Agregado Bruto por Setores	De Equipamentos em áreas rurais e pequenos municípios

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

1.2 A TIPIFICAÇÃO

O primeiro passo da tipificação foi a análise fatorial multivariada. A partir das variáveis trabalho e condições de vida foram identificados os atributos do que resultou a identificação das VARIÁVEIS trabalhadas na análise fatorial para definir os padrões de agrupamentos em clusters. Por meio dos seguintes procedimentos: Matriz de correlação, Teste de adequação dos dados à análise fatorial de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), Extração - Comunalidades, Método de Rotação Ortogonal - Varimax, Método para estimar os scores dos coeficientes dos fatores - Regressão, Análise de Agrupamentos ou “Clusters” (Padrões). (Quadro 6).

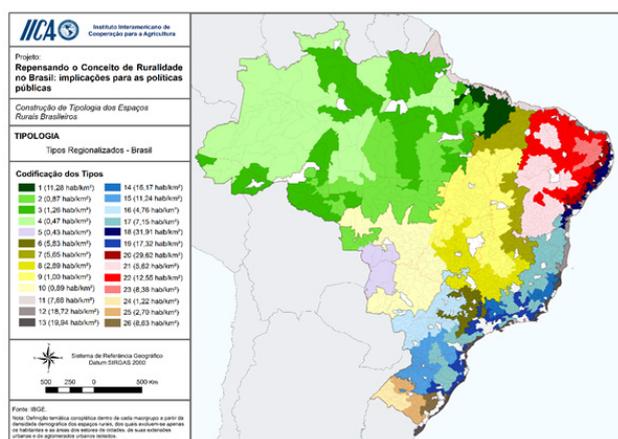
Após análise interpretativa dos padrões evidenciados em cartogramas de clusters, lançou-se mão de técnicas de regionalização para propor TIPOS REGIONALIZADOS. Nesta fase procedeu-se: a verificação de variáveis de municípios isolados para incluí-los no agrupamento contínuo mais adequado; Distribuição do habitat; Características da Dinâmica Recente; Aspectos físico-naturais e da trajetória histórica; Infraestruturas rodoviárias; Consultas a tipologias existentes; Verificação da relativa coesão dos Tipos Regionalizados por meio de análise de desvios padrão. A caracterização descritiva dos Tipos Regionalizados foi realizada por meio de operação espacial de superposição de mapas e de algumas variáveis desse Banco de Dados Geográfico.

1.3 Os TIPOS ENCONTRADOS

Os 26 Tipos Regionalizados de espaços rurais brasileiros encontrados estão espacializados na Figura 2. Os Tipos configuram uma representação em escala intermediária da diversidade do território nacional enfocada a partir do seu mundo rural. Nessa figura as cores remetem aos biomas (verde: Amazônia e parte noroeste do Pantanal; amarelo/ocre: Cerrado; vermelho/rosa: Caatinga; marrom: Pampa; Azul: Mata Atlântica; cinza: Linha de Costa; cinza claro: Pantanal) e as tonalidades mais ou menos intensas em cada bio-

ma, às densidades em habitat rural. Essas variavam de 0,43 hab./km² (Tipo 5 Pantanal) a 31,91 hab./km² (Tipo 18, da Mata Atlântica no Nordeste canavieiro) constituindo um dos condicionantes da vida rural, sempre mais destacado em estudos internacionais. Os tipos receberam denominações referentes a suas localizações geográficas como mostra o Quadro 7. Várias leituras do Brasil rural podem ser feitas com base na observação das variáveis disponíveis.

FIGURA 3 – BRASIL: TIPOS DE ESPAÇOS RURAIS



QUADRO 7 – TIPOS REGIONALIZADOS: DENOMINAÇÕES

TIPOS REGIONALIZADOS	DENOMINAÇÕES
1	Amazônia: Baixo Tocantins; Região Bragantina; Baixada Maranhense; Rodovia Pará Maranhão.
2	Amazônia e Extremo Noroeste do Pantanal: Norte de Mato Grosso; BR 163; PA 150; Belém Brasília Paraense.
3	Amazônia: Transamazônica; Margem Norte do Baixo e Médio Rio Amazonas; Sul de Roraima; Acre – Rio Branco, Cruzeiro do Sul –; Rondônia; Bico de Papagaio; Araguaia Paraense.
4	Amazônia: Amazônia Ocidental; Norte de Roraima; Trombetas; Baixo Amazonas; Marajó;
5	Pantanal
6	Cerrado Paulista
7	Cerrado: Norte de Minas Gerais; Oeste da Bahia às margens do São Francisco; Extremo Sul do Piauí; Maranhão dos Cocais.
8	Cerrado: Centro e Sul de Goiás; Oeste e Centro de Minas.

TIPOS REGIONALIZADOS	DENOMINAÇÕES
9	Cerrado: Noroeste de Minas Gerais; Extremo Oeste da Bahia; Tocantins; Sudoeste do Piauí; Sul do Maranhão;
10	Cerrado: Mato Grosso do Sul; Sudoeste de Goiás; Sul de Mato Grosso;
11	Linha de Costa Norte e Nordeste, do Oiapoque a Fortaleza.
12	Linha de Costa Nordeste, de Fortaleza ao Sul da Bahia.
13	Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí.
14	Mata Atlântica: Oeste do Espírito Santo; parte Norte da Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas Gerais.
15	Mata Atlântica: Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho.
16	Mata Atlântica: Oeste Paulista; Limite Triângulo Mineiro//Goiás; Norte e Oeste Paranaenses; Sul de Mato Grosso do Sul.
17	Mata Atlântica: Sul da Bahia; Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Campo das Vertentes (Minas Gerais); Noroeste Fluminense; Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (SP), Centro Sul Paranaense; Campos de Lajes, Curitibaanos, Joaçaba (SC); Vacaria (RS).
18	Mata Atlântica: Mata Nordestina de Natal ao Recôncavo.
19	Mata Atlântica: Entornos do Rio, Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo; Leste Paranaense e Catarinense; Velhas Colônias Gaúchas.
20	Caatinga: Agrestes de Natal a Feira de Santana.
21	Caatinga: Sertões Sul e Oeste.
22	Caatinga, Sertões Norte, áreas úmidas de altitude, irrigadas; Cocais do Piauí.
23	Caatinga, Sertões Norte Orientais com maior aridez (RN/PB/PE).
24	Pampa: Campanha Gaúcha.
25	Pampa: Missões e Sul do Estado.
26	Pampa: Nordeste.

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

1.4 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA NOS TIPOS REGIONALIZADOS

Para a reconstituição da trajetória histórica em cada tipo foram consultados os verbetes municipais da enciclopédia dos municípios. O tratamento das informações da Enciclopédia dos Municípios complementada pelo Censo de 1950 permitiu incorporar ao banco

de dados informações referentes à trajetória de tempo médio tratando da Evolução Populacional e do Crescimento de Centralidades. No Quadro 20 as taxas brutas de crescimento em cada Tipo Regionalizado distribuem-se em relação à taxa bruta nacional: todos os quatro Tipos do Bioma Amazônia, dois do Bioma Cerrado e um da Linha de Costa (Sudeste e Sul) apresentaram taxas iguais ou muito superiores à taxa nacional, mesmo sem contar com a população das Capitais e Metrôpoles. Confirma-se que parte do Brasil Rural com as suas cidades, pequenas e médias apresentou no período uma intensa dinâmica populacional de povoamento. No outro extremo, com taxas extremamente baixas, porém ainda positivas, encontram-se dois dos três tipos do Bioma Pampa e dois dos seis tipos da Mata Atlântica.

QUADRO 20 - TIPOS REGIONALIZADOS: TAXAS BRUTAS DE CRESCIMENTO

TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Próxima ou superior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Inferior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Muito inferior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Extremamente inferior à Taxa bruta nacional
2	13.743,07	6	158,47	8	95,75	17	56,47				
3	797,66	19	151,04	16	90,39	14	52,71				
10	447,34	5	146,02	21	84,38	23	50,27				
13	382,00	7	144,68	15	83,32	26	41,11				
1	353,06	11	136,6	20	81,65	25	38,61				
4	291,25	22	116,22	24	73,83						
9	231,27	12	112,58	18	73,4						

Por fim, os resultados da Tipificação Regionalizada foram apresentados destacando inicialmente uma visão comparativa dos Tipos Regionalizados em escala nacional, considerando problemáticas transversais ao mundo rural no país que representam desafios para estratégias de desenvolvimento. Estão descritos os seguintes eixos: a) Trajetória Histórica nos Tipos Regionalizados; b) Dinâmicas Recentes e possibilidades de uso dos Tipos Re-

gionalizados face aos desafios em algumas estratégias de Desenvolvimento; c) Importância da agricultura de base familiar na diferenciação dos Tipos Regionalizados observada a partir da: i) importância relativa da área total dos estabelecimentos em agricultura familiar no total da área dos estabelecimentos agropecuários, somando os dados por municípios componentes de cada Tipo Regionalizado (IBGE: Censo Agropecuário, 2006); ii) diferenças (forças e fragilidade) entre agriculturas de base familiar em cada Tipo Regionalizado; iii) a pobreza, muito ressaltada como uma característica marcante do quadro rural brasileiro; iv) a maior ou menor possibilidade por parte dos moradores do campo de vencer as distâncias físicas que os separam de centralidades externas ao seu ambiente cotidiano. Em seguida estabeleceu-se uma comparação entre os tipos componentes em cada Bioma/Macrogrupo e escreveu-se uma breve descrição de cada um deles. O conjunto desses procedimentos e resultados pode ser observado mais detalhadamente no Relatório Técnico da Pesquisa (Bitoun, J.; Miranda, L. 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aportes conceituais elaborados no decorrer do trabalho, somados às experiências de construção e implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial rural e de articulação dos atores locais em espaços colegiados de governança territorial, já se constituem em uma importante base para lançar o debate sobre o significado e o papel dos espaços rurais na construção de um novo padrão civilizatório e de um projeto de desenvolvimento para o Brasil no século XXI. Esse debate deve ser levado a três setores essenciais: i) os gestores das políticas públicas nas diferentes escalas de governo; ii) os legisladores, desde os senadores até os vereadores; e iii) os representantes dos movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil. Assim, o tema relativo à importância do Brasil rural

contemporâneo deve ganhar visibilidade na agenda pública da sociedade.

A tipologia regionalizada, antes apresentada, destaca diferentes características de densidade demográfica, relações com bioma mais ou menos transformado, de distâncias inframunicipal e acesso a serviços, de oportunidades de trabalho na agricultura e fora dela, de condições de vida, de oportunidades econômicas e indicadores demográficos muito diferenciados. Interagem, com diferentes pesos, na capacidade de políticas públicas nacionais em alcançar as populações e os territórios. Ao considerar a existência de ruralidade(s) no cenário brasileiro, possibilita-se, também, o reconhecimento de distintos tratamentos para essas diferentes realidades, em especial nas políticas públicas. Subdimensionar a população rural tem muitas implicações, principalmente para as políticas públicas, seja para os territórios urbanos, rurais ou regionais. Os esforços no caminho da superação de limites institucionais e do entendimento da ruralidade como forma de organização da vida social, ampliam a perspectiva na direção de construção de políticas públicas integradas e multisetoriais.

Nessa direção, considerando a centralidade da contribuição dos agricultores de base familiar na diversidade do território do país, constatada no estudo, parece necessária a promoção de estratégias de comunicação para ressaltar a modernidade expressa na diversidade das agriculturas familiares. Destacam-se entre outros fatos: a relação com a natureza e a diversidade das paisagens; o papel da pluriatividade na vida das pequenas cidades; o manancial de conhecimento – importância da educação de campo; a dimensão cultural ligada à alimentação; a importância dos circuitos curtos de comercialização; o monitoramento e divulgação da aplicação da lei de 2009 da alimentação escolar e de seus efeitos sobre a educação alimentar dos jovens.

É preciso criar as condições políticas de promoção de alianças territoriais capazes de fortalecer as redes e tecidos sociais de coesão dos territórios rurais, com a participação de um diversificado conjunto de atores sociais.

Trata-se de apoiar a constituição de um campo político que dispute a construção de um novo padrão civilizatório para os territórios rurais, tendo por base a paridade no atendimento dos serviços públicos essenciais e no acesso aos direitos para as populações que vivem nas áreas rurais e urbanas. Um campo de forças que desperte nas demais forças da sociedade um interesse pela valorização dos espaços rurais e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento de um projeto democrático, inclusivo, sustentável de país.

Recebido em: 02/03/2015

Aprovado em: 12/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. Pensando o Futuro das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson et.al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA. 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

_____. et.al.. *Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios*. Brasília: IICA. 2014 (mimeo)

BITOUN, J.; MIRANDA, L. *Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas: PRODUTO P4 B: Proposta de Tipologia: Versão Final*. Brasília: IICA. 2014 (mimeo)

BRENNER, Neil. *Teses sobre a urbanização*. In e-metropolis nº 19, Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ /observatóriodasmetrolopoles. Ano 5, dezembro de 2014, p.6-26.

COUTINHO, L. M. *O conceito de bioma*. In: Acta bot. bras. 20(1): 13-23. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>

FAVARETO, Arilson. et.al.. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA. 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

IBGE. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE. 2011a.

IBGE. *Brasil: Divisão Urbano Regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. *Cadastro de Localidades Seleccionadas 2010*. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Disponível em (ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/)

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em (<http://downloads.ibge.gov.br/>)

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: IBGE. 2008.

MEDEIROS, Leonilde S.; DIAS, Marcelo Miná. Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento territorial no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo*. Brasília: IICA. 2011.

MIRANDA, C. SILVA, H. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* (Org.e) - Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) 476 p.

SAULE Jr. A competência do município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. org. *O município e as áreas rurais*. São Paulo: Instituto Pólis, 64p.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.

VEIGA, J. E. *A dimensão rural do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22. Rio de Janeiro. 2004

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, Pag. 413 a 473. In:

MIRANDA, C. SILVA, H. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) 476 p.

O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS EM ENTRE RIOS, PIAUÍ: UMA REFLEXÃO SOBRE AÇÃO PÚBLICA¹

Rosemberg Batista de Araújo, Sonia Magalhães

RESUMO

O presente artigo é uma análise da ação pública da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Território de Entre Rios- PI. Focaliza-se nele a elaboração e a execução do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - Infraestrutura (PRONAF/I) no Território citado. Do ponto de vista teórico conceitual, apoia-se no conceito de ação pública apresentado por Pierre Lascoumes & Patrick Galés, através do qual são identificadas representações, atores e instituições. Conclui-se que no Território Entre Rios, apesar de uma execução ineficiente do referido programa, o Colegiado Territorial avalia como positivo o processo de aprendizagem coletiva de seus integrantes e o acúmulo de experiência para ações futuras.

Palavras-chave: Território; Ação Pública; PRONAF Infraestrutura.

THE NATIONAL PROGRAM OF TERRITORIES DEVELOPMENT IN ENTRE RIOS, PIAUÍ STATE (BRAZIL): SOME NOTES ON THE PUBLIC ACTION

ABSTRACT

This article is an analysis of the public action of Secretary of Territorial Development, of the Agrarian Development Ministry, on the Territory of Entre Rios - Piauí State. One analyze the preparation and execution of the National Program of Support for Family Farming – Infrastructure (NPSFF/I) in the territory cited above. From the theoretical and conceptual point of view, is used the concept of public action presented by Pierre Lascoumes & Patrick Galés, identifying representation, actors and institutions involved in the referred action. It is concluded that in the territory of Entre Rios, although a inefficient execution of the NPSFF/I, the Territorial Board assesses as beneficial the process of collective learning of its members and the accumulation of experience for future actions.

Keywords: Territory; Public Action; PRONAF Infrastructure.

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: bergbatujo@gmail.com

Docente, Pesquisadora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. E-mail: sm.mag@globo.com ou smag@ufpa.br

¹ Este artigo é um subproduto da dissertação de mestrado produzida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

O Território Entre Rios, no Piauí, é parte do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas ações se desenvolvem desde 2003. Esse território é composto por 31 municípios, localizados no centro norte do Estado do Piauí. O PRONAT motivou a constituição, em 2005, de uma instância de gestão: o Colegiado Territorial, composto por membros da sociedade civil e do poder público dos municípios, em paridade numérica, e de instituições, também da sociedade civil e do poder público, de caráter territorial e estadual. Nesse espaço, são realizadas discussões, debates e proposições de ações, visando ao desenvolvimento do Território.

Neste artigo, analisaremos a destinação e a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Infraestrutura (PROINF), definidos no âmbito do Colegiado, e o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), consideradas ações de desenvolvimento territorial, no período de 2003-2014.

A rigor, há diversas análises sobre o tema aqui proposto. A própria SDT/MDA, por meio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), destinou recursos para financiar projetos de pesquisa sobre os territórios inseridos no PRONAT e no Programa Territórios da Cidadania (PTC), constituindo as Células de Acompanhamento e Informações desses Programas (Camepão et al.; Nunes et al. e Witkoski et al., 2015)¹. Do ponto de vista dos resultados, podemos verificar que esses estudos apresentam, quando analisam os projetos do PROINF, os mesmos problemas que apresentaremos abaixo. Neste texto, porém, enfocaremos um “caso” ainda não estudado – o Território Entre Rios, no Piauí –, o processo

de definição dos recursos de forma detalhada e destacamos as relações entre o Colegiado Territorial e o PTDRS. Para isto, trabalhamos com o conceito de *ação pública*, apresentado por Pierre Lascoumes & Patrick Galés (2010), identificando atores, representações, instituições. Enfim, processos que concorrem para determinados resultados.

Os dados empíricos desta pesquisa foram construídos por meio de participação em diversas reuniões do Colegiado Territorial nos anos de 2011 e 2012², bem como por meio de entrevistas semiestruturadas com seus integrantes, e consulta aos dados produzidos no contexto do próprio Colegiado, como Planos de Desenvolvimento, atas de reuniões e outros.

Na primeira parte do texto, faremos um breve debate sobre ação pública e desenvolvimento territorial. Em seguida, apresentamos o processo e os comentários sobre a construção do (PTDRS), pois este permite mostrar a perspectiva do desenvolvimento construída pelo Colegiado, na qual está inserido o processo de definição de projetos com recursos do PROINF; e, por fim, evidenciaremos as circunstâncias que concorrem para a não execução dessas ações.

1. AÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

O PRONAT, neste texto, é analisado como uma ação pública nos termos propostos por Pierre Lascoumes e Patrick Galés (2010). Estes ressaltam que compreender uma ação pública na perspectiva da sociologia é destacar as interações, as trocas, as mudanças, as normas, os conflitos, percebendo o Estado como parte dessa relação. Tais autores distinguem o conceito de ação pública do conceito de política pública, ressaltando a diversidade de atores e de situações envolvidos no processo. Assim, consideram cinco elementos essenciais constitutivos de uma ação pública: a) *os atores*, indi-

2 Os relatórios dessas pesquisas estão disponíveis no Sistema de Informações Territoriais – SIT –, no site da SDT/MDA.

3 Trabalhei como articulador territorial, contratado pela ARIDAS, durante o ano de 2009, no Território Vale do Canindé, localizado no norte do Piauí, o que me permitiu ter contato com dados gerais do PRONAT, bem como do próprio Território Entre Rios, nas atividades de caráter estadual.

viduais ou coletivos, que são dotados de diversos recursos, certa autonomia, de estratégias diversas, capacidade de fazer escolhas, possuem como condicionantes seus interesses materiais e simbólicos (contexto sociocultural); b) *as representações*, quadros cognitivos, normativos, que dão significados para as ações; c) *as instituições*, normas, regulamentos, rotinas, procedimentos, que governam as interações; d) *os processos*, suas formas de interação e sua recomposição no tempo; portanto, resultados de múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais ou coletivos; e e) *os resultados*, consequências, efeitos das ações. Esses elementos não estão isolados, mas, num processo de constante interdependência, de trocas, de relações. Dessa forma, a compreensão de uma ação pública se dá a partir da análise desses elementos em cada contexto particular.

Dessa perspectiva, destaca-se como constitutivo do PRONAT o conceito de desenvolvimento territorial que, como *representação*, subjaz e baliza a sua construção como ação pública. De fato, desenvolvimento possui múltiplos significados e está relacionado com perspectivas econômicas, sociais, culturais e políticas de cada época. Durante a maior parte do século XX, desenvolvimento foi visto como crescimento econômico, modernização e industrialização, tendo como agentes mobilizadores e executores, nos países chamados de Terceiro Mundo, os Estados Nacionais e as agências de desenvolvimento internacional. Essa perspectiva de desenvolvimento privilegiou o econômico. É um modelo que não destaca a participação, como destaca Caballero-Arias (2007, p. 139): “Esta, se ha realizado de fuera hacia adentro, sin participación o consentimiento de las comunidades rurales y sin tomar en cuenta los conocimientos locales”. E cujas proposições em geral são pensadas a partir da representação que os técnicos possuem das populações-alvo, na maioria das vezes diversa da realidade, situação dos grupos (Sardan, 1995).

Nesse sentido, um desafio no âmbito dos órgãos centrais é a elaboração de projetos abertos, com linhas gerais, mas que, num segundo momento, passariam por adaptações, com a participação dos atores sociais envol-

vidos, de forma a incorporar o contexto sociocultural destes, aliando desenvolvimento e território, na construção de outra *representação* – o desenvolvimento territorial. Este, nos termos propostos por Pecqueur (2005, p. 13), “designa todo um processo de mobilização que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação com uma cultura e um território”. Segundo este autor, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, mas é uma ação, uma construção coletiva, dinâmico, e inserido no tempo. Assim, ações públicas podem contribuir, estimular e mobilizar agentes para o desenvolvimento territorial. Também é uma estratégia de adaptação ao processo de globalização, bem como uma estratégia de potencialização das capacidades produtivas locais, como forma de diferenciação dos vizinhos antes de entrar na concorrência com outros territórios. Surge, então, a ação territorial que teria como característica principal a inovação, esta compreendida como a descoberta de potencialidades, de recursos novos e não apenas a otimização de recursos pré-existentes. Isto é, recursos específicos que “nascem de processos interativos”, como “estratégias de atores para resolver um problema inédito”, a partir de trocas, por meio de normas e costumes (Pecqueur, 2005, p. 13-15). Entendemos estes processos interativos como ações dos diversos atores sociais envolvidos.

Com base nessas representações, o PRONAT apresenta como perspectiva o desenvolvimento do território, e como uma das principais ações territoriais, o PTDRS, a partir do qual se definem os projetos do PROINF, que trabalharemos nas seções seguintes.

2. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ENTRE RIOS

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável pode ser considerado uma das primeiras ações territoriais desenvolvidas no âmbito do PRONAT, depois da constituição do Colegiado Territorial. Construído por essa instância, esse Plano pretende ser uma propos-

ta de desenvolvimento para o território, partindo de um diagnóstico, elencando os limites e as potencialidades e propondo projetos considerados estruturantes para seu desenvolvimento. No entanto, os projetos propostos no Plano não possuem fonte de recursos garantida, com exceção do PROINF. Conforme será demonstrado a seguir, o PTDRS do Entre Rios, todavia, simplifica o diagnóstico e não apresenta a complexidade do território, com consequências para os próprios resultados almejados.

A primeira versão do PTDRS Entre Rios foi elaborada entre 2005 e 2007, pela Organização Não Governamental (ONG) Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT)⁴, com apoio técnico da assessoria territorial⁵ e de uma assessoria específica para conduzir as assembleias e sistematizar os dados, no caso, uma profissional formada em serviço social, com experiências em atividades voltadas para o meio rural.

O diagnóstico, apresentado nessa primeira versão do PTDRS, possui caráter geral e simplificado sobre o território, centrado em dados secundários construídos por instituições oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí Desenvolvimento (CEPRO) – com pouco aprofundamento sobre as relações socioculturais, tanto no sentido de perceber as semelhanças quanto às diversidades. No contexto político organizacional, apenas cita as organizações da sociedade civil, alguns movimentos e sindicatos, sem referência às relações entre esses e ao mesmo tempo sem destacar as diversas forças políticas presentes no território. Ainda, concentra seu foco no potencial econômico, nas atividades produtivas, tratando de forma marginal outras questões como saúde, educação, segurança pública e outras.

Uma segunda versão do PTDRS começou a ser elaborada em junho de 2009, mas

ainda não foi concluída. A EFPT foi substituída pela Associação Regional de Desenvolvimento Agroecológico Sustentável (ARIDAS)⁶. Tem início com a contratação de uma equipe de assessoria, que teria a função de realizar uma nova sistematização e atualização dos dados coletados e construídos sobre o território. Essa equipe foi dividida por áreas: econômica, social e ambiental, sendo contratados os seguintes profissionais, um economista, um assistente social, um sociólogo e um agrônomo. Esta versão do PTDRS deveria ter sido concluída em um ano, mas até o primeiro semestre de 2015, não havia sido lançado o documento oficial, estando previsto o lançamento para o segundo semestre deste ano. As causas do atraso são atribuídas à morosidade decorrente da execução dos convênios de custeio, às dificuldades técnicas da ONG responsável, aos conflitos nas relações entre as ONGs e o Governo do Estado, naquele momento, tendo como Governador Wilson Martins, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Este havia rompido com o então ex-governador José Wellington Barroso de Araújo Dias do Partido dos Trabalhadores (PT) e, conseqüentemente com a SDT/MDA. Além disso, no âmbito federal, o PRONAT deixa de ser prioritário e houve constantes mudanças de gestores e assessores territoriais e estaduais, tendo como consequência maior a inoperância das ONGs envolvidas no Estado.

Olhando para a versão ainda não lançada deste Plano, verificamos que o diagnóstico contempla não apenas dados econômicos, mas também outros dados significativos das diferentes dimensões para a compreensão da realidade territorial: geográfica (características físicas), social (educação, saúde, cultura), ambiental, econômica e política. A partir deste diagnóstico, é proposta uma visão de futuro, conforme eixos temáticos selecionados, e,

4 A EFPT atua há 20 anos na área de educação popular no Piauí, voltada principalmente para o meio rural, além de desenvolver outros trabalhos de assessoria e formação de agricultores familiares. Tem sede em Teresina e também escritório em Valença do Piauí. Com o MDA/SDT, fez convênio, inicialmente, voltado para o Território Entre Rios e depois envolvendo outros Territórios do Estado.

5 Técnico contratado pela EFPT, para desenvolver atividades de mobilização do colegiado, realização de reuniões, repassar as informações da SDT para o Colegiado, dentre outras funções.

6 ARIDAS é uma ONG que possui sede no município de Floriano – PI; suas ações estão voltadas para assessoria a agricultores familiares em diversos municípios de Estado.

nessa direção, são propostos programas correspondentes (Quadro 01).

Ainda merece destaque a forma generalizante com que é apresentada a planificação: são apresentados programas gerais a exemplo da área ambiental, apresentado no quadro 01, sem chegar aos projetos específicos que mostrem como será executada a ação. E, permanece a incerteza quanto à execução dos programas, pois o Plano não apresenta recursos disponíveis em nenhuma esfera de governo. Assim, a execução dependerá de acordos políticos futuros entre o Colegiado Territorial e as diversas esferas de governo. Para isso, seria necessário um Colegiado Territorial fortalecido, com capacidade não apenas para negociar com os governos federal, estadual e municipal, mas, sobretudo, favorecer as inter-relações entre eles – fato não observado, principalmente a partir de 2011, no Entre Rios. Então, nesse ano, conforme mencionado, à mudança na Presidência e Ministérios, segue-se também uma inflexão no PRONAT, que deixa de ser prioritário.

QUADRO 01: DIMENSÕES, EIXOS TEMÁTICOS E PROGRAMAS – PTDRS ENTRE RIOS (2015).

DIMENSÕES	EIXOS TEMÁTICOS	PROGRAMAS
Ambiental	Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental	Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
Sociocultural e educação	Saúde e Saneamento Ambiental	Saúde preventiva Ampliação da atenção básica em saúde Fortalecimento da gestão em saúde Universalização do saneamento ambiental
	Educação	Formação processual de docentes e dos profissionais de serviço e apoio escolar Fortalecimento da gestão educacional Qualificação da educação básica Infraestrutura física e recursos pedagógicos
	Cultura, Esporte e Lazer	Descentralização da cultura, esporte e lazer
Econômico e Produtiva	Desenvolvimento e Qualidade de Vida	Infraestrutura para o desenvolvimento Capacitação para o desenvolvimento Consolidação da reforma agrária Fortalecimento da organização produtiva e comercialização Inclusão das mulheres, jovens e idosos
Político Institucional	Democratização da gestão pública	Modernização da administração pública Fortalecimento da gestão social

Fonte: Elaboração dos autores a partir do texto não finalizado do PTDRS.

Do ponto de vista dos membros do Colegiado e de atores públicos entrevistados, tanto o processo de elaboração dos Planos como o texto apresentados são considerados positivos: a) os dois Planos são considerados participativos, pois os mesmos contaram com a participação dos membros do Colegiado Territorial no processo de elaboração e foram aprovados em assembleias do Colegiado; b) ambos foram sistematizados por consultores contratados, e, especialmente, o segundo incorpora a concepção de equipe multidisciplinar, teoricamente mais capaz de dar conta da complexidade do território; c) ambos trabalham com uma “abordagem territorial”, subjacente à construção da própria ação pública; d) ainda, o processo de discussão dos Planos permitiu ao Colegiado Territorial e aos técnicos envolvidos um maior conhecimento sobre as potencialidades e limites econômicos, sociais, culturais e políticos do Território. Reconhecem, todavia, que o Plano ainda carece de uma melhor apresentação das relações sociais e políticas no território.

3. PROINF NO ENTRE RIOS

O PROINF é a principal fonte de investimento do MDA/SDT. Com o PRONAT, os recursos do PROINF e sua aplicação passaram a ser definidos pelos Colegiados Territoriais. De fato, o PROINF, a cada ano, apresenta um manual que guia a definição dos projetos pelo Colegiado Territorial, bem como informa o orçamento disponível.

No Entre Rios, embora o Colegiado Territorial tenha sido criado em 2005, a definição de projetos tem início em 2003 e inicialmente era realizada pela Comissão Provisória de Implantação do Colegiado Territorial (CIAT). A seguir, descrevemos cronologicamente o processo de definição dos projetos, recursos, executores e situação.

Inicialmente, o PRONAT era uma ação capitaneada pelo MDA/SDT que delimitava a sua atuação em espaços chamados Territórios de Identidade. A partir de 2008, além do PRO-

NAT, foi instituído o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Como tal, passou a incorporar ações de outros ministérios, além do MDA. Nem todos os Territórios de Identidade se tornaram Territórios da Cidadania. Conforme orientações do PTC, esse enquadramento dependia do número de agricultores familiares, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de outros indicadores que evidenciassem o nível de carência de ações públicas e o Entre Rios apresentava as características necessárias. Por fim, em 2011, no primeiro Governo da Presidente Dilma Rousseff, foi criado o Programa Territórios Brasil Sem Miséria que tinha a mesma concepção do PTC, mas enfatizava o “combate à miséria”. O Entre Rios não foi integrado a esse Programa. Observa-se, assim, constante mudança de nomes da ação pública, mantida a mesma representação, com pequenas alterações institucionais, mas com a exclusão e/ou substituição de atores e apresentando os mesmos problemas para efetivação das ações, pois o Colegiado Territorial encontrava-se enfraquecido. O aporte de recursos do PROINF e a correspondente denominação da ação pública, no decorrer deste período pode ser visualizado na tabela abaixo.

TABELA 01: APORTE DE RECURSOS DO PROINF, EM ÂMBITO NACIONAL, 2003 A 2014.

ANO	VALORES (EM REAIS)
2003 – 2005	300.000,00
2006 – 2007	400.000,00
2008 – 2010	1.200.000,00 (Territórios da Cidadania) 600.000,00 (Territórios de Identidade)
2011	300.000,00
2012	550.000,00 (Territórios Brasil Sem Miséria) 400.000,00 (Territórios da Cidadania Norte) 350.000,00 (Demais Territórios)
2013 e 2014	375.000,00 (Territórios de Identidade) 425.000,00 (Territórios da Cidadania)

Fonte: Elaborada a partir dos manuais do PROINF de 2003 – 2014.

Podemos observar aumento de valores de 2003 a 2010 e depois um declínio. No período de 2008 a 2010, o aumento é considerável, porque houve uma redefinição da ação, com a criação do PTC, ao qual o Entre Rios foi integrado, conforme já destacado, o que não representou uma alteração significativa ao Território. Depois, entre 2011 e 2014, o declínio é considerável, o que mostra o enfraquecimento da ação no âmbito do Governo Federal – esse é o início do primeiro Governo Dilma (2010-2014) –, os programas territoriais e suas ações deixam de ser prioridade. Conforme mencionado, foi criado o “Brasil sem miséria” e o Entre Rios não foi considerado elegível.

De acordo com os membros do Colegiado, as primeiras definições do PROINF foram uma simples divisão de recursos entre os municípios, cada um buscando “levar algo para seu município”, considerando que tanto os técnicos como os representantes das instituições no Colegiado não possuíam elementos para fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial e sobre a viabilidade socioeconômica dos próprios projetos. Nesse momento inicial, não havia uma proposta de desenvolvimento territorial, nem os técnicos designados pelo Estado tinham conhecimento e experiência de execução de uma intervenção pública. De fato, repetia-se a prática advinda dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que consistia na simples discussão dos recursos do PROINF, com a participação de segmentos do poder público e sociedade civil (Araujo, 2002).

Com a constituição do Colegiado Territorial e a realização de Oficinas Territoriais ou Estaduais de caráter formativo, foi proposta uma metodologia (passos) para a destinação dos Recursos: 1º) reunião do Núcleo Diretivo⁷ (ND) do Colegiado Territorial, na qual seriam apresentados o manual do ano do PROINF,

7 O Núcleo Diretivo do Território é a instância de execução, acompanhamento das ações definidas pela plenária, de articulação política, mobilização dos demais agentes sociais e em alguns momentos de tomada de decisões quando delegadas pela plenária, ou quando as circunstâncias exigem. É composto por 16 pessoas eleitas entre os membros do colegiado, em Assembleia convocada para esse fim. Possui paridade numérica entre os membros do poder público e sociedade civil, sendo que cada segmento elege seus pares.

valores e prazos; 2º) o ND, em conjunto com o Assessor Territorial e a ONG que possui os recursos de custeio do Território montariam o calendário das atividades, as Oficinas de Aglomerado⁸ e a Assembleia Final. 3º) Nas oficinas de Aglomerado, os membros do Colegiado Territorial do Aglomerado apresentariam as propostas de projetos. Estes seriam discutidos, considerando a viabilidade econômica, social e de gestão (matéria-prima, instituição que ficará responsável e pessoas envolvidas) e haveria uma primeira priorização de projetos em cada Aglomerado. 4º) Realização de Assembleia Territorial, na qual seriam priorizados os projetos do Território para aquele ano, com base nos projetos aprovados nas Oficinas de Aglomerado. Nesse momento, seriam solicitados, além da proposta básica, no caso de construção, documentos de comprovação de posse do terreno, disponibilidade de água e energia. Considerando esses elementos, o Colegiado Territorial priorizaria os projetos. 5º) Os projetos priorizados seriam encaminhados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para serem apreciados. Dependendo da análise, seriam pedidas alterações e/ou aprovados. Os projetos aprovados no Conselho Estadual seriam encaminhados para a SDT, que também analisaria a proposta e poderia pedir alterações. Caso não houvesse pendências, seriam finalmente encaminhados para contratação na Caixa Econômica Federal (CEF), já indicando o responsável pela execução. Quando houvesse pendência, dependendo desta, seria encaminhado ou para o proponente, quando fosse uma questão de correção técnica; ou para o Colegiado quando não estivesse de acordo com as exigências propostas pelo MDA/SDT.

Os executores dos projetos do PROINF são sempre órgãos públicos de caráter municipal, regional, estadual ou federal. Inicialmente, de 2003 a 2005, os projetos ficaram a cargo da Secretária de Desenvolvimento

Rural do Estado (SDR), o órgão responsável pela implantação do PRONAT no Estado. Diante de inúmeras pendências no processo de execução dos projetos já definidos e contratados, o Colegiado Territorial deliberou que os projetos passassem a ser executados pela EMATER – PI, ficando esta responsável pelos projetos de 2006 a 2008. No entanto, com esse órgão também houve os mesmos problemas já apresentados pela SDR, na execução dos convênios. A partir de 2009, tem-se buscando órgãos federais, outras Secretarias de Estado ou Prefeituras Municipais para a execução dos projetos, mas, a realidade não se alterou, pois continuam a apresentar os mesmos problemas para contratação ou execução. Os problemas identificados foram: inadequação do projeto estrutural de engenharia, falta de comprovação de propriedade do terreno e perda dos recursos de 2015 pela não contratação, pois a SDR não apresentou documentos exigidos pela CEF.

Nas tabelas 02 e 03 abaixo, podem ser identificadas três situações dos projetos: a) executados, b) cancelado ou não contratado e c) em andamento.

TABELA 02: PROINF ENTRE RIOS – RECURSOS E EXECUÇÃO, 2003 A 2014.

ANO	EXECUTADO (R\$)	EM ANDAMENTO (R\$)	CANCELADO/NÃO CONTRATADO (R\$)	TOTAL (R\$)
2003	554.410,00	----	100.888,00	655.298,00
2004	491.360,72	----	39.498,25	530.858,97
2005	---	----	352.500,00	352.500,00
2006	140.000,00	----	224.951,00	364.951,00
2007	158.375,00	----	371.680,00	530.055,00
2008	----	137.000,00	596.000,00	733.000,00
2009	----	290.000,00	620.000,00	910.000,00
2010	455.400,00	----	507.233,79	962.633,79
2011	261.720,00	----	200.000,00	461.720,00
2012	848.000,00	----	----	848.000,00
2013	----	225.000,00	----	225.000,00
2014	----	632.968,00	----	632.968,00
TOTAIS	2.909.265,72	1.284.968,00	3.012.751,04	7.206.984,76

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

⁸ Aglomerados são subdivisões dos territórios, a partir dos seguintes critérios: proximidade geográfica, correspondente a um raio de 50 km; municípios que já apresentam transações comerciais, utilização do sistema de saúde e educação desmembrados; municípios próximos de cidades de referência do território; existência de malha viária que facilite o deslocamento da população entre os municípios.

TABELA 03: PROINF ENTRE RIOS –RECURSOS E EXECUTORES, 2003 A 2014.

EXECUTOR	EXECUTADO (R\$)	EM ANDAMENTO (R\$)	CANCELADO/NÃO CONTRATADO (R\$)	TOTAL (R\$)
SDR	1.045.770,72	----	532.886,25	1.578.656,97
EMATER	120.000,00	----	720.680,00	840.680,00
PREFEITURAS	1.481.775,00	1.284.968,00	1.254.184,79	4.020.927,79
CONAB	----	----	395.000,00	395.000,00
FUNDAC ⁹	----	----	110.000,00	110.000,00
ADAPI	261.720,00	----	----	261.720,00
TOTAIS	2.909.265,72	1.284.968,00	3.012.751,04	7.206.984,76

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

Com relação aos projetos executados, tem-se a aplicação de R\$ 2.909.265,72, o que corresponde a 40,36% dos recursos. Destes, tem-se duas situações: a) projetos executados e funcionando, b) projetos executados e não funcionando, o que será trabalhado abaixo.

Com relação aos projetos executados que estão funcionando, estes são, em geral, relativos à aquisição de equipamentos, como carros, motos e equipamentos de informática, de georreferenciamento para os escritórios municipais da EMATER – PI, SDR e outras instituições que tenham como público-alvo os agricultores familiares, como a EFPT, que recebeu um veículo e outras ONGs que tinham convênio com a SDT/MDA. Com relação a equipamentos, destaca-se a aquisição de uma câmara fria comprada para a Cooperativa “Frutos Daqui”, do município de José Freitas. A Cooperativa é pré-existente ao PRONAT, produz polpas de diversas frutas, e o projeto veio potencializar sua atuação.

De fato, entre 2011 e 2014, o Colegiado priorizou projetos de aquisição de equipamentos (caminhão, retroescavadeira e outros tipos de veículos), voltados para o apoio ao transporte de produtos da agricultura familiar. Para uma visão geral dos projetos definidos pelo Colegiado Territorial, em anexo, apresentamos um quadro com os projetos, no período de 2003 a 2014.

Em relação aos projetos em andamento, tem-se cerca de 17,82% dos recursos ainda para serem executados, o que depende da atuação dos

membros do Colegiado no acompanhamento, execução e depois funcionamento dos mesmos.

No que tange aos não contratados ou cancelados, tem-se, no período de 2003 a 2011, a não aplicação de mais de 3 milhões de reais, o que corresponde a 41,82 do total e observa-se que a mudança de executor não representou maior eficiência na aplicação dos recursos e, conseqüentemente, realização de projetos. Vale observar, todavia, que, no período 2012-2014, todos os recursos destinados foram contratados.

O Colegiado Territorial sempre considerou que os valores do PROINF eram insuficientes para as demandas do Território, mas quando se considera a execução, pode-se perceber que mesmo esses escassos recursos não foram executados, o que tem tornado o PROINF um desmobilizador do PRONAT no Entre Rios. Essa situação não difere em outros Territórios no Estado do Piauí (Lima, 2010), bem como em outros territórios no Brasil (Piroux et al., 2013; Camepão et al.; Nunes et al. e Witkoski et al., 2015)¹⁰.

A principal justificativa apresentada para a não execução dos projetos é a falta de corpo técnico para a sua operacionalização, nos órgãos executores. Mesmo em 2011, de três projetos, dois não foram contratados. A incapacidade técnica aludida é parcialmente contornada pela compra de equipamentos – que demanda processo mais fácil e/ou mais ágil de contratação e execução.

Com relação às dificuldades, são destacadas fragilidades tanto no planejamento quanto na execução. No planejamento, despreparo do Colegiado e incompetência da assessoria técnica para tratar questões técnicas dos projetos, como, por exemplo, estimativa de custo de construções, de equipamentos, muitas vezes, propondo valores inferiores ao que seria necessário para a construção de um determinado empreendimento; falta de conhecimento sobre os trâmites legais, principalmente, das normas da CEF para a liberação dos recursos para execução das obras; e,

9 Fundação Cultura do Piauí, órgão do Governo do Estado responsável pelo fomento às atividades culturais no Estado, bem como pela administração e manutenção dos espaços culturais.

10 Para citar alguns, outros relatórios estão disponíveis no Sistema de Informações Territoriais – SIT –, no site da SDT/MDA.

problemas legais referentes à malha fundiária de muitos municípios, que repercutem sobre a legalidade da documentação apresentada – em geral falta de comprovação de propriedade de terrenos onde deveriam ser construídas edificações. Na execução, falta de corpo técnico nos órgãos públicos estaduais e municipais para operacionalizar a implantação dos projetos. Por fim, foi destacada pelos entrevistados a não priorização dessa ação pública, durante todo o período, por parte do Governo do Estado e Prefeituras e, dessa forma, a ausência de empenho para a resolução dos problemas operacionais e para a execução dos projetos. Ao mesmo tempo, o Colegiado Territorial não possui força política para pressionar os órgãos executores. A alternativa assumida pelo Colegiado foi substituir os executores e o tipo de projeto apresentado e não contratado.

No quadro abaixo, observa-se que muitos projetos estão parados.

QUADRO 02: PROJETOS PARALISADOS POR INADEQUAÇÃO ESTRUTURAL OU TÉCNICA.

ANO	DECISÃO	PROJETO – MUNICÍPIO	SITUAÇÃO / MOTIVOS DA NÃO UTILIZAÇÃO	PROPOSTA ATUAL DE SOLUÇÃO
2003	Reunião com representação territorial	Entrepasto de Mel – Monsenhor Gil	Local do empreendimento inapropriado.	Adaptar prédio para outra finalidade que beneficie os agricultores Familiares.
2006	Colegiado territorial	Fábrica de Cajuína – Pau D'arco	Local do empreendimento inapropriado (tinha sido proposto inicialmente para ser realizado no assentamento) e sem grupo interessado em utilizar o local.	Identificar grupo de interesse, adaptar, também, para a fabricação de doces, elaborar plano de consolidação da unidade, capacitações nas áreas de produção e comercialização.
2003	Reunião com representação territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – José de Freitas	Empreendimento parado, devido a defeitos nos equipamentos e na estrutura da obra e insuficiência de matéria prima para mantê-la funcionando.	Diagnóstico geral e elaborar estudo de cadeia e plano de negócios.
2007	Colegiado territorial	Unidade de beneficiamento de laticínios – São Gonçalo	Empreendimento parado, falta grupo que assumia a gestão, bem como organização da cadeia leiteira para manter o funcionamento.	Organizar e capacitar grupo para assumir empreendimento, elaborar estudo de cadeia de produção leiteira e de gestão do empreendimento.
2003	Reunião com representação territorial	Campos de produção de alerícola – Tezeira, Nazaré e Lagoa Alegre	Alguns campos parados, os que estão funcionando o fazem de forma precária, problemas nos poços e no processo de comercialização.	Diagnóstico geral dos campos, organizar e capacitar os produtores e elaborar uma proposta para a comercialização dos produtos.
2006	Colegiado territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – São Gonçalo	Empreendimento parado, deficiência dos equipamentos e problemas na gestão.	Diagnosticar os problemas e elaborar plano de gestão incluindo capacitações.
2004	Reunião com representação territorial	Matadouro público	Empreendimento parado, falta de equipamentos, deterioração pelo não uso e problema de gestão	Organizar grupo para gestão e acionar os executores para conclusão e reparações necessárias para o funcionamento.

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

As razões apontadas pelos atores para esse fato podem ser classificadas em duas ordens:

- Problemas de gestão, atribuídos à falta de pessoas ou grupos que assumam os empreendimentos; à falta de articulação entre produtores com a finalidade de atender à demanda de produção de matéria-prima. Tem-se como exemplo o caso da unidade de beneficiamento de laticínios, no município de São Gonçalo, que não tem produção, nem grupo que assumam a unidade.
- Problemas técnicos, a saber, empreendimentos que foram construídos em local inapropriado; equipamentos inadequados ou já defasados; insuficiência de matéria-prima. O exemplo característico é o Entrepasto de Mel, localizado no município de Monsenhor Gil, que foi construído ao lado de uma fábrica de postes elétricos, tornando o local inapropriado para manipulação de alimentos.

Os membros do Colegiado atribuem essas e outras falhas técnicas, não ao seu próprio desempenho, mas a uma falha na própria ação pública que não previu as fragilidades, nem possibilitou ou incorporou, desde o início, formações e capacitações adequadas à execução da ação.

Por outro lado, embora reconheçam a desmotivação pela não execução ou paralisação de projetos, destacam como significativo o processo pedagógico ou de aprendizagem coletiva, desenvolvido pelos membros do colegiado das etapas, que envolve a execução de uma ação pública; ressaltam a experiência acumulada e elencam alguns passos ou encaminhamentos que somente agora sabem ser necessários: a) na definição de projetos, considerar o contexto; por exemplo, analisar se possui produção suficiente, como está a organização dos produtores, quem irá assumir o projeto depois de executado, que formações e capacitações são necessárias, o que os membros do colegiado chamaram de “viabilidade econômica e social”; conhecer a documentação legal e técnica do projeto e/ou conhecer

e seguir os trâmites e exigências legais, como, por exemplo, qual a forma de apresentação do projeto, os documentos exigidos para liberação de recursos, a documentação do terreno, legalização, disponibilidade de água e energia elétrica; c) na execução, acompanhar todas as etapas, ao mesmo tempo, buscando articular com o grupo ou grupos que vão assumir a gestão do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se analisar uma ação pública, o PRONAT, no Território Entre Rios, a partir do exame dos projetos do PROINF, sua definição e execução, teoricamente definidos no âmbito do PTDRS.

Na primeira versão do PTDRS, observa-se um diagnóstico limitado, centrado na economia rural do território. A segunda versão, ainda não concluída oficialmente, apresenta diferentes dimensões para a compreensão da realidade territorial: geográfica (características físicas), social (educação, saúde, cultura), ambiental, econômico e político e uma visão mais complexa de desenvolvimento territorial, que subjaz à sua elaboração. No entanto, ainda é generalizante e não apresenta garantia de execução, pois não conta com recursos disponíveis e sua execução dependeria de acordos futuros entre o Colegiado Territorial e as diversas esferas de governo. Dessa perspectiva, o PTDRS, como quadro cognitivo da ação pública, nos termos propostos por Lascoumes e Galés (2010), não cumpriu efetivamente o seu papel, embora tenha produzido o efeito de proporcionar, ao longo das discussões para sua elaboração, um processo de aprendizagem coletiva sobre as potencialidades e limites econômicos, relações sociais, culturais e políticas do Território.

Constatamos também que a destinação e a execução dos recursos do PROINF, no Entre Rios, não tiveram os resultados esperados, pois a maioria nem foi executada e os que foram construídos não estão funcionando. Seja por falhas no processo de definição, seja por

falhas no processo de execução, são evidentes a fragilidade técnica e a desmobilização política dos atores envolvidos na territorialização da ação pública. Projetos não contratados e projetos executados/parados, condensam a maioria dos recursos destinados. Falhas na definição, ausência de gestão nas fases de implementação e execução resumem a análise que se fez da situação dos projetos.

De acordo com relatórios das Células de Acompanhamento e Informações, observa-se que a realidade do município de Entre Rios não é singular. De um modo geral, o PROINF nos Territórios, além de problemas na contratação, também teve problemas na execução, como no Território Açú/Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde a maioria dos projetos, não estava funcionando, conforme relatório de pesquisa da Célula desse Território realizada entre os anos de 2010 e 2011 (Nunes et al, 2015). Piraux et al. (2013), tratando dos Territórios da Cidadania no Pará, destaca que dos 65 projetos aprovados, somente 33 estavam como normais ou concluídos. No Piauí, Lima (2010) apresenta problemas semelhantes nos projetos do PROINF do Território dos Carnaubais.

Por outro lado, com base nessas constatações, o esquema de ação pública proposto por Lascoumes e Galés (2010) permite-nos perceber que os resultados de projetos não podem ser destacados como único elemento da ação pública. É necessário resgatar os processos por ela engendrados, e, dessa perspectiva, tornam-se visíveis outros resultados, como, por exemplo, aqueles apontados pelos integrantes do Colegiado Territorial: aprofundamento sobre as características do território; aprendizagem sobre a execução de uma ação pública; reflexão sobre o desenvolvimento territorial, que, embora não materializada nos resultados, é desenvolvida no próprio processo de definição e acompanhamento dos projetos.

Recebido em: 10/03/2015

Aprovado em: 15/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rosemberg Batista de. *Conselhos municipais de desenvolvimento rural, um perfil: os casos de Urucuá e Bom Jesus*. Relatório final de pesquisa, UFPI, 2004. 42p.

_____. *Território, atores, participação e processos: um estudo sobre Entre Rios, Estado do PI*. 2012. 142 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS/UFPA: Belém, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004*. Estabelece procedimentos operacionais das ações de Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais no apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Disponível: <http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/index?folder_id=59_27850>. Acesso em 10/08/2011.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil* Documentos Institucionais, n.1 março 2005a.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Guia para o Planejamento. Documentos Institucionais, n.3 novembro 2005b.

_____. Decreto nº38 de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10/08.2011.

CABALLERRO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado en Venezuela: La nueva lógica de la participación local. *Espacio Abierto*, v.16, n. 1, p. 132-162, 2007.

CAMEPÃO, Patrícia; QUEIROZ, Adriane e

RAMOS, Vilma. *Relatório da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Reforma*, MS. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra037.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2010. 127p.

LIMA, Jascira da Silva. *A face inovadora das políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise da política de desenvolvimento territorial no estado do Piauí*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG: Campina Grande, 2010.

NUNES, Emanuel Márcio; SILVA, Márcia Regina Farias e GONDIM, Maria de Fátima Rocha. *Relatório da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Cidadania Açul Mossoró*, RN, 2011 Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra001.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. In: *Revista Raízes*, vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10 – 22, jan-dez 2005. Disponível: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf> Acesso dia 10/02/2011.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. *O território do desenvolvimento e desenvolvimentos dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e Colômbia*. 2007. 302 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação sobre as Américas) CEPPAC/UNB: Brasília, 2007.

PIRAUX, Marc; ASSIS, William Santos; RODRIGUES, Valdir da Cruz; SILVA, Nilba Nilza Monteiro e ALVES, José Wilson. Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. In: *Novos Cadernos do NAEA*, Belém. v. 16, n. 1, p. 101-124, jun. 2013.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? In: *Revista Sociedade e Estado*. v. 22, n. 3, set./dez. 2007. p. 715-751. Acesso em 05/01/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>>.

SARDAN, J. P. O. Stéréotypes, idéologies, et représentations. In: *Antropologie et développement: essai em sócio-anthropologie du changement social*. Marseille: Apad-Karthala, 1995. p. 54-75.

TEISSETRENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. In: *Revista Antropolítica*. Niterói, N. 29, pp. 153-179, 2010.

WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto e MIGUEZ, Samia Feitosa. *Relatório analítico Território Rural Baixo Amazonas – AM*. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra017.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

ANEXO 01

QUADRO COM OS PROJETOS DEFINIDOS NO ENTRE RIOS ENTRE 2003 E 2014

PROJETO	EXECUTOR	SITUAÇÃO
2003		
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) em manejo de caprinos e ovinos.	SDR	Cancelado
Construção de centro de engorda e tratamento de caprinos.	SDR	Cancelado
Implantação de uma unidade de horticultura orgânica.	SDR	Cancelado
Construção de entreposto de processamento de mel com capacidade de 200 T/ANO.	SDR	Executado
Construção e aquisição de equipamentos para unidade de beneficiamento e empacotamento de farinha.	SDR	Executado
Implantação de unidade de produção e processamento de olerícola com perfuração de poços tubulares, kits de irrigação e galpão de armazenamento.	SDR	Executado
Kit de informática (computadores, impressoras e nobreak, aquisição de máquina fotográfica digital e filmadora, aquisição de veículo utilitário, cabine dupla e tração 4x4.	SDR	Executado
2004		
Implantação de um entreposto de comercialização dos produtos da agricultura familiar	SDR	Executado
Instalação de unidade de processamento de frutas	SDR	Executado
Instalação de câmara frigorífica para condicionamento de polpa de frutas	SDR	Executado
Reequipar com aparelhos modernos casas de farinha Miguel Alves e Curralinhos	SDR	Executado
Implantação de um campo agrícola	SDR	Executado
Aquisição de 07 microcomputadores, dois notebooks, uma câmera fotográfica e uma câmera filmadora	SDR	Executado
Aquisição de dois automóveis	SDR	Executado
2005		
Implantação de uma unidade de transferência de tecnologia (UTT).	SDR	Cancelado
Aquisição de equipamentos para entreposto de mel.	SDR	Cancelado
Recuperação de cinco casas de farinha comunitárias e aquisição de equipamentos.	SDR	Cancelado
Perfuração e montagem de 05 poços tubulares para o projeto cinturão verde.	SDR	Cancelado
Implantação de sistema de irrigação em 05 ha de campo agrícola.	SDR	Cancelado
Construção de 08 matadouros.	SDR	Cancelado
2006		
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT)	Prefeitura de Miguel Alves	Cancelado
Reestruturação de fábrica de ração - cooperativa de produção São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
Construção de marcenaria e aquisição de equipamentos para produção de colméias e insumos	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) para apicultura	EMATER	Cancelado
Reestruturação de uma casa de farinha	Prefeitura de São Gonçalo	Executado

Construção e aquisição de equipamentos de mini indústria de doces e cajuína alto longá	Prefeitura de Alto Longá	Cancelado
Reestruturação de campo agrícola nazária	SDR	Cancelado
Implantação de um viveiro de mudas ct emater	EMATER	Cancelado
Aquisição de 08 motocicletas. E 14 computadores com impressoras	EMATER	Executado
2007		
Reestruturação com ampliação da fábrica de ração São Pedro.	Prefeitura de São Pedro	Executado
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) Escola Agrotécnica - José De Freitas.	EMATER	Cancelado
Implantação de banco para produção de rainha.	Prefeitura de São Pedro	Executado
Implantação e aquisição de equipamentos para agroindústria de beneficiamento de castanha e fabricação de cajuína.	EMATER	Cancelado
Aquisição de móveis, equipamentos e transporte para Núcleo Diretivo e EMATER.	EMATER	Cancelado
Construção de centro de formação de agricultores/as familiares.	EMATER	Cancelado
Recuperação e aquisição de equipamentos de uma pausterizadora de leite.	Prefeitura de São Gonçalo	Executado
2008		
Aquisição de transporte tipo furgão para cooperativa de beneficiamento de castanha.	CONAB	Cancelado
Aquisição de um carro utilitário, 02 kits de feira itinerante e freezer para comercialização de peixe.	CONAB	Cancelado
A estruturação de laboratório de classificação de farinha.	CONAB	Cancelado
Construção de espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar.	EMATER	Cancelado
Construção de marcenaria para confecção de colmeia e aquisição de equipamentos.	Prefeitura de São Pedro	Em andamento
Construção de estrutura física da agroindústria de frutas - Frutos Daqui.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos em Barro Duro.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos em São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Em andamento
Construção do centro de referência afropindorâmico	FUNDAC	Cancelado
2009		
Unidade de aproveitamento do pseudofruto do caju	PM de Amarante	Em andamento
Aquisição de caminhão para apoiar a comercialização de polpa de fruta	CONAB	Cancelado
Reforma de espaço de comercialização de Lagoa do Piauí	PM de Lagoa do Piauí	Em andamento
Ampliação do mercado de União complementação 70.000,00	EMATER	
Aquisição de kit de feira orgânica	CONAB	Cancelado
Reforma e ampliação das EFA de Miguel Alves	Prefeitura de Miguel Alves	Cancelado
Reforma e ampliação das EFA de São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
2010*		
Realização de obras e aquisição de equipamentos para Centro de Formação da Agricultura Familiar.	Prefeitura de Monsenhor Gil	Executado
2011*		
Aquisição de veículos e equipamentos para a reestruturação do Serviço de Classificação Vegetal do Estado do Piauí.	ADAPI	Executado
2012		
Aquisição de uma patrulha agrícola para estruturação da secretaria municipal de agricultura do município de Água Branca.	Prefeitura de Água Branca	Executado
Aquisição de uma patrulha agrícola para estruturação da secretaria municipal de agricultura do município de Hugo Napoleão.	Prefeitura de Hugo Napoleão	Executado
Apoio técnico e social a agricultores familiares residentes no município de Monsenhor Gil.	Prefeitura de Monsenhor Gil	Executado
Aquisição de 01 veiculo tipo caminhonete moveis e equipamentos de informática para estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura de São Gonçalo.	Prefeitura de São Gonçalo	Executado
Aquisição de um caminhão com carroceria.	Prefeitura de Regeneração	Executado
2013		
Construção instalação da central de armazenamento e de comercialização do peixe.	Prefeitura de Demerval Lobão	Em andamento
2014		
Aquisição de veículos para Agricultura Familiar	Prefeitura de Altos	Em andamento
Promover o desenvolvimento do território com a introdução de novos equipamentos e infraestruturas que sejam capazes de alavancar o processo de organização coletiva, a produção sustentável e o aumento da qualidade de vida das comunidades de agricultores familiares, no município de Curralinhos/PI	Prefeitura de Curralinhos	Em andamento

*Sem os projetos cancelados.

AQUELE QUE DIZEM QUE MATOU: O ACONTECIMENTO, O ESTRANHAMENTO E O DESVELAR DOS ESPAÇOS SOCIAIS DE UMA COMUNIDADE PANTANEIRA

Andhressa Heloiza Sawaris Barboza, Sueli Pereira Castro

RESUMO

O impulso à realização deste trabalho foi, primeiramente, o estranhamento diante do universo pesquisado, a comunidade de São Pedro de Joselândia, aproximadamente 170 km de Cuiabá, distrito de Joselândia, município de Barão de Melgaço – Mato Grosso, localizada entre dois importantes rios do Pantanal: Rio Cuiabá e Rio São Lourenço. As comunidades que compõem o distrito (São Pedro, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Izabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão) são interligadas não somente pela definição geográfica, mas também por uma rede de parentesco (consanguinidade, afinidade e compadrio), que nos permite referenciá-la como campesina, tendo a família e a terra como eixos axiais de seu modo de vida. Na primeira inserção em campo estava ocorrendo a Pareia Pantaneira, uma corrida de cavalos que acontece uma vez ao ano durante o feriado de Independência Nacional. Na Pareia aparecem ainda mais expressivamente elementos de uma sociabilidade agonística. O que no cotidiano pode estar velado, no evento ganha uma dimensão expressiva. Foi durante a primeira viagem de campo, no evento da Pareia, que conheci Manoel Gonçalo Amorim, pouco antes de ele ser assassinado naquele mesmo dia. Os primeiros estranhamentos se seguiram nos anos seguintes ao acontecimento, diante das expressões usadas na comunidade para falar sobre o assassinato acima citado: “aquele que dizem que matou”, ou, “foi um suicídio”. Os códigos acionados por estes agentes sociais que dão significado ao assassinato constituem o objeto de uma etnografia, da qual apresentamos aqui alguns elementos significativos.

Palavras-chave: Assassinato; Honra; Campesinato; Pareia Pantaneira; Pantanal Mato-Grossense.

WHO THEY SAY HAS KILLED: THE EVENT, THE STRANGENESS AND THE UNVEILING OF SOCIAL AREAS OF A PANTANAL'S COMMUNITY

ABSTRACT

The impetus for this work was, firstly, the strangeness facing the universe surveyed, the community of São Pedro de Joselândia (distant 170 km from Cuiabá, Joselândia District, municipality of Barão de Melgaço, Mato Grosso State, Brazil) located between two important rivers in Pantanal: Cuiabá River and São Lourenço River. The communities that make up the District (São Pedro, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Izabel, Capoeirinha and Lagoa de Algodão) are linked not only by geographical definition, but also by a kinship network (consanguinity, affinity and crony relationships) that allows us to refer to it as a peasant community, with the family and the land as axis of its way of life. The first visit we did in the fieldwork, it was happening the Pareia Pantaneira, a horse race that takes place once a year during the holiday of Brazilian National Independence. At Pareia, elements of an agonistic sociability appear even more significantly than during the community's daily life. What can be hidden during the most part of time, in that event gains a significant dimension. It was during the first working trip to the Pareia event that I met Manuel Gonçalo Amorim, who had been shortly murdered that same day. The strangeness had continued in listening to community's interpretations of those involved in the cited murder: “who they say has killed” or “it was a suicide”. The codes triggered by these social agents that give meaning to that murder are object of an ethnography from which we present here some results.

Keywords: Murder; Honor; Peasantry; Pareia Pantaneira; Pantanal.

Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT). E-mail: andhressabarboza@gmail.com.

Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: suelipcastro@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Uma hora antes de sua morte, Manoel Gonçalo me foi apresentado. Chegamos à comunidade de São Pedro, no distrito de Josélândia, município de Barão de Melgaço (Mato Grosso, na região do Pantanal Norte), na tarde do dia 5 de setembro de 2009. Era minha primeira incursão em campo e tinha em mente conhecer o *locus* e definir qual seria meu objeto de pesquisa que, enquanto aluna de iniciação científica, estava inserido no âmbito de um projeto maior: Representações sociais, *habitus* e experiências do “mundo da vida” das populações tradicionais, desenvolvido no contexto do Programa de Estudos Ecológicos e Longa Duração (PELD) – Pantanal Norte.¹ Vinculada ao projeto, fui a campo para conhecer as famílias locais e ver as possibilidades de estudar as transmissões de herança transgeracional da terra, enquanto patrimônio familiar, uma vez que família e terra constituem eixo axial que permitem a reprodução do modo de vida camponês.

A ida a campo se deu no momento da ocorrência de um grande evento na comunidade, a Pareia Pantaneira, uma corrida de cavalos que acontece uma vez ao ano, no período do feriado de Independência Nacional. A Pareia acontece ao longo de três dias, e à noite tem o baile além da venda de bebida e comida nas barracas. Após nos acomodarmos, no final da tarde deste dia, fomos para o local onde seria realizado o evento.

Manoel Gonçalo da Rosa Amorim se apresentou pelo apelido “Nêgo”, contou que era um dos jóqueis e que iria correr com um cavalo de sua família. Nascido em São Pedro, tinha 20 anos, aproximadamente 1,60 metros de altura e magro: características ideais para um jóquei profissional. Era esta a carreira que Manoel queria seguir e contou que, na semana

seguinte, iria para o interior de São Paulo participar de uma corrida profissional e em Cuiabá já estava participando do Jóquei Clube. Às 22 horas nos despedimos e combinamos que, no dia seguinte (6 de julho de 2009), ele me daria uma entrevista sobre a Pareia e seu trabalho no Jóquei Clube. Às 23 horas ele foi assassinado. Fato que só tomamos conhecimento na manhã seguinte.

A vivência deste fato, a morte, modificou toda a estrutura do evento e mesmo a atividade dos pesquisadores, mas é somente no retorno ao campo que o evento começa a provocar o estranhamento. Nesse sentido, foi na segunda viagem a campo, em setembro de 2010, que percebi alguns “estranhamentos” no contexto do meu repertório de pesquisadora, meu universo cultural e aquele universo que buscava compreender, o do campesinato. A morte passa a fazer parte do caderno de campo, mas ainda de forma secundária, pois o objeto de pesquisa era a família.

Novamente na comunidade no período da Pareia, revi alguns que conheci na primeira viagem e conheci outros e sempre o assunto recorrente era o assassinato. O que chamou a atenção era que ninguém procurava descrever a cena ou a ordem dos fatos que circundavam a morte, no máximo uma explicação sucinta: a irmã de Manoel Gonçalo teria reclamado aos irmãos que alguém a “tocou” enquanto dançava, e que os irmãos deveriam “defender sua honra ou ela iria usar as calças deles e eles usarem sua saia”. Assim, teve início a briga que levou à morte do rapaz. Esta fala foi importante, pois a irmã aciona códigos de comportamento e abre um pouco a cortina de elementos fundamentais para a compreensão daquele universo: o desafio à honra, a família e as diferenças de gênero.

Os discursos sobre o assunto surgiam de forma espontânea, sem que eu interrogasse sobre a morte. Percebi certa resistência por parte

1 O objetivo deste projeto maior era caracterizar os processos e representações sociais que orientam e definem as formas de uso e a conservação da diversidade biológica, em diferentes temporalidades, das populações tradicionais – ribeirinha e camponesa – que habitam a área da RPPN-SESC Pantanal (Pantanal Norte Mato-grossense) e/ou seu entorno (Barão de Melgaço e Poconé). Naquela viagem estávamos em uma equipe multidisciplinar: o professor Carlos Castro, do departamento de Ciência Econômica da Universidade Federal de Mato Grosso, sua orientanda, Ana Gonçalves e agrônomos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

dos meus interlocutores em admitir quem era responsável pela morte, ou melhor, quem era o assassino. Ao invés de nomear os envolvidos, a referência era “o rapaz que dizem que matou”. Quanto à “vítima”, “era o mais calmo da família” ou “foi defender o irmão e o pai” e até mesmo “foi um verdadeiro suicídio”.

O meu estranhamento com tais falas, passa a fazer parte do caderno de campo. A partir disso, é este estranhamento que vai implicar nos códigos que foram acionados para compreender e desvelar o evento. Mais uma vez a honra da família aparecia como elemento definidor de espaços, os quais era preciso compreender. E aparece ainda o desafio de que os agentes sociais se veem em uma situação na qual é preciso agir de determinada forma para “defender a honra”. Há uma homogeneidade nas falas e discursos no sentido de justificar a morte. Diante de tais colocações, era preciso compreender a lógica que opera as condições de produção daqueles discursos. Ou seja, quais os processos de significação, na esfera dos campos sociais (a economia, a política e a cultura), que possibilitaram àqueles agentes sociais darem significado ao fato. Quais os códigos acionados e como aquelas falas, aqueles discursos são performados dentro de uma cosmologia e um conjunto de valores e normas.

O *locus* investigativo é a sede do distrito de Joselândia, pertencente ao município de Barão de Melgaço – MT, constituído pelas comunidades: Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Izabel, Capoeirinha, Lagoa do Algodão e a sede São Pedro. O povoado pantaneiro de Joselândia possui uma territorialidade própria em áreas tradicionalmente ocupadas onde, ao longo do tempo, se constitui uma forma de existência coletiva destes grupos sociais e suas relações com os recursos da natureza. No universo campesino as relações entre as famílias e a terra se dão a partir de hierarquias onde a honra é um elemento constitutivo. De tal modo, as relações en-

tre terra e família são fundamentais para compreender o objeto de pesquisa.²

1. DO ACONTECIMENTO: O ASSASSINATO E OS ENVOLVIDOS

A noção de acontecimento é uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção, a qual possibilita manter presente o acontecimento e impedir que ele seja disperso no tempo, por isso é a manutenção de uma memória, como nos mostra Foucault (1997, p.111), ao indicar que o acontecimento trata de “manter presente e guardar no espírito como aquilo que deve ser pensado” é a “questão mesma do acontecimento e do seu sentido” – a “questão da historicidade do pensamento” “manter presente e guardar no espírito como aquilo que deve ser pensado” é a “questão mesma do acontecimento e do seu sentido” – a “questão da historicidade do pensamento”. Um exemplo dado por Foucault (1984) é a Revolução Francesa. Esta seria um acontecimento, pois não se configura como um “passado simplesmente dado” e sim que deve ser mantido presente como aquilo que deve ser pensado, atualizado. Enquanto memória, o acontecimento é reinscrito, reativado e não estagnado e imóvel, ele é historicizado nos discursos.

O assassinato de Manoel Gonçalo da Rosa Amorim para o grupo estudado, São Pedro de Joselândia (o cenário), durante o evento da Pareia Pantaneira é um acontecimento que marca a memória da comunidade de São Pedro de Joselândia. O que motivou, ou impulsionou, este trabalho foi o meu estranhamento diante das interpretações que vieram da comunidade sobre os envolvidos, “*aquele que dizem que matou*” ou “*foi um suicídio*”. Ainda me motivou a observação de que o assassinato modifica o evento da Pareia Pantaneira e introduz novas preocupações àqueles agentes sociais. Para compreender de onde vinham essas falas foi necessário fazer o caminho inverso:

2 Este artigo se apoia no conteúdo do terceiro capítulo do trabalho monográfico (Barboza, 2014) apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais ICHS/UFMT Cuiabá, sob orientação da professora doutora Sueli Pereira Castro.

a imersão no cenário (a comunidade), a imersão no evento (a Pareia Pantaneira) para enfim, desvelar o que motivava aqueles discursos e qual a lógica á qual estavam inseridos. Falo caminho inverso, pois antes mesmo do trabalho de campo começar, logo na primeira entrevista marcada, o informante foi assassinado.

No dia 5 de setembro de 2009, conheci Manoel Gonçalo da Rosa Amorim, ele se apresentou pelo apelido *Nego*, conversamos um pouco ele me contou que iria correr na Pareia com um cavalo do seu pai. Ele nasceu em São Pedro e seus pais, Carmen Gonçalves da Rosa Amorim e Sebastião Luiz da Silva Amorim, também são da comunidade. Manoel, nascido em 1988, tinha então 21 anos, cresceu ali onde completou o ensino fundamental, morava em Cuiabá há um ano para terminar o ensino médio.

Os envolvidos no assassinato também nasceram e cresceram na comunidade, são eles: Isaias Pereira da Silva, filho de Gonçalo Pereira da Silva e Roselane Oliveira da Silva, Divino José da Silva Oliveira, filho de José Francisco de Oliveira e Maria Paulina da Silva, Evailson Moraes da Silva, filho de Walmir Pereira da Silva e Josineth Pereira da Silva e Bras Alves da Silva, filho de João Alves da Silva e Francisca Caldas da Silva.³

A família de Manoel não traz o sobrenome Silva que é o sobrenome dos fundadores da comunidade (os três irmãos da família Silva, Antônio, Benedito e Pedro), já a família daqueles que respondem judicialmente pelo assassinato traz o peso desta ancestralidade. A família, neste universo, é um valor social central na organização da economia e na distribuição dos espaços de cultivo, sendo a terra entendida como uma dádiva que permite a reprodução da família, tanto do ponto de vista econômico como cultural. São essas caracte-

terísticas que fundamentam o processo de territorialização e o modo de vida camponês. Sua reprodução cultural enquanto grupo se dá pela oralidade onde os mais velhos são os guardiões da memória.

2. A ENTREVISTA QUE NÃO TERMINOU

Chegamos à comunidade de São Pedro de Joselândia, uma equipe da Universidade Federal de Mato Grosso formada por duas estudantes (eu e uma aluna da graduação em Ciências Econômicas), o professor Carlos Castro e dois agrônomos da Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural. O objetivo daquela viagem era aproveitar a oportunidade do evento, a Pareia Pantaneira, para a minha inserção no *lôcus*.

Naquela noite, fomos ao local onde ocorreria as corridas da Pareia no dia seguinte e estava acontecendo o baile. Foi quando conheci Manoel Gonçalo e ele me contou que, em Cuiabá, trabalhava em um clube de jôquei e queria se profissionalizar como jôquei. Em entrevista com um familiar que reside em Cuiabá e não autorizou a divulgação de seu nome neste trabalho⁴, confirmei a informação sobre o trabalho de Manoel:

Andhressa: Ele contou que iria correr profissionalmente, é verdade?

Familiar: É, ele ainda não tinha corrido valendo muito dinheiro, ele ia pra São Paulo quando voltasse do sítio, mas aí aconteceu né.

Andhressa: Ah é?

Familiar: Sim, foi o que me disseram.

Andhressa: Ele gostava de correr né?

Familiar: Ah sim... desde pequeno, ia pra escola, depois sempre corria com os meninos lá.

3 Trago aqui os nomes que constam no processo criminal nº 112/2009. Disponível para consulta em: <http://servicos.tjmt.jus.br/processos/comarcas/dadosProcesso.aspx>

4 Ambas as famílias foram procuradas, a família da vítima se recusou a dar entrevista sobre o assunto, apenas um familiar conversou comigo e não autorizou a divulgação de seu nome e só pude usar as informações que não iriam comprometer ou revelar sua identidade. A família dos denunciados pelo Ministério Público também se recusaram a falar, pois ainda não houve julgamento do crime o que deve ocorrer em 2014. Os nomes que constam aqui estão no processo criminal que, por se tratar de documento público, foram inseridos no trabalho.

A referência sítio na fala marca uma alteridade em relação à comunidade, diferente da noção de pertencimento, o que remete a uma liminaridade (não somente por isso, mas também por outras características que vou trabalhar mais a frente). A fala, tanto do familiar quanto de Manoel, localiza Manoel em uma fase liminar. De acordo com Turner (1974) liminaridade, ou fase liminar é a fase intermediária entre o distanciamento e a reaproximação. Por exemplo, nos rituais de passagem ocorre um distanciamento do indivíduo da sua estrutura social e, depois, um retorno, com novo status. E Turner vai além, esta distância adquirida durante a liminaridade, a qual Manoel Gonçalo se encontra ao “sair” da comunidade e ir para Cuiabá, permite que ele vislumbre as estruturas para além de limites fixos, é um afastamento que traz um conhecimento e revela a arbitrariedade das convenções.

A Pareia Pantaneira é um evento, ele sai do cotidiano, e sendo uma interrupção na vida rotineira ela se constitui em rito para aquela comunidade. Os ritos, segundo Turner, dramatizam aquilo que está no cotidiano, mas de acordo com um campo simbólico que está para além de “manual cultural” (Turner, 1974). No momento da Pareia, as normas a serem seguidas dão lugar a uma realidade não regulada e potencialmente transformadora. Este é um estado de liminaridade que, para Turner compõe uma forma expressiva na qual os atos culturais assumem a potência transformadora, de atualização, mas também de reprodução.

Entrevistei outro rapaz em situação semelhante à de Manoel e que também saiu da comunidade e se mudou para Cuiabá. Essa configuração, a de jovens saírem da comunidade para o ambiente urbano, aparece durante o trabalho de campo como frequente:

Andhressa: vc nasceu lá em São Pedro?

Informante: sim, mas meus pais são de lá

Andhressa: mudou pra cá faz tempo?

Informante: direto eu vinha passar um tempo em Cuiabá, dai eu terminei meu estudo e me mudei de uma vez no fim de 2009

Andhressa: você pensa em voltar pra lá?

Informante: tipo lá eu sempre morei com meus pais e aqui moro sozinho, penso sim

Andhressa: você não poderia morar sozinho lá?

Informante: direto vou la passear, poderia sim mas minha família ficava insistindo pra mora com eles e mesmo se insistisse eu não moraria⁵

Assim como o informante, Manoel sai da comunidade e, portanto, ele “rompe” com a reprodução social da família a partir do trabalho com a terra o que implica no fato de que ele ao invés de se manter na terra onde sua família tira seu sustento, vai para Cuiabá em busca de novas possibilidades. Apesar deste aparente rompimento no sentido econômico, ele não rompe totalmente no sentido de pertencer à comunidade, pois nos momentos das festividades ele retorna e participa daqueles ritos onde os valores e as visões de mundo pertencentes ao grupo são reafirmados.⁶

Mas há certo distanciamento e nesse sentido o conceito de liminaridade, em Victor Turner, nos auxilia na identificação de processos ou pessoas que não estariam dentro das normas morais de uma dada comunidade cultural, mas também não estão fora e as classifica como no limiar desta comunidade. Este caráter liminar que Manoel, assim como o informante relatam, permite a abertura a novos mundos a aqueles agentes sociais e a sua reinvenção, sua recriação. O momento da efervescência do evento da Pareia é também um rito, momento liminar onde os valores morais são suspensos e onde o fraco pode desafiar o forte em uma corrida, mas também é onde os espaços já são pré-definidos, ou norteados, pelas relações sociais anteriormente e historicamente estabelecidas, ou seja, por disposições

5 A conversa aconteceu pela internet, utilizando a rede social Facebook.

6 A respeito da migração, Woortman (1990) aponta que os camponeses não se constituem somente como produtores de alimento, mas também como migrantes e esta migração não inviabiliza sua existência, ela constitui uma estratégia, integrante de sua própria reprodução.

duráveis, pelo *habitus*, segundo proposto por Bourdieu (1996, 2007).

A respeito do comportamento do jovem, Zygmunt Bauman (2003), aponta um movimento juvenil contemporâneo dentro de transformações em todos os âmbitos da vida humana, eles são sujeitos que buscam espaços de manifestações de desejos e essa busca é o que dá início aos novos processos de identificações. Manoel se coloca, então na liminaridade de dois processos culturais: aquele de São Pedro de Joselândia, onde nasceu e cresceu, e aquele do qual se insere na sociedade capitalista enquanto jóquei. Na comunidade ele é um “filho da terra”, mas que não participa do cotidiano e para aquele outro meio ele é rapaz que saiu da ruralidade e foi para a urbanidade.

Naquele dia, antes de morrer, Manoel contou algumas de suas experiências como jóquei e de seus colegas que se submetem a uma rotina exaustiva de treinos e uso de medicamentos para reduzir o peso:

Lá é profissional, tem que treinar muito pra correr, e quando você se acerta com um cavalo, ele te acompanha pro resto da vida. Mas é profissional, não é brincadeira, tem juiz, tem treinador, semana que vem eu vou pra Barretos correr, aí não posso nem beber mais. Amanhã aqui a corrida vai ser boa, trouxe uma injeção pro cavalo que faz o bicho correr que só. (Manoel Gonçalves).

A fala de Manoel aponta a potencialidade do indivíduo em fase liminar em causar “ranhuras” na estrutura. São essas fissuras, ranhuras que permitem o diálogo com a complexidade daquele universo, pois é diante da possibilidade de ameaça à coesão social que os arranjos são revelados e as estratégias de reprodução do modo de vida e desta coesão se revelam. Manoel, ainda contou que iria aproveitar o momento em que o cavalo ficava escondido, para aplicar a injeção de cafeína, prática que ele afirmou ser comum nas corridas “profissionais”. Em sua fala era recorrente a valorização em uma positividade do que

seria “profissional” e não apenas “uma brincadeira”, trazendo elementos que caracterizariam uma corrida “profissional”, o que incluía ao jóquei perder peso, pois quanto mais leve o jóquei maior a velocidade que o cavalo pode atingir. Manoel estava em uma fase liminar do que seria ser “um jóquei profissional” e ser profissional era saber lidar com a trapaça, e o que seria ser um jóquei na Pareia Pantaneira. Naquele dia, pouco antes do assassinato, já estava ficando tarde e a equipe de pesquisa estava cansada, nos despedimos de Manoel perto das 22 horas e combinamos que no dia seguinte, antes de correr, ele daria outra entrevista, o local seria ali mesmo, logo pela manhã. Ele falou que ficaria mais um pouco, para aproveitar o baile porque seria sua última festa antes de viajar para outro Estado e ficaria períodos sem poder sair à noite para se divertir.

3. AQUELE QUE DIZEM QUE MATOU

Na manhã seguinte, ainda no local onde estávamos alojados, recebi a notícia de que tinha ocorrido um assassinato na noite anterior. De imediato não sabia que se tratava de Manoel, foi só quando o dono da casa onde estávamos falou que “*tinham matado o Nego, filho do Ticó*”. Fomos até o local onde aconteceria a Pareia e todos estavam muito comovidos, a comissão organizadora decidiu não colocar música e nem mesmo o locutor que narrava às corridas utilizou o microfone. Procurei indagar como teria acontecido aquela fatalidade e o que ouvi é que teve uma confusão e mataram Manoel, as pessoas estavam chocadas e fomos embora naquele dia mesmo à tarde. As falas e as versões sobre o acontecimento foram aparecer nas próximas viagens.

Naquele ano a festa esvaziou e o trabalho de campo parecia perdido. Contudo, nos anos seguintes os relatos sobre o acontecimento foram tomando cada vez mais espaço nas anotações do caderno de campo. As primeiras versões trazem para o cenário do acontecimento outros agentes que não somente Manoel e seu assassino e os relatos deram conta que ele, seu irmão e seu pai teriam brigado

com outros quatro homens, também parentes entre si. Os trechos do diário de campo onde anotei, à época, o que os informantes traziam sobre o acontecimento, trazem uma primeira versão que me foi apresentada e a partir desse momento que o acontecimento começa ganhar mais espaço dentro das anotações:

Começamos a conversar sobre assuntos diversos relacionados às condições de saúde da comunidade até que o assunto foi o uso de drogas por parte dos jovens ali e não demorou para surgir o tema do assassinato que ocorreu no ano anterior. Os informantes deixaram claro que, para a comunidade de modo geral, a família do rapaz que morreu era mais responsável pelo incidente do que o próprio rapaz que matou, eles se referiam a ela como os provocadores. “Mataram o mais calmo, ele nem era tão briguento como os outros da família”, disse o morador. Eu já tinha escutado isso antes de outros moradores. A família da vítima é apresentada como a maior responsável. A versão era de que a irmã se queixou aos irmãos e ao pai de que alguém a tocou nas partes íntimas enquanto dançava e que os irmãos deveriam “defender sua honra ou ela iria usar as calças deles e eles usarem sua saia”, segundo um membro da comunidade. Assim, teve início a briga, a princípio no salão e depois o rapaz que matou “Nêgo” teria buscado uma faca em casa e o abordado enquanto ele ia ao encontro dos irmãos para impedi-los de continuar a briga. Para alguns moradores, “Nêgo” era o mais “calmo” da família e mesmo assim já teria tido algumas brigas com rapazes da comunidade quando frequentava a escola. Pelos discursos que me foram apresentados de forma espontânea, sem que eu interrogasse, é perceptível certa resistência da comunidade em admitir quem foi responsável pela morte. (Trecho do diário de campo, dia 4/9/2010)

Mesmo quando a entrevista não era sobre o assassinato, pois naquele momento buscava informações para outro recorte relacionado às relações de parentesco e depois para meu trabalho de conclusão da graduação

em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo), as versões nas falas dos entrevistados se colocavam enquanto memória e mais, enquanto aprendizado. É por isso que o assassinato se coloca como acontecimento ao ser reinscrito pela oralidade:

Esse juiz de paz é que falta muito por aqui. Óia, já teve morte aqui, já teve. Foi o filho de Ticó. Eu não sei o que aconteceu, tem uns que dizem que é droga. Eu não tava lá, eu não vi, eu não sei. Ele tava indo pra casa, aí correram atrás. Nem foi ele que brigou, foi o outro, não sei quem, uma rapaziada porcaria, pegou na bunda da irmã dele. Aí ela foi dá parte pro papai, pro irmão, aí eles tem uma moda de brabo e aí saíram no jeito. A menina ao invés de apazigua, foi botá mais fogo, aí foi na hora da briga, uma confusão. Foi depois deste que diz que aconteceu a morte. (R.J.S.)

A questão da honra aparece na fala do informante ao relatar a sua versão, colocando o modo como uma mulher e como um homem devem agir: enquanto ao comportamento da mulher cabe a preservação da honra pela pureza de sangue estando diretamente relacionada à castidade, cabe ao homem honrar a família em atos de bravura e conquista. Aí vemos uma possível contradição: a irmã “vai dar parte” para os irmãos e o pai de que a sua honra estaria sendo violada e eles, ao enfrentarem aqueles que a teriam violado, segundo o julgamento do informante, não agiram bem. A partir da figura da irmã de Manoel, na fala do informante, abre-se a questões relacionadas à sexualidade e ao ser mulher naquele espaço⁷. Fernandes (2009) pontua que há um fio tênue entre a mulher “viver o amor firme” ou se “tornar falada”.

As jovens ao se perderem [ter relação sexual], afirmam ter ocorrido dentro de relacionamentos afetivos. Acrescentam que na ocasião estavam envolvidas emocionalmente e afetivamente com os companheiros, nomeando tal sentimento como amor.

⁷ O tema “Sexualidade em contextos afetivos de mulheres jovens pantaneiras” foi trabalhado na dissertação de mestrado da pesquisadora Mariel Maróstica Fernandes (2009). O trabalho foi fundamental para compreender o lugar da mulher na comunidade.

Experimentam o sexo com parceiros com quem já mantêm um relacionamento emocional e geralmente o intercuro sexual se dá em festas ou em passeios que o jovem casal se dispõe em lugares distantes. *Gri-fo nosso* (FERNANDES, 2009, Pg. 191 a 192) .

O desdobramento posterior ao da relação sexual é o que vai levar a mulher a se tornar falada, quando o parceiro a abandona, ou a ter um amor firme, legitimando a relação perante o grupo. É nesse contexto que a figura da mulher, como é o caso da irmã de Manoel, se coloca e a irmã aciona esses valores ao desafiar os irmãos a “defender sua honra ou ela iria vestir sua calça”. O que se deu em sequência foi a briga entre as famílias e o assassinato. Outro relato culpabiliza o próprio Manoel e seu pai pela sua morte:

Aquele menino que morreu, não foi que morreu, ele se suicidou e a culpa é do pai. O sujeito já tava pra ir embora e o pai dele foi de atrás tomar satisfação por bobobó de criança, se ele tivesse ido embora e dito “cê veio pra festa e não pra briga”. Mas aí ele falou “perai que eu vou lá em casa pegar meu revólver e venho”, aí cê me diz: quem que vai esperar? Aí ele [o pai] estragou a vida dele, do outro e ainda vai sair morte. Tá perigoso, ele fica dizendo que quer vingar o filho. Um amigo meu até falou “o senhor que não deixa ele risca meu filho que eu saio aqui a noite e vou amanhecer em Cuiabá, mas eu mato tudo” e é porque eles [família do menino que morreu] são tudo gangue, são motoqueiro, porque com essa estrada que ta aí passa tudo que é bom e tudo que é ruim. Aonde que você vai mexer com gangue, com menino que cheira a bolinha, a fumaça? Mexer é perder tempo, larga a mão. (E.R.S.)

Mas se cabe ao homem os atos de bravura para a manutenção da honra da família, por que quando Manoel enfrenta aqueles que violaram a honra da irmã, é ele, o pai e o irmão que são os culpados pela sua morte?

Segundo outra fala sobre o assassinato na Pareia Pantaneira, o informante conta que:

Mas aquilo foi independente de corrida, foi uma rixa que eles já tinham há muito tempo. Esse menino que dizem que matou nem morava mais aqui, tava morando em Cuiabá. Jovem aqui termina o ensino médio e começa a sair em busca de trabalho, emprego. Sempre que eles se viam, eles brigavam, aí chegou nesse dia foi o que aconteceu. A turma ficou chocada, matar outro com faca ali, aí acontece que foi chocante porque aqui todo mundo se conhece, aí acontece uma barbaridade dessa com gente daqui, se fosse pelo menos alguém de fora. O pai do que morreu é o Ticó, ele tá de guarda lá na escola, mas do outro foi todo mundo embora. Antes de morrer ele tava dançando, trouxe uma menina lá de Cuiabá. Ele era bonzinho, legal ele, mas ele gostava da bagunça, fora da bebida ele era bonzinho, mas o irmão dele que era o problema. O que aconteceu, a bagunça foi por causa do irmão dele, o Tião, ele foi trabalhar no Sesc lá. Esse ano [ano que morreu] não sei, mas esse ano tá tendo muita droga, o que dizem que matou tava, no mínimo, drogado, porque pra fazer uma coisa dessas só drogado mesmo. (S.L.S.)

Volta aqui a questão dos jovens da comunidade para a cidade e este movimento migratório se dá no momento de mudanças dramáticas em seu modo de vida, então comunidade que o cercamento e privatização das terras altas, não alagáveis consideradas até então como área comum. Segundo Castro (2008), tal processo acontece quando as grandes propriedades, as áreas de preservação ambiental comprimem a comunidade e restringem os espaços das áreas cultiváveis, pois o regime das águas do Pantanal é o que torna o solo fértil e ainda determina áreas não alagáveis, onde o gado pode ficar no período das cheias e onde se pode plantar. As implicações disso para os camponeses e ribeirinhos são expressivas, pois o Pantanal se constitui “mais que um espaço geográfico, é um lugar, isto é, um território estabelecido entre as pessoas a partir dos vínculos sociais do parentesco”. (Castro, 2008) É neste contexto que a migração não representa a dissolução deste universo, mas sim uma estratégia de sobrevivência do grupo. Ao ir para

o ambiente urbano, Manoel vai trabalhar como jôquei, profissão que antes disso se constituiu como “vocação” no cenário de onde vem.

Após as primeiras falas sobre o acontecimento, questionei quem seria “aquele que dizem que matou” a resposta era de que ninguém tinha certeza, pois ninguém havia visto. Mas nas próprias narrativas, os agentes se colocam na perspectiva de quem estava lá e presenciou praticamente tudo que ocorreu, menos “aquele que dizem que matou” Manoel Gonçalves.

Na descrição do processo criminal nº 112/2009, conta que:

Na denúncia o Ministério Público relatou que, no dia 05.09.2009, por volta das 23:00 horas, na localidade de São Pedro de Joselândia, zona rural do Município de Barão de Melgaço/MT, o denunciado Isaias Pereira da Silva, com auxílio dos denunciados Divino José da Silva Oliveira, Evailson Moraes da Silva e Braz Alves da Silva, agindo por motivos de somenos importância e fazendo uso de um canivete (auto de apreensão fl. 38), desferiu golpes contra a vítima Manoel Gonçalves de Amorim, causando-lhe as lesões que foram causa eficiente de sua morte.

Aduziu o Parquet que, no dia indicado, naquela localidade, ocorria a “Festa do Cavalinho Pantaneiro”, sendo que, após discussão entre o menor Max Júnior Ramos e familiares da vítima, os denunciados Isaias, Evailson e Divino tentaram intervir, gerando uma confusão maior ainda. Narrou que, no calor da discussão, Sebastião Luiz da Silva Amorim (pai da vítima), Manoel Gonçalves (vítima), Sebastião Manoel (irmão da vítima) e os denunciados, começaram a se agredir, com socos, pontapés e garrafadas. Ponderou que, após ser atingido por uma garrafa e perceber que estava sangrando, Isaias deixou o local, acompanhado dos demais denunciados, retornando, em seguida, portando uma arma de fogo (auto de fl. 66). Afirmou que o acusado Isaias disparou contra Manoel, assim como contra seu pai e seu irmão, porém a arma não funcionou. Segundo constou na peça acusatória, após a arma ter falhado, as vítimas empreenderam fuga, ocasião em que o denunciado Braz Alves da Silva, entregou ao corréu Isaias, um cani-

vete, o qual foi utilizado para ceifar a vida da vítima Manoel. Ressaltou que, de posse do canivete, o acusado Isaias, juntamente com o menor Max Júnior e com os denunciados Evailson e Divino correram atrás da vítima Manoel, de seu irmão e de seu pai. Na denúncia relatou-se que os acusados conseguiram alcançar apenas Manoel Gonçalves da Rosa Amorim, momento em que Evailson segurou a vítima Manoel para que Isaias a agredisse. A Promotora de Justiça acrescentou que Manoel conseguiu escapar dos denunciados, mas que, estes, no intuito de terminar o que haviam começado, continuaram a perseguí-lo, até que, em determinado momento, o acusado Divino indicou ao réu Isaias a sua localização, ocasião em que este último avançou contra ela desferindo os golpes que ocasionaram sua morte. (Trecho da página 3 do processo criminal nº 112/2009. Grifo da autora).

As informações que o processo traz são novas diante dos relatos da comunidade. Pela primeira vez vejo uma descrição pormenorizada do que aconteceu. Na instrução processual foram tomados depoimentos, alguns espontâneos, outros obrigatórios, nos quais os depoentes foram questionados e os fatos relatados confrontados ainda com as versões dos próprios acusados e reconstituição dos fatos com cada um dos acusados.

O trecho que destaquei no processo é o que até então não me havia chegado pelos relatos orais. Isso porque a memória é seletiva e as versões me eram contadas a partir dessas memórias que passaram pelo crivo daquela cultura, daqueles valores e que consolidaram o assassinato enquanto acontecimento.

Se, como descreve o processo, baseado no depoimento das testemunhas, e no último relato o informante conta que estava lá no momento da briga, todos viram quem era o rapaz que ameaçou Manoel e seu pai com um revólver e depois ele correr atrás com um canivete, como o informante que estava lá afirma: “aquele que dizem que matou” e não individualiza os responsáveis pelo assassino? É diante dessas inquietações que busquei compreender qual era aquele cenário.

4. CENÁRIO, EVENTO, *HABITUS* E PERFORMANCE

A comunidade de São Pedro de José-lândia compõe uma rede social que se sustenta nos laços de parentesco e de vizinhança, que se reafirmam por meio de casamentos e nas festividades e o pertencimento ao grupo está relacionado à aceitação da condição de camponês como ordem moral onde as categorias de “fraco e forte” estão colocadas, sendo que e na Pareia essas categorias estão ainda mais evidentes, pois o evento é essencialmente o ambiente de competição, de definição de espaços, onde aqueles agentes sociais dramatizam seu modo de vida.

A relação de drama social da qual Victor Turner trabalha e o “Estado teatro” que Geertz (1991) analisa em seu trabalho intitulado *Negara*, apontam para conceitos teóricos aqui utilizados. Quanto ao aspecto conceitual, Geertz (1991) busca uma variedade distinta de ordem política e fala de uma natureza expressiva da organização social enquanto teatro, ou seja, o lugar das formas expressivas no qual as cerimônias e espetáculos permitem compreender a ordem que é dramatizada, encenada, nessas ocasiões. De tal forma, é na Pareia Pantaneira que este teatro é encenado para demonstrar uma natureza da realidade que só é possível a partir de um padrão de conhecimento dos envolvidos que é compatível como a visão cosmológica. “Argumentos, melodias, fórmulas, mapas e retratos não são idealidades para serem pasmadas, mas sim textos para serem lidos, como são os rituais, palácios, tecnologias, formações sociais” (Geertz, 1991, p. 170). A frase é longa e importante, porém, nem sempre consegue manter a clareza. Começando com “De tal forma, e indo até conhecimento dos envolvidos, eu pergunto a quem se refere: é ao teatro? Talvez uma vírgula melhorasse. Vou colocá-la então em amarelo. Veja se melhora. Como é um argumento central ao artigo, vale buscar maior clareza.

A realidade teatral é tratada por Richard Schechner (2006) que a caracteriza como “não ordinária”, sendo, pois uma realida-

de em situações especiais, fora do cotidiano que exige determina ações físicas estabelecidas de certa maneira ou improvisadas de acordo com regras conhecidas. A performance segue um roteiro previamente conhecido e os acontecimentos se dão em espaços também especiais, são antes de mais nada momentos de ruptura no ciclo da vida. O que é performado é convertido em códigos os quais o grupo compreende, pois quem está performando aciona os códigos e valores locais e desse modo é possível a comunicação. O comportamento do performer não é livre, pois para que possa ser entendido e legitimado este comportamento deve “pertencer” ao grupo. Assim, o conceito de palco, para o autor não se limita a um espaço físico (como o palco do teatro), mas ele se amplia, absorvendo tempo/espaço/espectador/performer. A performance é construída de fragmentos que foram selecionados e mantidos dentro de um fluxo de ações. Assim, como Geertz (1991) e Turner (1974), Schechner (2006) coloca o mundo performativo diferente das formas do mundo cotidiano.

A Pareia Pantaneira, além de trazer elementos de dramatização e performance, se constitui em um momento de efervescência social, no sentido dado por Durkheim (1913 *apud* Weiss, 2013) em que as situações de efervescência:

Mas esse afluxo, em si mesmo, não possui nada de imaginário; ele é real. Esse aumento da vitalidade se traduz nos fatos pelas ações que inspira. O homem possui uma confiança, um ardor, um entusiasmo que ele não experimenta em tempos ordinários. As provações da existência encontram nele mais forças de resistência; ele é capaz de grandes coisas, o que prova por sua conduta. É essa influência dinâmogênica da religião que explica sua perenidade. (Durkheim 1913, Pg. 17 *apud* Weiss, 2013)

Se a comunidade é o cenário e nela estão os valores que dão coesão ao grupo, a Pareia é o evento e momento de efervescência desses valores, o assassinato aparece enquan-

to acontecimento, referendado na memória, mas deve ser entendido dentro deste contexto, não em uma relação causa e efeito, mas em sua significação simbólica, este campo simbólico que adentramos para desvelar o que as falas dos informantes nos trazem. Para tanto vamos tentar fazer uma análise paralela com a descrição cronológica que aparece no processo criminal, a fim de perceber a sequência cronológica desta dramatização que pode ser conectada com a ideia de valentia e honra:

1. Após uma discussão entre o pai, o irmão da vítima, o próprio Manoel Gonçalo (vítima) e os denunciados, começaram a se agredir com socos, pontapés e garrafadas.

2. Até que Isaías foi atingido por uma garrafa e ambas as famílias trocaram ameaças. Quem se feriu precisava demonstrar sua bravura e a família precisava defender sua honra que foi desafiada.

3. Isaías foi para a sua casa e voltou com uma arma de fogo. Na frente de todos da festa, que já haviam presenciado a briga e viram Isaías sair machucado, ele dispara contra Manoel, assim como contra seu pai e seu irmão, porém a arma não funciona e tensão fica ainda maior, o desafio se intensifica. Como a imagem de uma panela com água no fogo e ela começa a ferver, gradativamente. Essa imagem remete ainda à imagem do cavalo quando está sendo preparado para a corrida e é preciso estar com o “sangue quente”, essa dramatização do cavalo na baía traz também a ideia da água prestes a ferver, mas que só deve ferver no momento em que a porta da baía é aberta e eles saem em disparada. A sequência do assassinato tem também esses elementos do “sangue quente”, sendo que não foi possível, como se faz com os cavalos, “esfriar” a água e o sangue e se consuma tudo com a morte de Manoel Gonçalo.

4. A arma de fogo, entendo, foi uma performance de “valentia”. Nesse momento, um primo de Isaías entrega um canivete em suas mãos e outro rapaz segura Manoel. Isaías se vê com um canivete em mãos e coagido a demonstrar sua “valentia”, predicado importante neste universo, ele age como pessoa moral, mas ain-

da defendeu a si mesmo para provar à comunidade sua legitimidade enquanto desafiado.

Quando o informante nos conta que “aquilo foi independente de corrida, foi uma rixa que eles já tinham há muito tempo”, é porque no cotidiano essa efervescência não está presente, mas na Pareia sim, por ser o momento da disputa, do desafio. Ao justificar a morte, todas as justificativas que são postas pelos informantes dão conta da preocupação com o uso de drogas, e que “o que dizem que matou tava, no mínimo, drogado, porque pra fazer uma coisa dessas só drogado mesmo” e que “fora da bebida ele era legal”, falando no primeiro caso “daquele que dizem que matou” e no segundo de Manoel. O acontecimento se constitui, para aquela comunidade, como um aprendizado, algo que deve ser evitado, pois ele ganha o contexto do grupo e não é considerado algo envolvendo exclusivamente os indivíduos. A fala representa ainda a preocupação do grupo que também toma para si não a responsabilidade pelo fato, mas a responsabilidade em estabelecer estratégias a fim de evitar outro acontecimento como esse.

As relações familiares que fundamentam aquela organização social dão conta que no acontecimento não são os indivíduos que estão disputando, já que eles representam suas famílias, são “pessoas morais”. Assim como na Pareia Pantaneira não são os indivíduos que competem, mas sim estas pessoas morais que disputam, agonisticamente, definindo, opondo-se em fortes e fracos.

Essa ideia apresentada por Mauss e que vai ser adensada por Dumont (1993) traz a discussão sobre a concepção de indivíduo e pessoa. Enquanto a chamada sociedade moderna ocidental, da qual emerge o discurso apresentado no processo criminal, concebe a ideia de indivíduo como um ente independente, em uma escala anterior às relações sociais e culturais, a sociedade seria o meio onde esses indivíduos se organizam. É nessa lógica que são criadas as noções de igualdade e liberdade que se instituem como o modo legítimo que os indivíduos se realizam na sociedade moderna ocidental. Portanto, o indivíduo en-

quanto categoria analítica é uma figura tipificada na sociedade moderna ocidental. Contudo, em organizações sociais hierárquicas, como o sistema de castas estudado por Dumont (1993), a hierarquia está inserida em uma lógica na qual aparece a ideia de pessoa. Tal compreensão é o mote para o autor relativizar a noção de indivíduo entendida pela sociedade moderna como um valor e não como uma verdade universal.

As categorias indivíduo e pessoa aparecem quando vamos analisar esses diferentes discursos sobre o assassinato ocorrido na Pareia e podemos colocá-los sob duas óticas: a do Direito positivado, cujas normas jurídicas apresentam o indivíduo burocrático que é submetido às leis e aparece como criminoso, nesta ótica a culpa é individualizada a cada um dos agentes; a segunda está relacionada à dicotomia honra/desonra que caracteriza aquele universo pesquisado e no caso da desonra à família não há o crime, como demonstram as falas. Há sim “*aquela que dizem que matou*”. Cada uma dessas óticas apresenta um tipo de agente: na primeira é a noção de indivíduo, na segunda é a de pessoa e; nesse caso, pessoa representa a família, as hierarquias, é a “pessoa moral”. A respeito da sugestão coletiva da ideia de morte, Marcel Mauss (2005) afirma que:

Essas tendências totais sobre as consciências individuais, engendradas no grupo e pelo grupo, não são as únicas. As ideias então elaboradas se mantêm e se reproduzem no indivíduo sob esta pressão permanente do grupo, da educação, etc. Ao menor pretexto, elas desencadeiam fúrias ou superexcitam forças. (Mauss, 2005, pg. 1991).

Em uma sociedade na qual os espaços são definidos pela honra da família na qual se coloca a oposição “forte e fraco”, a força desta estrutura é o que embasa o modo como a memória se constitui. Aquele momento da Pareia é um momento de efervescência social. O desafio ali – como uma sociedade agnóstica – era sobre a masculinidade. Estes elementos podem ser pensados em termos das famílias,

mas temos que considerar aquele evento, a Pareia, como um momento extraordinário que o evento propicia, como na imagem da panela ao fogo com água fervendo, a pressão que pode fazer eclodir o acontecimento o que no cotidiano poderia tomar outro rumo.

Ao relatar os fatos, aqueles agentes sociais trazem suas versões de acordo com os valores dos com os quais operam para lidar com o mundo. Assim, é a força do *habitus* que está impregnada no discurso sobre o assassinato, é esse “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações”. (Bourdieu 2005). A instância de produção cultural traz referências de identidade nas quais coexistem os *habitus* individuais e valores culturais. Nessa perspectiva, o conceito de *habitus* permite pensar o conjunto de relações e estratégias nas quais as ações são ordenadas, como disposição que norteia a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o objeto de pesquisa é também pensar sobre a figura do pesquisador. Deixando de lado a ideia de estabelecer limites, a pesquisa antropológica me permitiu pensar nas conexões possíveis entre o meu universo, a minha experiência biográfica e o que aquele outro, a comunidade de São Pedro de Joselândia, me apresentava. Os “estranhamentos”, antes de qualquer coisa, foram pontes para adentrar outro campo de significados e significações que não eram aqueles que construí na minha trajetória de vida.

Em um primeiro momento, o universo rural campesino, mais especificamente, o lócus de pesquisa, não parecia ser tão distante da minha realidade cultural. O fato de falarmos a mesma língua, o português, usarmos roupas parecidas e termos uma alimentação semelhante, como lembra Woortman (1990) e Brandão (1981), dava a impressão de uma proximidade tamanha em que as diferenças não seriam visíveis. Talvez assim perma-

necesse por mais tempo, até que o assassinato de Manoel Gonçalo Amorim desencadeou uma série de situações as quais não encontravam conexões com meu universo e outras em que as conexões pareciam até muito familiares e era preciso “estranhá-las” a fim de buscar compreender um pouco da lógica na qual aqueles agentes sociais operam para atribuir sentido às suas experiências.

Experiências que irrompem em tempos e espaços liminares podem ser fundantes. Dramas sociais propiciam experiências primárias. Fenômenos suprimidos vêm à superfície. Elementos residuais da história articulam-se ao presente. Abrem-se possibilidades de comunicação com estratos inferiores, mais fundos e amplos da vida social. (DAWSEY, Pg. 165, 2005)

O assassinato institui novas preocupações para a comunidade, ele modifica o evento da Pareia Pantaneira e também a pesquisadora. O método etnográfico configura uma “ética de interação, de intervenção e de participação construída sobre a premissa da relativização, onde os temas da interpretação e da crise da identidade pessoal do antropólogo despontam como centrais”. (ROCHA e ECKERT, 1998).

A investigação tem início a partir do meu estranhamento às interpretações e julgamentos daqueles agentes sociais sobre o assassinato. As leituras dos trabalhos realizados junto ao Núcleo de Estudos Rurais por outros pesquisadores e também das teorias apresentadas durante a graduação em Ciências Sociais fundamentaram os instrumentos para constituir as ferramentas de análise, em especial a disciplina intitulada “Antropologia das Formas Expressivas”, ministrada pela professora Patrícia Osório, que posso dizer ter sido fundamental para a conclusão desta etapa de amadurecimento da pesquisa. Nesse sentido, foi possível referenciar a comunidade de São Pedro de Joselândia como campesina e compreender a importância das relações de parentesco na organização social. A terra, para os joselandenses, é um valor que possibilita a reprodução da família, econômica e culturalmente, assim terra é uma dádiva para essas po-

pulações e não mercadoria. Os processos de territorialização passam pela ordem familiar, pelas hierarquias onde os espaços sociais são definidos por valores como a honra.

Portanto, ao interpretar o assassinato, os agentes trazem a ótica à qual estão inseridos. Assim como eu, enquanto pesquisadora trazia a “minha ótica”, permeada pelos meus valores, era preciso relativizá-los para localizar de onde vinham aquelas falas. Nesse esforço ainda foi possível desvelar as formas expressivas daquele modo de vida a partir da observação da Pareia Pantaneira onde a honra, a valentia e o desafio são fundamentos do mundo masculino, definindo espaços e modos de sociabilidade.

Recebido em: 05/03/2015

Aprovado em: 04/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de índio: uso comum e conflito*. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida e MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias Estratégias de reprodução social volume 2*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pg 39.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARBOZA, Andhressa H S. *Aquele que dizem que matou: o acontecimento, o estranhamento e o desvelar dos espaços sociais de uma comunidade pantaneira*. Monografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Graduação em Ciências Sociais, Cuiabá, 2014.

BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1993.

BRANDÃO, Carlos R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:

- _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In AMADO, J; FERREIRA, M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1997.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CASTRO, Sueli P. e CASTRO, Carlos Alberto. *Relatório de Pesquisa Terra e Trabalho no Pantanal Norte do Brasil*. Cuiabá, 2006.
- CASTRO, Sueli Pereira. *A Festa Santa na Terra da Parentalha: Festeiros, Herdeiros, Parentes*. Sessmaria na Baixada Cuiabana Mato-grossense. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *Projeto de Pesquisa: Modos de vida: ribeirinhos e camponeses do Pantanal Norte Mato-grossense*. Relatório Técnico Científico Pós-Doutoramento Júnior. Universidade de Brasília (UNB), 2008.
- COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DAWSEY, John. *Victor Turner e antropologia da experiência*. Cadernos de campo, nº 13, pg. 163-176, 2005.
- DURKHEIM, Emile. *Le probleme religieux et la dualite de la nature humaine*. Bulletin de la Societe Franquaise de Philosophie, 1913. *Apud* WEISS, Raquel Andrade Weiss. Efervescência, dinamogenia e a ontogênese social do sagrado. Mana vol.19 nº 1 Rio de Janeiro Apr. 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132013000100006>>
- _____. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional, 2001
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.I. São Paulo, Ed. 34. 1995.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FERNANDES, Mariel Maróstica. *A sexualidade em contextos afetivos de mulheres jovens pantaneiras*. Dissertação de mestrado, Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. 2ª ed. Tradução: Andréa Daher; consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: O Estado Teatro no Século X I X*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- _____. *Um Jogo Absorvente: Notas Sobre a Briga de Galos Balinesa*. In: A Interpretação das Culturas. JTC, 1989.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- ROHDEN, Fabíola. *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?*. In: Campo Revista de Antropologia Social. V.7, nº 2, 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/7436>>
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da & ECKERT, Cornelia. *A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica*. Rev. Antropol. vol.41 n.2 São Paulo, 1998. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011998000200004>>
- SCHECHNER, Richard. *O que é performance? In: Performance studies: an introduction, second edition*. New York & London: Routledge, 2006, pg. 28-51.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Quinta edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

WOORTMANN, Ellen. *O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações*. In: *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v.2: estratégias de reprodução social. Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Klass. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro. 1990.

Raízes

v.35, n.1, jan-jun /2015

SOBRE O USO DA TEORIA DO CAMPESINATO NA CONTEMPORANEIDADE

Henrique Carmona Duval, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RESUMO

O artigo retrata controvérsias associadas ao conceito de campesinato que se desenvolveu no Brasil no âmbito de reflexões sobre ruralidades contemporâneas. A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o lugar do campesinato no pensamento social brasileiro, foi privilegiada uma abordagem histórica e uma leitura sociopolítica da modernização conservadora da agricultura e de suas consequências expropriadoras. Salientou-se a trama de tensões presente sobre diferentes aspectos na questão agrária e fundiária brasileira. Partindo do rural como um espaço de diversidade social, o artigo recupera dimensões do modo de vida camponês, tomando como princípio metodológico a superação de dicotomias e de uniformidades na compreensão das experiências e dinâmicas familiares no rural brasileiro.

Palavras-Chave: Campesinato; Agricultura Familiar; Modos de Vida; Diferenciação Social.

ABOUT THE USE OF THEORY OF THE PEASANTRY IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT

This article examines controversies associated with the concept of peasantry as it has been used in Brazil in the field of contemporary ruralities. From a literature search on the place of the peasantry in the Brazilian social thought, it was privileged a historical approach and a sociopolitical reading of conservative modernization of agriculture and its expropriation consequences. It was analyzed the plot of tensions present on different aspects of the agrarian and land question in Brazil. Starting from the rural as a field of social diversity, the article rescues the peasant way of life dimensions, using as a methodological principle an overcome of the dichotomies and the uniformity to understanding the experiences and family dynamics in the Brazilian rural.

Keywords: Peasantry; Family Agriculture; Livelihoods; Social Differentiation.

Doutor em Ciências Sociais no IFCH/Unicamp. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara). E-mail: henriquecarmona@hotmail.com

Pesquisadora 1A do CNPq, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara). E-mail: mestrado@uniara.com.br

Professora Titular - Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp – Bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa e Bolsista CAPES/Programa Nacional Professor Visitante Sênior PNPVS/UFSCar – Araras – E-mail: sonia@feagri.unicamp.br

INTRODUÇÃO

No presente artigo procuramos resgatar alguns aspectos inerentes ao conceito de campesinato que se desenvolveu no Brasil, com a finalidade de associá-los às ruralidades contemporâneas. Os processos sociais no meio rural contemporâneo estimularam a elaboração de novos quadros teóricos e diferentes abordagens que dão visibilidade ao meio rural e à diversidade social de seus agentes na atualidade, sobretudo na perspectiva da aplicação das políticas públicas. No entanto, necessariamente deve-se acumular os avanços da literatura sobre o campesinato, o que significa primeiramente não retirar o caráter político da discussão, a respeito de uma abordagem histórica da modernização conservadora da agricultura no Brasil, sob o ponto de vista das relações de poder, da estrutura fundiária e produtiva e do trabalho no meio rural.

Para Wanderley (2009), a discussão das novas ruralidades não deve desvincular a propriedade da terra das relações de poder subjacentes. Portanto, a questão agrária e fundiária deve fundamentar essas novas abordagens, inclusive aquelas pautadas pela temática ambiental. Se é necessário ter em conta os processos permanentes de mudanças sociais, no caso do campesinato, isso significa analisar tais mudanças sob o prisma dos meios de subsistência possíveis e da expropriação material e simbólica dos grupos sociais do meio rural, pois o capital, representado pelo latifúndio no Brasil, permanece no comando de uma relação de exploração, expropriação e de poder sobre eles.

Inicialmente, vale destacar que o rural contemporâneo reconhece a diversidade de agricultores de base familiar e outros vários povos tradicionais que vivenciam aquilo que chamaremos aqui de *condição camponesa*. Isso supera um olhar sobre o mundo rural visto apenas a partir da produção agropecuária e do desenvolvimento agrícola/econômico, pois trata-se de um modo de vida ou do rural como espaço de moradia de pessoas e grupos sociais (Wanderley, 2011). Esse rural é com-

preendido como processo social complexo na modernidade, com territórios de diversidade social e inseridos em fluxos sociais, econômicos e de informações cada vez mais dinâmicos. É um rural sobre o qual a racionalidade capitalista avança e insere elementos urbanos e industriais, mas também onde são mantidas lógicas distintas da capitalista justamente pelo modo de vida camponês – das condições de produção e reprodução social das pessoas no meio rural.

Embora as atividades agropecuárias ainda sejam a principal marca das categorias sociais que povoam o meio rural, muito por conta de sua necessidade histórica de produzir alimentos para os centros urbanos, vários campos se abriram à discussão dos “novos” agentes sociais do mundo rural na modernidade. Alguns desses pontos são sintetizados pela literatura brasileira mais recente sobre o tema, tais como: a diferenciação social e a subjetividade dos indivíduos e das famílias no meio rural; os processos rural-urbanos e a gestão de municípios e regiões por meio da delimitação de territórios mais amplos, como as bacias hidrográficas; fluxos demográficos e de informação e a quebra da dicotomia entre os meios rural e urbano; as diferenciações internas contra a inexorável proletarização do camponês, que inclui perfis de classes médias no meio rural; redefinição de padrões de consumo e acesso a bens e serviços no meio rural; agroindustrialização da produção familiar; mercados institucionais e camponeses; denominação de origem e regulação da produção artesanal; o padrão tecnológico que reduz os esforços e muda o balanço entre trabalho e consumo familiar, mas com potencialidades para diminuir ou aumentar a força de trabalho; conservação da agrobiodiversidade na agricultura familiar camponesa; o avanço das noções de multifuncionalidade e de pluriatividade e as funções não-agrícolas do rural, bem como as variadas fontes de rendimentos como assalariamento, aposentadoria, benefícios sociais e políticas de transferência de renda; recortes no envelhecimento, sucessão, gênero e etnia; a linha da cultura, lazer, turis-

mo e gastronomia no meio rural; a produção de energia, biomassa e pagamentos por serviços ambientais; dentre muitos outros pontos¹. Enfim, vários autores reivindicam o meio rural brasileiro como categoria sociológica da diversidade brasileira na atualidade.

Há os que questionam a perda da ruralidade quando se tem mais acesso à informação e a estilos de vida urbanos, ou a partir do trabalho fora de membros das famílias. Na verdade, não se trata de uma descaracterização da vida no campo e, sim, de adaptações de situações históricas. Moreira (2009) sintetiza o “neo-rural” que temos hoje, em parte, porque há interesses inclusive burgueses na vida rural, na manutenção de categorias vistas como chacareiros, caseiros, pequenos produtores, pela valorização da alimentação orgânica e de produtos típicos e com denominação de origem, pelo turismo rural e ecológico, além da possibilidade em habitar o meio rural não como agricultura, mas lugar de moradia, apenas livre do estresse urbano e em contato com a natureza – o rural como paisagem ou patrimônio natural e cultural a ser preservado. Por outro lado, por que as pessoas que vivem no meio rural teriam que ficar alijadas das tecnologias da informação ou não precisariam de trabalho e salário monetário para a consecução de suas necessidades básicas de reprodução social? Essas questões ressignificam a pluriatividade e as próprias famílias que voltam a se ligar à terra não apenas por meio de atividades agrícolas.

Seguramente, a discussão empreendida no presente artigo não se traduz em uma tentativa de aplicar uma teoria do campesinato anacrônica nos dias atuais, mas, na realidade, o eixo analítico proposto vem da necessidade de um olhar sobre as dinâmicas familiares no meio rural no processo de modernização da sociedade. O objetivo deste artigo é discutir alguns elementos da gênese do campesinato e da condição camponesa no Brasil, um esforço que acreditamos ser necessário para se rea-

lizar estudos sobre os processos sociais agrários específicos e localizados nos diferentes espaços rurais brasileiros, como nos assentamentos de reforma agrária (Ferrante, Barone, 2011). A discussão está organizada em três seções. Na primeira procuramos expor como o esquecimento de questões inerentes ao uso do termo campesinato pode comprometer a noção de agricultura familiar sob o signo da aplicação de políticas públicas. Em seguida, resgatamos uma discussão sobre a diferenciação social do campesinato, fundamentada nos conceitos de estratégia e de experiência. Tais conceitos são importantes e podem ser usados no sentido de se diferenciar os grupos sociais rurais. Por fim, são expostos brevemente alguns elementos históricos para caracterizar a condição camponesa no Brasil, que possivelmente sirvam para fundamentar a compreensão e a crítica à agricultura familiar nos termos das seções anteriores: a passagem do trabalho escravo para o assalariado e a continuidade da dependência em relação à propriedade fundiária; o paternalismo e a dívida como formas de dominação e de exploração; a luta por manter o roçado e outras condições para a reprodução social. Nas conclusões, chamamos a atenção para o fato de que esses elementos são observáveis nos dias de hoje, no universo empírico dos assentamentos por nós estudados.

1. CAMPESINATO OU AGRICULTURA FAMILIAR? IMPLICAÇÕES DE UMA MUDANÇA TERMINOLÓGICA

Podemos afirmar que a noção de campesinato foi enfraquecida com o advento da agricultura familiar. Nosso recorte tomará como exemplo, especialmente, o período que se inicia a partir da década de 1990. Uma hipótese possível para o diálogo sobre o enfraquecimento do termo campesinato se dá em função do avanço da racionalidade urbano-industrial e às ações do Estado interessadas em inserir uma

1 Um apanhado desses pontos se encontra nas referências de Moreira (2009), Carneiro (1998), Schneider (2010), Sacco dos Anjos et al. (2014), Menasche et al. (2008), Queda et al. (2009), Wanderley (1995), entre outros.

conceituação para que possibilitasse a aplicação de políticas públicas neste período. Apesar de indicar características fundamentais da família camponesa – tais como a predominância da mão-de-obra familiar, predominância da renda oriunda da atividade agropecuária, a pequena quantidade de terra até quatro módulos fiscais² –, são considerados agricultores familiares aqueles potenciais beneficiários dos programas voltados à modernização via créditos e financiamentos monetários. Um exemplo que evidencia essa lógica é a obrigatoriedade da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para adentrar ao universo das políticas públicas.

Uma interpretação possível para a noção de agricultura familiar é que ela separa produtores familiares capazes de operar na lógica dos mercados modernos, os agricultores familiares ideais, em oposição a outros “incapazes” e pobres rurais. A política pública atuaria, nesses casos, para consolidar os capazes e, com isso, pode ser que a análise da criação dessa nova categoria de agricultura familiar que se dá pela ação do Estado corra imensos riscos de negar a história desses agricultores, o próprio processo histórico do qual são produto, uma “história camponesa” que se perpetua nos espaços rurais no Brasil (Wanderley, 2003, p.44). Duas evidências que confirmam essa hipótese são as avaliações ao Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), das quais destacamos dois aspectos: o primeiro diz respeito ao volume de contratos assinados pelo Pronaf *versus* o total da categoria da agricultura familiar. Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) abordaram que os créditos concedidos são concentrados nos agricultores familiares mais capitalizados e produtores de *commodities*, enquanto uma grande parcela não tem acesso ao crédito ou ficam endividados, impossibilitando a continuidade da aplicação de políticas públicas³. O segundo aspecto diz respeito à di-

versificação de linhas de créditos, pelas quais os agricultores familiares poderiam ascender de categoria no Pronaf e sucessivamente acessar créditos específicos e mais volumosos para suas atividades. No entanto, o que se verifica é uma estagnação no acesso às categorias mais básicas do Pronaf (linhas A e A/C), sem que a grande massa de agricultores chegue aos créditos mais avançados.

Para Moura (1986), a necessidade de distinguir camponês e pequeno produtor (que viria a ser o agricultor familiar) se deu em função dos diferentes modos de produção. O pequeno produtor viria a ser o agente da produção mercantil simples, etapa que precede a produção mercantil ampliada. Enquanto o camponês seria o agente social que continuaria a representar as contradições das lutas de classe na modernidade. Para Moura:

Optar por um dos conceitos não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. *Camponês* e *campesinato* são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de *burguesia*. *Campesinato* e *burguesia* são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político. Assim como não se pode declinar do conceito de *burguesia* para falar tão-somente em capitalistas, não é possível preterir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor (Moura, 1986, p.13-14, grifos no original).

Partindo de uma história camponesa de subordinação na sociedade brasileira, a posição social do campesinato é a luta para ter uma terra que seja sua, “(...) estável e transmissível às gerações subsequentes. Historicamente, essas lutas constantes se expressam por meio das estratégias da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho e da prática de uma agricultura itine-

2 Lei n. 11.326/2006: “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.

3 Isso sem contar fatos como a qualidade da assistência técnica que os agricultores familiares recebem e a subordinação à lógica bancária, que induz quais as culturas são financiadas e as etapas da produção (pacote agrícola em função do seguro agrícola) e os mercados possíveis – como acontece do caso do milho transgênico que é direcionado às indústrias de ração animal.

rante” (Wanderley, 2003, p. 56). Se as classes lutam por poder e para impor suas representações, quem não adere ou logra sucesso nesse esquema está sujeito a ser caricaturado como “fracassado” ou “ultrapassado”. Noções como o moderno, o merecimento, a legitimidade e a posse são classificadoras e “naturalizam” socialmente a desigualdade. Essa relação de poder faz parecer que o destino fez assim: determinados espaços e representações sociais são construídos para uns e não para outros. E geralmente ao camponês é imposta uma autocensura, por meio da sujeição, pelo domínio e depreciação pessoal, uma forma de usurpação da própria autoestima⁴, que, no final das contas, implicaria na extinção da categoria.

Fazer tábua-rasa dessa história em benefício da suposta modernização é sempre um risco a mais para se compreender a reprodução social de uma categoria que vivencia um processo histórico de enfraquecimento por parte do Estado e do mercado. Ainda, segundo Moura (1986, p.48), corre-se o risco de repetir uma história já observada por Lênin: “A divisão dos camponeses em famílias pobres, à beira da proletarização, e famílias ricas que, ainda que minoritariamente, ascendiam à condição de uma burguesia rural que acumulava bens móveis e imóveis, estaria criando classes antagônicas no campo”.

Martins (2002, p.52) menciona que os agentes das igrejas, sindicatos e universidades, sobretudo os primeiros, reconheceram:

(...) que o Estado militar punha esta sociedade [rural] no limite da condição humana. Sobretudo, porque definia valores desumanos e desumanizadores para o seu desenvolvimento econômico e para afirmação de um poder político ditatorial que limitava o reconhecimento da condição humana unicamente aos dóceis, aos omissos, aos indiferentes, aos reacionários, aos que se conformassem à sua lógica coisificante, aos integrados.

Afinal, a política agrícola praticada historicamente no Brasil visa à modernização para quem? Bastaria considerarmos o que se planta e a qual mercado se destina, majoritariamente, a produção agropecuária brasileira e seu valor em termos econômicos. Mas ainda as leis e os programas públicos de financiamento e apoio à grande produção desde antes e à época da ditadura militar, como o Proálcool, os incentivos fiscais e financeiros, em comparação de ações estatais como o financiamento, a assistência técnica da pequena produção e a reforma agrária. Em que condições políticas e econômicas a pequena agricultura se moderniza? Segundo Fernandes (2014), se tais dimensões não são recuperadas, há duas possibilidades: ou o campesinato acaba pela irrelevância do valor econômico de sua produção, passando pela proletarização agrícola e urbana, ou se transforma em agricultura familiar ou “agronegócio”⁵.

É emblemático, nesse sentido, o uso do termo “integrado”, conforme as citações anteriores, pois é justamente essa alternativa que a pequena agricultura encontra para sua reprodução social. Em nossos estudos empíricos nos assentamentos da região central do Estado de São Paulo, nos deparamos com diversas representações de agricultores familiares que afirmam que não há possibilidades para a produção e a reprodução social de suas famílias se não for por meio de relações de integração com agroindústrias. Mas, por quê? Uma das respostas possíveis é que o Estado historicamente delega ao mercado a viabilidade do camponês e do agricultor familiar, por meio da integração industrial. Daí o argumento contrário sobre a incapacidade técnica deles, pois na verdade o “(...) processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra” (Wanderley, 2003, p. 56).

Para Wanderley (2003), em função da história camponesa, essas duas noções – campesinato e agricultura familiar – são imbrica-

4 Ou o que Bourdieu (2004) chamou de camponês descamponeizado.

5 Para esse autor, o “agronegócio” pode se expressar enquanto uma agricultura familiar passiva na integração ao grande capital agroindustrial e pode ser também expressão do pequeno capital na agricultura.

das e complementares. Podemos ver a agricultura familiar com mais ou menos características que marcam o campesinato na teoria social: de forma indissociável entre propriedade ou outras formas de usufruto da terra, trabalho e consumo familiar, além de formas específicas de reprodução social como expressam os casamentos e as estratégias educacionais, juntamente às problemáticas da ação do Estado moderno e modernizante e sua progressiva inserção nas economias de mercado.

Se focadas apenas na modernização, pode haver uma tendência para se contrapor camponês de agricultor familiar, como se esta correspondesse à oposição tradicional/moderno. Sendo que há muito mais continuidades nessa suposta dualidade. É a continuidade de uma história camponesa que vive “dentro” do agricultor familiar brasileiro, que, ao mesmo tempo, recebe as influências da sociedade em transformação. Isso está presente no pensamento de vários autores como Marcel Jollivet, Hughes Lamarche e Teodor Shanin (Wanderley, 2003, p.47 e ss.). “Jollivet nos ajuda a entender tal processo de ruptura/continuidade, ao contrapor uma abordagem do campesinato, como um tipo ideal, à análise do camponês envolvido em processos sociais reais” (Wanderley, 2003, p.49). É o que fez também Bruno Jean, por meio de uma análise da transmissão de conhecimentos entre gerações, expondo as tensões e os conflitos em função da existência de duas lógicas, a empresarial e a familiar. Essa tensão é igualmente expressa no pensamento de Van der Ploeg (2014), ao afirmar que o camponês transita entre essas duas lógicas, no interior de uma estrutura social que lhe é extremamente hostil em termos de reprodução social.

Portanto, o campesinato se reproduz com base nessa realidade contraditória, relacionada à própria condição camponesa. Possui agentes sociais que mesclam elementos e transitam entre as duas lógicas em tempos e espaços sociais distintos. Isso deixa pouca margem às definições absolutas sobre categorias sociais presentes no campo.

Mas o que os diferencia de fato? Camponês é aquele que produz somente a subsistência? Dificilmente é, porque a comercialização da produção ocorre dentro dos princípios da alternatividade e da diversificação, ou seja, sua capacidade de investimento é latente, existem sempre possibilidades e riscos em estado potencial. Se o seu rendimento é indivisível, conforme uma das principais características fundamentais ao funcionamento da unidade familiar, há nisso um caráter flexível: parcelas para custear tratores, investimentos em infraestrutura, contratação de mão-de-obra não familiar etc. Ao mesmo tempo, podem haver projetos familiares em comum, mas também projetos em conflito no interior da família, quanto às condições reais de modernizar ou não a produção, seja entre pais e filhos, entre filhos apenas, entre homens e mulheres. Sobretudo quando nos referimos à transmissão de patrimônio, essas possíveis diferenças se acirram na maioria dos estabelecimentos seja na terminologia camponesa ou da agricultura familiar.

Uma diferença poderia residir no fato de que o camponês enfatiza o passado e as tradições, enquanto o novo agricultor enfatiza o futuro e a produção planejada: “A agricultura evolui sob o signo do número e da estatística previsional’, gerando-se a necessidade do planejamento. Impõe-se a ‘linguagem da contabilidade’, ‘símbolo da nova acumulação do saber’ que supera o saber tradicional herdado. A agricultura passa a ser, então, uma profissão que se aprende, como já dissera Mendras” (WANDERLEY, 2003, p.51). Mas aderir a esta concepção como se a profissionalização anulasse, de uma hora para outra, todo o *habitus* de um grupo social pode igualmente remeter à dicotomia atrasado/moderno, sendo que os próprios camponeses realizam adaptações para continuar existindo na modernidade. Além disso:

A terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, é também o espaço de uma certa concepção da liberdade individual conquistada sobre a sociedade e, mais ainda, contra o Estado” (Ram-

baud, 1982, p. 111). E ele acrescenta: “Em todo lugar, os trabalhadores (da terra) desenvolvem suas iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos e em luta contra as formas de dominação política ou econômica (Rimbaud, 1982 apud Wanderley, 2003, p. 52).

Diante do exposto, mesmo considerando que a agricultura familiar é um conceito de profissão, ou para a profissionalização, de preferência integrado à indústria no âmbito do Estado “moderno”, o campesinato denota um modo de vida cuja produção agropecuária é uma das expressões. Então, podemos até pensar no campesinato não apenas como modo de produção camponês, mas como componente político-ideológico, uma identidade social que a noção de agricultura familiar deveria incorporar permanentemente, contrária ao modelo convencional em termos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Desde aspectos como o tamanho da propriedade, a autonomia no processo de produção ligada à cultura, ao respeito ao meio ambiente e à organização e divisão do trabalho, as preocupações com a qualidade dos produtos para consumo direto e não apenas sua quantidade, até os interesses em qual mercado participar, a intensificação da venda direta e as relações de confiança com os consumidores, a construção de um tipo de mercado camponês, circuito local no qual participam produtores e consumidores. Esse é um projeto comum e possível presente nas duas noções.

Outras questões que os unem em relação à propriedade é a necessidade de possuir segurança, individual ou coletiva⁶, de estar na terra e de criar um sentimento de pertencimento ao lugar, com elementos comunitários de vizinhança, de parentesco, com suas expressões de solidariedade e ao mesmo tempo de conflito. A autonomia na gestão do tempo também continua a ser um elemento central, ou seja, fazer seu próprio horário é fundamental para o agricultor camponês/familiar.

E o mercado também permaneceria inviável para ambas as categorias se não fossem as relações não-monetárias, os arranjos cotidianos, a ajuda mútua e a organização coletiva. O mercado vem com pacotes agrícolas, mas nem todos são capazes de operar nessa lógica produtiva e, sobretudo, de arcar com seus custos monetários, daí a complementaridade entre essas dimensões comunitárias e não-monetárias ganha relevância.

O que poderia unificar campesinato e agricultura familiar? O que toca cada uma dessas categorias em suas particularidades? Concluímos que, na prática, não há diferença entre camponeses e agricultores familiares, a não ser o preconceito e o desuso do termo camponês em benefício do agricultor familiar mais capitalizado. O que existe é uma infinidade de categorias e grupos sociais que vivem no meio rural. Depende, sobretudo, da posição teórica adotada, tendo em vista um campo social no qual há forte disputa conceitual com aqueles que querem negar os problemas advindos das questões fundiária e agrária, que relevam apenas o fator econômico. Nas disputas paradigmáticas, para alguns o campesinato tem um tipo de economia que não se realiza em si. Para outros, há uma necessidade de ser visto pela recampanização, no sentido de se recriarem condições para a reprodução camponesa como necessidade da sociedade.

Entretanto, a produção familiar moderna continua a apresentar um sistema composto por unidades de produção familiares e seus balanços entre trabalho e consumo constituem elemento importante de sua dinâmica. Ela convive com os assédios da modernização agrícola, com a necessidade em se modernizar através de setores economicamente importantes e das tecnologias disponíveis no mercado. Por outro lado, vivencia uma relação extremamente assimétrica em um campo social que envolve a grande agricultura e o Estado. O risco, nesse caso, é desqualificar sua produção, retirar as visões sobre os processos internos e

6 Tanto no caso da propriedade individual, mas também no caso de uma segurança de usufruto, como nos assentamentos de reforma agrária como conquistas coletivas do direito a um lote de terra.

empobrecer a discussão sobre a importância da produção familiar moderna. É necessário resgatar o uso histórico do termo camponês e analisá-lo à luz das novas configurações sociais que seu uso implica na atualidade, a partir da continuidade de um processo social que não cessou, pois ainda não foi resolvido. Com isso, evidentemente surgem novos valores semânticos, porém não se perde a oportunidade em realizar uma reflexão sobre o processo.

2. A DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO CAMPESINATO

Para as organizadoras da coletânea “Diversidade do Campesinato: expressões e categorias” (Godoi, Menezes e Marin, 2009, p.11), em relação ao estudo do campesinato no Brasil:

(...) a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o *papel da experiência* na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver (...) (grifos nossos).

Conforme as autoras, não é possível realizar um estudo sobre camponeses e agricultura familiar sem que se faça recortes precisos sobre a categoria social investigada, ou seja, sobre quais os princípios de diferenciação no espaço social. Para Neves (2013), são diferentes as lutas de povos tradicionais, tais como os quilombolas, ou de atingidos por grandes empreendimentos, daquelas dos assentados da reforma agrária. Ou seja, acabam sendo entes jurídicos diferentes e que lutam por direitos específicos, embora existam pontos em comum em suas pautas e em suas histórias – tais como transformações sócio-espaciais, subordinação às relações de propriedade

da terra, aspectos do modo de vida, lutas pela terra, direitos e reconhecimento, entre outros.

Por outro lado, pode-se constatar o fato ao observar que, na condição camponesa ou na agricultura familiar, existem famílias nas mais variadas situações entre a dependência e a autonomia em relação ao mercado: desde aquelas que possuem contratos de arrendamento capitalista com a agricultura patronal e que, com isso, não possuem um projeto de trabalho familiar e os membros da família moram ou trabalham fora da propriedade. Por outro lado, há os que diversificam ao extremo suas propriedades, nas quais participam do processo de trabalho homens, mulheres, jovens e idosos, que comercializam em feiras e em programas institucionais. Há também as que estão no meio termo, que fazem tanto uma como outra coisa, a depender de conjunturas específicas.

Se quisermos entendê-las como agentes de vontade social e política e de possibilidades históricas, é necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não somente aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas. Dentre tantas diferenciações possíveis, é relevante uma elaboração sobre qual campesinato falamos em termos de classe social, de concepção de mundo camponesa e das contradições com as concepções hegemônicas, das alianças sociais entre camponesidade e as relações (ou a falta de relações) com o Estado. Obviamente, no presente artigo não será possível tratar cada um desses aspectos individualmente. Cabe, enfim, destacar a gênese do campesinato como agente social na sociedade capitalista brasileira.

A principal preocupação neste sentido é sobre como o sistema capitalista penetra no campo, transformando-o e subordinando-o em razão das lógicas técnicas e monetárias, unificando os mercados materiais e simbólicos (Bourdieu, 2004). Isso implica em uma crítica à “inevitável” presença da indústria no campo e, ao mesmo tempo, um olhar para as particularidades históricas e geográficas, para as permanências da condição camponesa e para a diversidade de situações e agentes sociais

no campo. Se um problema para a compreensão do campesinato no Brasil, em um primeiro momento, poderia residir no reconhecimento de apenas duas classes em disputa, ou seja, proprietárias dos meios de produção e expropriadas, outro problema seria diluir todas as singularidades e diferenciações dos grupos sociais do campo em uma categoria genérica sem que seja especificado de qual campesinato falamos.

Para Thompson (1981), a própria noção de classe seria discutível e dificilmente enquadrada na condição camponesa, pois na verdade há uma infinidade de grupos sociais no interior de relações dinâmicas. As posições sociais ocupadas por esses grupos mudam no tempo e no espaço, estão sempre em relação a novos sentidos que lhes são atribuídos em diferentes períodos históricos e em diferentes localidades, verdadeiros processos sociais. Assim, ao discutir classe social com base em determinantes econômicos e culturais, Thompson acredita que é uma categoria que remete à experiência cotidiana das pessoas:

Disso decorre que a determinação “em última instância” pode abrir seu caminho igualmente por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (Thompson, 2008, p.260).

No âmbito das experiências e da realidade vivenciada pelas pessoas, reside uma infinidade de situações particulares, mesmo quando analisamos uma experiência comum, como é o caso de uma comunidade rural com dezenas ou centenas de famílias em uma mesma localidade. Isso se deve às próprias estratégias de produção e reprodução social de cada grupo, família ou indivíduo em termos objetivos e subjetivos, porém a partir de realidades sociais historicamente estruturadas. Para Thompson, as classes sociais se fazem e estão sempre em mudança, por meio de lutas cotidianas para

afirmar seus modos de vida, valores e hegemonia em determinado campo social.

Bourdieu (1996) também tratou do caráter transitório da noção de classe social. Para ele, classe social não é dada, não é estatística com base nos bens materiais e culturais, mas enquanto potencialidades e relações de aliança, de luta e de conflito. É mais um *vir a ser*, conforme a passagem a seguir:

(...) não quer dizer que a proximidade no espaço social, ao contrário, engendre automaticamente a unidade: ela define uma potencialidade objetiva de unidade ou, para falar como Leibniz, uma “pretensão de existir” como grupo, uma *classe provável*. A teoria marxista comete um erro semelhante ao que Kant denunciava no argumento ontológico ou ao que o próprio Marx reprovava em Hegel: ela dá um “salto mortal” da existência na teoria à existência na prática ou, nas palavras de Marx, “das coisas da lógica à lógica das coisas (1996, p.25, grifos no original).

Essas considerações nos conduzem a um campo de análise que leva em conta o “autofazer-se” de classe social, uma perspectiva que supera em muito o economicismo, o determinismo ou os condicionamentos advindos da estrutura a que as pessoas podem estar sujeitas, incorporando a cultura e a ação humana como uma via de mão dupla na construção histórica.

Trata-se de um ponto de vista que não reduz a reprodução econômica à produção material pura e simplesmente, mas que faz valer a produção cultural e sua construção histórica a partir das classes sociais e no interior de um processo de relações sociais de produção. Não é centrada apenas em categorias de produção propriamente, pois também se volta ao que as pessoas foram e passaram a ser em suas experiências enquanto força produtiva, suas manobras e estratégias de reprodução social. Portanto, Thompson é contrário ao ponto de vista sobre as classes sociais e os processos produtivos que reificam, que impõem homogeneidade e propriedades objetivadas, nos quais as pessoas não seriam agentes de si mesmas.

O autor trata a experiência humana enquanto algo gerado na vida material e estruturado em termos de lutas de classes, não que isso implique uma determinação materialista *a priori*, já que as experiências fogem a qualquer previsibilidade. Para Thompson (1981):

(...) os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em *sua consciência e sua cultura* (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (p.182, grifos nossos).

Portanto, Thompson considera que as pessoas são artífices de sua própria história e o fazem sempre em uma situação relacional. A noção de Thompson se aproxima do conceito de estratégias (Bourdieu, 2004), revelador dos *habitus* incorporados, dos modos de se representar e da capacidade de agir em suas relações cotidianas. Estratégia e experiência são conceitos que se aproximam por transcenderem a fronteira do objetivo e do subjetivo. Ambos escapam do estruturalismo determinista, sem com isso cair no subjetivismo dos agentes indeterminados, pois ao mesmo tempo reconhecem o protagonismo dos sujeitos na construção de suas próprias histórias e os limites para a ação social.

3. ELEMENTOS PARA PENSAR A CONDIÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Quando falamos dos países colonizados na América, obviamente não se trata de uma categoria de campesinato tal como na Europa, embora existam inter-relações diretas entre elas a começar pelo fato de que na América havia povos originários e porque houve a colonização por potências europeias. Para re-

construir elementos da gênese do campesinato a partir da América Latina, cabe destacar que não se pode utilizar o mesmo processo histórico de constituição de camponeses europeus, que passaram por uma espécie de lei universal, “(...) a sequência de modos de produção (comunal, escravista, feudal e capitalista)” (Guzmán e Molina, 2013, p.42).

Para Guzmán e Molina (2013), existem pelo menos três aspectos gerais a serem considerados dentre as condições específicas nas Américas: as formas de escravidão, colonização e resistência frente à expansão do capitalismo e à invasão europeia, até o último terço do século XVIII; o processo de descolonização, durante o primeiro terço do século XIX, que expõe uma forma incompleta de libertação, ou seja, sem conseguir livrar totalmente as colônias das marcas materiais e simbólicas que a estrutura colonial deixou, a exemplo do que afirmou Bourdieu a respeito da colonização argelina; e, a partir da segunda metade do século XIX, a consolidação do liberalismo, cujas expressões foram lutas dos povos originários que resistiram ao extermínio, ao mesmo tempo em que lutaram por reconhecimento, direitos e cidadania.

De uma forma muito geral, na América Latina há homogeneidade na forma de dominação jurídica, econômica e política dos grupos dominantes, ao passo que emergem heterogeneidades nas formas culturais dos trabalhadores. São relações diferenciadas de conflito frente às mesmas condições objetivas de dominação, expropriação e extermínio. Esse argumento foi exemplarmente desenvolvido nos trabalhos de Eric Wolf e Sidney Mintz, na distinção de fazendas e *plantations* como formas de imposição colonial da empresa capitalista. Para esses autores, havia grupos sociais identificados com o campesinato no interior das fazendas, em seu entorno e em lugares mais isolados (Wolf e Mintz, 2003). Otávio Velho (2009) definiu as duas últimas, respectivamente, como campesinato marginal e de fronteira. Em ambos os casos, vivenciava-se uma condição na qual havia brechas camponesas para a produção e reprodução social (LINHARES E SILVA, 2009).

Para Esterci (2001), no caso brasileiro, a dominação e a exploração no meio rural foram basicamente de dois tipos: uso da força explícita ou legitimada pelos dominados. Enquanto a primeira vai da escravidão às formas violentas de exercer coerção aos trabalhadores, a segunda pode inclusive ser “naturalizada” ou passar despercebida frente à definição de trabalho escravo. Mas ambas são fundadas em dívidas morais e materiais entre os trabalhadores e os patrões, nas relações de dependência mútua por sobrevivência, que são permeadas por constrangimentos, mediadas por elementos da cultura da dívida e pelos favores e as obrigações entre eles.

Se a partir da mudança do trabalho escravo para o trabalho “livre” encontrássemos um único caminho de passagem ao assalariamento, talvez fosse essa categoria pela qual se transformariam os camponeses brasileiros. Há que se insistir, no entanto, nas especificidades que o processo histórico brasileiro incutiu no sentido do processo de proletarianização do campesinato, em uma sociedade capitalista na qual os camponeses continuaram existindo (Wanderley, 2009). A condição camponesa permanece presente no modo de vida de diversas categorias sociais no meio rural – e está presente tanto por parte dos autores que usam a terminologia camponês como os que usam agricultura familiar. A literatura utilizada apresenta a construção da dominação e das formas de exploração, a atitude dos trabalhadores com diferentes percepções frente à exploração, revelar os limites do aceitável e como, às vezes, não há margens para se negociar em condições extremas de violência.

No Brasil, a transição da escravidão para o trabalho livre representou a manutenção do sistema colonial, sobretudo o controle da propriedade fundiária. Tanto é assim que a Lei de Terras (1850) antecede o fim da escravidão

(1888). Para Silva (2004), a Lei de Terras era a garantia de que a mão-de-obra permaneceria sob influência dos proprietários e também garantiria a formação de estoques de terras e de reservas de mão-de-obra após a abolição. Com ela, o Estado iniciou a venda de terras para aqueles que não possuíam título, substituindo as doações por meio de sesmarias. A maioria das terras de posseiros, por exemplo, foi expropriada e tornada terras públicas, depois em propriedades privadas, por meio da compra por parte de quem podia pagar. Era momento de forte expansão do café em São Paulo e a lei visava impedir a livre apropriação das terras. O preço era inviável aos trabalhadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Mas também não se tratava da compra de toda terra disponível por fazendeiros e empresários rurais, pois na verdade boa parte das terras públicas até hoje está nas mãos desses, pois elas foram griladas e utilizadas por aqueles que possuíam meios de torná-las produtiva.

Para Delgado (2004), a dependência dos trabalhadores em relação ao regime fundiário fica evidente ao verificarmos como foi realizada a transição da posse da terra com a lei de 1850: “(...) refletiu a substituição do regime das sesmarias, extinto em 1822, por meio de um estatuto ainda mais conservador de relações fundiárias: a Lei nº 601/1850 (Lei de Terras), a qual, porém, é precedida por um regime transitório, vigente até 1850, que inovava o direito agrário com o reconhecimento da posse (...)” (Delgado, 2004, p.14).

A manutenção da dependência dos trabalhadores ao regime fundiário foi feito direto da Lei de Terras, ao instituir a posse de terras somente pela compra e venda e pela sucessão hereditária. Para Delgado, a Lei de Terras negou o direito à propriedade para as famílias que cultivavam sua subsistência, bem como àquelas famílias de ex-escravos⁷. Ambas perma-

⁷ Cabe destacar, como bem lembrou José Maria Tardin – liderança do MST –, em um encontro sobre o futuro do campesinato promovido pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), em fevereiro de 2014, que no ano de 1850, além da referida Lei de Terras, de que todos se lembram, foi o ano da lei que proibiu o Guarani, que era a língua predominante no Brasil. Mais um fator que comprova que o Estado estava fechando o cerco aos trabalhadores e às suas possíveis formas de resistência em esferas materiais e simbólicas. Seria importante manter e desenvolver uma língua camponesa, uma literatura e cultura camponesa, não apenas para valorizar o saber camponês, mas para impregnar a visão de mundo e a história na perspectiva camponesa. E foi justamente o que a referida lei retirou dos camponeses, em benefício dos latifundiários e de uma “história oficial” do Brasil.

neceram sob relações de dependência formal à grande propriedade, no interior daquilo que Delgado chama de setor de subsistência, sendo que muitos poucos trabalhadores poderiam ser chamados de assalariados nessa transição. Para Delgado, a Lei Áurea (a abolição da escravatura, em 1888) pode ser considerada apenas um ato formal, e o Brasil adentrou ao século XX sem resolver seus grandes males sociais.

Para Martins (2010), a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil durou aproximadamente 100 anos. Se houve nas cidades, não se pode dizer o mesmo para o rural, sobretudo aos grandes contingentes empregados na cana no nordeste, no café em São Paulo, na economia da borracha e diferentes tipos de fazendas com relações de servidão e submissão. Para Martins, foi uma invenção dos grandes fazendeiros do século XIX propor um caminho para acabar com escravidão, sem acabar com a acumulação de capital que se tinha com a escravidão. Não se fez a reforma agrária, embora tenha havido quem propusesse isso: a parte agrícola ficaria com as *plantations* e a produção de alimentos deveria ser responsabilidade de pequenos proprietários por meio da reforma agrária. O caso do Estados Unidos foi muito mencionado, porque lá não houve necessidade de comprar terras. O modelo econômico tinha como um dos princípios abrir a fronteira e a livre ocupação de terras pelos colonos.

No Brasil se estabeleceu a propriedade por meio da compra, mantendo o trabalhador cativo da terra. Se o trabalho seria livre, a terra continuaria escrava das relações de propriedade. A Lei de Terras deu condições para os grandes proprietários manterem o modelo da economia brasileira fundada no latifúndio. A vinda de imigrantes “livres” poderia colocar em risco o modelo econômico, então eles tinham que trabalhar para os fazendeiros e muitos poucos conseguiam juntar um pecúlio e comprar algum pedaço de terra. Por isso, as relações de propriedade de terras são decisivas para entender os grupos rurais no Brasil.

Segundo Silva (2004), à época da Lei de Terras existiam muitas maneiras de se estar na terra, cada qual podendo ser caracterizada conforme os meios de trabalho possíveis, as condições para permanecer na terra, as especificidades regionais. As novas relações de trabalho, na verdade, deram continuidade e redefiniram antigas situações, decorrentes da estrutura fundiária concentrada, de relações paternalistas, do acesso à terra sempre mediadas por um grande proprietário.

O trabalho livre passou a ser um tipo de trabalho escravo disfarçado de endividamento, pois havia a ilusão do trabalhador de pagar sua dívida, enquanto os patrões tinham formas de aumentá-la o quanto quisessem. A relação entre a dívida e o saldo, bem como o cumprimento das obrigações mútuas mediavam acontecimentos como castigos, surras, torturas, assassinatos, favores, perdões e apadrinhamento. Situações como as fazendas de café no sudeste, da cana no nordeste e aviamento na Amazônia refletem esse tipo de escravidão por dívida (Esterci, 2001; Stolke, 1982).

Segundo Esterci (2001), a persistência de formas de trabalho escravo no meio rural tem sido denunciada desde há muito tempo no Brasil, sempre com o engajamento dos trabalhadores nos sindicatos dos trabalhadores rurais e nas comissões pastorais de terra (CPT), que fazem repercutir tais denúncias em esferas estaduais e nacional – por exemplo, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e dessas para instâncias governamentais. Com isso, o país vivencia mais contradições herdadas da colonização: ser signatário de convenções internacionais contra o trabalho escravo, mas possuir instituições e territórios nos quais há formas regionalizadas de escravidão ou condições análogas.

O paternalismo legitimado é expressão da coerção política e econômica de relações que possuem sempre um pólo opressor e outro oprimido, sendo que o campesinato sempre representou o pólo oprimido. Para Moura (1986), essa é uma relação de dependência mútua, uma realidade antiga do campesi-

nato. Uma das passagens dessa autora sobre o tema remete às aldeias camponesas separadas das terras dos senhores, porém esse efeito de dominação poderia ser tão forte ou maior quando o camponês habitava as próprias terras senhoriais:

O camponês cultivava a terra aldeã, de onde tirava seu sustento e de sua família, e trabalhava as terras senhoriais. Os senhores da terra retribuíaam o trabalho camponês com bens materiais e procedimentos simbólicos, capazes de renovar continuamente os laços de dependência e os mecanismos de coerção. Tais procedimentos tanto davam sentido ao conjunto da vida social como esmaeciam a relação de dominação que unia camponês e senhor na diferença de propósitos e na oposição de interesses, salvaguardando as partes reveladas e secretas da relação social (MOURA, 1986, p.11).

Para Wolf (2003, p.171), no caso das fazendas e *plantations*, o paternalismo era uma das principais formas de coerção dos trabalhadores: “o dono é a fonte de seu pão de cada dia e de qualquer chance de melhoria em sua vida, o único capaz de reduzir seus riscos na vida e melhorar suas perspectivas materiais”. Apesar das formas possíveis de combate, via movimento social, religioso, sindical etc., quando a sujeição é consentida, normalmente é mais difícil levar o caso adiante. Muito porque, nesses casos, o paternalismo é legitimado. Mesmo em condições nas quais são submetidos a trabalhar e viver em pocilga com seus filhos, em troca de comida, os donos podem ser adorados por seus trabalhadores “escravos”. Estes acham que existe uma dívida eterna com os patrões. Relações assim construídas são difíceis de serem combatidas. Para Queiroz, esse tipo de relação é muito presente no caso brasileiro:

Sua subordinação [da categoria campesinato] aos plantadores e criadores de gado era característica. Foram estes seus protetores, padrinhos de seus filhos, seus banqueiros, seus advogados, seus chefes polí-

ticos, isto é, seus elementos de ligação com a sociedade global, fatores de sua integração nesta. A melhor maneira de caracterizá-los é como “clientela” dos fazendeiros e criadores de gado (Queiroz, 1976, p.26).

Isso mostra, corroborando Bourdieu, que nenhuma relação de dominação perdura por muito tempo apenas com base na força, ou seja, sempre há momentos nos quais os patrões tentam legitimar seu poder de outras maneiras. Quanto maior a força de repressão, menor a legitimidade ao longo do tempo. Assim, a submissão teria pouco a ver com a servidão voluntária, mas seria efeito de um capital simbólico que inscreve de forma durável a submissão, o respeito e até o amor nas representações dos subalternos em relação àqueles que lhes oprimem. Mas existem limites que estão permanentemente em disputa. A própria lei deve se ajustar em torno dessas disputas. Thompson sugeriu que “(...) na prática, o paternalismo era não só responsabilidade efetiva como teatro e gestos, e que, longe de uma relação calorosa, familiar, face a face, podemos observar uma ensaiada técnica de domínio” (2008, p.62). Porém, se esse é um campo de forças entre desiguais, os mais fracos também têm demandas reconhecidas pelos mais fortes. Thompson menciona a existência de obrigações mútuas com as quais criava-se uma “economia moral”, cuja ideia básica para a presente discussão é sobre os limites para as resistências dos subordinados, impedidos de pensar livremente a seu modo. Para Thompson, o conceito de teatralização se relacionava à arte de representar que se dava na relação entre o patrão e o subalterno, entre a classe por excelência e a classe para o outro. Ou seja, a imagem que o subalterno faz de si está em relação ao outro.

Por outro lado, outras expressões dessas relações submergiam, nem que fosse pela representação contrária dos pobres, ao adentrarmos nos atos de resistência camponesa cotidiana: “(...) tinham a intenção de gelar a espinha da *gentry*, dos magistrados e prefeitos, lembrar-lhes seus deveres, forçá-los a praticar a caridade em tempos de escassez” (Thompson, 2008, p.65). Scott (2002) trata o tema

como os limites da hegemonia, expressos na resistência cotidiana como um dos componentes do *ethos* camponês. A hegemonia não era apenas consentimento, mas descontentamento em relação à dominação física e simbólica do trabalhador e do modo de produção.

Para Stolcke (1982), as roças de subsistência nas colônias e nos sistemas de meação ou arrendamento que lhe sucederam, equivaliam ao número de pés de café tratados pelas famílias. A autora também afirma que nas flutuações do mercado internacional e nas crises de preço do café, a produção de subsistência garantia a manutenção das condições de reprodução da força de trabalho e significava estabilidade da fazenda, que podia contar com a diversificação da produção nas épocas de crise. Então, ela não via essa produção como mera subsistência, mas como um forte componente do sistema econômico.

Ligia Sigaud (1979) reforçou que os moradores e ex-moradores de fazendas lutavam para manter o sítio, um local em que pudessem “botar seu roçado”, porém, sua condição objetiva era a perda da moradia, a expropriação camponesa e a sujeição a condições degradantes como o assalariamento de mercado e a precarização de seus meios de vida ao adentrar o mundo urbano-industrial.

Apesar das ações dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais em torno da luta pela manutenção do sistema de moradia, considerado um grande diferencial dos engenhos em relação às fábricas, pois os trabalhadores viviam em melhores condições, a expropriação se deu por meio de um processo:

Enquanto a correlação de forças foi favorável ao movimento camponês, os proprietários tiveram dificuldades em se livrar de seus *moradores*. Com os acontecimentos de 1964, a situação se altera. Suas organizações tendo sido profundamente atingidas, quando não desbaratadas (como foi o caso das Ligas), e parte de seus líderes presos ou eliminados, os trabalhadores se tornaram alvo da fúria revantista dos proprietários que a partir de então dispunham da força necessária para rea-

lizar seu projeto, que era o de se livrar de *moradores* em termos imediatos, mas cujo efeito seria e foi a consumação da ruptura do sistema de *morada* e a expropriação dos trabalhadores (Sigaud, 1979, p.41, grifos no original).

Havia vários mecanismos para a expulsão completa dos moradores da fazenda, como pagar melhor os trabalhadores de fora em prejuízo do pagamento dos moradores. Nos casos relatados pela autora, após perder a condição de moradia no engenho a maioria dos trabalhadores não tinha um contrato formal de trabalho, o que ocasionou a formação da categoria de trabalhador clandestino. Nesse sentido, Sigaud destacou que a classe de trabalhadores rurais e suas lutas eram heterogêneas: havia aqueles que persistiam na luta pela terra e outros que iam para as fábricas e reivindicavam direitos trabalhistas, formando um verdadeiro campo de forças nos (e dentre os) próprios sindicatos. Nesse campo, a luta pela terra ganha centralidade, pois significa recuperar a condição perdida de reprodução social. Sem essa luta, a rua poderia levar à escravidão e à “ficção dos contratos livres”. Para a autora, passar do engenho para a fábrica representou uma passagem do cativo para a prisão, na qual os trabalhadores foram forçados a vender sua força de trabalho individualmente e foram expropriados da produção de alimentos, do tempo livre e da reprodução familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a agricultura familiar brasileira tem raízes camponesas (Wanderley, 1995), o que significa possuir heranças da colonização, da ditadura militar e dos diversos ciclos de desenvolvimento no Brasil. E que a modernização sob comando da terra guarda uma desigualdade na correlação de forças políticas – não apenas por questões técnicas, produtivas ou econômicas – entre grandes proprietários e pequenos agricultores sem terra, dentre uma infinidade de situações particulares. Questionamos, portanto, se não se trata de uma op-

ção pela modernização conservadora que marca a agricultura familiar por meio de relações extorsivas com o capital comercial e agroindustrial, porém com uma roupagem que invisibiliza grande parte da categoria, bem como a naturalização da desigualdade a ela imposta.

A passagem das fazendas para formas mais avançadas do capital, como as *plantations*, bem como todo o processo de desenvolvimento no Brasil não uniformizaram as categorias sociais. Ao contrário, tornaram mais complexas as redes pelas quais famílias e grupos rurais circulavam, tanto no meio rural como no urbano, na agricultura e na indústria.

Optou-se por tratar o processo de expropriação/proletarização de uma perspectiva histórica, na qual foi necessário resgatar dimensões que muitas vezes são ocultadas na leitura das ruralidades contemporâneas. Essa escolha nos leva a discutir a relação dos assentados com a condição camponesa, com todo cuidado requerido pelas especificidades e diferenciações da situação.

No entanto, tal discussão se liga ao tema da produção e da reprodução social nos assentamentos pelo fato de que essa condição objetivada se impõe, ainda hoje, sobre as famílias agricultoras que vivenciam dois tipos de racionalidades distintas, o que poderia ser sintetizado a partir da polarização autonomia *versus* subordinação. Por exemplo, pelo fato delas possuírem alternativas produtivas mais autônomas em relação a como produzir e destinar a produção, mas condicionadas ao isolamento, ao atraso e à tendência ao êxodo em direção às cidades. Por outro lado, serem subordinadas e sofrerem assédios de agroindústrias, usinas e outras empresas de um tipo de economia capitalista, bem como por parte do Estado, em nome de uma suposta modernização. Nos dois casos, ou mesmo transitando e extrapolando entre essas racionalidades, podemos afirmar que as famílias rurais sofrem violentas crises de identidade. Suas condições de vida pressupõem processos que cada vez mais as empurram para a subordinação e/ou para a expropriação da terra e, conseqüentemente, para o abandono do meio ru-

ral como lugar de moradia e trabalho. Mas, igualmente, podemos pressupor que existem estratégias e experiências pela própria sobrevivência das famílias contra essa tendência mais geral, por parte daquelas famílias que insistem em permanecer no campo.

A realidade contraditória vivenciada pelas famílias assentadas nos leva a associar sua investigação ao processo histórico de constituição do campesinato brasileiro. Mas se existem vários exemplos que dão conta de que o campesinato existente outrora em países europeus de fato se extinguiu, isso talvez justifique não ser apropriado usar o termo pelo risco que representa nomear uma situação que existia em tempos mais remotos sobre o que significa ser camponês. No entanto, a persistência do campesinato na contemporaneidade está associada ao fato de existirem, atualmente, grupos sociais que vivem no meio rural com características que os aproximam a uma condição camponesa, expressa em modos de vida, reprodução social e cultural, sistemas agropecuários e outras formas de inserção produtiva singulares, situação que reforça as relações entre campo e cidade. Tais grupos sociais resgatam o termo campesinato e se apropriam dele como forma de representação e aumento de autoestima, sob a coordenação de movimentos sociais com representatividade nacional e internacional para cobrar direitos e políticas públicas – como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e da Via Campesina. Este artigo levanta questões que não comportam respostas simples, mas revelam as ambigüidades de uma sociedade tão diversificada quanto desigual.

Recebido em: 20/03/2015

Aprovado em: 15/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

Capítulo 1 – Espaço social e espaço simbólico, p.13-33.

BOURDIEU, P. *El Baile de los Solteros*. La crisis de la sociedad campesina em el Bearne. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.

DELGADO, G. C. *Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução*. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Textos para discussão, IPEA, Brasília/DF, 2004, p.19-50.

ESTERCI, N. A ilusão do trabalho livre. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Orgs.) *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p.265-294.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo*. Reforma Agrária, São Paulo, v.1, p.41-54, 2014.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, UFRGS, v.13, p.262-305, 2011.

GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. (Orgs.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. v. 1: Construções Identitárias e Sociabilidades. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP, 2009. 385p.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.52, p.323-346, 2014.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M de N.B. (Orgs.)

Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas, v. 1. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA e Editora Unesp, 2009, p. 117-134.

MARTINS, J. S. *A Sociedade Vista do Abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Capítulo 2 – Situações diferenciais de classe social. Operários e camponeses, p. 49-117.

MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. *Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação*. Revista de Nutrição, Campinas, v.21, julho/agosto, p. 145-158, 2008.

MOREIRA, R. J. *Terra, Poder e Território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOURA, M. M. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v.16, p.15-42, 2013.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 12, p. 47-68, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. *O Campesinato Brasileiro*. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SACCO DOS ANJOS, F.; SILVA, F. N.; CALDAS, N. V. São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios? Estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade*, v. 13, p. 163-193, 2014.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas fami-

- liares e desenvolvimento rural. *Ruris*, Campinas, v.4, p.88-131, 2010.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v.21, n.1, p.10-31, 2002.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M. A. M. *A Luta Pela Terra*. Experiência e memória. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- STOLCKE, V. *A família que não é sagrada* (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Brasiliense, 1982, p. 39-91.
- THOMPSON, E. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M de N.B. (Orgs.) *Camponeses Brasileiros*. Leituras e interpretações clássicas, v. 1. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA e Editora Unesp, 2009, p. 89-96.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. *Um saber necessário*. Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011. 153p .
- WOLF, E. R.; MINTZ, S. W. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: DABAT, C. R. *O Poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, p. 147-199.

IDENTIDADES, LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA: EXERCÍCIO ANALÍTICO A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO NA PARAÍBA

Vilson Cesar Schenato, Mércia Rejane Rangel Batista

RESUMO

No presente artigo analisa-se a ação de indivíduos que lutam pelo acesso e manutenção da terra, operando com a dialética entre a moral camponesa e as perspectivas contemporâneas de inserção social. Focaliza-se a relação entre os iguais e os desiguais, entre coletivos e indivíduos, entre identidades e diferenças estabelecidas com os “outros”, a partir da experiência dos que vivem no Assentamento Bela Vista (Esperança - PB). A metodologia conjugou a observação participante, entrevistas orais e as notas no diário de campo. As narrativas orais construídas a partir do trabalho da memória foram analisadas conforme as identidades reconstruídas e (re) significadas em relação às “lutas” do passado e do presente, no espaço social e simbólico, as quais têm gerado novas dinâmicas, alterando a configuração do território e das relações sociais. Destacamos que a luta pela terra não se constitui a partir de pessoas com identidades totalmente diaspóricas; do nosso ponto de vista e a partir da pesquisa realizada, podemos afirmar que a mesma se faz por meio da resistência, na qual se buscou efetivar um projeto orientado por uma economia moral camponesa. Os posseiros se envolveram no processo de luta social motivados por um senso de justiça, reivindicando o direito sobre a terra da qual estavam sendo “expulsos”. A resistência permitiu transformar suas identidades de posseiros para assentados, chegando à propriedade privada e definitiva da terra, reconhecendo-se atualmente enquanto agricultores. Orientam-se pela economia moral camponesa, que lhes dá subsídios para agirem socialmente e para resistirem, lançando mão de várias estratégias para continuar na terra e para escapar da seca, ao passo que pleiteiam programas públicos e participam dos jogos sociopolíticos locais, que ultrapassam os limites do assentamento.

Palavras-Chave: Identidades; Resistência; Assentados; Campesinato.

IDENTITIES, GROUND FIGHTING AND RESISTANCE: AN ANALYTICAL EXERCISE OF A SETTLEMENT IN PARAÍBA

ABSTRACT

In this article we analyze the actions of individuals fighting for access and maintenance of the land, working with the dialectic between the peasant moral and contemporary perspectives of social inclusion. We focus on the relationship between the equal and unequal, between collectives and individuals, between identities and differences established with the “other” from the experience of living in the Settlement Bela Vista (Esperança – Paraíba State, Brazil). The methodology has combined participant observation, oral interviews and notes in the field diary. Oral narratives constructed from memory work were analyzed as the identities rebuilding and resignification in relation to the “struggles” of the past and present, referred to social and symbolic spaces, which have generated new dynamics by changing the territorial and social relations configuration. We emphasize that the struggle for land is not from people with fully diasporic identities; from the survey, we can say that it is done through resistance, which aimed to carry out a project guided by a moral peasant economy. This is clear that squatters engaged in social struggle process motivated by a sense of justice, claiming the right to the land from which they were being “expelled”. Resistance allowed them to transform their identities from squatters to private land owner, and to recognize themselves as farmers. Guided by the peasant moral economy that gives them subsidies to act socially and to resist, they have used several strategies to stay on the land and to escape from drought, while pleading for public programs and participate in the local social political games that go beyond the limits of the Settlement.

Keywords: Identity; Resistance; Down; Peasantry.

Professor de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: vil_son@yahoo.com.br.

Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande PPGCS/UFCG. E-mail: mercia.batista1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando nos debruçamos sobre situações de lutas pelo direito a terra, somos confrontados com trajetórias diversificadas. Contudo, julgamos que a partir de um estudo de caso é importante refletir o quanto esses cenários são movidos por valores que são compartilhados e permitem desenhar projetos coletivos. Desse modo, podemos afirmar que a luta pela terra não se faz por pessoas com identidades diaspóricas (Hall, 2003) nem totalmente desenraizadas; ela é feita por meio da resistência, que se efetiva a partir de um projeto orientado por uma economia moral camponesa. No caso dos assentamentos rurais, sabe-se que seus participantes não se constituem em pessoas que ficavam perambulando até serem assentadas, como muitas vezes se apresenta ao imaginário social. Suas trajetórias sociais são compostas por experiências como a de migrantes, que buscam terra para trabalhar, e que mesmo não tendo mais o vínculo direto com o trabalho rural, nem por isso deixam de experimentar a possibilidade de um “retorno” ao mundo rural, pois valorizam o trabalho familiar na terra.

Isto fica claro quando olhamos para a história dos *posseiros-rendeiros*, organizados coletivamente através da mediação da Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB, e que se envolveram no processo de luta social, motivados por um senso de justiça e reivindicando o direito costumeiro sobre a terra da qual estavam sendo “expulsos”.

A partir da pesquisa no Assentamento Bela Vista, localizado na cidade de Esperança, na Paraíba, pudemos notar que as narrativas orais construídas e o processo de trabalho da memória expressavam que a luta daqueles *posseiros* foi impulsionada por ações julgadas como “injustas”, cometidas contra eles e que se chocavam com o direito costumeiro sobre a terra. Por mais que não tivessem a titulação da terra, emitida pelo Estado, dando respaldo aos mesmos enquanto donos dos “chãos” cultivados, tradicionalmente ocupavam e usavam

aqueles solos, que eram acessados por intermédio de relações sociais desiguais e assimétricas com o “patrão” e dono da fazenda. Tais relações, mesmo sendo marcadas pela desigualdade, comportavam um código moral que ao ser rompido, gerava a avaliação dos atos como injustos, o que autorizava a partir da quebra das relações, o direito a reivindicar os direitos, utilizando para isso de uma nova gramática.

A legitimidade de apropriação daquele território se dava pelos costumes, com referência a uma economia moral (Thompson, 1998) que regia as relações de dependência entre os *moradores, posseiros-rendeiros* e o dono da então Fazenda Bela Vista. Portanto, o costume de cultivar aquelas terras e pagar renda para o proprietário era assegurado por relações baseadas em um contrato moral entre as partes (*idem*, 1998).

No exercício de análise dos materiais da pesquisa realizada, pudemos trazer para a nossa reflexão a contribuição teórica de Thompson, pois as mudanças sociais, impulsionadas pelo sistema baseado no modo de produção capitalista na Inglaterra, ao longo dos séculos XVI e XIX, fizeram com que este autor ao estudar as classes “de baixo”, percebesse como estas reagiam aos processos violentos de destituição dos direitos costumeiros. Um dos casos analisados por Thompson (1998) foi o dos cercamentos, que dificultou a vida dos camponeses, aumentando os aluguéis das terras e diminuindo a disponibilidade das mesmas para a agricultura. Os cercamentos foram um longo processo, iniciado no século XVI e intensificado no século XVIII, com a constituição de um mercado de terras em detrimento dos direitos de uso tradicional desta.

Sabe-se que as mudanças, sob a dominação capitalista, nem sempre foram aceitas de forma silenciosa e aparentemente harmônica, pelos camponeses. As revoltas em torno da posse da terra indicam, de forma mais pública e expressa, a resistência ao avanço de concepções e práticas orientadas pela racionalidade do mercado capitalista, pelo *dinheiro* e pelo *poder*. No caso do Assentamento Bela Vista, os *posseiros* resistiram abertamente à “expulsão” das terras

que cultivaram há muito tempo, até mesmo por décadas e que, ao serem bem-sucedidos, numa conjuntura favorável, fez com que passassem a contar esta história com ênfases distintas, inclusive refletindo sobre si mesmos.

No desenrolar dos processos sociais, a capacidade de agência (Giddens, 1989; Ploeg, 2008) e de resistência dos camponeses (Wanderley, 2003a; Menezes e Malagodi, 2009) mudam não só os seus destinos, mas também os fazem participar de diferentes jogos sociais, que lhes permitem agir coletivamente, na defesa de seus direitos e interesses. Podem “trabalhar no coletivo”¹ em um dado momento e, em outro, com o assentamento já em processo de consolidação, passam a acionar micro-resistências, associadas a conflitos sociais, que dividiram o assentamento, culminando na disputa entre as duas associações que aglutinavam as famílias e que se identificavam entre si. Em outras ocasiões, aqueles *assentados* puderam voltar a se *unir* para obterem novos créditos fundiários, por exemplo.

O campesinato, aqui em foco, mudou sua identidade de *posseiro-rendeiro* para *assentado* até chegar à propriedade privada e definitiva da terra. Reconhecendo-se, atualmente, enquanto *agricultores*. Orientam-se por uma economia moral camponesa (Thompson, 1998; Scott, 1976; 2002), que lhes dá subsídio tanto para agirem socialmente, como para resistirem, lançando mão de estratégias várias para continuar na terra e para *escapar da seca*, ao passo que pleiteiam programas públicos e participam dos jogos sociais e políticos locais que ultrapassam os limites do assentamento.

1. DE POSSEIROS-RENDEIROS A ASSENTADOS: A LUTA PARA CONTINUAR NA BELA VISTA

A área de 70 (setenta) hectares, onde hoje é o Assentamento Rural Bela Vista, era

uma fazenda com o mesmo nome, localizada no município de Esperança - PB, situando-se a aproximadamente três quilômetros da região urbana do município.

A antiga Fazenda Bela Vista tinha como dono Valdemar Cavalcante, fiscal da Receita Estadual da Paraíba que, de acordo com os próprios *assentados*, arrendava suas terras para mais de trinta *rendeiros botarem roçado* pagando a *terça*², onde produziam para o seu próprio sustento ao plantarem feijão, milho, macaxeira, mandioca, fava, batata-doce, batatinha, dentre outros cultivos.

Alguns *posseiros-rendeiros* estavam, há quase três décadas, trabalhando naquela terra, reconhecidos como futuros donos, até mesmo pelo “patrão”, que zelava pelos laços de confiança e lealdade ali construídos. Seu Valdemar Cavalcante era visto como uma pessoa “muito boa”, um “bom patrão”, nos termos estudados por Lygia Sigaud (2004), que não explorava os *rendeiros*, ao contrário de outros *patrões* da região, cobrando em torno de, no máximo, quinze por cento da produção. Seu Valdemar prometia que as terras ficariam para os *rendeiros* definitivamente, tudo na base da confiança e do acordado verbal:

Aqui tinha um velho que era dono da propriedade, ele era um caba velho bem paciente, era até crente. Ele era uma boa pessoa. O nome dele era Valdemar Cavalcante. Aí o caba olhando pra ele, ele era amigo deles, mas era uma pessoa boa. Aí ele dizia: olhe, vocês se preparem, que eu vou vender aquilo ali pra vocês. Era mesmo que nem um [Assentamento do Crédito Fundiário] Carrasco hoje, fazer aquelas áreas tudinho e vender pelo banco, pra gente ficar pagando. A gente tinha que comprar. Eu vendo aquelas áreas pra vocês, a propriedade[...] Avisou, pra ajeitar de comprar, aí aparece esse Zé Oi de Boi, e passou a perna em nós tudinho (Raymundo Ferreira, agricultor, 56 anos).

1 “Trabalhar no coletivo” é a expressão usada pelos assentados para designar a forma de organização da produção que se estrutura como complementar e por vezes oposta ao trabalho familiar. As lideranças do assentamento e os mediadores da CPT acreditavam que o trabalho no “roçado comunitário” contribuiria para manter a união provinda da “luta” e garantir recursos para as negociações políticas posteriores.

2 Ou 1/3 do que colhiam, para o dono da fazenda.

No final do ano de 1986, o referido proprietário, Valdemar Calvalcante, que nunca havia se indisposto com os *rendeiros*, ficou adoentado e faleceu. A viúva e os filhos herdeiros resolveram vender a propriedade sem nem mesmo comunicar aos *rendeiros* sobre esse projeto de venda; e estes, por sua vez, tinham interesse em ficar naquelas terras, mesmo que fosse mediante a compra parcelada. Nessa narrativa percebe-se os indicativos na sucessão dos fatos, os nexos históricos justificadores das ações que se desenrolaram.

A fazenda foi comprada por José Monteiro Jr.³, também chamado de Zé Oi de Boi, que saiu ainda jovem de Esperança - PB, mas era conhecido por todos. Retornou à cidade já com meia-idade, e com dinheiro para ostentar aos seus conterrâneos, o que lhe permitiu comprar o imóvel colocado à venda pelos herdeiros de Valdemar, sem considerar o pacto moral ali tradicionalmente estabelecido.

O significado do apelido “oi de boi”, ou olho de boi, é o mesmo daquele que tem “olho grande”, ou seja, que é movido por um sentimento intenso de inveja com relação ao que os outros possuem materialmente ou mesmo a vida que levam e até a felicidade demonstrada. É o mesmo que “olho ruim”, “olho gordo” e “mau olhar” e a pessoa que o possui, por meio da inveja, estaria em ligação direta com o mal, emanando uma “energia negativa” a quem ela dirige o seu “olhar”. Para tanto, existem alguns adereços que se coloca na frente da casa, uma planta como a aruda, ou alho pendurado na sala de visitas, ou ainda uma “ponta” (chifre) de vaca na cerca.

No Nordeste brasileiro, os apelidos podem ser elogiosos, para aqueles com quem se tem proximidade e respeito. Para um “igual”, pode destacar alguma característica que sobressai na pessoa. Há aqueles apelidos que demarcam as diferenças e podem ser atribuídos para realçar uma característica negativa da pessoa. No caso de Zé Oi de Boi, serviu como um apelido que circulava entre os *posseiros-rendeiros*, somando-se a outras situações humorísticas, como imitações, piadas com os que estão em situação de dominação, servindo de sedimentação e de “mística” entre os dominados, com base na resistência atribuída aos discursos ocultos dos mais *fracos* que podem, em determinadas situações, vir à tona (Scott, 1990).

Com o impasse com os herdeiros de Valdemar, a terra, ocupada pelos *moradores e rendeiros*, ficou abaixo do preço de mercado. O comprador via, ali, um negócio lucrativo já que, seguindo o seu histórico anterior de ações violentas, expulsaria, com facilidade, aquelas famílias, não fosse à resistência das mesmas.

Os *moradores e rendeiros* ficaram sabendo que a fazenda havia sido vendida no momento em que o novo proprietário resolveu reuni-los, para comunicá-los que queria a terra *limpa*, sem ninguém em cima, pois sua intenção não era de continuar com as “terras de trabalho”, mas sim “terras de gado” (Garcia Jr., 1983)⁴.

O novo proprietário, por meio de um advogado e através do STR de Esperança, acertou um acordo com os *moradores e rendeiros* que receberiam indenização, pelas plantações, no valor de mil cruzeiros para cada hectare plantado, e teriam até setembro de 1988 para

3 No decorrer do artigo foram utilizados nomes e apelidos fictícios, mantendo-se o sentido das expressões que foram captadas durante a pesquisa. José Monteiro Júnior, conhecido também por Zé Oi de Boi, era nascido e criado naquelas redondezas e resolveu, ainda na sua juventude, se aventurar pela Bahia. Lá, segundo versões sobre a sua vida ouvidas entre os pesquisados, o mesmo “ficou rico na mão grande, tomando terra dos outros”. Se, para alguns empresários de Esperança-PB, ele era um *empreendedor*, para os *assentados* o seu enriquecimento rápido teria sido fruto de ações que implicavam o uso de meios ilícitos. O seu retorno seria explicado, pelos *assentados*, não como de quem *venceu na vida* e volta para sua terra natal com dignidade, mas, devido a certos problemas com a lei, ele teria migrado para o estado de Rondônia, onde continuou e intensificou a prática de *grilagem* de terras, que já vinha praticando na Bahia, com o auxílio de pistoleiros. Em Rondônia, de acordo com os *assentados* pesquisados, Zé Oi de Boi vai sofrer ameaças de morte, devido a suas ações violentas, *tomando terra dos outros* e isto motivaria o seu retorno (sem honra e sem qualidades positivas), para comprar a Fazenda Bela Vista.

4 Atualmente, a terra para criar gado gera certa aversão nos *assentados*, uma vez que o gado escapa e “invade” os outros pequenos lotes (com aproximadamente 3,5 ha cada), destruindo plantações. No passado o gado foi também usado pelo *grileiro* para expulsar os *rendeiros* dos seus roçados.

colher suas lavouras e, em seguida, deveriam deixar a fazenda.

Numa época em que estava sendo elaborada a Constituição de 1988, mas que ainda era válido o Estatuto da Terra (1964), apesar de seu viés conservador, neste Estatuto constava a respeito da posse da terra como usucapião ou, mesmo, de que a preferência para a compra seria dos arrendatários interessados⁵. No entanto, os *posseiros-rendeiros*, não sabendo de seus direitos, acataram o acordo, na expectativa de que se foi *botado no papel* e registrado em cartório, seria honrado.

O *acordo de boca*, reforçado pelo *papel escrito*, não evitou a violência da expulsão praticada pelo novo proprietário da área, José Monteiro Junior que, no mês seguinte, queria a terra desocupada, utilizando-se de práticas que impossibilitassem a continuidade da vida cotidiana das famílias naquelas terras. O próprio advogado que o defendia e era conhecido entre os *rendeiros*, classificou-o como *louco*, abandonando a sua defesa, já que este retirou o conflito da esfera jurídica e quis resolver a sua maneira, por meio do código da violência.

Este código foi partilhado, ainda, por senhores de terras da região, em um mundo social em transformação, quando a dominação tradicional dos *donos* em relação aos *moradores* entrou em declínio, com a chegada de um novo quadro legal, garantidor de direitos aos trabalhadores rurais, através da expansão das organizações camponesas (Garcia Jr. 1989). De acordo com o Garcia Jr. (1989), depois do ETR - Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estende os direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais e do Estatuto da Terra (1964), que permite desapropriações e regula as relações de parceria, arrendamento e de *posseiros*, foi possível acalmar os conflitos sociais no campo.

Em decorrência disto se instaura um novo quadro jurídico e institucional, que dá abertura para aplicar a lei nas relações *mora-*

dor-senhor, permitindo aos *moradores* buscar a alternativa jurídica, como forma de melhorar o padrão de vida ou, mesmo, de manter o já existente, em termos materiais. A busca da lei, além disto, aparece no horizonte dos *moradores* como:

[...] meio de resposta a um relacionamento desfavorável com um patrão: tornava-se possível ir à justiça para impedir um patrão de expulsar os moradores sem indenizações, ou obter compensações monetárias no momento das dispensas (Garcia Jr. 1989, p. 82).

Zé Oi de Boi tentou evitar o acesso aos roçados cercando-os e, posteriormente, destruindo-os, colocando o gado nas plantações. Ele destruiu algumas das habitações provisórias, que os *rendeiros* construíam no período de plantio dos roçados e, além disto, teria feito ameaças de morte e um dos *pistoleiros* de Zé Oi de Boi teria ferido, à bala de espingarda calibre 12, um dos *rendeiros*.

Os *assentados* enunciam tais fatos como um diferencial daquele assentamento em relação aos demais da região. A violência com arma de fogo sofrida e o seu enfrentamento, faz com que se sintam, ainda hoje, como participantes de uma épica heróica, narrando e valorizando o fato de os *fracos* terem vencido os *fortes*.

A luta pela terra da Fazenda Bela Vista teve como seu estopim desencadeador, a morte de um dos *rendeiros*, cujas plantações eram cuidadas com todo zelo e simbolizavam o sustento seu e de toda a sua família, para um ano todo. Ao tomar conhecimento de que foram destruídas pelo trator da prefeitura, a mando do “novo” proprietário, com o intuito de fazer cercas para o seu gado; o referido *redeiro* teve um ataque cardíaco e veio a óbito. Este episódio teve um efeito simbólico, pois a leitura foi de que esta morte foi fruto da violência praticada, ou seja, um assassinato e não, co-

5 No Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964), ver: Art. 15 - “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social”; Arts. 17 e 18, sobre a desapropriação por interesse social e Art. 92, que fala da preferência de compra do parceiro ou do arrendatário, em caso de venda do imóvel

mo poderia ser narrado, efeito de um ato natural, sem que se pudesse instaurar um processo de justiça.

Assim, a morte de um dos “seus” foi o que incendiou os demais, que ainda continuaram a resistir e lutar. Ali viviam 32 famílias, mas, devido às ameaças e violências cometidas pelo proprietário, só restaram 17.

Depois desta morte, a revolta contra Zé Oi de Boi foi ainda maior, levando os *rendeiros* a decidir lutar pela continuidade naquele espaço que passou a ser constituído enquanto um território, mesmo cientes do comportamento violento do novo proprietário que, no entanto, não foi suficiente para dispersá-los.

Foram as mesmas 17 famílias que resolveram acampar e que enfrentaram, inclusive, o despejo efetuado pela polícia, depois de o novo “proprietário” pedir liminar de reintegração de posse.

O despejo da polícia chamou a atenção de parte da população urbana de Esperança, que foi até o local para assistir àquele “drama” da vida real, ao passo em que reforçavam as opiniões negativas a respeito daquela mobilização social.

Contudo, essas famílias continuaram a resistir, contando com o apoio da CPT-PB, através de Padre Anacleto Cruz, que auxiliava, com outras lideranças, as organizações camponesas em outras cidades paraibanas. É importante destacar que, na luta da Bela Vista, alguns *rendeiros* eram parentes do padre, indicando aí uma rede de relações que permitem conjugar espaços e pessoas a partir de histórias e padrões morais.

São várias as versões, inclusive, a respeito de quem entrou em contato com a CPT-PB, de quem teve maior participação e de quem foi “essencial” na luta. Cada *assentado-sitiante* que participou da luta se vê como agente principal, imprescindível para que o desenrolar dos fatos culminasse na compra da terra pelo Estado.

Se as organizações camponesas nos anos anteriores à ditadura militar (1950/1960) tiveram apoio do PCB (Partido Comu-

nista do Brasil) e de militantes que eram associados a ideologia comunista, esta não conseguiu monopolizar sua influência, que entrou em concorrência com a Igreja Católica que, desde o começo da década de 1960, interveio para que os trabalhadores rurais não fossem representados pelos comunistas, ao passo que, estimulou a criação de sindicatos rurais a partir de então. Católicos e comunistas tentavam colocar em prática os dispositivos da legislação trabalhista, criando sindicatos de trabalhadores rurais e expandindo “[...] uma oferta múltipla e diversificada de instrumentos de representação de camponeses e trabalhadores rurais, [instaurando-se] um novo terreno de concorrência entre as diversas instituições políticas e ideológicas” (Garcia Jr., 1989, p. 81).

É neste contexto que devemos entender a atuação da Igreja Católica junto aos camponeses paraibanos, ressaltando-se que, a partir de fins da década de 1970, ganha força a ala progressista, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da CPT, seguindo os preceitos da Teologia da Libertação. O apoio da Igreja Católica aos *rendeiros*, no caso da Bela Vista, foi imprescindível para continuarem resistindo e organizados coletivamente. Eles contavam até, com o apoio de padres e de seminaristas vindos da diocese de Guarabira (PB). Estes ajudavam a organizar e promoviam cânticos, poesias e discussões políticas, a fim de motivar os *posseiros-rendeiros* a continuarem lutando. O *assentado* Ezequiel Ferreira lembra que um dos gritos nos protestos que incentivava mais ainda a ação coletiva era “enquanto os latifundiários querem guerra, nós queremos terra!”. Ezequiel ainda tem gravados, em sua memória, os versos e músicas que os incentivavam a seguir resistindo:

Só tenho enxada e título de eleitor / Para votar em seu Fulano educado / Que nada faz pelo pobre agricultor / Que não tem terra pra fazer o seu roçado / Este país é do tamanho de um continente / E não tem terra para o homem da mão grossa / De Norte a Sul, de nascente à poente / Ele vai à procura de um lugar pra fazer roça⁶ (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

A classe roceira e a classe operária / Ansiosas esperam a Reforma Agrária / Sabendo que ela dará a solução / Da situação que está precária / E que na miséria ninguém viveria / A produção já aumentaria / Quinhentos por cento até na pecuária⁷ (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

Após o despejo, os *posseiros-rendeiros*, retirados pela polícia, acamparam na beira da estrada, próximo à Fazenda Bela Vista. Ali ouviam muitos insultos de transeuntes, que eram pessoas provindas da cidade ou, mesmo, agricultores que por ali passavam, sendo que apenas alguns poucos compreendiam a situação e concordavam com a atitude dos *posseiros-rendeiros*.

O acampamento próximo à Fazenda demandada, não surtiu o efeito esperado. Sentiram necessidade de partir para uma ação mais pública, que tornasse expressiva a reivindicação dos seus direitos e, deste modo, foram buscar justiça em frente ao Fórum de Esperança - PB.

Entretanto, na narração da história que é feita, se diz que a cidade de Esperança (PB) havia lhes “dado às costas”, referindo-se a empresários, políticos e ao poder judiciário. Com relação ao judiciário, podemos vê-lo enquanto um espaço de tensões, mas que pode se inclinar em favor dos interesses dos donos de terras e não colaborar para o encaminhamento de reivindicações democráticas, acolhendo aí o direito dos menos favorecidos, como o caso dos *posseiros-rendeiros*, despejados sem se considerar o direito reconhecido pelo instrumento do usucapião.

Após discussões, rituais lúdicos, entoações de cânticos político-religiosos e outras socializações políticas coordenadas por membros da CPT-PB decidiram, coletivamente, partir para o STR, que não havia tomado posição frente ao conflito, com receio do comprador da Bela Vista. Cabe destacar que aquele

STR nunca foi *combativo* e atuante em questões que envolvessem conflitos fundiários.

Ao recorrerem ao STR de Esperança, lhes foi negado auxílio de antemão. Recorreram então à Igreja e o padre Ribamar lhes atendeu, passando os contatos da CPT da Paraíba. A Igreja, em toda a Paraíba, tem um papel importante na socialização política, na organização e no apoio logístico à luta pela terra.

A luta pela conquista da terra, na fazenda Bela Vista, de certo modo, reflete outros casos semelhantes na história social do campesinato, presente em diferentes regiões do país, atualmente. Aquele que detém o poder econômico se configura como proprietário, desconsiderando as famílias que ali estavam há décadas. Seu intuito é de expulsá-las da terra, tentando deslegitimá-las de seus direitos, estigmatizando-as e utilizando de violência simbólica e física, visando garantir seus interesses e desacreditando os interesses das famílias que viviam daquela terra.

Tanto da população urbana como da rural, de Esperança, era comum ouvir opiniões, nos bares que frequentavam, de que eram “ladrões de terras”. O estigma (Goffman, 1988) era evidente, inclusive entre agricultores vizinhos e, até mesmo, em trabalhadores *alugados*, que achavam que as famílias não tinham direito, pois estavam ferindo o direito de propriedade e, portanto, eram *ladrões de terras* alheias.

A marca deixada pela estigmatização, embora enfraquecida, não se apagou ao longo dos anos. Após três anos *assentados*, ainda se ouvia, nos bares, comentários parecidos, o que dificultou a solidariedade externa ao assentamento, com os agricultores vizinhos. Alguns, que eram muito “patronais, não entendiam a nossa luta aqui” (Antenor Brito, *agricultor-assentado*, 56 anos).

6 Apesar de Ezequiel se referir como sendo de autoria dos padres e seminaristas, em realidade tais versos fazem parte da canção de Jorge Pereira Lima “Eu sou roceiro” que pode ser encontrada no livro *Cultura Insubmissa* (Cariry; Barroso, 1982 p. 110-111).

7 Esses versos são da música Grande Esperança dos compositores Góia e Francisco Lázaro, foi gravada em 1965 pela dupla de música capira Zilo e Zalo, fazendo sucesso também nas vozes de Chico Rey & Paraná no ano de 1987, momento em que se discutiam propostas de Reforma Agrária na constituinte.

2. DA BELA VISTA AOS OUTROS PONTOS DE VISTA

O cientista político James Scott, em alguns de seus trabalhos (Scott, 1990; 2002), nos fala que a resistência cotidiana não se opõe à resistência coletiva, muitas vezes as “armas dos fracos” podem estar em consonância com a resistência organizada por meio de ações coletivas, de movimentos sociais dos trabalhadores.

O fato é que tanto a CPT, no Estado da Paraíba, como o MST em todo o Brasil e, mais recentemente, com atuação em território paraibano, levam a pensar que a resistência, em diversos casos está, principalmente, em não aceitar a migração para o “Sul” ou para a cidade, visto que, as alternativas geralmente são para trabalhar em empregos precários, devido ao movimento tão discutido da globalização, geradora de desigualdades sociais, desempregos em massa e precarização do trabalho, dentre outras mazelas sociais.

Na Paraíba, em muitos casos ainda, a manutenção da posse da terra se dá de forma subordinada à grande propriedade e envolve diversas resistências cotidianas e de negociação com o “dono/patrão”; dentre elas, destaca-se a deferência teatralizada.

Pode-se dizer que os *posseiros* da Bela Vista resistiram muito mais, ao resolverem ficar onde já viviam, do que muitos outros *agricultores-trabalhadores* rurais, que batem em retirada. Alguns, inclusive participantes do MST, que precisaram sair dos lugares em que se identificavam, onde moravam e trabalhavam e construíram redes de relações sociais, migraram para outros locais, no intuito de obterem acesso à terra, perdendo ou redefinindo os vínculos sociais com seus lugares de origem.

Na fazenda Bela Vista a luta daqueles *posseiros* não foi apenas para ficarem na região onde

nasceram e se criaram, ou seja, onde são “filhos da terra”; foi, fundamentalmente, de resistência para ficarem na mesma terra em que trabalhavam e cujos significados e sentidos a ela atribuídos estão ligados ao sentimento de pertencimento, que denota não só o processo de identificação camponesa, mas também territorial.

A identificação enquanto *posseiros* sinaliza a resistência, reforçada pela legitimidade moral, devido à precedência de trabalharem na terra antes da chegada do comprador com seus jagunços. A respeito disto, Martins (1980) vai falar que os produtores familiares têm uma relação com a terra que é justificada através do trabalho, é uma “terra de trabalho” para sustentar a família, que se opõe à “terra de negócio”, que é utilizada para especulação, para explorar o trabalho dos *outros*, ou seja, entendida enquanto um território do capitalista.

São regimes diferentes de propriedade, a terra legitimada pelo trabalho entra em constante conflito com a “terra de negócio”, pois o capitalista visa o lucro ou visa a valorização da terra, através da especulação imobiliária. De acordo, ainda, com Martins (1980), a terra é entendida, pelos produtores familiares, como um “bem comum”; no entanto, para os capitalistas, a terra é uma mercadoria monopolizada pela classe dos que podem pagar por ela. No entendimento dos produtores familiares (entre estes os *posseiros*), a terra é um bem divino, que pertence a todos, sendo que, na concepção do campesinato, a validade da posse da terra se dá pelo trabalho: “só é legítima a posse porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Este direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista” (Martins, 1980, p. 61).

A não aceitação de “bater em retirada”⁸ (ou das propostas diversas que lhes eram fei-

8 Ao todo, a fazenda Bela Vista, no início da luta, tinha 34 *posseiros-rendeiros*; restaram apenas 17. Após a conquista da terra pelos que lutaram, os que desistiram tentaram, via STR de Esperança, adentrar na terra conquistada. A tentativa de pegar “carona” na luta foi fortemente rechaçada por aqueles que ficaram e lutaram, chamando quem abandonou a luta de *posseiros-covardes*; por parte destes últimos, houve ameaças de adentrar no Assentamento, o que se constituiu numa afronta aos que tiveram coragem de lutar. O impasse foi resolvido com a aceitação da oferta de terras no distrito rural de Massabiéle; eram terras secas, sem água e distantes do centro urbano de Esperança-PB, o que fez com que todos, com o tempo, vendessem seus lotes. O fato do STR – Esperança ter sido omissos inicialmente na luta e, posteriormente, buscar gerar tensões entre os que continuaram e os que desistiram, foi lembrado por alguns e, embora sejam outros dirigentes, serviu para a generalização de que o sindicato não cumpre seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores.

tas para outros lugares, mesmo que próximos do município) significava a negação da perda do território material e simbólico, construído ao longo dos anos.

A saída significaria a desterritorialização (Haesbart, 1997) da terra e das relações sociais ali construídas, além de deixarem um lugar com proximidade da cidade, com todos os benefícios que isto lhes trazia.

Perderiam, além disto, os vínculos sociais que ficaria, no máximo, na memória, nas recordações de um lugar onde, além de reproduzirem socialmente ao *botarem roçados*, eram lugares de sociabilidades várias, como os jogos de futebol; os momentos de lazer no jogo de cartas aos domingos e as caçadas pelas matas; as idas aos sábados, até mesmo a pé, para fazerem a feira e conversarem com os amigos da cidade; as buscas de *lavagens*⁹ e as vendas de produtos para os comerciantes intermediários e comerciantes da cidade. Do mesmo modo, aqueles que, além de agricultores, possuem “profissão”¹⁰ seriam impossibilitados de realizarem suas atividades fora do lote.

Se, por um lado, os *posseiros-rendeiros* buscaram o apoio da Igreja, Zé Oi de Boi, por outro, fazia questão de atormentá-los, espalhando que teria “parte com o demônio” (isto é, seria associado com as forças do mal representados pelo demônio) e fixando uma placa com o escrito “Recanto do Inferno”, na casa grande da Fazenda Bela Vista. Para aqueles agricultores, que tinham como aliados a Igreja, talvez isto significasse uma luta do “bem contra o mal”, mas para o comprador, era mais uma forma de tentar amedrontá-los, na tentativa de fazer desistirem da terra. Se Zé Oi de Boi foi relacionado ao diabo, os *posseiros* estavam do lado de Deus ao lutarem com o apoio dos padres da CPT, numa luta com o

entendimento de que a terra é um bem divino, que deveria ser para sustentar as famílias, negando a “terra de especulação” e de criação de gado, numa luta entre o direito à vida digna contra o “cativeiro” (Velho, 1995) promovido pela expropriação e exploração capitalista.

A relação entre as crenças, de um lado, é ter um que assume a identidade do mal, dizendo pertencer ao diabo e, do outro lado, os que acreditam na “força” do bem, se dizendo estar com Deus. Conquistar a terra não é, apenas, nesta situação descrita, uma questão de necessidade, mas, acima de tudo, uma questão de justiça e merecimento, por meio do trabalho enquanto valor moral, garantindo a honestidade e a honra da família.

Com a vitória dos *posseiros*, que tiveram o apoio da Igreja Católica, a placa “Recanto do Inferno” foi substituída por “Recanto da Esperança”, designando um lugar em que a terra tão sonhada poderia trazer a esperança de melhores condições de vida para o futuro daquelas famílias.

De fato, esta terra era um território de esperança (Moreira e Targino, 2007), onde a agricultura familiar camponesa venceu frente à atividade pecuarista que seria ali desenvolvida, caso o comprador tivesse êxito na expulsão dos *moradores e rendeiros*. Até hoje, os *posseiros-rendeiros* interpretam que Zé Oi de Boi não era pertencente a Deus e muitos acreditam que ele tinha parte com o diabo:

Pertencente a Deus que ele não era, era muito perverso e carrasco. Fez muita ruína com o povo (Ezequiel Ferreira, 47 anos, agricultor e trabalhador alugado). Aí ele botou na casa grande, recanto do inferno (risos) e botou um desenho do capeta com capa. Pra aquele homem Deus não existe, o que valia era o poder e o dinheiro e pronto, tá entendendo? Foi para pro-

9 A *lavagem* é composta de restos de comida humana, materiais orgânicos coletados nas casas da *rua*, que iriam para o lixo, mas que são separados pelos moradores e coletados pelos *assentados*, para servirem de alimento para os porcos.

10 Interessante notar que, para os mesmos, devido talvez à falta de reconhecimento social da identidade de agricultor, por ser um trabalho e atividade pesada é, muitas vezes, desqualificada no imaginário social brasileiro, como lugar do atraso, do trabalho braçal, de sol a sol, fazendo com que tal identidade não seja vista como profissão. Possuir profissão é, além de ser agricultor, ser, por exemplo, pedreiro, moto-taxista, professora ou mesmo comerciante. Trabalhar *alugado* para os outros também não é considerado profissão, mas sim um *bico* para se conseguir dinheiro para se *fazer feira* nos sábados.

vocar e pra fazer medo. Mas ninguém ficou com medo, porque você tá com Deus, você não tem medo do cão. Sabe porque? Por que Deus é maior do que o cão. Nem assusta. (Ênio Soares Silva, 62 anos, agricultor e pedreiro).

O perfil de *grileiro*¹¹, que andava com pistoleiros, não podia ser relacionado a Deus, na visão dos *posseiros* da Bela Vista. No caso, Deus e o “bem” estariam do lado deles e tinham a esperança de que, se a “justiça dos homens” falhasse, a “justiça divina” seria feita.

O mal está relacionado com a categoria do “cativeiro”, ou a volta do mesmo, na excelente análise, feita por Otávio Velho (1995) sobre estes temas, entre as comunidades camponesas da Amazônia, onde muitos daqueles camponeses têm origem social nordestina. A *besta-fera*¹² da Amazônia era a forma que representava o avanço do capitalismo sobre as terras dos *posseiros*, a chegada do cativeiro, a perda da autonomia e a imposição de ter que trabalhar para os “outros” para sobreviver.

Um dos valores importantes, que consta na economia moral local, entre os camponeses, é o valor da autonomia. Este valor serve para pensar a condição humana enquanto busca da liberdade, que está diretamente relacionada a uma vida digna e, também, enquanto um direito humano universal. A ausência de autonomia e liberdade no seu extremo significa o *cativeiro*, tornando-se sujeito a um senhor ou um *ser obrigado* a um patrão, condição para uma vida infeliz, aproximada daquela que os escravos levavam.

Uma *vida de inferno*, causada por patrões carrascos, que podem ser comparados a

soldados da *besta-fera*. A crença no retorno da *besta-fera* pode ser vivida como algo real e o medo do seu retorno (Velho, 1995) se sobrepõe ao receio de perder a terra (e, consequentemente, a identidade), a autonomia e de ter que enfrentar uma vida de incertezas, inclusive com relação à sobrevivência da família.

2.1 REPRODUÇÃO SOCIAL, SOLIDARIEDADES E CONFLITOS

A narrativa não deixa de existir e eles não perdem o poder de narrar suas histórias, que são re-significadas, na própria luta pela terra (Moraes e Silva, 2006) e, igualmente, na luta pela continuidade da reprodução social na terra onde, permanentemente, se relacionam com os “outros” e reconstroem, nas interações cotidianas e, perante os desafios do dia-dia, suas identidades.

Narrar partes das lutas, mesmo para aqueles que não se envolveram diretamente nelas, é uma forma de se legitimar, naquele espaço, por ser da família dos que lutaram, distinguindo-se de *compradores* de lotes que vieram posteriormente.

Entre os próprios *assentados*, foram perceptíveis as disputas em torno de quem é mais legítimo naquele espaço social e simbólico (Bourdieu, 1990). Quem está mais autorizado a falar pelo grupo? Quem detém maior autoridade e poder de decisão?

Dentro daquele território em transformação, renovaram-se significados, pois ali já não era território subjugado por um *patrão*, nem território de luta pela terra. No entanto, nos fluxos sociais diários (Giddens, 1989)

11 *Grileiro* é um termo, no Brasil, que designa quem falsifica documentos para, de forma ilegal, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

12 O termo *besta-fera*, ou *satanás dos infernos*, pode ser usado para fazer alusão às práticas da classe dominante, dos bancos, da economia capitalista, dos que são “de fora” e o predomínio do dinheiro mediando as relações sociais (VELHO, 1995). No caso do Assentamento Bela Vista, é comum o *satanás dos inferno* ser substituído por outro xingamento, como *filho da puta*, traduzindo um sentimento de raiva e apontando a frieza com que, por exemplo, os funcionários dos bancos tratam quem está endividado. Assim, o xingamento é feito para alguém “de fora” da comunidade, mas não só isto; é feito, também, para aquele que não é capaz de entender a realidade dura de quem enfrenta a seca e não faz questão nenhuma de ajudar, usando da frieza burocrática. É a ameaça de voltar ao cativeiro e perder a terra para o banco, que diz que “o banco não quer terra, o banco quer dinheiro e vai leiloar a sua terra” (Assentado Antenor Brito, 56 anos). Isto é um tormento para as suas almas, lhes tirando o sono, procurando solução de como quitar os débitos. Se o medo se tornasse realidade, isto seria o retorno para uma situação de subordinação a um patrão, tornando-se “obrigados” e dependentes do mesmo, seria a perda de suas identidades e de suas almas.

do presente, o histórico de como era a vida anterior ao assentamento influenciou, diretamente, sobre como os lotes seriam divididos e quem teria direito à terra.

Não bastava ser *morador* ou *rendeiro*, ou ter *botado roçado* na Fazenda Bela Vista; para se legitimar naquele espaço, era preciso ter participado da luta. Deste modo, a participação nas mobilizações coletivas, ocupações e protestos, em Esperança e João Pessoa, pesaram mais do que terem sido, apenas, *moradores* e *rendeiros*.

Não era somente o direito costumeiro, mas para, além disto, propor-se a lutar para ficar na terra. A participação na luta, deste modo, influenciou diretamente nas decisões acerca de quem teria direito à terra e, mais do que isto, pôde ser usado para legitimar-se no território, frente àqueles que participaram menos, ou que não participaram, mas que casaram com quem participou ou quem adentrou naquele território posteriormente, mediante a compra.

Para se chegar a terra, este é o preço que se paga: algum tipo de sofrimento, uma espécie de calvário, uma cruz que deveriam carregar até alcançarem a graça ou a recompensa almejada.

A identificação comum da luta travada no passado é acionada, em diversos momentos mais recentes, para traçar uma fronteira entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram da luta, no interior do assentamento e para além das fronteiras daquele território. Trata-se de confrontar com a forma pela qual se chegou ao acesso à terra, em outros assentamentos da região, tal como o Assentamento Carrasco, fruto da compra pelo Crédito Fundiário.

Nas relações entre identidades e diferenças (Hall, 2005), as identidades são negociadas nas interações sociais com o “outro”, mesmo quando estas negociações são orientadas por uma economia / ordem moral cam-

ponesa (Thompson, 1998, Woortmann, 1990) que é, ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora das práticas sociais cotidianas. O diferente estabelece as fronteiras sociais para a identidade dos agentes sociais; estes, por sua vez, podem fazer a diferença (Giddens, 1989) e isto pode ser perceptível na capacidade de construir relações solidárias e conflituosas, tanto para reivindicar direitos, como no interior do próprio grupo. Ou seja, aquele com quem me identifico e vejo como aliado pode estar fora do grupo a que pertencço e, por outro lado, o “outro” não precisa, necessariamente, ser alguém de fora, mas pode estar no interior do próprio grupo (Gupta e Ferguson, 1992).

No trabalho de campo, percebi conflitos entre famílias e, mesmo, no interior de uma mesma família; observa-se que, muitas vezes, solidariedade e conflito podem coexistir nas relações sociais. As tensões internas a um mesmo grupo aparecem no assentamento Bela Vista, a partir da dissolução do “roçado comunitário”, com a divisão entre as famílias e a criação de duas associações no interior do assentamento.

O “roçado comunitário” significava a continuidade da resistência coletiva. Uma das justificativas para continuarem plantando coletivamente era produzir para a associação *tirar projeto*¹³ e continuar as negociações em prol de programas públicos que viabilizassem o assentamento. Mas, além disto, havia o receio de que, uma vez Zé Oi de Boi tendo perdido a batalha final, juntamente com seus pistoleiros poderiam querer retornar. Trabalhar coletivamente era uma maneira de se protegerem de possíveis ataques, fossem eles imaginários ou reais.

A ideia inicial era funcionar como uma cooperativa, em que os resultados da produção seriam apropriados pela Associação, e retornariam em benefícios para a coletividade das famílias do assentamento. No entanto, tão logo o trabalho coletivo na terra se ini-

13 *Tirar projetos* é um termo local, muito usado entre os *agricultores*, quando se referem à capacidade da liderança política da Associação de conseguir projetos que auxiliem na viabilidade produtiva e sustentável do assentamento. Os projetos são *tirados* por intermédio dos agentes externos: Estado, Ongs, Sindicato Rural. O termo *tirar* é utilizado em atividades cotidianas do *sítio*, tal como *tirar ração* para os bichos, *tirar leite*, *tirar pasto*.

ciou, começaram, igualmente, os desentendimentos e as desavenças.

Depois de um ano, nenhuma das duas Associações conseguia *tirar projetos*. Os técnicos do INTERPA (Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba) atribuíam o insucesso das duas Associações à desunião dos *assentados*, que somente poderiam acessar crédito e programas públicos federais se tivessem uma organização coletiva mínima.

Consequentemente, com as duas Associações, o grupo, enquanto coletividade organizada para continuar reivindicando direitos, para negociar programas públicos e fazer pressão sobre o poder público local, acabou se enfraquecendo, falhando consideravelmente na relação com os agentes externos, necessários para a viabilização do assentamento (Neves, 1999).

Para lembrar aqui James Scott (1990, 2002), pode se dizer que eles estavam se utilizando de micro-resistências cotidianas, direcionadas às famílias discordantes, das duas Associações. Havia resistências de ambas as partes, entre eles mesmos, que minavam uma organização coletiva e uma resistência direcionada para viabilizar o Assentamento, com reivindicações aos poderes institucionais. Neste caso, os *fracos* estavam se digladiando entre si e esquecendo os *fortes*.

Quando ficaram, ambos os lados, sabendo de um empréstimo maior com o PRONAF já em fins da década de 1990, sentiram a necessidade de, ao menos, teatralizar certa “união”. Pois a Associação que incluísse todos do mesmo assentamento teria maior força para mesma. “Foi quando os membros do outro lado, conversando, se acertaram e aí se juntamos e veio um projeto maior, para fazer cercas, reformar casa, plantar capim” (Luzia Soares Silva, 59 anos, aposentada).

A *reunificação* não foi do mesmo jeito que antes dos conflitos. Depois de tais desentendimentos, nunca mais a confiança foi a mesma, pelo menos não a mesma que tinham quando lutavam pela terra, e estavam unidos por um só objetivo, quando partilhavam da

mesma comida, cantavam, rezavam, trabalhavam e lutavam juntos.

Não só nas relações entre vizinhos, mas no interior de uma mesma família, a solidariedade não é sinônimo de igualdade e harmonia do grupo. Uma mesma pessoa, que *ajuda* em algum momento, pode criticar e ser criticada em outro. *Ajuda* não está destituída de relação de poder e, por vezes, quem recebe faz críticas a quem ajudou, ainda mais quando se questiona certo papel social de pai e provedor ou, então, quando se percebe que a *ajuda* vem como tentativa de subordinação entre desiguais, em termos de condições sociais e econômicas.

Portanto, as solidariedades, a circulação de *ajudas*, nem sempre são realizadas sem uma forma de constrangimento ou sentimento de vergonha, por parte daquele que recebe, principalmente se a ajuda questiona um papel que possui um conjunto de expectativas partilhadas socialmente como, por exemplo, o papel de *pai de família*. De tal modo que, apesar de transparecer que há ajuda por parte do filho, o *pai de família* sente-se constrangido em dizer que é o filho, com uma ocupação melhor que a dele, quem mantém a casa e, ainda, socorre nos momentos de seca, com a compra de água ou, então, paga o dono da retroescavadeira para ampliar o *barreiro*.

Os enfrentamentos diversos, para garantir a reprodução social camponesa, não param, no momento da luta. Mas, após a conquista da terra, o assentamento aqui analisado reflete a realidade de muitos outros assentamentos Brasil a fora, apresenta dificuldades para seus membros se tornarem produtores agrícolas autônomos (Neves, 1999).

Dentre estas dificuldades, podemos destacar: 1) dívidas contraídas com os bancos e o insucesso em quitá-las, devido a fatores diversos, mas, principalmente, por não disporem de terras suficientes para haver produção excedente, que gere “ativos” que possibilite honrar as dívidas; 2) como consequência dos endividamentos, houve o receio de fazer novas dívidas, por parte dos agricultores ou, mesmo, por parte dos bancos, que se negavam em fornecer novos créditos; 3) li-

gado a isto temos, também, a venda do direito dos lotes, que é a desistência em continuar como *assentados* e *partir* para novos rumos, outras itinerâncias.

Tais vendas mudam as relações internas entre os assentados, na medida em que o “comprador” não se identifica com o restante do grupo, ou possui projetos distintos dos demais assentados, chegando a ser, inclusive, um “outro”, que visa acumular lotes e reconcentrar a terra, a exemplo do empresário que comprou quatro lotes no Assentamento Bela Vista (Esperança – PB).

As desistências e as saídas da terra, que podem ser denominadas de “expulsões”, não são novidades nos assentamentos, podendo ser entendidas como novas itinerâncias (SILVA, 2004; 2006) e a “escolha” em “vender” o direito pode estar relacionada com diversos fatores; em síntese, podemos destacar, os já citados: endividamentos e a falta de informações com relação ao direito à posse do lote, cujo titular está endividado; a ausência de incentivos para produzir; a falta de solidariedade de parentes e vizinhos, dentro e fora do assentamento; os conflitos sociais internos e a falta de reconhecimento social dos *assentados*, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante assinalar que as lutas travadas, de forma coletiva ou no cotidiano vivido, são pautadas em referenciais ligados aos repertórios culturais locais, a uma economia/ ordem moral camponesa que orienta escolhas, em meio a condicionamentos que permitem continuidades e descontinuidades do campesinato aqui estudado. Isto se dá no diálogo com as diferenças, com os diversos “outros”, seja em nível micro social e local, seja até o “outro”, provindo da esfera do mercado, orientado pelo espírito capitalista que os ameaça, inclusive, de se tornarem explorados em relações de trabalho, ou por atravessadores ou, ainda, de expropriação da terra que possuem. Tais ameaças são reais e refletem, concretamente no acesso, ainda precário, à terra, nos

assentamentos, que limita a realização do projeto camponês orientado pelos valores morais da terra, trabalho, família e autonomia.

Assim, sem condições adequadas para (re) produzirem, eles nem ao menos conseguem ser reconhecidos enquanto “fortes”, o que os torna dependentes de recursos públicos por vezes mediados por relações clientelísticas e, ainda, relações de subordinação, em alguma medida, àqueles que são vistos como “fortes”. Contudo, ainda lutam, lançando mão de diversas estratégias de resistência que visam à continuidade na terra, mesmo que acessada precariamente.

A solidariedade entre *agricultores*, por meio de articulações sindicais, com *agricultores* de outros municípios, por meio de trocas e compartilhamento de sementes, plantas, técnicas e experiências de como manter-se nas terras, nos períodos de estiagens prolongadas, têm ganhado força nos últimos anos. Alguns dos agricultores do Assentamento Bela Vista conseguem visualizar que, por meio de soluções para “escapar” da seca, conseguem, igualmente, “escapar” dos “favores” daqueles que não perdem uma chance de lhes deixarem “obrigados”.

Recebido em: 13/03/2015

Aprovado em: 15/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARIRY, Rosemberg; BARROSO, Oswald. *Cultura insubmissa: estudos e reportagens*. Nação Cariri Editora: Fortaleza. 1982.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- GOOFFMAN, Erving. *Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: LCT, 1988.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “Cultura”: Espaço, Identidade e a Política da Diferença. *Cultural Anthropolgy*, Volume 7, número 1, p.6-23, 1992.
- HAESBART, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- _____. *A Identidade Cultural na pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação & Violência: a questão política no campo*. Coleção Ciências Sociais – Série Linha de Frente. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MENEZES, M; MALAGODI, E. *Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência*. Campina Grande, 2009. (Versão preliminar de circulação na pesquisa IPODE). Disponível em http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf. Acesso em: 13 jun. 2013.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. *Revista Nera*. Ano 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007.
- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: Confluência de formas de inserção social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro n. 13, p. 5-28, out. 1999.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University, 1976.
- _____. J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 1990.
- _____. J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. *Teoria & Pesquisa* São Carlos, vol. 01, n. 49, p.35-64, jul./dez. 2006.
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Besta-fera: recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- WANDERLEY, M.N.B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza. (org.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2003a. p.203-246.
- WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia”: O campesinato como Ordem Moral. In: *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.

A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UM BALANÇO DA LITERATURA E O ESTUDO DO CASO POCINHOS (PB)

Gonzalo Adrian Rojas, Paula Oliveira Adissi

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer um balanço da literatura sobre a criminalização dos movimentos sociais (MS) no Brasil, focalizando o caso do Movimento dos Sem Terra (MST) em Pocinhos-Paraíba. Fazemos uma breve apresentação do caso, com base em documentos judiciais, declarações das vítimas, da Ouvidoria da Polícia da Paraíba e entrevistas com membros do referido movimento. Em seguida apresentamos uma revisão da literatura sobre criminalização dos movimentos sociais no Brasil, a partir de seis tópicos: a criminalização dos MS de modo geral; a criminalização do MST; os meios de comunicação e o poder judiciário na criminalização dos MS; a criminalização dos MS nas ciências sociais; a criminalização dos MS, a violência no campo na Paraíba; e, finalmente, a criminalização e violência do MST na Paraíba.

Palavras-chave: Criminalização; Movimentos Sociais; MST.

THE CRIMINALIZATION OF LANDLESS WORKERS' MOVEMENT (MST): A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW AND CASE ANALYSIS OF POCINHOS (PARAIBA STATE, BRAZIL)

ABSTRACT

The purpose of this article is to make a bibliographical review on the criminalization of social movements (SM) in Brazil taking specifically in account the case of the Landless Movement (MST) in Pocinhos (Paraíba State, Brazil). We make a brief presentation of the case, based on court documents, on statements of victims, on the Police Ombudsman's Office of Paraíba and on interviews with the MST members. Then we review the bibliography on criminalization of social movements in Brazil presenting it under six topics: criminalization of social movements in general; the criminalization of MST; media and judiciary in the criminalization of SM; the criminalization of SM in social sciences; the criminalization of SM or rural violence in Paraíba and finally criminalization and violence of the MST in Paraíba.

Keywords: Criminalization; Social Movements; MST.

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: gonzalorojas@usp.com.br

Jornalista pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB), Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: paulaadissi@gmail.com

O CASO POCINHOS NA PARAÍBA

Este relato tem como fonte principal as entrevistas realizadas com seis integrantes do MST, entre participantes e vítimas do Caso, com o advogado de defesa dos trabalhadores e com a coordenadora estadual do movimento. Outras fontes, que se viram de base para esse relato são os documentos judiciais do Caso, e documentos da Ouvidoria Pública da Polícia Militar da Paraíba.

O caso Pocinhos foi um caso particular em comparação a processos de criminalização anteriores, levando em conta a história do MST de mais de vinte anos de presença política no estado. É particular pelo tipo de repressão que passaram os trabalhadores rurais sem-terra, ao receberem ameaças de morte acompanhadas por tortura e prisão.

O caso ocorreu em 1º de maio de 2009, no município de Pocinhos, no estado da Paraíba. Neste dia, um grupo de 60 famílias, que viviam principalmente na cidade de Pocinhos, foram organizadas pelo MST para ocupar as margens de uma grande propriedade, a Fazenda Cabeça de Boi. Esta propriedade estava decretada pelo Governo Federal para desapropriação para fins de reforma agrária, em decreto de dezembro de 2008. Portanto, os líderes do MST, acreditaram que o acampamento, que tinha como objetivo acelerar o processo de assentamento de famílias na área, não sofreria represálias nem do Estado nem dos proprietários.

Mas as coisas aconteceram de forma diferente. As famílias chegaram à área perto das 22 horas e entraram na propriedade para coletar lenha e água. Perto da meia-noite um grupo de sete ativistas são surpreendidos por dois carros com vários homens encapuzados e fortemente armados. Estes homens chegam atirando para os lados e para alto, e rendem sete membros do MST. As famílias que montavam acampamento fogem na escuridão, escondendo-se no mato de xique-xique¹ ou nas grandes pedras da fazenda.

O grupo paramilitar foi acompanhado durante todo o episódio da violência extralegal, pelo irmão da proprietária, o Sr. Constâncio Magno Cavalcante, e em alguns momentos também esteve a própria proprietária do imóvel, Maria do Rosário Magno Cavalcante. Os homens encapuzados espancaram e torturaram durante cerca de cinco horas os sete membros do MST, entre os quais dois, que eram menores de idade.

As agressões ao sem-terra, foram de todos os tipos, socos, chutes, queimaduras, ataques verbais e ameaças de morte para todos. Os homens mascarados incendiaram o carro de um militante do movimento que estava no local e despejou querosene nos corpos dos sem-terra ameaçando queimá-los vivos. Um dos sem-terra torturado é trancado num quarto, do que foi outrora a casa dos caseiros da propriedade e, em seguida, atearam fogo no interior da casa, no entanto, o membro do MST conseguiu escapar por uma janela.

Em algum momento na madrugada um veículo da Polícia Militar da Paraíba (PM) chega ao local. Os trabalhadores torturados reconhecem alguns desses policiais como os mesmos que estavam agredindo-os horas antes. Após a tortura e a tentativa de homicídio, sete trabalhadores sem-terra são colocados um sobre o outro no corredor do ônibus que tinha transportado as famílias para onde iriam acampar. Ao serem deitados e empilhados dentro do ônibus um dos homens encapuzados joga mais querosene neles e ameaça queima-los no interior do veículo.

O ônibus sai da fazenda pegando a BR 230 e a poucos metros da propriedade aparece um veículo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e pede que o ônibus pare. Neste momento não há mais nenhum homem encapuzado, só homens com roupas da PM e outro com roupas de polícia florestal. Os trabalhadores sem-terra agredidos são levados para um posto da PRF, que era relativamente perto da fazenda. Lá são algemados uns aos ou-

¹ Vegetação nativa da região do Curimataú, caracterizada por seus grandes espinhos. Muitas pessoas ficaram com várias partes do corpo perfurado pelos espinhos.

tros em torno de um pilar e de um poste. Só então os sete são identificados, mas não os solicitam documentos. Os donos da propriedade vão até lá e conversam com os policiais rodoviários. Em seguida, os sete membros são levados para a delegacia de Campina Grande. De lá, após declarações dos policiais e das vítimas, cinco são liberados e dois são presos em flagrante pelos crimes de apropriação de propriedade alheia, incêndio e um deles também por posse ilegal de arma de fogo. Os dois militantes são levados para a delegacia de polícia de Pocinhos, onde permanecem presos por três dias, e depois são transferidos para o presídio do Monte Santo em Campina Grande.

Após 35 dias de prisão é concedido aos trabalhadores rurais o direito de responder as acusações em liberdade. Durante os dias de prisão, um conjunto de atividades de protesto foram realizadas. Assentados e acampados, membros do MST, bloquearam vias federais e estaduais no Estado, onde distribuíram panfletos denunciaram o que aconteceu e exigindo a libertação dos presos. Várias organizações da sociedade civil, como sindicatos, movimentos sociais, ONGs, instituições e comissões de direitos humanos, além de setores estudantis e da Igreja Católica, participaram de comitês para a libertação dos presos, atos e documentos distribuídos para repudiar a ação da Justiça e Polícia da Paraíba, e exigiram a libertação dos membros do MST.

Os quatro maiores jornais do estado (O Norte, Jornal da Paraíba, Correio da Paraíba e Jornal da Borborema) deram cobertura ao caso em 17 artigos publicados nas suas páginas a partir de 03 de maio até o dia da libertação, em 5 de Junho de 2009. Os canais de televisão também deram cobertura para o caso sendo transmitida a notícia nos três mais assistidos programas de notícias nas TVs Tambaú, Cabo Branco e Paraíba.

A mídia local nos três primeiros dias do caso apenas divulgou as versões da polícia e da dona da propriedade, não mencionando em nenhum momento, por exemplo, o fato de a área está decretada para desapropriação. A ação ilegal do grupo “paramilitar” também é

algo invisível para a imprensa durante o período inicial de cobertura da mídia. É importante ressaltar que precisamente nesses primeiros dias temos o maior número de materiais jornalísticos com foco sobre o caso. Será somente após a intervenção de uma parte da sociedade civil para denunciar o presente caso, que a mídia local insere novas versões possíveis para o caso Pocinhos, mesmo mantendo o discurso que criminaliza o MST e seus membros. O fato que destacamos neste artigo é que durante o tempo em que os dois trabalhadores sem-terra ficaram presos, a imprensa local publicou 16 artigos sobre o caso, mas no dia em que os membros do MST foram liberados foi publicado apenas uma única nota curta, apenas em um dos jornais.

Os dois militantes responderam processos, até hoje não concluídos. Um deles que já sofria com problemas de saúde, após as torturas sofridas ficando ainda mais debilitado, falecendo em 2014. Ninguém foi punido pelas torturas aplicadas contra os sem-terra. Internamente a PM da Paraíba realizou investigações sobre as ações dos policiais militares, os guardas florestais e policiais civis no caso Pocinhos, que em nada resultou. A Fazenda Cabeça de Boi foi expropriada em fevereiro de 2011 e transformada em assentamento da reforma agrária, onde hoje vivem 20 famílias. O assentamento foi nomeado de *1º de maio*, em memória a luta e repressões sofridas na área.

1. UM BREVE PANORAMA DA LITERATURA SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO MST

No Brasil, a questão da criminalização dos movimentos sociais tem sido estudada principalmente nas áreas do direito e de comunicação social. Encontramos dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de conclusão de cursos de graduação e algumas outras publicações sobre o assunto. Mas 80% desses trabalhos estão na área de direito.

A grande maioria destes estudos são baseados em casos de criminalização dos movimentos sociais no sul e sudeste do Brasil, es-

pecialmente nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG). Não encontramos nenhum trabalho em casos de criminalização dos movimentos sociais ocorridos na região Nordeste do país. Mais de 90% desses estudos tem como objeto principal, a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.1 PESQUISA GERAL SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na área do direito os estudos vão no sentido de, a partir das teorias criminológicas, entender os casos de criminalização dos movimentos sociais. Estes estudos analisam vários processos contra militantes de movimentos sociais e teorias de rastreamento e análise sobre a natureza e a razão para essa evolução. Neste sentido, encontramos algumas diferenças entre os pesquisadores.

Para Maria Fernanda da Costa Vieira o processo de criminalização dos movimentos sociais está inserido em um contexto mais amplo, que é a criminalização da pobreza (Vieira, 2005). Para essa pesquisadora o processo de criminalização do MST se insere no processo global de ampliação e fortalecimento do Estado Penal, como forma de controle social sob as camadas mais pobres da sociedade. No caso do MST este tratamento se agravaria, por este questionar a propriedade privada.

Entendemos que a criminalização ao MST expressa essa conjuntura global de fortalecimento do Estado Penal, que necessita impor freios, “cercas” aos que lhe são avessos, embora não tenhamos perdido de vista que há um agravante no que se refere ao MST, pois este *provoca* na raiz, um direito intocável, absoluto, na ótica burguesa: a propriedade. (Vieira, 2005, s/p).

Neste sentido acreditamos que é possível localizar a criminalização do MST dentro das formas mais gerais de criminalização dos pobres, mas não homogeneizando estas

formas de criminalização, mas sim, salvaguardando suas diferenças. Entendemos que a criminalização dos movimentos sociais tem a sua especificidade, uma vez que é a criminalização de organizações populares, que tem formas de ação planejadas e coletivas. Os processos de criminalização da pobreza em geral são diferentes, estão instalados no meio da desordem urbana, da miséria e da degradação humana, ou sob os atos espontâneos de revolta e reivindicação das camadas mais pobres. É importante verificarmos essa diferença, ainda que sutil, para que possamos melhor caracterizar uma e outra forma de criminalizar indivíduos e setores da classe trabalhadora.

Outra pesquisadora, entretanto, Daniela Comin Martins, também na área de Direito, estuda o processo de criminalização dos trabalhadores rurais sem terra no município de Quedas do Iguaçu, Paraná, diz que no centro do processo de criminalização do MST estão os meios de comunicação, com todo o seu poder para estigmatizar os setores e grupos sociais. De modo que a Justiça agiria também norteadora por essa generalizada estigmatização dos integrantes do MST.

A autora parte da hipótese de que quanto mais próximo a pessoa se sente do conflito, maior a tendência e criminalizarem as condutas dos sujeitos. Essa capacidade de aproximar as pessoas dos conflitos, e dos grupos inseridos nele, é feita através das mídias, através de sua divulgação estereotipada e estigmatizada dos acontecimentos sociais que envolvem o MST. Para essa autora o processo de criminalização tem uma origem maior na mídia que na própria Justiça (Martins C., 2007).

Nossa hipótese é diferente: nós entendemos que há uma complementaridade entre as instituições (mídia, Estado) e as ações extralegais das classes dominantes no campo. Portanto neste sentido dizer que a criminalização emana de uma estigmatização propagada pelos meios de comunicação é fragmentar e paralisar o entendimento sobre o processo de criminalização do MST. A mídia cumpre sua função dentro do processo dinâmico da criminalização dos movimentos sociais, mas vê-la

como centro disso é limitar a análise e deixar de fora importantes sujeitos do processo.

Uma terceira forma que encontramos de entendimento sobre o processo de criminalização aos movimentos sociais foi o fato de ser esta uma ação política das classes dominantes brasileiras de coibir as lutas populares. Para esses pesquisadores do serviço social Bruno Bruziguessi e Cristina Simões Bezerra a criminalização dos movimentos sociais é um fato histórico que se insere na formação socioeconômica da sociedade capitalista.

No que se refere especificamente ao caso brasileiro, a criminalização tem um aporte histórico, não só voltada para os sujeitos penalizados individualmente, mas também às suas formas de organização política. Neste sentido, ao longo de todo o processo de desenvolvimento das relações capitalistas no país, as organizações da sociedade civil se mostraram como grandes ameaças a ordem estabelecida e foram consideradas perigosas, do ponto de vista do Estado, para todo o resto da população. (Bruziguessi e Bezerra, 2010, p. 51).

Essa percepção tem como pano de fundo, e é diferente das análises anteriores, a ideia que o Estado age sob interesse das classes dominantes. As análises anteriores apesar de caracterizar o Estado de Direito como agente da criminalização do MST, com objetivo de fazer controle social sob as camadas mais pobres, forma essa que se baseia na ampliação do Estado Penal, em ambos os estudos fica a impressão de que isso é um fato conjuntural, ou é a imprensa que induz a Justiça a criminalizar os movimentos sociais.

No que se refere especificamente ao conceito de criminalização é notável que o conceito, como vem sendo utilizado, se restringe as ações institucionais do Estado e a cobertura jornalística das mídias e sua caracterização quanto ao MST. Alguns autores ampliam o conceito de criminalização inserindo-o no de estigmatização (Foscarini, s/d), ou ainda apontam o conceito de repressão como mais uma forma de tratamento que o Es-

tado usa diante dos movimentos sociais (Viana, 2005).

Esse debate sobre o conceito de criminalização e repressão (ou violência) aparece na discussão entre os autores Sauer e Aton Fon Filho. Sauer, em capítulo dedicado a criminalização dos movimentos sociais no interior do seu livro *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro* faz uma diferenciação entre violência e criminalização. Criminalizar seria o fato de “fazer pessoas e ações serem vistas e julgadas (pela opinião pública e pelos órgãos estatais) como criminosas, ou seja, como ações realizadas a margem da lei e da ordem” (Sauer, 2010, p. 124,). Para este autor a criminalização se concentra no campo exclusivamente ideológico, no campo discursivo da mídia e da justiça.

No artigo intitulado *Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos*, publicado no livro *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*, Fon Filho traz um conceito diferente de criminalização dos movimentos sociais. A criminalização, para ele, inclui todas as formas de repressão e violência contra as organizações populares. Para o autor “a criminalização é um conjunto de formas repressivas, sejam elas apenas ideológicas ou violentas/repressivas” (Fon Filho, 2008).

No estudo do caso Pocinhos, de acordo com nossa hipótese, é impossível dissociar a criminalização da violência, porque a violência sofrida pelos trabalhadores sem terra esteve intimamente ligada a própria criminalização legal e ideológica também sofridas por eles. Assim, a definição de Fon Filho ajuda a entender o caso Pocinhos, tornando a separação tomada por Sauer arbitrária. Situações exemplares de criminalização dos movimentos sociais serão mencionados a seguir.

2.2 A INVESTIGAÇÃO SOBRE CASOS ESPECÍFICOS DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O trabalho monográfico para conclusão do curso de graduação em Direito, intitu-

lado *Relatos do inimigo no campo: A Criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul (2006-2010)* de Efendy Emiliano Maldonado Bravo, traz amplos aspectos entre teóricos e empíricos do processo de criminalização no estado do Rio Grande do Sul (RS). Centralmente com base na teoria de Michel Foucault, o autor faz um estudo a partir dos processos judiciais criminalizantes contra integrantes do MST. Centralmente com base na teoria de Michel Foucault, o autor estuda processos judiciais que criminalizam os integrantes do MST.

Nesta pesquisa o autor estuda em especial as ações do Ministério Público gaúcho e da Brigada Militar Estadual quanto a um relatório sigiloso entre estas duas instituições que em seguida resultou no mandato de dissolução do MST. Essa medida em seguida foi excluída dos laudos. A outra ação estudada por ele foi a medida que criminalizou oito trabalhadores sem terra também no RS baseado na Lei de Segurança Nacional².

A pesquisa contém uma rica análise jurídica dos processos de criminalização de trabalhadores sem terra, chegando o autor a indicar os erros e a inconstitucionalidades dos processos contra o MST no RS. Mas quanto a visão sobre o Estado faço a mesma crítica já apresentada a outras autoras, ele verifica os maus procedimentos jurídicos, as falhas e irregularidades nos laudos dos processos contra o MST, e afirma que isso se dá ao fato do Estado de Direito estar se afastando das causas sociais. Nós não estamos dizendo que não há relevância no conhecimento das violações constitucionais de processos de criminalização dos movimentos sociais, mas parece conter uma fraqueza fundamentalmente teórica no sentido da interpretação da regra do direito ao considerar que, desta forma o Estado estaria se afastando de demandas sociais. Ela mistifica o Estado a crer que o Estado capitalista em termos conceituais em geral e do Estado capitalista na formação econômica e social brasi-

leira, em particular, estava em algum momento comprometido com as questões sociais levantadas pelos movimentos sociais.

Outras duas importantes pesquisas, inclusive já citadas nesse artigo, são das professoras de ciências jurídicas, Fernanda Maria da Costa Vieira e Daniele Comim Martins, ambas das áreas de sociologia do Direito. As pesquisas são: *Presos em nome da Lei? Estado Penal e criminalização do MST* (Vieira, s/d) e *A criminalização dos movimentos sociais e a luta por terras no interior do Paraná – o caso de Quedas do Iguaçu* (Martins, 2007).

Vieira estuda as ações do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o MST, as mesmas que analisa Bravo. E como já foi dito, estuda a criminalização do MST a partir de um contexto de ampliação do Estado Penal e de criminalização da pobreza ou o “encarceramento dos miseráveis” como se refere a pesquisadora. Ela acredita que o Estado de bem estar social por estar vivendo uma crise, adota a política do aprisionamento das camadas consideradas “perigosas”.

C. Martins, por sua vez, faz um estudo de caso sobre a criminalização do MST na província do Paraná, mais especificamente na cidade de Quedas do Iguaçu. A pesquisadora a partir de dados empíricos de processos judiciais contra os membros dos trabalhadores do MST confrontados com teorias da criminologia no quadro das teorias do direito. Com a pesquisa conclui que o Estado e as suas agências e os interesses econômicos, constroem uma aura de estigmatização em torno dos integrantes do MST, e a mídia perpetua e expande a “estigmatização criminal” do MST.

A dissertação de mestrado de Flávio Bortolozzi Júnior, no curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, estuda a criminalização do MST e sua luta contra-hegemônica. A pesquisa intitulada, *A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fun-*

² Lei instituída durante a ditadura militar que prevê punição dos que agiram individualmente ou em grupo contra o Estado Democrático de Direito. Foi através dessa Lei que a maioria das prisões e perseguições a militantes políticos que lutavam contra a ditadura foram decretadas judicialmente.

damentais (Bortolozzi, 2008). O autor busca compreender a criminalização do MST fazendo um panorama histórico sobre o desenvolvimento da propriedade privada e dos conflitos no campo, no Brasil e na América Latina. Especificamente sobre a criminalização dos movimentos sociais o autor diz que o Direito Penal é utilizado de forma equivocada pelo Estado para resolução de problemas que são sociais e não penais.

A criminalização dos movimentos sociais pelo Direito Penal como instrumento do Poder, que se utiliza de categorias legais abstratas para enquadrar as ações políticas de grupos organizados em tipos penais e, assim, legitimar e autorizar o emprego do monopólio da força, representa a estratégia da ideologia hegemônica para a manutenção das condições materiais desiguais de existência, através da institucionalização da violência e do Direito Penal não como política criminal, mas como política equivocada de resolução dos problemas sociais. (Bortolozzi, 2008, p. 58-59)

Aspectos interessantes dessa pesquisa são as abordagens sobre as premissas ideológicas do sistema penal e a caracterização da mídia como instituição de controle social informal e o Estado Penal como de controle social formal. Isso nos ajuda, por exemplo, na análise de documentos legais do caso Pocinhos.

Outro artigo importante para nossa investigação foi o citado *Coerção e consenso: os fundamentos da criminalização dos movimentos sociais no Brasil*, dos pesquisadores Bruno Bruziguessi e Cristina Simões Bezerra. Através de uma abordagem gramsciana, o caminho teórico feito pelos autores é de primeiro caracterizar o desenvolvimento do Estado na sociedade capitalista, em seguida analisam a sociedade civil e sua complexidade diante dos instrumentos de coerção/consenso no esforço das classes dominantes de manter sua dominação político-econômica sob as classes oprimidas (Bruziguessi e Bezerra, 2010).

Os dois artigos de Leandro Gaspar Scalabrin³, *O crime de ser MST* (Scalabrin, 2008) e *Estado de exceção no Rio Grande do Sul e a criminalização do MST* (Scalabrin, 2009), trazem importantes análises sobre casos de criminalização do MST no estado do Rio Grande do Sul. Os principais acontecimentos estudados foram: a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra oito trabalhadores sem terra que restringiam seus direitos legais como cidadãos comuns; a ação conjunta entre Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Estadual para dissolver o XXIV Congresso Estadual do MST (RS) em 2008. A sua análise jurídica sobre estes e outros casos, conclui que a Justiça usa métodos e argumentos jurídicos da ditadura militar para criminalizar o MST nos dias de hoje no RS.

2.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O SISTEMA JUDICIÁRIO NA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dois estudos, ainda das ciências jurídicas me chamaram a atenção por estudarem a relação entre a mídia e a criminalização dos movimentos sociais. Um primeiro de Cristiane de Souza Reis, *Por trás dos bastidores da mídia* (REIS, 2004), e *O discurso midiático nos meandros da Criminalização: contemporaneidade e movimentos Sociais* de Léia Tatiana Foscarini (s/d). Ambos os estudos afirmam que a mídia reforça a criminalização oficial das instituições do Estado contra os movimentos sociais, e em ambos também se encontra a análise de que há um caminho de volta, que a mídia também incita a criminalização. Chegando a mídia interferir ou fomentar os procedimentos jurídicos de criminalização de grupos, e pessoas através da estereotipação e estigmatização de setores sociais vistos como perigosos. De modo que a mídia também criaria a figura de quem é criminoso para a sociedade em geral e até para a própria justiça em

3 Advogado do MST e militante de organizações de direitos humanos. Publica muitos artigos em revistas acadêmicas e de organizações de direitos humanos sobre criminalização dos movimentos sociais e direitos humanos.

particular, aí estariam incluídos os integrantes do MST.

Os dois estudos chegam a conclusões semelhantes, diferem apenas em relação aos procedimentos teóricos e metodológicos. Reis faz uma análise partindo das teorias sobre criminalidade e criminalização, quem é criminoso, e o que é crime. Para em seguida afirmar a partir de teorias sobre o tema, que o crime ou o criminoso só existem quando são normatizados pelo Estado, ou por instituições “informais”, por exemplo, as mídias ou as escolas, que ele não existe em si mesmo, que, portanto, é definido a partir dos interesses das classes poderosas que controlam as instituições formais e informais da sociedade. E, segundo ela, é nesse meandro que se localizaria a criminalização do MST e seus integrantes.

Já Foscarini, por sua vez, chega a essas conclusões partindo principalmente de análises dos documentos da mídia sobre o MST, e compreensões do significado e papel dos meios de comunicação e do sistema penal na sociedade atual, e como eles criam e fortalecem a estigmatização e criminalização de grupos e indivíduos.

Especificamente sobre os movimentos sociais a autora assinala que a mídia age, de modo a legitimar perante a sociedade a punição dos ativistas dos movimentos sociais e de indivíduos *já estigmatizados socialmente*. Aspectos interessantes de pesquisas já mencionadas nos levam a questionar sobre como podemos analisar o processo de criminalização dos movimentos sociais e a criminalização de indivíduos que comentem crimes comuns? Minha questão é: utilizando teorias que explicam a categorização do crime ou da criminalização referida a crimes comuns, para explicação e entendimento da criminalização dos movimentos sociais é adequado?

Estas são as principais questões que levantamos a partir das leituras dos trabalhos produzidos na área do direito. Apesar dos processos de criminalização dos movimen-

tos sociais terem como principal base oficial o tratamento, por parte da Justiça, dos protestos e reivindicações populares tratados como crimes comuns⁴, esse tratamento é um tratamento acima de tudo político, mas travestido ideologicamente como um tratamento jurídico legal baseado na lei criminal. Mesmo que nos laudos e argumentos jurídicos os trabalhadores sem terra criminalizados no Caso de Pocinhos (PB) tenham sido tratados como criminosos comuns, essa, segundo nossa hipótese, era apenas a aparência da criminalização. De modo que utilizar as teorias da criminologia para entender tanto a criminalização de grupos políticos e a criminalização de grupos não políticos seria um erro, tanto pelo risco de despolitizar o que é essencialmente político como o de politizar o que é pouco ou não politizado.

As investigações na área da comunicação que pretendem estudar a relação entre a mídia e o MST, a maioria delas consistem em análises do discurso dos textos publicados sobre este movimento social. Um exemplo desse tipo de estudo é: *Do silêncio a satanização: o discurso da Veja e o MST* é uma publicação da dissertação de mestrado de Eduardo Ferreira de Souza. Segundo ele, a estratégia da imprensa contra o MST segue diferentes fases, primeiro o silêncio sobre os acontecimentos, seguida da tentativa de cooptar o movimento, não dando certo, a estratégia seguinte é a de dividir internamente os militantes, por último realizam a “demonização” do MST e seus membros (Souza, 2004). É uma interessante análise, mas hoje talvez já ultrapassada, por um único motivo, o MST na época dessa pesquisa era um movimento social relativamente novo, de modo que essa estratégia midiática já foi utilizada e hoje sofre alterações por um conjunto de questões não possíveis de serem aqui aprofundadas.

Outra pesquisa que trata da criminalização dos movimentos sociais promovida pela mídia é o artigo *Poder e mídia: a criminali-*

4 Exemplos comuns de processos que recaem sob os MST e seus integrantes são: o de formação de quadrilha, esbulho possessório (invasão de imóvel alheio), degradação de prédio público ou privado, entre outros.

zação dos movimentos sociais no Brasil nas últimas três décadas (Volanin, s/d). Partindo de uma perspectiva historiográfica o autor afirma que a mídia brasileira ao longo das últimas três décadas tratou de forma criminalizante os movimentos sociais. O artigo mostra a fraqueza, pois, anuncia um marco no estudo sobre a criminalização dos movimentos sociais nos últimos trinta anos no Brasil, um período histórico muito longo, e como seria de esperar não cumpri com a declaração, feita, o que faz são afirmações breves e superficiais.

2.4 A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESQUISA DE SOCIÓLOGOS E CIENTISTAS POLÍTICOS

Neste tópico abordaremos a pesquisa sobre a criminalização dos movimentos sociais na área das ciências sociais, incluindo sociologia e ciência política. Uma delas é um artigo curto intitulado *O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil* de César Sanson que elabora uma tese principal que aborda a questão da criminalização dos movimentos sociais durante o Governo Lula não teria perdido força pois a coalização ampla da constituição do Governo dissimulou os conflitos de classe cedendo espaço aos setores conservadores (Sanson, 2008)

A tese de doutorado intitulada *Navegando contra a maré: a relação entre MST e mídia* (Vieira, 2007), de autoria de Fernando Antônio da Costa Vieira, se divide em duas partes: uma primeira sobre a grande mídia no Brasil e elementos sobre a criminalização do MST, e em uma segunda parte uma análise dos veículos de comunicação do próprio MST e a sua luta contra-hegemônica.

Sua luta intransigente pela terra, questionando a inviabilidade da propriedade privada, fez do movimento um alvo da mídia, transformando o MST numa organização que rompe com a esfera da ordem. E por isso deve ser criminalizada e isolada da sociedade. (Vieira, 2007, p. 179)

Não encontramos trabalhos e pesquisas de sociólogos especificamente sobre o *processo de criminalização dos movimentos sociais* nestes termos⁵. Mas já sobre o tema da violência no campo registra-se uma produção acadêmica mais variada. Em função do próprio objeto, o “Caso de Pocinhos”, ao tratar da *criminalização não podemos deixar de inserir também* a violência no campo, e por ser a criminalização dos movimentos sociais um debate ainda pouco tratado no meio acadêmico, busquei, e nos foram muito úteis, as fontes bibliográficas sobre violência no campo, ou conflitos agrários.

Traremos aqui dois trabalhos que, em nossa opinião, são clássicos na área. O de Leonilde Servolo de Medeiros em *Dimensões políticas da violência no campo* (Medeiros, 1996) e o de José de Souza Martins em *Expropriação e violência* (Martins, 1980).

Medeiros destaca que a impunidade no campo revela uma face da violência, que demonstra “o profundo comprometimento do Poder Judiciário com os interesses ligados à propriedade da terra, o que coloca um impasse nessas situações de disputa” (Medeiros, 1996, p. 126). A autora completa afirmando que

a violência no campo indica a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro. Como há, de um lado, a defesa dos interesses absolutos da propriedade, nega-se qualquer possibilidade de discuti-los através da constituição de uma outra concepção de direito que coloque em pauta o tradicional lugar da propriedade fundiária. (Medeiros, 1996, p. 139)

Para a socióloga, a violência no campo no Brasil tem uma natureza estrutural e faz parte da cultura política, em especial nos atores políticos do campo. Dessa forma, ela dirá, que a “violência persiste e reproduz-se e em algumas situações particulares, intensifica-se, alimentadas por determinadas práticas institucionais e por um determinado padrão de

⁵ A exceção é o artigo de Cesar Sason já apresentado.

expressão de interesses ligados a propriedade da terra” (Medeiros, 1996, p. 127). Para ela a violência no campo é também um demonstrativo de perda de poder. Quer dizer, ao se destacar lutas e, movimentos sociais, lideranças na luta pela terra, as classes dominantes vêm seu poder ameaçado, e para conservá-los elas agem pela violência.

A autora fornece uma contribuição significativa para a compreensão sobre a violência no campo, e em particular uma contribuição para nossa pesquisa, a questão da interface entre a violência pública, a oficial, a do Estado, e a violência privada da pistolagem, capangagem, a mão armada do latifúndio. A relação dos proprietários de terra e as polícias e dos proprietários e a Justiça.

José de Souza Martins traz outros aspectos sobre a violência no campo. Para ele as origens dos conflitos rurais têm duas faces: o processo de expropriação e exploração dos camponeses e suas lutas de resistência. Ambas essas faces são parte de um mesmo processo que é a expansão do capitalismo no campo. Os que não conseguem resistir a essa expansão transformam-se em proletários, os quais lutam contra a exploração a que são submetidos. Ao passo que resistem ao avanço capitalista no campo os camponeses lutam contra a permanente ameaça de expropriação que são submetidos. Complementa dizendo que:

A expropriação dissocia o trabalhador da terra, seu principal meio de produção; prepara-o, desta maneira, para ser explorado pelo capital, a quem deverá vender a sua força de trabalho, convertida em mercadoria. Porém, a expropriação acentua a concentração fundiária, em detrimento, é claro, da pequena exploração, que, contraditoriamente, não se extingue, multiplica-se. (Martins, 1980, p. 56)

E seriam essas relações no campo que gerariam violência e tensões no interior do Bra-

sil. Inclusive é importante notar que os fatores geradores dessas tensões já são em si violentas.

Outro interessante estudo, este mais quantitativo, de Artur Zimmerman, sociólogo na sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP) publica em alguns artigos⁶ a tese que os regimes democráticos no Brasil matou mais camponeses que os regime autoritários. Baseia-se no fato de que foram assassinados mais camponeses durante os governos democráticos (pós- 1985) do que em períodos de governos autoritários (1964-1985).

A principal obra desse autor, neste tema, é o livro sob o título de *Terra Manchada de Sangue - Conflitos agrários e mortes no campo no Brasil democrático*, onde o professor Artur Zimmerman busca explicar, de maneira sistemática, a violência agrária no país, no período democrático, com dados sobre as mortes de camponeses em disputas de terra. O autor apresenta a hipótese de que a maior concentração da terra eleva o risco de mais violência e mortes agrárias.

O material quantitativo mais completo sobre violência rural no Brasil são os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizado com o nome de *Relatório da violência no campo*. Junto com os dados quanto aos números de conflitos, de prisões, de agressões, ameaças de morte, destruição de lavoura ou de casas, assassinatos dentre outros que retratam as varias formas de violência existentes no campo brasileiro, o relatório também trás artigos analíticos sobre o tema.

Entre os artigos publicados no *Relatório da violência no campo* podemos destacar o item *A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?* de Antônio Filho e Darcy Frigo. Este artigo contribuiu com a nossa definição de criminalização, bem como a contribuição de Fon Filho. Para esses autores integrantes de redes de direitos humanos, a criminalização se dá através de um processo estruturado de violência física e simbólica, que adquire ares de violência institu-

6 Como por exemplo: Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra (Zimmerman, 2010).

cional (pública e privada), na medida em que os agentes se utilizam de suas “funções” para atribuir uma natureza essencialmente criminosa às manifestações sociais organizadas (Filho e Frigo, 2010).

2.5 A INVESTIGAÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA NO CAMPO NA PARAÍBA

Especificamente sobre o processo de criminalização dos movimentos sociais, não encontramos trabalho publicados que investigasse esse fenômeno no Estado da Paraíba. A exceção é um pequeno artigo de um grupo de pesquisa na área de direito da Universidade Federal da Paraíba.

No entanto, algumas fontes importantes são bibliografias sobre conflitos e violência no campo. A grande maioria delas encontra-se na área da Geografia. Citaremos algumas dessas pesquisas que, segundo nossa avaliação, trazem relevantes contribuições para estudar a criminalização do MST na Paraíba.

Um texto clássico sobre os conflitos por terra na Paraíba é o livro em dois volumes, *Por um pedaço de chão* da professora de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Emília Moreira. Nesses volumes a autora organiza, em forma de curtos relatos, todos os conflitos de terra na Paraíba de 1970 a 1995. A pesquisa de Moreira faz um levantamento denso de documentos, registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), documentos de organizações populares do campo, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FE-TAG), a Comissão Pastoral de Terra (CPT), o MST; e ainda de documentos da imprensa local. Além de pesquisa documental a pesquisadora realiza entrevistas com camponeses envolvidos nos conflitos.

Mas como a própria autora registra na introdução do livro, ela não consegue fazer uma análise crítica dos dados que organiza nos dois volumes, e aguarda tempo para fazê-lo e por pesquisadores que utilizem as infor-

mações por ela organizadas e deem continuidade ao estudo.

No livro *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba* Emília Moreira e Ivan Targino, partindo do estudo da geografia agrária e formação econômica do Estado, traz ao final da obra um capítulo intitulado “os movimentos sociais no campo e as conquistas da classe trabalhadora” (Moreira e Targino, 1997). Neste capítulo os autores trazem elementos sobre a dinâmica dos conflitos no campo na Paraíba, quem são seus principais atores, como agem os latifundiários, e como atua o Estado. Por último caracterizam a violência no campo na Paraíba afirmando:

Na Paraíba a violência no campo tem assumido ao longo do tempo, as mais diversas formas: despejos, destruição de casas e lavouras, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Nas áreas de conflito, nas greves dos canaviais, dezenas de homens, mulheres e crianças foram espancados e feridos a bala. Varias lideranças perderam sua vida, vítimas da mão armada do latifúndio no nosso estado. A grande maioria desses crimes – alguns deles praticados a luz do dia e na presença de autoridades públicas – permanecem na mais completa impunidade: os mandantes e executores – cujos nomes são de conhecimento público – não foram levado a julgamento e presos, o que é demonstrativo da omissão, quando não da cumplicidade do poder público. (Moreira e Targino, 1997, p. 322).

Também da área da geografia agrária encontramos um artigo, parte de uma pesquisa de mestrado, de título *Questão agrária e Poder Judiciário: uma análise das disputas territoriais na Paraíba* de Luanna Louyse Martins Rodrigues. Neste artigo a autora estuda o conflito agrário que se deu na Paraíba em 1997 no município de Itabaiana, na Fazenda Tanques. Esse conflito dura seis anos ocorrendo dois assassinatos. Rodrigues utiliza principalmente o conceito de *judicialização* como fenômeno recorrente no conflito da Fazenda Tanques. “O conceito de judicialização expressa exatamente essa imposição de obstáculos através da uti-

lização do código penal para impossibilitar as ações dos movimentos e outras entidades em luta pela terra.” (Rodrigues, 2010, p. 4).

Ao observar os assassinatos de trabalhadores rurais no interior dos conflitos no campo na Paraíba, a autora aponta algumas características e fatos que se repetem nestes acontecimentos: (1) o envolvimento de policiais na execução dos crimes; (2) a impunidade dos mandantes; (3) as oligarquias rurais como mandantes e (4) a falta de justiça no campo (Rodrigues, 2010).

Em outro artigo Rodrigues trata de um mapeamento dos conflitos territoriais na Paraíba, ou como preferimos chamar, os conflitos por terra, e a constituição de assentamentos da reforma agrária⁷. O artigo denominado de *Disputas territoriais na Paraíba: em busca da construção de território(s) de esperança* (Rodrigues, s/d), atualiza dados da pesquisa de Moreira sobre os conflitos em áreas rurais do estado de 1996 a 2007⁸.

Outra importante pesquisa também relacionada com o tema da criminalização dos movimentos sociais é a tese de doutorado de Marco Antonio Mitidiero, intitulada *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*. Mitidiero ao estudar a CPT da Paraíba, faz, dentre outros aspectos, um amplo estudo sobre questões da geografia agrária da Paraíba e discussões sobre o comportamento do judiciário ao lidar com o conflito no Estado.

Em nossa pesquisa estávamos interessados na análise dos conflitos no campo na Paraíba e o geógrafo traz uma boa análise do papel que desempenha o Judiciário nestes conflitos, cunhando o termo *criminalização do Judiciário* (Mitidiero, 2010, p. 376). Ele utiliza esse termo ao constatar que o Judiciário na Paraíba estava sempre a inocentar assassinos, torturadores e mandantes de diversos atos de

violência contra trabalhadores rurais no estado, por estas ações, o Judiciário se torna criminoso (Mitidiero, 2008, p. 392).

O autor afirma que por um lado estão os camponeses, que prezam pelo “correto”, pelo justo, pela lei, de outro os grandes proprietários de terra, que raramente usavam a mediação da Justiça para resolver conflitos em suas áreas, sejam eles de terra ou trabalhistas. Para o autor “os proprietários rurais são figuras sociais que tradicionalmente recusaram a mediação das leis para resolver os problemas de terra e trabalhistas em suas áreas” (Mitidiero, 2008, p. 379).

Ainda segundo Mitidiero, quando oligarquias rurais utilizam o judiciário como mediador de conflitos utilizariam de duas formas principais: por meios de recursos jurídicos baseados em leis, ou através de influências pessoais, fazendo funcionários do judiciário os favorecer (tipo trocas de favores).

Neste sentido acreditamos que essas duas formas, apontadas por Mitidiero, que têm os fazendeiros oligarcas de se relacionarem com o judiciário contra os camponeses, podem aparecer de duas formas distintas e podem conter as duas formas numa única. Mesmo sem discordar do autor, fica também uma questão: o judiciário age contra os camponeses nos casos de conflito, exclusivamente por estarem sendo requisitados ou pressionados pelos proprietários de terra? Ao estudar o nosso caso, diríamos que estas duas formas alvo de Mitidiero na relação entre proprietários de terras e do Judiciário são insuficientes para entender essa relação complexa.

Outra pesquisa sobre os conflitos no campo na Paraíba é intitulada *A violação de direitos civis de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos agrários na comarca de Itabaiana – PB* (Martins e Tosi, 2006). Esta pesquisa da área do Direito, mas especificamente relacionada ao tema dos direitos humanos,

7 A autora utiliza para definição dessas áreas de assentamento um conceito de Moreira, *território de esperança*: “(...) aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa.” (Moreira, p. 8, 2006)

8 A pesquisa *Por um pedaço de chão* (Moreira, 1997) registra os conflitos entre os anos de 1970 a 1995.

busca identificar as transgressões contra os direitos dos trabalhadores rurais inseridos em conflitos no município de Itabaiana. Os autores trazem a questão da impunidade, das milícias armadas no interior dos conflitos, da resistência dos trabalhadores, de como a vítima torna-se ré, e relata dois casos conflituosos e violentos, o da Fazenda Tanques no município de Itabaiana (PB), e da Fazenda Mendonça localizada no município de Mogeiro (PB).

Este artigo traz importantes relatos sobre esses dois casos que podemos chamá-los (apesar de não ser assim denominado pelos autores) de processo de criminalização dos trabalhadores rurais. O texto do artigo tem um conteúdo parecido com uma espécie de relatório de direitos humanos. Chegando os autores a constatarem na conclusão do artigo que

Ora, não é necessário um grande esforço de reflexão para constatar que a brutal hierarquização oriunda do processo de ocupação do nosso solo desencadeou os conflitos agrários e, por conseguinte, os crimes perpetrados pelo poder do latifúndio e pelas instâncias que lhe dão sustentação (o Estado, o Poder Judiciário) contra os trabalhadores rurais sem terra. Estes, além de privados do direito de acesso à terra, são ainda vitimados por um Poder Judiciário parcial, ou seja, pela total ausência de justiça. O monopólio da terra, revelado sob forma de concentração, e a prática patrimonialista do poder plasmaram uma ordem institucional baseada na defesa de privilégios e no poder arbitrário da elite agrária. A lógica do poder oligárquico define os parâmetros de convivência de uma sociedade em que a prática discricionária da justiça solapa o princípio da equidade diante da lei, transformando frequentemente a vítima em ré. (MARTINS L. & TOSI, 2006, p. 60)

2.6. SOBRE O MST NA PARAÍBA E O CASO POCINHOS.

Sobre pesquisas que estudam o MST da Paraíba encontramos duas monografias de conclusão de curso: *O MST na Paraíba: a história por seus participantes* escrita por Luciana

da Silva Henrique estudante do curso de ciências sociais e a outra escrita pela historiadora e dirigente do MST-PB Dilei Aparecida Schiochet, *As origens do MST na Paraíba*.

Através dos depoimentos coletados de fundadores do MST no Estado, no momento da primeira pesquisa pudemos recompor a trajetória de organização do movimento na Paraíba. A segunda pesquisa, também apoiada em depoimentos, relata a primeira ocupação de terra feita pelo MST nesse mesmo Estado, a ocupação da Fazenda Sapucaia em 1989. Nesta primeira ocupação o MST foi brutalmente reprimido por pistoleiros, um dos militantes morreu durante a correria que se instalou no acampamento. Os pistoleiros disparavam para todo lado e espancavam os trabalhadores sem-terra (Schiochet, 2008).

Encontramos um curto artigo produzido pelo Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru das ciências jurídicas da Universidade Federal da Paraíba que analisa o Caso de Pocinhos. Para esses pesquisadores o Caso de Pocinhos é um caso emblemático de violação do direito humano a terra. Ao analisar os procedimentos do Poder Judiciário na criminalização dos dois trabalhadores sem-terra presos no Caso de Pocinhos eles chegam a seguinte conclusão:

Diante da análise do comportamento estatal em relação a tal caso emblemático, é uma pré-valorização dos fenômenos da vida social e uma pretensa sistematização coerente das relações de poder. (...) Parece evidente que a condição subjetiva dos réus (porquanto integrantes do MST) foi fator determinante para uma primeira categoria valorativa de reprovabilidade que aponta, também, para os objetivos e motivações de suas ações: a discriminante estereotipização social (acolhida pela juíza) de figura do trabalhador sem-terra – que contrária, no seu pensar e agir, os pilares da estrutura liberal-individualista do Direito – força uma argumentação jurídica que se remete, insistentemente, às construções da “opinião pública” (disseminada pela mídia politizada) e do “bem social” como medidas impositivas do *status quo*. (Memória, et al., s/d, p. 6-7)

Apesar da brevidade dessa análise bibliográfica e por ser ainda parte de uma investigação inicial, apresentamos uma análise interessante sobre o caso Pocinhos e a criminalização dos trabalhadores sem-terra pela justiça da Paraíba. Para os pesquisadores citados é consenso o argumento explicativo sobre a origem da criminalização, em geral, esta toma por baseada uma espécie de “pré-avaliação” dos fenômenos da vida social o que para nós, é precisamente a própria ideologia, que no processo de criminalização dos movimentos sociais se materializa nos documentos jurídicos, nas páginas de jornais e telas de TV e na própria violência física.

CONCLUSÕES

As pesquisas publicadas no Brasil sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais, devem ser a todo momento atualizadas. Nossa pesquisa buscou compreender a criminalização como processo que aparece através da violência explícita, da ação do Estado e, no discurso da mídia. Em nossa visão todo esse processo se **dá pelo estudo em separado** das distintas instituições envolvidas em cada processo e a relação de cada uma com os movimentos sociais em sua **ação criminalizante, mas também**, e acima de tudo, como o processo se dá em seu conjunto, como este se torna uma unidade na realidade social e como se articulam no interior das estratégias das classes que dominam para conter as mudanças sociais no campo.

Em suma, entendemos que a partir da apresentação da experiência conhecida como o Caso Pocinhos, no Estado de Paraíba (PB), realizamos um sistemático balanço da literatura sobre a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, em especial a criminalização do MST, depois de uma breve apresentação do caso investigado.

Esse esforço foi parte importante e inicial da pesquisa de mestrado de Paula Adissi, orientada por Gonzalo Rojas (autores desse artigo) e, já defendida, que estudou a crimina-

lização do MST partindo do estudo do Caso de Pocinhos (PB), que teve como objetivo entender, na sua totalidade, o processo de criminalização do MST da Paraíba via Estado, Mídia e latifundiários.

Concluimos o artigo apresentando três proposições:

a) a questão da criminalização dos movimentos sociais é uma questão importante e ainda carece de acadêmicos e políticos em ciências gerais e sociais no Brasil e América Latina;

b) o que deve ser estudado em outras investigações é que a criminalização sob regimes democrático-liberais formais é uma forma historicamente localizada de criminalização, mas que supostamente deixou orientações que são consideradas “progressista”, se isso tem algum significado;

c) a defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos é central em um contexto de crise geral do capitalismo e de seus desdobramentos sobre a classe trabalhadora, na negação e exclusão de direitos e na contenção das lutas sociais.

Recebido em: 25/02/2015

Aprovado em: 05/05/2015

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLOZZI, F. J. *A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais*. 2008. (Mestrado em Direito) Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: www.buscalegis.ufsc.br/revistas/ (acesso: 19.02.2011)

BRAVO, E. E. M. *Relatos do inimigo no campo: A Criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul (2006-2010)*. São Leopoldo-RS: Bacharelado em Direito - Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - (Monografia de Conclusão de Curso), 2010. Disponível em: uninos.br/blog/direito/files/2010/11/Banca-03.doc (Acesso: 16.01.2011)

- BRUZIGUESSI, B.; Bezerra C. S. *Coerção e consenso: os fundamentos da criminalização dos movimentos sociais no Brasil*. In: *Libertas*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 42 - 73, jan-jun / 2010. Disponível em: www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo03_12.pdf (Acesso: 28.04.2011)
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo 2009*. Goiás: Editora Expressão Popular, 2010.
- FILHO, A; FRIGO, D. *A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?* In: *Conflitos No Campo 2009*. Goiás: Editora Expressão Popular, 2010.
- FON FILHO, A. *Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos*. In: BUHL, K. e KOROL, C. (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: 2008.
- FOSCARINI, L. T. *O discurso midiático nos meandros da criminalização: contemporaneidade e movimentos sociais*. Disponível em: <http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo89.pdf>, (acesso 23.02 2010).
- HENRIQUE, L. S. *O MST na Paraíba: a história contada por seus participantes*. João Pessoa: Bacharelado em Ciências Sociais - CCHLA - UFPB (Monografia de Conclusão de Curso), 2000.
- MARTINS C. D. *A criminalização dos movimentos sociais e a luta por terras no interior do Paraná – o caso de quedas do Iguazu*. Ciências Sociais aplicadas Em Revista. UNIOESTE - CAMPUS MAL. CÂNDIDO RONDON - V. 7 Nº 12 - P. 15-50, 1º, 2007. Disponível em: www.buscalegis.ufsc.br/revistas. (Acesso 12.03.2011).
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980
- MARTINS L., TOSI, G. *A violação de direitos civis de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos agrários na comarca de Itabaiana – PB*. In: *prim@facie*, ano 5, n. 9, p. 41-63, 2006. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/.../tosi/tosi_violacao_direitos_civis.pdf (Acesso em: 09.01.2011)
- MEDEIROS, L. S. *Dimensões políticas da violência no campo*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 126-141, 1996.
- MITIDIERO, M. A. *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*. São Paulo: USP, 2008. 500f. Disponível em: www.teses.usp.br/teses (acesso em: 05.08.2010).
- MOREIRA, E. *Por um pedaço de chão*. Vol. 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- _____. *Território(s) de Esperança: Projeto de pesquisa*. João Pessoa: CNPq, 2006.
- MOREIRA, E. e TARGINO, I. *Capítulo de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- POULANTZAS, N. *Poder, político e classes*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- REIS, C. S. *Por trás dos bastidores da mídia. Contemporânea*, nº 3 2004.2. 2004. Disponível em: www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_03/contemporanea_n03_13_reis.pdf (acesso: 17. 02. 2010)
- RODRIGUES, L. L. M. *Questão agrária e Poder Judiciário: uma análise das disputas territoriais na Paraíba*. 2010. Disponível em: www4.fct.unesp.br/.../GT2-16%20Luanna%20Louyse%20Martins%20Rodrigues.pdf (Acesso: 18.02.2011)
- RODRIGUES, L.; SILVA, A.; MOREIRA, E. *A luta camponesa por terra na Paraíba: em busca da construção de território(s) de esperança*. Disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget/A05.pdf (Acesso: 15.02.2011)
- SANSON, C. *O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil*. *Criminalización y derechos humanos*, Año IX Nº 24, 2008.
- SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- SCALABRIN, L. G. *Estado de exceção no rio grande do sul e a criminalização do MST*. In: *Filosofazer*. Passo Fundo, n. 33, p. 161-182, jul./dez. 2008. Disponível em: www.ifibe.edu

br/seer/index.php/filosofazer/article/download/67/88. (Acesso: 23.02.2011)

_____. O crime de ser MST. *Criminalización y derechos humanos*, Año IX N° 24, 2008.

SCHIOCHET, D. *As origens do MST na Paraíba*, 2008. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa.

SOUZA, E. *Do silêncio a satanização: o discurso de veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

VIEIRA C., F. A. Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a mídia. (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: teses.ufrj.br/IFCS_D/FernandoAntonioDaCostaVieira.pdf (Acesso: 09.02.2011).

VIEIRA, F. M. C.. Presos em nome da lei? Estado Penal e criminalização do MST. In: Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Vol. 43, 2005. Disponível em: www.conpedi.org.br/.../bh/fernanda_maria_da_costa_vieira.pdf (Acesso: 11.02.2011).

VOLANIN, L. Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. S\d. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>. (Acesso: 03.01.2010).

ZIMERMAN, A. Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra. In: Revista Aurora, PUC, São Paulo, 2010. Disponível em: www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro.../9_artigo.pdf (Acesso em 21.02.2011)

_____; Terra Manchada de Sangue - Conflitos agrários e mortes no campo no Brasil democrático. São Paulo: Humanitas, 2011.

RESISTENCIAS AL MODELO EXTRACTIVO EXPORTADOR: EL VALLE DE FAMATINA FRENTE A LOS INTENTOS DE EXPLOTACIÓN MINERA A GRAN ESCALA.

Marian Sola Álvarez

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo abordar las características que asumen las resistencias sociales que emergen frente al despliegue del modelo extractivo exportador, particularmente, aquellas que se originan a partir de la expansión de la minería metalífera a gran escala. A tal fin, proponemos el análisis del conflicto que se suscita en la provincia de La Rioja (Argentina), territorio en el cual el impulso de la megaminería evidencia el proceso de mercantilización de los bienes de la naturaleza y también la disputa en torno a los modelos de desarrollo. En efecto, mientras que otras provincias integrantes del núcleo duro del “modelo minero” – nos referimos a San Juan y Catamarca – cuentan actualmente con proyectos en explotación, lo que supone la constitución de las empresas como actores territoriales, esto no acontece en La Rioja. El conflicto socioambiental que presentamos tiene, desde el año de 2006, como epicentro el Valle de Famatina, región donde la movilización social impidió el inicio de la explotación aurífera a cielo abierto.

Palabras-claves: Modelo Extractivo; Minería a Cielo Aberto; Conflictos Ambientales; Licencia Social; Argentina

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS AROUND OPENWORK METALLIFEROUS MEGA MINING: THE CASE OF FAMATINA, LA RIOJA, ARGENTINA

ABSTRACT

In this article we propose to analyze the particular characteristics of the social conflict that emerge because of the extractive model development, particularly, those originating from the expansion of the open pit mining. For reaching this goal, we suggest analyzing a conflict that takes place in La Rioja province (Argentina), territory where the mega mining boost points out the process of nature goods commoditization and also make explicit dimensions such as the dispute over development models. Indeed, while other members of the hard core of the provinces ‘ mining model’ – by that we mean San Juan and Catamarca - have projects currently in operation, which involves the creation of enterprises as regional actors, this does not happen in La Rioja. The socio-environmental conflict we discuss here, since year 2006 has had as its epicenter Famatina Valley region, where social mobilization did not allowed the start of the open-pit gold mining.

Keywords: Extractive Model; Open Pit Mining; Environmental Conflicts; Social License; Argentina

Licenciada en Sociología y Master en Planificación Urbana y Regional, de la Universidad de Buenos Aires. Doctoranda en Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Es investigadora docente de la Universidad Nacional de General Sarmiento. Contacto: msola@ungs.edu.ar

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo se nutre de los resultados de la Tesis de Maestría en Planificación Urbana y Regional (FADU/UBA) dirigida por Maristella Svampa en la que se analizaron los procesos de resistencia a la megaminería tomando como caso el Valle de Famatina¹, al oeste de la provincia de La Rioja. Desde nuestra perspectiva, la potencialidad de las resistencias sociales en pos de la defensa del agua y el territorio, entendidos como bienes comunes, encuentran en el caso riojano un escenario fértil para su problematización.

El propósito es presentar el conflicto socioambiental que se desarrolla a partir de la llegada de proyectos de empresas mineras transnacionales destinados, fundamentalmente, a extraer a gran escala oro, plata y cobre, entre otros metales. La etapa del ciclo minero en la cual se encuentran los proyectos, es decir el hecho de que en la provincia de La Rioja no exista una explotación a cielo abierto en funcionamiento, nos permite identificar y comprender las estrategias que los diversos actores implementan para resistir o promover la llegada de megaproyectos mineros.

En este artículo, luego de describir la metodología de investigación adoptada, situaremos geopolíticamente al territorio seleccionado, realizaremos una breve caracterización del mismo y daremos paso a la reconstrucción de los orígenes y a la profundización en el desarrollo del conflicto, el contenido del mismo y las características de los actores intervinientes.

1. CUESTIONES METODOLÓGICAS

En este trabajo nos proponemos abordar los conflictos socioambientales en torno a la explotación minera metalífera a cielo abierto privilegiando una orientación cualitativa de

investigación social. Para llevar este propósito adelante, se consideró pertinente plantear una metodología que, por un lado, posibilitara caracterizar – en sus diversas escalas – los procesos sociales, culturales, económicos y políticos en el marco de los cuales se desarrollan los conflictos y, por otro lado, permitiese acceder a las estructuras de significados propias de los contextos de acción y captar los sentidos que le atribuyen a ésta los actores involucrados. Se estimó, entonces, conveniente desarrollar un estudio de caso para cuyo análisis se emplearon técnicas cualitativas de recolección de la información tales como la observación participante y no participante, entrevistas en profundidad y entrevistas semiestructuradas².

Se procedió a realizar análisis discursivo sobre diferentes materiales textuales y audiovisuales. Se participó de reuniones e instancias de articulación de los diversos actores: exposiciones, eventos y seminarios de las empresas del sector minero, encuentros y acciones de las asambleas y organizaciones a nivel local y nacional, cursos de capacitación dictados por organismos gubernamentales, entre otros.

Al mismo tiempo, se utilizó información de fuentes secundarias: material periódico de diarios nacionales, provinciales y locales, información disponible en páginas web y listas de correo electrónico, ordenanzas municipales y leyes provinciales y nacionales, versiones taquigráficas de sesiones parlamentarias, informes de impacto ambiental, entre otros. Se consultó también documentación sistematizada por las asambleas y colectivos y material producido por medios de prensa alternativos.

2. EL VALLE DE FAMATINA EN LA CARTOGRAFÍA GLOBAL

Ciertamente, la explotación y exportación de “recursos naturales” no son activida-

1 El cordón montañoso de Famatina se extiende por cerca de 400 km. en dirección Norte - Sur, en el se destaca el cerro General Belgrano más conocido como *Nevado de Famatina*, a cuyos pies se ubica el departamento homónimo y el de Chilecito.

2 Además de entrevistar a los integrantes de las asambleas, se indagó en la representación que sobre el conflicto tenían ciudadanos que no integraban las asambleas. También se realizaron entrevistas a dirigentes sociales y sindicales y a funcionarios del gobierno provincial y municipal.

des nuevas en el continente. Por el contrario, ésta ha sido la forma en la que América Latina se ha insertado históricamente en el contexto internacional. Sin embargo, resulta claro que en los últimos años se han intensificado los proyectos tendientes a la extracción de bienes naturales a gran escala. En este sentido, en un contexto definido como de “disputa por los bienes de la naturaleza” (Harvey, 2004), determinados territorios que poseen ciertos atributos “ecológicos” y también socioculturales, económicos y políticos son puestos en función de escalas globales³.

De esta manera, se originan tensiones que ponen de manifiesto una tendencia que niega a los territorios en tanto “soporte de la vida” (Porto Gonçalves, 2001) y que impone proyectos desde miradas que desconocen la trama de relaciones que en ellos habita; refieren a una nueva división territorial y global del trabajo entre el Norte y el Sur que va generando transformaciones mayores, en la medida en que amenaza estilos y condiciones de vida en pueblos y ciudades (Svampa, 2008). La megaminería metálica a cielo abierto, que desde mediados de la década de 1990 se desarrolla en Argentina, constituye un caso emblemático para pensar tanto estas tensiones como los conflictos que a partir de ellas se originan.

En estos escenarios, una nueva cartografía se configura y dentro de ella, la región de Famatina, ocupa un lugar destacado. En dicho territorio se gestó un proceso de movilización para impedir la explotación minera a gran escala. El surgimiento de las asambleas de ciudadanos autoconvocados – tanto en Chilecito como en Famatina y, en menor medida en otras localidades – articulado con una presencia masiva en momentos claves del conflicto de la población

famatinese permitió que la consigna “El Famatina no se toca”, sea respetada.

3. CARACTERIZACIÓN DE LA PROVINCIA DE LA RIOJA

La Rioja es una jurisdicción del noroeste argentino que ocupa cerca de 90.000 km² (ver Mapa N° 1); la aridez es uno de sus rasgos distintivos, siendo el territorio provincial con menor área de agua superficial del país. Su carácter continental distante del Atlántico y del Pacífico, junto con la fuerte radiación solar y la escasa humedad determinan su clima semiárido⁴. Las precipitaciones son bajas, estacionales y de tipo torrencial. A la escasez de las lluvias – su milimetraje no cubre los valores de la evapotranspiración – se le suma que éstas acusan una gran variedad interanual. Los ríos son, en su mayoría y durante todo el año, cauces secos; solamente llevan agua en el verano cuando las lluvias estivales alimentan sus cuencas y, por pocas horas, se precipitan cauce abajo en crecidas de peligroso caudal que terminan siendo absorbidas por los arenales que les sirven de lecho dirigiéndolas hacia cuencas subterráneas.

La falta de agua superficial que caracteriza a la provincia obliga a extraer este recurso de las cuencas subterráneas mediante perforaciones de gran profundidad. La constitución pétreo del suelo hace que en algunas zonas el acceso sea muy dificultoso y demande un gran consumo de energía. Las sequías persistentes dificultan otros métodos de obtención como podrían ser los diques y represas. El déficit hídrico es una constante durante todo el año en el territorio provincial.

La alimentación de las cuencas está fuertemente limitada por las lluvias, de allí

3 Sin pretender ser exhaustivos, las consecuencias de esta conjunción “local – global” pueden visualizarse en los escenarios más diversos: ríos sin peces para los pescadores y comunidades ribereñas, y puestos a merced de los grandes frigoríficos exportadores; ciudades con viviendas que no son diseñadas ni construidas para solucionar el problema habitacional, sino orientadas a la especulación inmobiliaria; tierras que no son utilizadas para la producción de alimentos, sino destinadas al monocultivo de “commodities”; paisajes que se convierten en “postales exclusivas” para el turismo internacional; ecosistemas “preservados” por magnates y organizaciones conservacionistas que expulsan a las comunidades residentes negándoles no sólo sus derechos colectivos sino su condición de seres vivos; lugares “puestos en valor patrimonial” tal vez para el beneficio de “la humanidad” pero en detrimento de las prácticas de sus antiguos pobladores.

4 Es preciso señalar que las características climáticas difieren entre la región noroeste montañosa y la sudeste llana y arenosa, disminuyendo la temperatura en la primera con respecto a la segunda.

la importancia que tienen, en aquellos sitios donde la altura lo permite, el agua que brindan los hielos de los cordones montañosos la cual se escurre desde los faldeos hacia los valles y bolsones. La cuenca del Valle de Antinaco - Los Colorados es la mejor aprovechada y la que cuenta con mayores posibilidades de aumentar su utilización. La fuente proveedora de agua es el sistema de Famatina que, por su altura, logra hielos permanentes además de las precipitaciones orográficas que origina⁵.

La importancia de los ríos de deshielo en la región es señalada en el informe de impacto ambiental⁶ presentado por la empresa Barrick Exploraciones Argentina S.A., en el cual se reconoce: “En las altas cumbres de los nevados de Famatina existen, en los altiplanos y mesetas, escombreras de altura que son depósito de agua que derivan en numerosas vertientes, dando origen a los tres ríos principales de la región, a saber: el río Amarillo, el río del Marco y el río Achavil (...) el río del Marco es más largo y caudaloso que el río Amarillo de la quebrada de Encrucijada. (...) Se trata de agua proveniente de deshielos, que se acumula en las escombreras. (...) Ese caudal de agua es aprovechado para riego de las parcelas en el Valle de Famatina y Plaza Vieja. Las obras de captación de este río consisten en un dique derivador ubicado en la localidad de Peñas Negras, junto a canales y estanques para beneficio de las poblaciones.” (Informe de Impacto Ambiental proyecto Famatina, pág.11).

El poblamiento de La Rioja está asociado, en gran medida, a la disponibilidad del acceso al agua para el consumo humano y para el desarrollo de las actividades económicas. Es por esto que muchos de los pueblos y ciudades se asentaron en oasis, es decir en valles donde

la proximidad a las cadenas montañosas, posibilita la obtención de este preciado bien. Esta situación genera no pocas dificultades en relación a la comunicación a nivel provincial; la red vial bordea los sistemas serranos, provocando la duplicación o triplicación de las distancia a recorrer entre localidades.

En cuanto al rol de la provincia en el contexto nacional, es preciso señalar que la misma ha ocupado un lugar marginal, tanto durante el modelo agroexportador como en la etapa de industrialización por sustitución de importaciones, lo cual generó una importante emigración, que colocó a la provincia como proveedora de mano de obra para las actividades que despuntaban en otras latitudes. En el marco de las políticas neoliberales, y en un contexto particular condicionado por la presidencia del riojano Carlos Menem, el empleo público se transformó en una “salida”, aumentando de forma tal que superó el promedio de todas las provincias del país y triplicó al promedio nacional⁷. Los puestos de trabajo en dependencias estatales, junto con la elevada cantidad de subsidios – muchos de ellos destinados a los productores víctimas de la crisis de la economía regional –, conformaron un “dispositivo político clientelar de construcción hegemónica” (Giarraca y Hadad, 2011). Este dispositivo, lejos de haberse desactivado, continúa en plena vigencia y pretende ser utilizado en pos del otorgamiento de la licencia social para la megaminería.

4. LOS ORÍGENES DEL CONFLICTO

Desde el año 2006, los concurridos festejos por los aniversarios de la fundación de Famatina y Chilecito, los actos políticos reali-

5 De allí la importancia de realizar el inventario previsto por la Ley de Protección de Glaciares, en tanto no existen estudios específicos sobre el tema en la región.

6 Se trata de un informe realizado por una empresa consultora y presentado a la Secretaría de Minería en febrero de 2005.

7 De acuerdo a su Producto Bruto Geográfico (PBG) se ubica en la escala nacional en el lugar 22 respecto de las 24 jurisdicciones. Se trata de un territorio subnacional económicamente débil marcado por un “retraso relativo” (Gatto, 2008). En cuanto a la estructura del PBG, el sector terciario es el de mayor magnitud (supera el 60%), en su interior, se destaca la importante presencia del empleo público (triplica la media nacional). Adicionalmente, La Rioja constituye una de las provincias con menor autonomía financiera respecto del gobierno nacional: su baja capacidad tributaria se articula con uno de los más altos niveles de endeudamiento a nivel subnacional del país. En efecto, más del 90% de los ingresos de la provincia proviene del Estado nacional y solo alrededor de un 60% de ese monto llega a la provincia en concepto de coparticipación provincial (Giraudy, 2011).

zados con motivo de las inauguraciones de las obras públicas, los tradicionales desfiles de las fiestas patrias, la celebración de la Chaya, entre otros acontecimientos, cuentan con la presencia y participación de nuevos actores sociales. Se trata de las asambleas ciudadanas conformadas a lo largo del Valle de Antinaco - Los Colorados en torno a la consigna “El Famatina no se toca”.

Este proceso de movilización, además de enlazarse con numerosas experiencias que tienen lugar incluso más allá de América Latina; se articula con otras resistencias de escala local, las que, habiéndolo antecedido, permiten visualizar elementos de continuidad. Por un lado, no es exagerado afirmar que tanto las leyendas indígenas como las secuelas propias de los conflictos políticos del siglo XIX brindan un sustrato que interviene en la argumentación que se construye para la oposición al modelo minero. En efecto, la exhortación a la defensa del territorio se vincula con los importantes levantamientos indígenas que se produjeron en la región contra el dominio español y con la acción colectiva rural que tuvo en la provincia un escenario privilegiado. Los conflictos y la resistencia que el proceso de constitución del Estado Nación desencadenó en la provincia de La Rioja, constituyeron experiencias de participación política, que dejaron huellas en la identidad provincial.

Adicionalmente, procesos situados en períodos más recientes, también intervienen en la configuración del escenario. Los conflictos a los que nos referimos se asocian con los efectos del ajuste fiscal y la política de “privatizaciones” que se implementaron en la década de 1990 y remiten a dos áreas altamente sensibles y vitales como son la educación y la prestación del servicios público de agua potable. Así, los cuestionamientos y las movilizaciones en torno a la concesión al capital privado de la prestación del servicio público de aprovisionamiento de agua y las acciones en defensa de la educación pública, particularmente en el departamento de Chilecito, pueden ser postulados como antecedentes situados en la “memoria corta”. El bien común que está en jue-

go en el primero de ellos, y las formas de organización que emergen por fuera del sindicalismo tradicional, en el segundo, son elementos que emergerán con potencia en el conflicto que abordamos.

El proceso de organización y movilización frente a la megaminería se inició en los primeros meses del año 2006, cuando algunos pobladores del oeste riojano, en su mayoría del pueblo de Famatina, comenzaron a inquietarse por el tránsito de camionetas rumbo a los cerros. Estos inusuales movimientos en un pueblo “donde todos se conocen”, generó curiosidad. Las declaraciones de los funcionarios en los medios de comunicación sobre la llegada de una empresa minera y la realización de un curso de capacitación para “Ayudante de Geólogo” en Famatina fueron dando algunas pistas; la publicidad sobre los viajes de los funcionarios a los proyectos mineros de San Juan, contribuyeron también a generar un clima de incertidumbre. Comenzaron, entonces, las reuniones, la búsqueda y el intercambio de información entre unos pocos que conformaron, en el mes de mayo, una asamblea en el pueblo de Famatina, pueblo desde donde se inicia el camino que conduce al distrito minero La Mejicana, sitio donde la empresa Barrick Gold había montado un campamento e iniciado tareas de exploración.

A diferencia de otros conflictos, en los que la etapa de indagación e investigación sobre el tema y posterior toma de posición lleva meses o años, en el caso del Valle de Famatina este proceso se dio de un modo particularmente rápido. Es decir, si en el caso de Catamarca el conflicto asumió un contenido socioambiental casi diez años después de puesta en marcha la explotación de Minera Alumbra, y si en Esquel el rotundo rechazo de la comunidad expresado en el plebiscito fue resultado de un proceso de investigación y debate en el cual participaron diversos actores, en el caso del Valle de Famatina, tempranamente, se hizo presente la preocupación por el impacto del proyecto minero (Sola Álvarez, 2012).

Los informes técnicos con las características del proyecto no se encontraron dispo-

nibles ni fueron expuestos por las autoridades, pero las experiencias de la vecina Catamarca y de Esquel y otras localidades patagónicas no tardaron en hacerse presentes y representaron un testimonio de los impactos de la actividad en los territorios y de los pasos a seguir para impedirlo.

A nuestro entender, el vínculo que los habitantes del Valle guardan con el sistema serrano, la valoración del agua como un bien escaso posibilitador de la vida y la negativa percepción sobre la actividad minera desplegada durante siglos en la zona, influyeron en la configuración del problema y en la inmediata movilización y organización de los pobladores.

5. EL DESARROLLO DEL CONFLICTO

En julio de 2006, sucedieron varios acontecimientos significativos para el desarrollo del conflicto⁸, entre ellos, el nacimiento de la Asamblea de Ciudadanos por la Vida de Chilecito. Desde entonces, diversas fueron las acciones emprendidas por las asambleas de los departamentos contiguos. Los eventos en los que las comunidades locales habitualmente se congregan, se instalaron como una cita obligada para la expresión de la oposición al proyecto. Además, se reunieron firmas para solicitar a los Concejos Deliberantes la sanción de ordenanzas a favor del ambiente y en rechazo a la explotación minera a cielo abierto. También se presentaron documentos a autoridades nacionales, provinciales, municipales y eclesiásticas.

Los Concejos Deliberantes de Famatina y Chilecito promulgaron ordenanzas que declaran a los respectivos municipios no tóxicos y ambientalmente sustentables y que, particularmente, prohíben el traslado de sustancias peligrosas. Se prohibió el empleo de tecnologías mineras o cualquier método de lixiviación o flotación con cianuro con cualquier otra sustancia peligrosa. De manera análoga a otros casos, las ordenanzas a ni-

vel municipal fueron una de las primeras respuestas esgrimidas desde el poder político local. Las ordenanzas municipales serían, en lo subsiguiente, empleadas por los miembros de las asambleas para impedir el paso de camiones que tenían como destino explotaciones mineras de provincias vecinas.

El primer corte de ruta se realizó en el límite de los departamentos de Chilecito y Famatina, pero luego la demanda se orientó hacia el nivel provincial de gobierno. La primera movilización hacia la capital de La Rioja tuvo como finalidad solicitar a la Cámara de Diputados la sanción de una ley que prohibiera la explotación minera en la provincia. El conflicto comenzó entonces a trascender al nivel provincial y a desplegarse en diversas escalas: la asamblea recibió adhesiones de colectivos surgidos en distintos y distantes puntos del país y miembros de la asamblea participaron de acciones de asambleas de otras jurisdicciones.

Varias docentes y estudiantes se involucraron activamente en el conflicto y es por esto que, en el mes de octubre de 2006, cuando empleados de la Dirección de Minería fueron enviados a dar «charlas educativas» sobre minería a las escuelas, se encontraron con un «público informado». Por otro lado, las donaciones que comenzaron a llegar a las instituciones educativas a través de la Dirección de Minería provincial fueron rechazadas por directivos, alumnos y padres. Los docentes jugaron, desde un comienzo, un papel muy importante, tanto en la difusión de información como en la realización de acciones directas.

Durante el primer año del conflicto se implementaron diversas campañas publicitarias y acciones tendientes a generar una opinión favorable a la minería. Estas últimas fueron llevadas a cabo por diputados y funcionarios del ejecutivo. Una de ellas, consistía en la provisión de equipamiento a los clubes deportivos locales. Esta estrategia, también implementada en otras provincias, sería casi una constante en el desarrollo del conflicto.

⁸ En este mismo mes se anunció la creación de la Dirección Municipal de Medio Ambiente en Chilecito, representando este hecho el primer efecto del conflicto en lo que hace a la institucionalidad estatal a nivel local.

Las asambleas de vecinos autoconvocados organizaron cortes de ruta en el cruce de rutas nacionales que habilitan el acceso a la capital riojana; también realizaron actividades de difusión y encuentros entre las diversas organizaciones y asambleas que se fueron conformando en localidades próximas al Valle (Pituil, Campanas, Chañarmuyo, Los Sauces, Chepes) o bien en otros puntos de la provincia (La Rioja Capital, Villa Unión, Guandacol, y Sanagasta). En la mayoría de los casos se trata de asambleas pequeñas en lo que hace a su composición, algunas de las cuales surgen a partir de tomar conocimiento de proyectos mineros próximos a sus localidades. En el aniversario de Chilecito, miembros de las asambleas se presentaron con las banderas y desfilaron con las consignas “Podemos vivir sin oro pero no vivir sin agua” y “El Famatina no se toca” frente al gobernador Maza y las autoridades locales.

La empresa que había montado un campamento y se encontraba realizando tareas de exploración en el distrito La Mejicana era la canadiense Barrick Gold. En marzo de 2007, las asambleas decidieron cortar el camino de acceso a la zona de exploración; lo hicieron a la altura Peñas Negras⁹. El paraje se convirtió, por varios años, en un sitio estratégico y simbólico del conflicto. La barrera que se instalaría luego reforzaría la noción de protección y límite, sería una expresión material del “No pasarán”.

El inicio del corte se programó para el 8 de marzo, desconociendo que ese mismo día la Cámara de Diputados daría tratamiento y aprobaría la ley que prohibía la actividad minera a cielo abierto en la provincia. Es decir, de manera simultánea se conjugaron la acción directa que impediría las tareas de la empresa e incluso el desabastecimiento del campamento minero con la efectivización de la acción institucional orientada a inhibir jurídicamente la realización de la explotación. Con el cor-

te instalado, luego de presentar una demanda a la Justicia contra los vecinos que cortaban el paso, la empresa pidió una reunión a los miembros de las asambleas y, en concordancia con el discurso asumido por el sector minero, ratificaron que la empresa no iba a operar de no contar con la licencia social. Desde ese entonces, este concepto es incorporado y resignificado por la asamblea.

El corte permanente y selectivo fue sostenido por las diversas asambleas de la provincia, que organizaron un sistema de turnos para garantizar la presencia. El gobierno local de Famatina, que asumió un lugar destacado en el conflicto, asignó a una de las empleadas municipales para que cubriera guardias en el corte, también construyó el refugio que permitió soportar las bajas temperaturas. El corte “en altura” y selectivo, ya que los turistas y las familias que habitan la zona podían transitar sin complicaciones, fue sostenido durante varios años. Cuando el conflicto entró en una nueva fase en el año 2012, el corte de ruta sería trasladado a otro acceso, Alto Carrizal.

6. EL DERROTERO DE LAS LEYES MINERAS

Para analizar el contexto en que se promulgaron las leyes que prohibían la minería es preciso hacer referencia al convulsionado escenario político riojano. En marzo del 2007, el entonces gobernador Ángel Maza¹⁰ fue suspendido en sus funciones en medio de una crisis institucional. Esto sucedió a menos de una semana de promulgada la ley que prohibía la minería a cielo abierto.

La tendencia del peronismo a devenir en un “sistema político en sí mismo”, capaz de abarcar al oficialismo y a la oposición, explica que el marco de la interna política, el discurso “antiminero” fuera empleado por el vicegobernador, Beder Herrera, como estrategia para destituir al anterior gobernador. En es-

⁹ Peñas Negras está ubicado a 1.800 metros de altura, se trata de un sitio donde el camino de ripio comienza a ascender y donde, antiguamente, los puesteros contaban con un refugio.

¹⁰ Recordemos que Ángel Maza, además ser gobernador de La Rioja por tres períodos consecutivos (1995 – 2007), se desempeñó como Secretario de Minería durante la presidencia de Carlos Menem.

te sentido, la crisis política provincial puso de manifiesto una vez más el alcance de las internas peronistas, al tiempo que abrió la estructura de oportunidades políticas, dando mayor visibilidad a las demandas ciudadanas.

Beder Herrera, oriundo de Famatina, quien realizó una oportuna apropiación del discurso ambientalista para acceder a la gobernación, declaró a los medios de comunicación: “El Famatina no tiene agua para la minería. No van a poder convivir (con la agricultura), es poca el agua del Famatina, el cianuro no se degrada, sigue, y yo soy un defensor del medio ambiente, de la vida”. (Beder Herrera, declaraciones a los medios televisivos, 2007).

El vicegobernador, además de realizar una defensa de la causa ambiental, denunció hechos de corrupción asociados al traspaso de la antigua empresa pública (Yacimientos Mineros de la Rioja), devenida en Yamiri Gold and Energy INC. Como resultado de su estrategia política, fueron tres las leyes provinciales sancionadas. La primera fue la que prohibía la minería a cielo abierto en su etapa de explotación: “Prohíbese en todo el territorio de la Provincia de La Rioja la explotación minera a cielo abierto con técnicas correspondientes al proceso de lixiviación con cianuro, mercurio y/o cualquier otra sustancia contaminante” (Ley N° 8137, art. 1).

En segundo lugar, se dictaminó el llamado a consulta popular para que la población de los departamentos de Chilecito y Famatina expresaran su opinión respecto a la ley anteriormente sancionada (Ley N° 8138, art. 1). La misma ley determina que la consulta será de resultado vinculante, de acuerdo a los términos del artículo 82 de la Constitución Provincial (Ley N° 8138, art. 2). Con respecto a la consulta pública, es preciso señalar que, desde el primer plebiscito llevado a cabo por este tema en América Latina (Tambogrande, Perú, en el año 2002), las consultas se realizaron como un mecanismo para conocer la opinión de la población en torno a la ejecución o no del proyecto. Lo curioso de este caso es que lo que se pretendía someter a votación era el contenido mismo de la anteriormente pro-

mulgada ley que prohibía la actividad.

Una tercera ley preveía la conformación de una comisión para la investigación del traspaso de los derechos de explotación de la empresa pública provincial a manos privadas y, particularmente, el acuerdo firmado con la empresa Barrick.

En síntesis, la disputa al interior del propio partido gobernante generó una estructura de oportunidades políticas a partir de la cual fue posible la promulgación de la ley que prohibía la megaminería. Las acciones directas desplegadas por los vecinos movilizados junto con las ordenanzas municipales y leyes provinciales, condujeron al retiro de la empresa.

Superada la contienda electoral, se produjo un cambio en la posición del gobernador que se hizo visible también en los acuerdos y articulaciones gestados con las provincias de San Juan y Catamarca. En los primeros meses del 2008, el Gobernador Beder Herrera, quien resultara electo en agosto de 2007, haciendo alusión al Famatina aseguró que “la provincia está logrando estabilidad y que tienen el objetivo de recuperar las pertenencias mineras” (Infobae.com, 5/02/08). En concordancia con estas declaraciones públicas, el entonces Director de Minería de la provincia cuestionó la norma vigente señalando que “la ley que prohíbe la minería con cianuro está mal hecha” y que están buscando la manera de derogarla: “Esa ley que ha quedado como remanente de un movimiento político como haciéndose eco de una especie de clamor popular en Chilecito, es una cuestión que es muy difícil de evaluar. Tiene que ver con una serie de matices que forman parte de lo que los autoconvocados pudieron convencer a los productores, llegar a las asambleas, introducirse en los colegios” (Entrevista al Director de Minería, Diario de Cuyo, Suplemento CuyoMinero, 14/09/07).

A poco de cumplirse un año de la promulgación de la ley, Luis Beder Herrera admitió que estaba dispuesto a permitir la explotación minera si eso supusiera “más fondos para la provincia” (...). “Como los estados provinciales son los dueños de sus recursos, noso-

tros podríamos llegar a un acuerdo con la Barrick para que nos participe un 30 por ciento, más los otros tres que regula la Nación” (Diario de Chilecito, 8/04/08).

Fue en agosto de 2008 cuando, argumentando que la ley no estaba vigente por no haberse realizado el plebiscito, la Cámara derogó la norma que prohibía la minería y aquella otra que disponía el llamado obligatorio a una consulta popular por el tema.

Luego de la derogación de la ley, se inicia un período caracterizado por la promoción de la actividad minera por parte del gobierno provincial, que tiene como eje principal la realización de viajes al exterior y la participación en la agenda de reuniones propuestas por la cancillería argentina. Beder Herrera, junto con los gobernadores de Río Negro y San Juan participaron activamente de las iniciativas llevadas a cabo para promover el comercio con China y Canadá.

Paralelamente a las gestiones orientadas a la instalación de la megaminería en la provincia, se entablaron estrategias destinadas a cercenar las posibilidades de manifestar la resistencia al modelo minero. Se inició la estigmatización, la persecución y el ejercicio de la violencia sobre los vecinos movilizados del Valle. La amenaza de la pérdida del puesto de trabajo destinada a quienes se pronuncien críticamente fue otra situación recurrente que debieron transitar ciertos pobladores que asumieron posiciones públicas contrarias al proyecto. Adicionalmente, se estableció la prohibición de brindar información sobre el tema, por ejemplo en las instituciones educativas a la vez que se difundieron campañas publicitarias que procuraron instalar la noción de “minería sustentable”.

Los viajes al exterior y las negociaciones vía cancillería argentina de los funciona-

rios provinciales comenzaron a mostrar sus frutos en el año 2010. A la empresa china *Shandong Gold*¹¹ se le concedió la mina El Oro, ubicada en el cerro Famatina, a unos 30 km. de la ciudad de Chilecito. El acuerdo firmado preveía una asociación entre el Estado – a través de la Empresa provincial Energía y Minerales Sociedad del Estado (EMSE) – y la minera, la cual pagaría un 12% más por sobre el 3% establecido por ley.¹² No obstante, aparentemente, la empresa decidió no dar inicio a la exploración.

7. LA VISIBILIZACION DEL CONFLICTO A ESCALA NACIONAL

Los más que favorables resultados de las elecciones provinciales y nacionales del año 2011¹³, fueron presentados desde las autoridades locales como un apoyo de la población al modelo minero. Sin embargo, los acontecimientos que tuvieron lugar desde los primeros días de enero de 2012 lo desmentirían categóricamente.

A fines de 2011 comenzó a circular el rumor de un nuevo acuerdo del gobierno provincial con una minera canadiense. Fue en ocasión de una reunión entre representantes de la Osisko Mining Company¹⁴ – acompañados por funcionarios del gobierno provincial – y autoridades de Famatina, cuando los pobladores se convocaron para manifestarles que no otorgarían la licencia social para la realización del proyecto. Los representantes de la empresa se vieron obligados a abandonar la región, dejándose olvidado, entre otra documentación, un listado con los nombres de algunos integrantes de las asambleas y otros miembros de la comunidad, detalles sobre el lugar de trabajo de cada uno de ellos y una “evaluación” en

11 Shandong Gold Group, fundada en 1996, es una empresa estatal, dependiente del Gobierno Provincial de Shandong. Fuente: <http://www.sd-gold.com/sp/about.do>

12 Fuente: www.ieco.clarin.com/.../China-buscara-oro-Rioja_0_190800010.htm...

13 En las elecciones provinciales, realizadas en mayo de 2011, Beder Herrera fue reelecto gobernador con el 67.20%. En octubre 2011, el Frente Alianza para la Victoria obtuvo un 51.28 % de votos)

14 Osisko Mining, es una empresa minera canadiense con sede en Montreal; cotiza en la bolsa de valores de Toronto (OSK) y en la bolsa de valores de Frankfurt.

torno al grado de “firmeza y radicalidad” asumido en el conflicto y a las motivaciones personales por las que participarían del mismo.

Pasadas las fiestas, se inició el corte en Alto Carrizal, camino vecinal por donde debía pasar la empresa rumbo al Famatina. A los pocos días, el corte se transformó en un acampe permanente y alcanzaba una masividad no registrada en los años de desarrollo de la resistencia. El apoyo de otros territorios no se hizo esperar y se produjeron movilizaciones para expresar la solidaridad en varias provincias (Mendoza, Río Negro, Catamarca, Córdoba, Chubut y Buenos Aires). El 16 de enero venció el plazo que, según el convenio, tenía la empresa para ingresar a la futura explotación. Ese mismo día hubo una movilización desde Alto Carrizal hasta el casco urbano de Famatina y una concentración en la capital riojana, la que trascenderá como una jornada histórica, ambas fueron una señal clara y contundente de oposición al proyecto por parte de los pobladores de la región.

La trascendencia en los medios le dio esta vez al conflicto visibilidad a escala nacional, haciendo que las acciones “llegaran a Buenos Aires” y que el tema se instalara con potencia en la agenda pública¹⁵. Los relatos y las imágenes que remitían a la poblada de Famatina provocaban acciones de adhesión en la Ciudad de Buenos Aires, en Córdoba capital, Esquel y Bariloche, entre otras ciudades, en la provincia de Catamarca las movilizaciones y cortes de ruta fueron violentamente reprimidos.

Con los días, y a medida que el conflicto asumía cada vez más visibilidad, el gobierno riojano, nuevamente lejos de situar la controversia en torno a cuestiones técnicas que permitieran vislumbrar una nueva estrategia, plantearon una intervención que se sitúa por fuera de los proclamados cánones de la “licencia social”. Tanto el gobernador, como el Secretario de Minería argumentaron que en cumplimiento con el Código de Minería se

realizaría la exploración, aún con la oposición de los pobladores.

Los intentos de provocación y las amenazas de pasar el corte para subir al cerro con un grupo de jóvenes denominado “Acción Minera” (armados con machetes, bastones y horquillas como “herramientas” de trabajo minero), la celeridad de las citaciones a ocho personas para prestar declaración indagatoria, no lograron desvanecer la movilización que cada vez sumaba mayores expresiones de apoyo. Así, el gobierno se vio obligado a suspender el proyecto; inició una campaña de información sustentada en que “si hay confusión y falta de conocimiento acerca de lo que significa la actividad minera, para eso está el gobierno: para informar y clarificar”. (Declaraciones de Beder Herrera, 26/01/12, Fuente: <http://www.lariojavirtual.com>)

El gobierno provincial, adoptó una medida que afectó en forma directa al municipio cuyo intendente se expresó públicamente por el rechazo a la actividad minera: dejó de remitir las partidas presupuestarias para los gastos corrientes del municipio.

8. CARACTERÍSTICAS DE LOS MOVIMIENTOS

Como ya hemos señalado, el inicio de las tareas de exploración en el sistema serrano de Famatina generó un proceso de movilización y organización a partir del cual se conformaron, en las localidades del Valle de Antinaco - Los Colorados, asambleas de vecinos que se autoconvocaron para impedir el proyecto minero. Aún cuando también emergieron colectivos en otras zonas de la provincia, la cercanía al proyecto – Famatina en lo que hace al camino de acceso y Chilecito por su proximidad en línea recta a los cerros –, el tamaño de la población involucrada y la modalidad que asumió la resistencia, confluyeron pa-

15 Los medios del Grupo Clarín, en el marco de su enfrentamiento con el Ejecutivo Nacional, brindaron los primeros meses del año, una intensa cobertura televisiva y gráfica.

ra que ambas asambleas se constituyeran en actores protagónicos del conflicto.

Efectivamente, una cuestión importante refiere a aquellos actores que, aunque rechazan el proyecto minero, no participan de las acciones de la asamblea. Tal vez la ausencia más significativa en este sentido sea la de los sectores vinculados a la actividad agrícola dado que los productores no integran el colectivo ni se expresan sobre el conflicto desde sus propias organizaciones. Este es un rasgo que, por cierto, distingue al conflicto de otros que acontecen en territorios con similares características tanto de Argentina como de otros países.

La heterogeneidad de la estructura social agraria de la región puede resultar un factor de importancia a la hora de explicar esta ausencia. Giarraca y Hadad (2009) señalan que si bien a todos los productores – desde los agricultores “medieros”, pasando por medianos productores y hasta los fuertes agentes inversores – les concierne el futuro del recurso agua, es difícil imaginar una organización conjunta. Los empresarios del turismo, si bien no son un sector preponderante en la economía de la región, tienen un potencial importante. Sin embargo, estos actores tampoco fijaron su posición sobre el tema, o cuando lo hicieron, se mostraron más bien proclives al desarrollo de la actividad.

Los colectivos del Valle de Famatina están integrados, mayormente, por hombres y mujeres que nacieron y se criaron en la región¹⁶; por lo general no se asumen, e incluso rechazan, definirse como ambientalistas. De hecho, los “lenguajes de valoración” (Martínez Alier: 2004) empleados por estos actores no se inscriben en los cánones del ambientalismo. Probablemente la ausencia de actores involucrados en la temática ambiental hizo que, a diferencia de otros casos de resistencia a la llegada de la megaminería, no se observe la intervención ni la articulación con actores provenientes del ambientalismo “tradicional”;

por ende, ni sus prácticas ni discursos son perceptibles en el conflicto.

9. ANÁLISIS DEL CONTENIDO DEL CONFLICTO

En el Valle de Famatina, no es desde la defensa de las actividades productivas ni del potencial turístico que estas regiones poseen desde donde se sustentan, fundamentalmente, las acciones para impedir la instalación del proyecto minero a gran escala; sino que es a partir del legado cultural desde donde se erigen los valores que les otorgan al territorio y sus bienes atributos que los hacen dignos de preservación. Aquí la valoración del territorio está ligada, entre otras cuestiones, a la historia familiar, comunitaria e incluso ancestral, por lo cual lo hemos designado “territorio heredado”. Bienes, derechos y obligaciones son tres elementos presentes y que, a nuestro juicio, definen la resistencia en estos territorios.

La noción de herencia remite a un modo de circulación de los bienes que escapa a la estricta órbita de la mercantilización, y que se vincula, en cambio, con una noción de patrimonio asociada a lazos compartidos. La idea de bien común se emparenta a esta mirada sobre la herencia en tanto refiere a la necesidad de mantener fuera del mercado aquellos recursos que, por su carácter de patrimonio natural, social, cultural, poseen un valor que rebasa cualquier precio. Los bienes comunes heredados refuerzan doblemente el carácter no mercantil de los territorios. Por último, la herencia otorga derechos, en este caso territoriales, a sus legatarios, fijando a los conflictos en ese plano y no en otro. Nótese en este sentido que la expansión de la megaminería en los territorios, pero en este con mayor transparencia, representa conflictos de derechos y no de intereses.

La herencia no se adopta de manera acrítica, por el contrario, su revisión en

16 Si bien los colectivos están integrados por jóvenes y adultos, la presencia de ancianos y ancianas también sea un rasgo característico de las movilizaciones, aunque su participación no sea “orgánica” o activa en las asambleas

ocasiones posibilita el cuestionamiento de lo que se presenta como “hechos consumados”. La defensa de estos territorios conlleva a un “ejercicio de memoria” y, en algunos casos, a la construcción de una contra-historia que re-significa los procesos y los lugares. Por el contrario, los colectivos que en el devenir del conflicto se constituyen como movimientos socioambientales, entre ellos el del Valle de Famatina, ilustran lo que Svampa (2011) denominó “giro ecoterritorial”, el cual da cuenta de la convergencia entre el lenguaje ambientalista – a menudo hasta entonces ausente – y las diversas matrices comunitarias.

La defensa del espacio propio, en estos casos, es percibida como un compromiso para muchos de los que se definen como hijos de esas tierras. Esto, en algunos casos, le otorga un carácter localista, el cual, por momentos, entra en tensión y, en otros, se complementa con encuadres que apuntan a una crítica al modelo de desarrollo adoptado y a las consecuencias de la reproducción globalizada del capital.

REFLEXIONES FINALES

El núcleo duro del modelo minero argentino está compuesto por las provincias de La Rioja, San Juan y Catamarca. En el marco de un país federal en el que los recursos naturales les corresponden a las provincias, estas se constituyeron en las impulsoras de la nueva minería metalífera a gran escala y promotoras de las leyes mineras que en los años ´90 posibilitaron el arribo de la megaminería. Sin embargo, mientras que las vecinas jurisdicciones cuentan con proyectos en explotación – razón por la cual las empresas transnacionales son un actor importante en la dinámica local – en el territorio riojano esto no aconteció.

Por el contrario, y de un modo particular, en el Valle de Famatina, la disputa sobre los usos, el para qué, el para quienes y el cómo del territorio, en un sentido material y

simbólico, recorrió diversas etapas a través de las cuales se impidió el inicio de esta actividad extractiva. El proceso de organización social, que en un primer momento se construyó en torno a la consigna “*El Famatina no se toca*”, dio lugar a la emergencia de nuevos actores sociales - fundamentalmente, asambleas de autoconvocados -, a la vez que involucró, fundamentalmente en una segunda etapa del proceso, la participación de actores tradicionales¹⁷ en un conflicto socioambiental que no tenía precedentes en la provincia y que guarda similitudes y divergencias con otros que acontecen en América Latina.

Es preciso señalar que, a pesar de tratarse de un conflicto que involucra a actores provenientes de diversas escalas, los primeros seis años del mismo (2006 - 2011) se desplegaron en el nivel provincial casi sin obtener trascendencia a escala nacional. Esta suerte de “encapsulamiento” a nivel local, se verá alterada con la visibilidad que alcanzó el conflicto en enero de 2012.

En el marco del conflicto analizado, es posible constatar que los actores críticos a la minería a gran escala, hallan en el ámbito legislativo y, aunque no lo hayamos desarrollado detenidamente en este artículo, en la esfera judicial, herramientas válidas para ejercer la defensa de sus derechos territoriales. No obstante, el derrotero de la legislación ilustra la fragilidad de los instrumentos legales frente a la presión de las empresas transnacionales, que encuentran en la baja calidad institucional, atributos propicios para el desarrollo del modelo. Como señalamos, la alianza del gobierno provincial con el sector minero transnacional ubica a un actor público proclive a prácticas clientelares y autoritarias, como el principal promotor de la actividad extractiva en suelo riojano.

Frente a esto, los pobladores se proponen defender lo que consideran su derecho a habitar un espacio en el que puedan decidir cómo y de qué vivir; se movilizan en torno a la defensa de las formas de vida en su territo-

¹⁷ Nos referimos, fundamentalmente, a la iglesia local y a las autoridades del municipio de Famatina, quienes asumieron un importante protagonismo y nivel de articulación con la asamblea local.

rio signado por la presencia del Cerro Famatina, entidad/sujeto con el que “interactúan” cotidianamente y de quien, saben, dependen los procesos más vitales.

Por último, consideramos que experiencias de resitencia como la que llevan adelante los pobladores del Valle de Famatina nos brindan elementos para sumar a un debate – todavía incipiente – pero que abre un nuevo campo desde donde pensar los conflictos socioambientales. Se trata de la perspectiva de los derechos de la naturaleza, desde la cual se argumenta que no son sólo los derechos territoriales, ambientales, humanos de los pobladores los que están puestos en juego, sino que, este tipo de actividades suponen una amenaza para la naturaleza concebida como sujeto de derecho.

El reconocimiento de los Derechos de la Naturaleza, más allá de los lenguajes de valoración existentes, parte de entender que la naturaleza está dotada de valores que le son propios (Gudynas, 2011). Esta propuesta no niega que la adjudicación de los valores está en manos de los seres humanos pero entiende que éstos aceptan que los demás seres vivos poseen valores que le son inherentes independientemente de la utilidad o apreciación de las personas (Ibídem). Desde este abordaje, el Famatina no es un objeto, no es un recurso y aunque preste importantes servicios ambientales su definición no se agota allí.

La afirmación de los Derechos de la Naturaleza permite poner en primer plano el concepto de patrimonio, superando las visiones mercantilistas de los recursos naturales. Esto lo emparenta con la noción de bien común y de “territorio heredado” que propusimos, aunque no son idénticas. El desplazamiento que supone pasar de referir a la *valoración del territorio por parte de los pobladores* para situarse en el plano de la *existencia de valores propios de la naturaleza reconocidos por los pobladores* supone un ejercicio de análisis, que aunque tengamos algunas pistas, queda por realizar.

Recibido em: 15/03/2015
Aprovado em: 20/05/2015

BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, ALBERTO y ESPERANZA MARTÍNEZ. (Comps.) *La Naturaleza con Derechos: de la Filosofía a la Política*, Quito: Ediciones Abya Yala, 2011.

BOTTARO, LORENA y MARIAN SOLA ÁLVAREZ. Conflictividad socioambiental en América Latina. El escenario post crisis de 2001 en Argentina. *Revista Política y Cultura*, n. 37, México DF.: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012.

GATTO, FRANCISCO. Crecimiento económico y desigualdades territoriales: algunos límites estructurales para lograr una mayor equidad. en KOSACOFF, BERNADO. *Crisis, recuperación y nuevos dilemas*. La economía argentina 2002 – 2007, Buenos Aires: CEPAL, 2008.

GIARRACA, NORMA y GISELLA HADAD. Disputas manifiestas y latentes en La Rioja minera. Política de vida y agua en el centro de la escena, en Svampa y Antonelli, *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, Buenos Aires. Editorial Biblos, 2009.

GIRAUDY, AGUSTINA. La política territorial de la democracia subnacional en *Journal of Democracy en Español*, v. 3, Instituto de Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, 2011.

GUDYNAS, EDUARDO. Los derechos de la Naturaleza en serio, en ACOSTA, ALBERTO y ESPERANZA MARTÍNEZ (2011) (comps.). *La Naturaleza con Derechos: de la Filosofía a la Política*, Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

HARVEY, DAVID. *El nuevo imperialismo: Acumulación por desposesión*, en Socialist Register, bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/harvey.pdf. 2004.

MARTÍNEZ ALIER, J. *El ecologismo de los pobres*. Conflictos ambientales y lenguajes de

A POLÍTICA DE SANEAMENTO INTEGRADO NO RECIFE: UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DO PT

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

RESUMO

No presente artigo analisamos a experiência municipal de saneamento integrado no Recife, iniciada em 2001 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), até 2012. A partir da análise documental, de entrevistas e da análise de indicadores, observamos que houve rupturas e continuidades da política de saneamento integrado em relação ao modelo tradicional de gestão dos serviços de saneamento praticados anteriormente pela empresa estadual. A análise evidenciou as estruturas de gestão do saneamento da cidade, as tensões envolvidas na participação social pretendida com esta política, as transformações ocorridas através dos ciclos político-eleitorais e o desempenho nos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. Os resultados apontam que a política municipal de saneamento integrado apresentou um baixo desempenho em alavancar os índices de atendimento à população, porém proporcionou mudanças significativas na gestão e, paradoxalmente, ensejou uma guinada de sua agenda inicial baseada na inclusão social para a privatização dos serviços.

Palavras-chave: Saneamento Integrado; Participação Social; Gestão; PT; Inclusão Social.

THE INTEGRATED SANITATION POLICY ENFORCED BY THE WORKERS' PARTY MANAGEMENT IN RECIFE – PERNAMBUCO STATE (BRAZIL) DE 2001-2012

ABSTRACT

In this article we analyze the experience of municipal integrated sanitation in Recife, started in 2001 by the Workers Party, and executed until 2012. From the documents analysis, interviews and analysis of indicators, we show that there were ruptures and continuities of the policy of integrated sanitation compared to the traditional model of management of sanitation services previously performed by the state company. The analysis also showed the sanitation management structures of the city, the tensions involved in the intended social participation implied in that policy, the changes occurred through the political and electoral cycles and the performance of indicators of access to sanitation services during the period considered. The results show that the municipal policy of integrated sanitation presented a poor performance in leveraging the population to service indices, although providing significant changes in management and, paradoxically, gave rise a shift from its initial agenda based on social inclusion for the privatization of services.

Keywords: Integrated Sanitation; Social Participation; Management; PT; Social Inclusion.

DEMOCRACIA, DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A democratização do regime político brasileiro, em meados da década de 1980, trouxe consigo a emergência de novos atores no cenário nacional, marcando a competição de agendas no marco democrático para lidar com as demandas reprimidas pelo regime autoritário anterior. Os movimentos sociais eclodiram nesta reabertura política impulsionando a formação de uma agenda ampla para o trato das desigualdades sociais, todavia, nesse período, a crise econômica se aprofundou minando a capacidade do Estado brasileiro para garantir uma atuação condizente com as necessidades urgentes.

O ajuste fiscal e a estabilidade econômica, orientados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, balizaram este momento político. O Consenso de Washington¹, em 1989, orientou a implementação de medidas voltadas para a privatização de empresas estatais, controle da inflação, austeridade fiscal, redução do Estado e liberalização da economia. O controle da inflação e a retomada do crescimento econômico foram às principais justificativas perante a sociedade na adoção de tais medidas (Oliveira, 2003).

Essa nova conjuntura foi marcada pela liberalização da economia brasileira e por um amplo processo de abertura política. Segundo Melo (1996) foi no lastro da crise fiscal da década de 1980 que o Estado brasileiro passou a sofrer seus efeitos nos anos seguintes, prenucciando aquilo que viria a ser a reforma do aparelho estatal, da organização e da gestão pública em um ambiente de maior competitividade internacional.

Diante da crise econômica instalada e da incapacidade do modelo de governo centralizador herdado da ditadura, houve um processo de descentralização política. A descentralização e a redemocratização ocorreram sob os espectros das mudanças de ordem in-

terna (crise do regime militar e redemocratização) e de adequação às novas tendências econômicas globais (neoliberalismo) (Oliveira, 2003). Assim, o novo *modus operandi* estatal implicou em um novo padrão de gestão pública, orientado por coalizões políticas voltadas para atender interesses diversos que, em linhas gerais, podem ser caracterizados por duas correntes distintas: a neoliberal e a progressista (Leal, 1990).

A primeira corrente buscou enquadrar o modelo de gestão pública em consonância com os princípios do neoliberalismo, advogando que a ação dos mecanismos saneadores do mercado (ou racionalmente mais eficientes) seria a melhor maneira de estabilizar a economia. Para essa corrente a intervenção do Estado seria a causa motriz da crise, visto que as políticas sociais acarretavam elevados déficits orçamentários e a pesada estrutura burocrática estatal inibia o desenvolvimento econômico. A segunda corrente advogava que não só as contradições internas ao capitalismo levariam às crises cíclicas, mas também ao fato de o Estado socializar os custos do capital, através dos investimentos sociais (educação, tecnologia, infraestrutura, etc.), gerando um excedente social que sofre apropriação privada. Essa relação custo público/apropriação privada teria como disposição o crescimento das despesas públicas mais rápido do que o crescimento dos meios para financiá-la, acarretando uma crise fiscal em longo prazo. Em resumo, do ponto de vista do debate progressista, a crise estaria relacionada à economia e não ao Estado (Leal, 1990).

Paralelo ao debate entre as correntes neoliberal e progressista, a questão da participação social nos governos emergiu com forte tônica a partir de experiências exitosas de governos locais que engendraram inovações político-administrativas para atender as demandas sociais, a exemplo do Orçamento Participativo (OP). Essas experiências lançaram a perspectiva de uma outra reforma do Estado brasileiro, pautada pela sua publicização e pe-

1 Conjunto de medidas idealizadas pelas instituições financeiras mundiais (FMI, Banco Mundial) que visavam implementar o “ajustamento macroeconômico” nos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

la priorização de políticas sociais. Apresentando-se como uma alternativa política, o Partido dos Trabalhadores (PT), defendeu um modelo de gestão peculiar, conjugando elementos da democracia formal-representativa com mecanismos da democracia direta, legitimando um novo tipo de coesão social, radicalizando o processo de democratização mediante o controle público do orçamento, da transparência na burocracia pública, dos conselhos populares e da participação da sociedade civil organizada (Singer, 2001). Nessa lógica existia a premissa de que o deslocamento do processo de formulação e decisões sobre políticas públicas deveria passar do âmbito burocrático estatal para a sociedade organizada por meio de espaços institucionais que permitissem o diálogo entre Estado-sociedade.

O modelo de gestão do PT, baseado na participação social como eixo de negociação de interesses e tomada de decisões, foi denominado *modus petista* de governar. O PT defendia a intensificação de políticas sociais e a institucionalização da participação social (democracia participativa) como a melhor maneira de lidar com os problemas sociais brasileiros (Trevas et al, 1999). A descentralização perfazia esse modelo não só pela defesa da transferência de responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados de governo para níveis inferiores, mas também pelo deslocamento do poder decisório do Estado para a sociedade.

Em função do debate político da década de 1990 entre as duas correntes que se digladiaram, os progressistas e os neoliberais, crescia uma terceira corrente capitaneada pelo PT, levantando a bandeira das questões sociais brasileiras e defendendo uma descentralização radical do Estado através de canais de participação social direta.

Dentro de um tipo ideal, a conceituação do modelo de gestão defendida pelos governos petistas em relação às outras formas de governo poderia ser, de forma genérica, apresentada conforme descrição do Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE GOVERNO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO PETISTA EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS FORMAS DE GOVERNO NO BRASIL

	AUTORITARISMO-BURORÁTICO	DEMOCRACIA CAPITALISTA	“DEMOCRACIA-PARTICIPATIVA PETISTA”
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO	Lógica compartimentada, individualizante, onde não havia alargamento dos conflitos além dos grupos específicos de interesse	Modelo plural admitindo a diversidade de interesses, onde a sociedade tem capacidade de interferir nas decisões	Diversidade de interesses e participação direta da população na definição de prioridades
MODELO DE GESTÃO	Tecnocrático e autoritário	Arranjos de modernização gerencial aliado a coalizões social-democratas	Participação direta da população através de canais institucionais, conselhos, assembleias, orçamento participativo etc.
PROJEÇÃO	Desenvolvimento econômico	Desenvolvimento econômico e social	Combate as desigualdades sociais

Fonte: Ferreira, 2012.

Desta forma, é importante ressaltar que o tipo ideal de governo petista apresentado foi se desenvolvendo através de experiências locais de políticas públicas setoriais inovadoras que assim como o Orçamento Participativo (OP), lograram êxito e passaram por um amplo processo de disseminação (Trevas et al, 1999). No caso aqui analisado, foi feita uma avaliação da política de saneamento integrado na cidade do Recife/Brasil, no período de 2001-2012, a qual apresentou consigo elementos da democracia participativa, descentralização e inversão de prioridades que são características presentes no *modus petista* de governar.

1. A EXPERIÊNCIA DO PT NO RECIFE PARA O SETOR DE SANEAMENTO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO (2001-2004)

Em 2001, o PT assumiu a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e iniciou um amplo processo de participação e mobilização popular para definir a política municipal de saneamento. Do ponto de vista da concepção do modelo de intervenção em saneamento, optou-se pelo saneamento integrado por este atender a complexidade das necessidades das áreas de baixa renda que apresentavam um quadro de precarização total no acesso aos serviços públicos e a forma de ocupação.

Segundo um dos técnicos da PCR que participou do momento inicial de concepção da política e saneamento integrado no Recife:

A gente precisava formular, como era que a gente compreendia uma ação de saneamento (PCR), isso trazendo toda aquela discussão que já vinha sendo feita do saneamento ambiental, que era um saneamento mais amplo onde a abordagem não era somente água e esgoto, mas já se discutia em nível nacional que saneamento era mais do que isso, para você resolver uma situação de saneamento numa área carente você não respondia aquela totalidade colocando somente água e esgoto, era preciso fazer muito mais outros itens, e aí começou a se formular essa discussão do saneamento integrado, que era isso, mas tinha um conjunto de outros itens. Na seqüência veio a discussão de que todos esses outros itens estão em instâncias operacionalmente fragmentadas, dissipadas, quando a gente diz que a drenagem é importante, mas ela não está dentro da secretaria de saneamento, está dentro da Secretaria de Serviços Públicos (...) Então esse modelo de saneamento integrado, ele era integrado também, não só por ter esse conjunto de itens, mas também porque necessitava de uma integração de outros atores, em nível operacional e em nível político também. Quando a gente sabe que tem recursos para saneamento na saúde, então exigia um diálogo com a saúde, então esse modelo veio em cima disso, veio em cima da necessidade. Recife precisava discutir politicamente qual era o modelo de atuação na cidade (Técnico da PCR, em 7 de julho de 2011).

O modelo de saneamento integrado, ver figura 1, incorporou diversas variáveis relativas à salubridade socioambiental:

FIGURA 1 – MODELO DO SANEAMENTO INTEGRADO NO RECIFE



Fonte: SESAN, 2004

Através deste modelo, optou-se, como diretriz, atender as áreas pobres da cidade que não possuíam acesso aos serviços de saneamento e apresentavam diversas precariedades habitacionais. Em paralelo, a gestão municipal também buscou formatar relações institucionais junto à Compesa para garantir um bom desempenho das ações de saneamento integrado (Carta de Saneamento, 2002).

Todavia, as relações com a Compesa representavam um choque frontal de interesses. Esta empresa, oriunda do regime militar, sempre atuou com base no autoritarismo e tecnicismo, desconsiderando historicamente o atendimento das áreas de carentes do Recife por questões de inviabilidade financeira ou por questões do tipo de ocupação (geralmente ocupações irregulares ou de traçado irregular). Assim, a PCR planejava construir uma relação institucional onde a Compesa atuasse de acordo com os interesses do município, atendendo as áreas carentes da cidade do mesmo modo que atendia as demais áreas. Essa relação deveria ser consagrada através de um contrato de concessão, definidor dos papéis e atribuições da gestão dos serviços de saneamento no Recife.

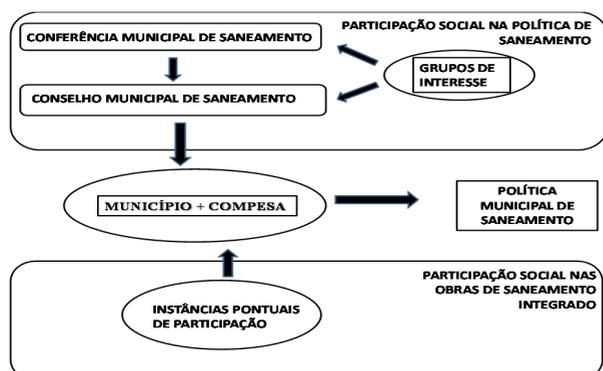
Ainda no bojo de concepção da modelo de intervenção para o saneamento, o primeiro secretário de saneamento do Recife, em consonância ao modelo de gestão petista, defendia a necessidade do elemento participação social nesta política:

Uma intervenção de saneamento integrado será muito mais eficaz se houver envolvimento direto da população, se você conversar com a população como usufruir do seu sistema de água ou de esgoto, o que pode ser feito e o que não pode, senão entope, estraga, danifica, como cobrar do poder público para que ele exerça sua obrigação (...) A participação popular quando integrada ao saneamento integrado multiplica seus resultados, mas são coisas diferentes (Antonio Miranda, em 13 de outubro de 2011).

Em linhas gerais, o período (2001-2004) foi marcado pela criação de uma Secretaria de Saneamento (SESAN) que possuía um quadro de funcionários com perfil técnico, pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento que foi um marco de inserção social no debate sobre a política de saneamento na cidade, pela retórica contrária ao processo de privatização do saneamento, pela implantação do saneamento integrado em áreas de baixa renda (projeto piloto de Mangueira e Mustardinha), pela tímida inserção do município na gestão dos serviços e pela debilidade política em assinar um contrato de concessão para garantir a segurança jurídica das deliberações da Conferência de Saneamento. Esta deliberou, dentre vários aspectos, sobre a criação de um conselho de saneamento, de uma autarquia municipal como estrutura institucional para implementar a política de saneamento integrado e de um fundo municipal de saneamento para garantir o permanente investimento nos serviços. Todavia, esse arranjo institucional formulado para a gestão dos serviços em âmbito municipal não se traduziu em mudanças efetivas.

Também foi planejado um modelo de participação social no processo de formulação, implementação e decisão na política de saneamento integrado nos moldes de um corporativismo-comunitário, inserindo e arrematando os movimentos sociais e diferentes atores dentro do aparelho estatal, como pode visto na Figura 1, a seguir:

FIGURA 2 – ESTRUTURA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO DO RECIFE



Fonte: Ferreira, 2012.

A partir desse arranjo, o desenrolar da participação social na implementação da política municipal de saneamento integrado passou por constrangimentos e contradições ao longo dos diferentes governos petistas, influenciando diretamente no padrão de gestão municipal. No caso, o aparelho estatal instrumentalizou a participação social segundo os interesses dos diferentes governos petistas, pois tanto a Conferência de Saneamento como o conselho criado não efetivaram as deliberações populares, levando a que a política de saneamento integrado continuasse sendo planejada e executada pelas burocracias estaduais e municipais, sem contra-peso político da participação social que passou a existir apenas dentro dos espaços institucionais criados.

2. O SEGUNDO GOVERNO PETISTA PARA O SANEAMENTO NO RECIFE (2005-2008)

Nesse período, as coalizões políticas locais foram marcadas por alianças partidárias diferentes daquelas que marcaram o primeiro governo do PT na cidade. Houve uma ampliação da base governista de natureza eminentemente fisiológica, implicando na velha prática do uso de secretarias como “moeda de troca” entre os partidos da base, uma prática comum no sistema político brasileiro.

O início desse governo ocorreu com a troca de comando na SESAN, onde se trocou o perfil técnico inicial por um perfil de cunho político. Essa mudança significou, no plano de prioridades, uma guinada substantiva de planos, em que a preferência em solucionar questões não equacionadas do ponto de vista institucional (competências institucionais, modelos de gestão, inserção do elemento participação como eixo definidor da política, mecanismos de cooperação, em suma, o momento de construção institucional para atender a meta da universalização dos serviços) voltou-se para a execução de obras. Enquanto no primeiro governo a prioridade esteve voltado para as questões institucionais o segundo caracterizou-se pelo padrão obreiro.

A priorização de obras não foi por acaso. Nesse período, por parte do governo federal, houve a retomada de financiamento público para o setor, facilitando a captação de recursos para os investimentos municipais que, aproveitando o contexto por oportunismo político, tratou de celebrar junto ao governo estadual de Pernambuco um Contrato de Programa (2005) e um Convênio de Cooperação (2005) que apenas respaldaram o monopólio da Compesa na gestão e prestação dos serviços de saneamento no Recife, ao passo que assegurava uma definição institucional que permitia a captação de recursos por parte do governo municipal para realização de obras de saneamento em áreas de baixa renda.

Essa prática resultou na descaracterização do projeto inicial da política de saneamento integrada, que estava voltada para atender áreas de baixa renda e equacionar os problemas institucionais.

Por fim, esse período foi encerrado com uma postura omissa do governo petista frente ao modelo tradicional de gestão planasiana da Compesa, evitando o desgaste político-partidário em tentar inserir o município na gestão dos serviços, bem como secundarizou os instrumentos de participação social como eixo definidor da política municipal de saneamento. Nesse último ponto, o elemento da participação social passou a existir na condição de comissões locais, sem conferências, apenas onde existiam obras, sem qualquer inserção nos processos decisórios acerca dos rumos que deveria tomar a política municipal de saneamento.

3. O TERCEIRO GOVERNO PETISTA PARA O SANEAMENTO NO RECIFE (2009-2012)

A terceira gestão petista foi marcada por uma grave crise de ingovernabilidade, engessando a estrutura municipal no tocante à

implementação de políticas públicas¹. Especificamente, na área de saneamento não existiram novidades. A única novidade nesse período aconteceu no nível estadual, onde em 2011, o governador Eduardo Campos (PSB) anunciou o lançamento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para o saneamento na Região Metropolitana do Recife (RMR), objetivando universalizar a cobertura de esgotamento sanitário nesta região e no município de Goiana.

A PPP do saneamento movimentou as organizações sindicais no Estado², que publicaram um “Dossiê de denúncia à privatização da Compesa (2011)”. Nesse dossiê, contrário a PPP, foi apresentado o projeto piloto – Mangueira e Mustardinha, como uma experiência paradigmática a ser empregada pelo governo do estado, defendendo uma parceria pública-pública para a gestão dos serviços de saneamento na esfera estadual. Ainda no referido documento foi feita alusão as deliberações da 1º Conferência Municipal de Saneamento, a qual restringia a concessão total ou parcial dos serviços à iniciativa privada. No entanto, houve por parte do prefeito João da Costa (PT) manifestação pública favorável à PPP, enaltecendo a pretensa elevação dos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos em 90% na cidade como um ótimo empreendimento.

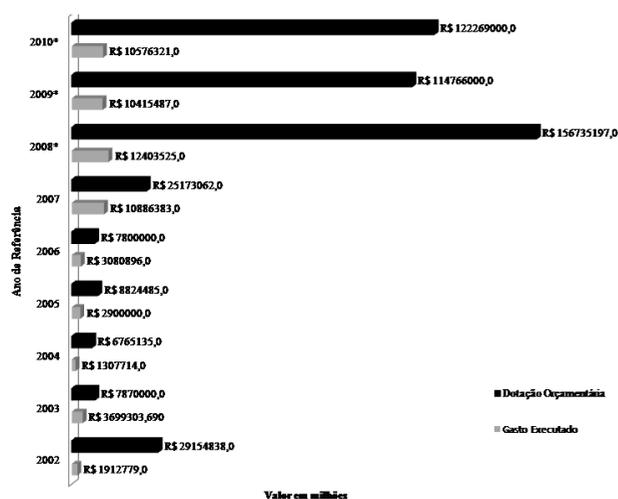
Durante o terceiro governo petista também ocorreu uma forte onda publicitária sobre a alocação de recursos de grande soma para o setor de saneamento, destacando sua importância e a prioridade dessa política de alto teor redistributivista na cidade. Destacava-se, sobretudo, a grande soma de recursos a serem aplicados para sanar o histórico problema sócio-ambiental da falta de acesso aos serviços de esgotamento sanitário no Recife. Segundo dados das Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), a aplicação de recursos no setor ficou

2 A terceira gestão petista no Recife foi marcada por desavenças políticas internas entre o PT e a base aliada. Inclusive foi alvo de intervenção partidária, impedindo o pleito de reeleição do prefeito João da Costa (PT) em função da candidatura do Senador Humberto Costa (PT).

3 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco (Sindurb-PE), Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

muito aquém do volume existente em todos os governos petistas, como pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E O GASTO EXECUTADO EM SANEAMENTO (2002-2010)



Fonte: LOA's, 2002-2012

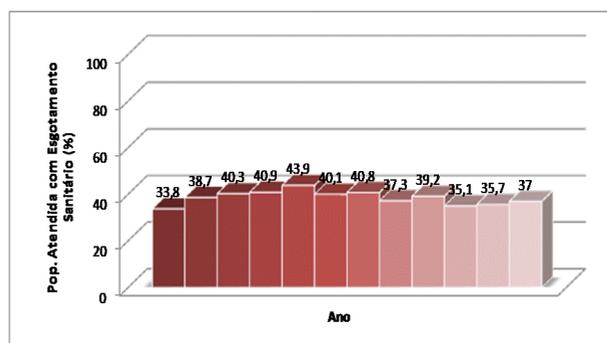
*Os dados referentes aos anos de 2008 a 2010 são relativos aos recursos executados apenas pela autarquia de saneamento, sem considerar os investimentos da SESAN.

Comparativamente os baixos níveis de investimento em saneamento foram uma constante no(s) governo(s) petista(s). Seja em função da restrição de recursos e da falta de financiamento que ocorreu na primeira gestão que priorizou os aspectos institucionais, seja com o retorno dos investimentos e a maior transferência de recursos para o setor como ocorreu na segunda gestão. Ou ainda como ocorreu na terceira gestão, onde relativamente existiu uma abundância de recursos, mas faltou à prioridade na sua execução em função da PPP estadual para o setor.

De acordo com os dados obtidos, o município investiu, em uma estimativa otimista com base nas LOA's, ao todo, 57 milhões de 2002 a 2010, que em valores anuais representa cerca de R\$ 6 milhões por ano. Em relação ao tesouro municipal, de 2002-2010, esse valor anual representa uma média da ordem de 0,42% de aplicação em saneamento (LOA, 2002-2012). Inclusive o baixo volume de investimentos no setor é refletido nos baixos índices de atendimento a população que, em li-

nhas gerais, se mostrou insuficiente frente à gravidade dos problemas sociais e ambientais existentes (insalubridade e poluição dos córregos e rios). Conforme pode ser visto no gráfico 2, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), o crescimento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário no Recife apesar de apresentar crescimento positivo no período de análise ainda se mostra pouco expressivo.

GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO RECIFE DE 2001-2012



Fonte: SNIS, 2015.

De 2000 para 2012, foi observado um crescimento médio anual da ordem de 0,26% no incremento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário. Nesse ritmo, pensar em universalizar os serviços de saneamento no Recife levaria ao menos 242 anos, caso dependesse apenas da intervenção municipal, considerando o contingente populacional do censo de 2010.

Por fim, o terceiro governo petista foi marcado pela paralisação das obras programadas, pela “incapacidade” em aplicar os recursos existentes para o setor e pela aproximação com um padrão empresarial de gestão e prestação de serviços, que se deu com o consentimento sobre a PPP do saneamento, oriunda do governo estadual.

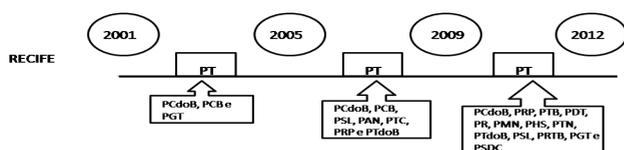
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos 12 anos nos quais a gestão petista atuou no campo do saneamen-

to observamos 3 fases distintas. O primeiro, fortemente influenciada pelo binômio inversão de prioridades-participação social, marcou pela tentativa de fortalecimento institucional do município como titular dos serviços, inovando através do saneamento integrado, pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento e pelo modelo participativo na formulação de políticas públicas. O segundo foi caracterizado pela execução de obras, pela não institucionalização de canais de interlocução direta com a sociedade, mostrando-se incapaz em alargar os conflitos de interesses da arena local. O terceiro governo ficou marcado pela paralisação das obras e pela iniciação de parceria com a iniciativa privada, que ocorreu com a proposta da PPP do saneamento, aproximando a gestão petista das práticas gerenciais defendidas pelas correntes neoliberais.

A diferença substancial existente entre os três governos petistas evidenciou que o modo petista de governar não se traduz em um modelo de gestão próprio e consolidado, pelo contrário, suas contradições nos dão evidência de ser apenas um tipo ideal, marcado por incoerências. Os governos petistas no Recife, não diferente de outros governos, atuaram em função dos ciclos eleitorais locais e de suas alianças. Como podemos observar na figura 3, a formação de alianças político-partidárias cresceu com as sucessivas eleições.

FIGURA 3 – ALIANÇAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DO PT NO RECIFE ENTRE 2001 E 2012



Fonte: Nunes, 2015.

O efeito dessas alianças no âmbito das políticas públicas é a descaracterização e des-

continuidade, como pode ser observado no caso da política de saneamento integrado. Portanto, o fisiologismo dos partidos no sistema político brasileiro limita a capacidade na implementação de agendas duradouras, tendo sua lógica vinculada ao processo eleitoral em detrimento das políticas públicas estruturais.

Quanto ao elemento da participação social que deveria figurar como um dos pilares de seus governos, não passou de um pano de fundo, existindo apenas no interior do aparelho burocrático sem qualquer forma de inserção nos processos decisórios.

O caso do saneamento no Recife, longe de se apresentar uma solução, ainda se trata de uma questão não equacionada. Verificou-se um quadro crônico de baixa cobertura dos serviços, de desigualdade no acesso destes, além da falta de estrutura institucional, como também de carência de políticas efetivas e estruturadas para lidar com essa dívida histórica que a cidade do Recife possui, principalmente, com a população mais pobre. Todavia, com a privatização dos serviços de saneamento através da PPP do saneamento, a tendência é que se agravem ainda mais as desigualdades sociais no acesso destes serviços públicos.

Recebido em: 15/03/2015

Aprovado em: 20/05/2015

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Demétrius Rodrigues de Freitas. *Limites e Possibilidades da Gestão Municipal no Setor Saneamento (2000-2012)*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 145p, 2012.

LEAL, Suely Ribeiro. *A outra face da crise do estado de bem estar social: neoliberalismo e novos movimentos da sociedade do trabalho*. Campinas-SP, NEPP UNICAMP, Caderno n. 13, p. 1-46, 1990.

MELO, Marcus André Barreto Campello. *Federalismo e política social: as vicissitudes da descentralização*. In: Melo, Norma Lacerda

De; Leal, Suely Maria Ribeiro (org.) *Relação público-privado: do local ao global*. Recife, Editora universitária, 1996. p. 15-41.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos*, Brasília, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2015.

NUNES, Sandra Marília Maia. *Planejamento Urbano no Recife: futuro do pretérito*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 292p, 2015.

OLIVEIRA, F. M. *Cidadania e Cultura Política no Poder Local*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 194p, 2003.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *Convênio nº 006/2001*. Recife, 2001

_____, Prefeitura da Cidade do. Carta de Saneamento do Recife. In: *Caderno de resoluções da 1ª Conferência Municipal de Saneamento*. Recife, 2002. 2p.

_____, Prefeitura da Cidade do. *Convênio de Cooperação – SANEAR/ARPE: Plano de Trabalho da SANEAR/SESAN*. Mimeo. Recife, 2008. 31p.

_____, Prefeitura da Cidade do. *Lei Orçamentária Anual*. Recife, 2002-2011.

_____, Prefeitura Municipal do. *Relatório de Gestão*. Secretaria de Saneamento, 2004.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 98p, 2001.

TREVAS, Vicente; MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz (Orgs.). *Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo; Editora: Perseu Abramo, 1999.

Raízes

v.35, n.1, jan-jun /2015

O CONCEITO CLÁSSICO DE CAMPESINATO E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Valdete Boni

RESUMO

Durante os anos oitenta do século passado, organizações de mulheres rurais começam a aparecer e a consolidar-se em vários estados brasileiros. Em Santa Catarina é criado o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA. Em 2004, movimentos de mulheres agricultoras começaram a se unir em torno de outra denominação - é assim que o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC - nasceu. Este artigo começa com uma breve história deste movimento e mostra como o conceito de campesinato foi construído, analisando as práticas e discursos do MMC e como as militantes usam este termo de modo a dar à sua identidade camponesa um novo significado.

Palavras-chave: Movimento de mulheres; Mulheres camponesas; Campesinato

THE CLASSIC CONCEPT OF PEASANTRY AND THE MOVEMENT OF PEASANT WOMEN

ABSTRACT

During the 1980's organizations of rural women start appearing and consolidate in several Brazilian States. In Santa Catarina State appears then the Movement of Farmers Women – MFW. In 2004, the movements of farmers women started to unite around another denomination – this is how the Movement of Peasant Women – MPW – was born. This article starts with a brief history of this movement, showing how the concept of peasantry was built and analyse the practices and speeches by the MPW and how the militants use this term in such ways which give their peasant identity a new meaning.

Keywords: Movement of Women; Peasant Women; Peasantry

CAMPEPINATO: UM CONCEITO ATUAL

Por diversas vezes, na concepção do Movimento de Mulheres Camponesas, ser camponês e ser agricultor familiar não se distinguem. Toda essa discussão perpassou a academia na década de 1990, seja vendo o camponês como o agricultor familiar com menor grau de integração no mercado¹, seja com a visão do agricultor familiar associado às teorias clássicas do campesinato². Depois, essa discussão extrapola os limites da academia e é absorvida pelos movimentos sociais em suas diferentes concepções, seja o movimento associado mais ao sindicalismo rural ou aos movimentos sociais do campo. Assim, não é de se estranhar que poderá haver alguma superposição de diferentes clivagens como, por exemplo, o uso alternativo dos termos camponês e agricultor familiar na medida em que o segundo, dependendo de como é entendido, engloba o primeiro.

De acordo com Buainain e Fonseca (2012, p. 1), dada a heterogeneidade que o conceito “agricultura familiar” engloba, alguns estudiosos chegam a duvidar de sua validade. Retomam a afirmação de Schneider, feita durante debate realizado em 2011, em um Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, de que há, pelo menos, quatro contextos onde o termo aparece. O primeiro diz respeito às denominações empíricas, que variam segundo as regiões do Brasil; colono no Sul, lavrador no Nordeste, sitiante em São Paulo, etc. Segundo, existem as definições normativas próprias das políticas públicas. Terceiro, definições políticas como “agronegócio” (Confederação Nacional de Agricultura – CNA) e “campesinato” (movimentos sociais) e “agricultura familiar” (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Por fim, o

quarto contexto é aquele onde se dão as discussões teóricas.

Início a discussão expondo a dificuldade em definir o significado de “camponês” no Brasil. Em diversos momentos, o conceito de camponês foi utilizado para se referir aos pequenos proprietários, como nas décadas de 1950 e 1960, quando do surgimento das Ligas Camponesas. Essa associação, no entanto, tinha uma conotação mais política que conceitual (Porto e Siqueira, 1994). Na academia, especialmente na sociologia rural, com uma forte influência francesa, o termo *peasant* era associado a camponês. Na década de 1990, com o surgimento da categoria agricultor familiar, volta-se a discutir o conceito de camponês como o agricultor menos integrado ao mercado. Mas também a categoria agricultor familiar passa a substituir outras diversas denominações que eram utilizadas para distinguir o pequeno produtor e (ou não) pequeno proprietário dos grandes proprietários e produtores. Este, porém, é um conceito que “se recusa a morrer”, reaparecendo tanto em trabalhos acadêmicos quanto em movimentos sociais rurais. Depois que a própria categoria agricultor familiar parece estar consolidada no Brasil, seja na academia, nas políticas públicas ou na sociedade civil organizada, especialmente nos sindicatos de trabalhadores rurais provenientes do chamado novo sindicalismo, surgem movimentos que se autodenominam camponeses, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Camponês Popular (MCP) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Entre estes movimentos, a organização das mulheres assume uma particularidade. O MMC surge no Brasil em 2004 pela junção de diversos movimentos e organizações de mulheres trabalhadoras rurais, mas são os movimentos do Sul que estão no centro dessa organização. E é justamente no Sul que os movimentos se denominavam como trabalhadoras rurais, no Rio Grande do Sul e Paraná, e mulhe-

1 Ver Abramoway (1992).

2 Especialmente Chayanov (1981), Shanin (1980)

res agricultoras, em Santa Catarina. Esta mudança traz à tona uma discussão interessante; a de que, pelo menos no campo político, a categoria agricultura familiar não está representando seus ideais.

1. O CONCEITO DE CAMPESINATO E AS TEORIAS CLÁSSICAS

Ao longo da história há várias definições³ do que seria camponês ou campesinato. Lamarche, na introdução do livro *Agricultura Familiar: comparação internacional* (1993, p. 16) retoma Chayanov para conceituar esses produtores. Para o pensador russo, o modelo camponês se define por três características principais: a primeira se refere a uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo. A segunda define o trabalho como familiar, não podendo ser analisado em termos de lucro, pois esta forma de trabalho não é quantificável. E a terceira característica é de produção de bens de consumo, ou seja, de valores de uso e não de troca. Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 56) retoma o conceito clássico de camponês por meio de quatro características básicas: o acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; a autossustentabilidade combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Chayanov (1981) se aproxima mais da reflexão a ser defendida neste espaço. Sua contribuição ao estudo do campesinato é considerá-lo como um grupo diferenciado. Até então, no marxismo, o campesinato era visto com os mesmos parâmetros da socieda-

de industrial. Os estudos partiam do macro para o micro, ou seja, a partir da sociedade capitalista se chegava aos grupos que a compunham. Chayanov propôs partir dos grupos e, acreditando que o campesinato constituía um grupo específico, deveria ser analisado com uma teoria própria.

Para Chayanov, o campesinato tem uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, ou seja, há um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho pode diminuir. Como o objetivo principal do camponês não é o acúmulo de capital e sim a sobrevivência da família, a sua organização difere muito do modo como está organizado o trabalho na indústria. A análise de sua obra, porém, deve levar em conta o fato de que foi escrita no início do século XX e, passados praticamente 100 anos, a dinâmica do campesinato sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos 40/50 anos.

Diferente da indústria, onde cada operário desempenha uma tarefa, na agricultura o camponês desenvolve várias delas e não somente ligadas à produção propriamente dita. Segundo Chayanov, o camponês também é ferreiro, couteleiro⁴, etc. A agricultura não é uma ocupação, mas uma combinação de tarefas. Conforme Shanin (1980, p. 5-6), Chayanov previu a intensificação da relação dos agricultores com o mercado, o que já vinha ocorrendo no seu tempo. E quanto mais o capitalismo penetrasse no campo, mais essa relação traria mudanças na organização das propriedades.

Para além da contribuição de Chayanov, destaca-se Shanin (1980, p. 46-48), que enumera seis características através das quais os camponeses têm sido distinguidos em relação aos "outros". Entre estas, vale a pena salientar algumas. A primeira destas características se refere à organização familiar do trabalho e à produção de subsistência, o que, entre

3 Entre os principais autores que discutiram o conceito de camponês podemos citar, entre os clássicos, Chayanov (1981), Shanin (1980); e no Brasil, Graziano (1981), Abramovay (1998), Wanderley (2001), entre outros.

4 Pessoa que fabrica ou vende instrumentos de corte (espadas, adagas, facas, facões, machados) e demais ferramentas utilizadas na agricultura (enxadas, foices, etc.).

outras coisas, garante o sustento e a reprodução da família mesmo em situações em que o trabalho nas indústrias não o permitiria, como em caso de crises de mercado, por exemplo. Como o trabalho não é remunerado, mesmo que a produção destinada ao comércio não gere renda, a propriedade familiar resiste a crises passageiras. Outra característica é a que se refere à organização camponesa, que apresenta semelhanças em diversos e diferentes países e regiões. Há estratégias de sobrevivência que se assemelham.

Havia dentro da teoria marxista uma certa incompletude em relação ao campesinato. Assim, tanto Lênin quanto Kautsky tentaram preencher este “vazio” teórico deixado pela teoria marxista em relação ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo; são conhecidos por formularem uma ideia de marxismo agrário. Kautsky parte da análise da penetração do capitalismo na agricultura, tendo como base real a Alemanha. Para Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo traz como consequência a necessidade do uso do dinheiro e, deste modo, os camponeses acostumados a produzir para o autoconsumo passam a trabalhar como mão-de-obra assalariada para obter recursos necessários para a aquisição de produtos. Lênin compartilha ideia semelhante, pois, para ele, uma das consequências do capitalismo é a de que muitos deixarão de ser camponeses e se tornarão assalariados seja da indústria, seja das grandes fazendas que se formariam com a diminuição do número de camponeses. Suas ideias ficaram conhecidas como “teoria da polarização social agrária” ou, aqui no Brasil, como teoria da diferenciação do campesinato. Não se pode negar que parte de suas análises se confirmou. O que não ocorreu, todavia, foi esse processo por completo.

Lênin centrou sua análise na realidade da Rússia no final do século XIX; até 1905, desenvolveu seus estudos baseados na ideia de proletarização do campesinato. Posteriormente, reviu suas antigas convicções reconhecendo que exagerou no seu diagnóstico sobre a natureza e o futu-

ro do campesinato russo (SEVILLA GUZMÁN, 1990, p. 216). Com a implantação da Nova Política Econômica da União Soviética (NEP) em 1921, as pequenas propriedades agrícolas retornam para o controle dos próprios camponeses. E Lênin foi além, assumindo a possibilidade de um campesinato convivendo com o capitalismo russo, tal como afirmava Chayanov.

Chayanov chamava a atenção também para o processo de inter-relação que ocorreria com a globalização. Para ele, estava claro que o mundo tinha deixado de ser europeu e, com isso, uma interpenetração entre os modos de produção da Europa, Ásia e África não deveria ser ignorado.

Sevilla Guzmán (2005) cita dois sociólogos, Thomas e Znaniecki que, entre os anos de 1918 e 1920, antecederam a nova tradição nos estudos camponeses com a publicação do livro *The Polish Peasant in Europe and America*, onde analisaram o impacto tanto pessoal quanto social da imigração polonesa para o novo mundo. Para esse estudo, definiram alguns eixos que, logo depois, foram mais bem explicados por Chayanov ao descrever o campesinato russo. Entre eles, vale a pena destacar a definição da família enquanto uma unidade cuja importância deriva em parte da própria organização familiar e em parte da vida comunal.

Ainda na década de 1920, Chayanov (1981) mostrou como o modo de produção camponês não responde aos postulados nos quais se baseia a economia capitalista. Na concepção de Chayanov, a remuneração do camponês se mistura à sua necessidade de consumo: pode não aparecer enquanto salário, ou dinheiro, mas está contido no suprimento das necessidades da família e nos investimentos que são feitos na unidade familiar para melhorar a produção.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada de meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente

para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto da sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano, ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto do seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe fenômeno social dos salários, o fenômeno social do lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Conforme Pérez Yruela e Sevilla Guzmán (1976), também alguns antropólogos se destacaram nos estudos sobre o campesinato. Vale lembrar rapidamente de Robert Redfield, para quem o campesinato tem como característica fundamental sua dependência econômica em relação à sociedade global. Para ele, os camponeses devem ser assim considerados, mesmo que tenham relação com o mercado, sendo esta uma relação de dependência. Na mesma linha, Eric Wolf define o camponês a partir da sua relação com o mundo exterior. Neste sentido, o camponês não produz apenas o suficiente para satisfazer às necessidades de sua família, mas produz um excedente que o mercado exige. Entre a satisfação de suas necessidades está a reserva para garantir imprevistos e também o necessário para manter a relação da unidade familiar com a comunidade. Sendo que, para os camponeses, a vida em comunidade é importante.

Theodor Shanin define o campesinato como um pequeno grupo de produtores agrícolas que, utilizando o trabalho familiar, produzem principalmente para seu próprio consumo e para atender as obrigações que tem com a sociedade (PÉREZ YRUELA e SEVILLA-GUZMÁN. 1976, p. 17). Segundo Shanin, apesar de uma relação de dependências, a posse da terra garante certo grau de autonomia ao camponês.

Não é possível, conforme o autor, categorizar os camponeses como um grupo homogêneo, mas como um grupo diferenciado que inclusive mantém relações verticais. É o caráter de diferenciação interna que vai direcionar a que grupo os camponeses pertencem, segundo os interesses de cada um. Para Sevilla-Guzmán e Pérez Yruela (1976, p.30), a análise sociológica do campesinato deve levar em conta dois fatores importantes: um é a consideração dos assalariados rurais como componentes do campesinato, outro é a rede de relações sociais em torno da unidade familiar. Se, para Shanin, os assalariados não podem ser compreendidos pelo campesinato ainda que possuam algumas de suas características, mas sim considerados como um grupo analiticamente marginal, estes autores, contrariando o enfoque ortodoxo, incluem os assalariados rurais como parte do campesinato.

Porém, no caso brasileiro, a história do campesinato é diferente. No lugar do feudalismo tivemos um período de escravidão. Enquanto na Europa a penetração do capitalismo alterou a organização camponesa, com foco claro na urbanização e industrialização, no Brasil houve a formação de uma economia camponesa onde predominou, primeiramente, o latifúndio escravista que praticava a monocultura e, mais recentemente, o agronegócio que também tem como característica principal a monocultura. Se no passado predominava o café e a cana-de-açúcar, hoje predomina a soja. Então, de um lado há o agronegócio, de outro a pequena produção. Seja ela denominada como camponesa, seja ela denominada como agricultura familiar.

A distribuição das terras caracteriza muito bem o modelo de camponato que temos no Brasil. A primeira atitude de Portugal com relação à colonização do Brasil foi a divisão do território em 13 capitanias hereditárias. Este modelo, que privilegiou as grandes propriedades e os senhores de terras, perpetuou-se através dos anos no desenvolvimento agrário no Brasil. Assim, sempre tivemos uma precariedade na posse da terra pelos pequenos produtores. Na região Sul, a distribuição em lotes menores se deve a uma nova forma de colonização em terras brasileiras; a venda de pequenos lotes aos imigrantes europeus que aqui chegaram desde meados do século XIX até início do século XX. Já na região Nordeste, o predomínio do poder dos coronéis⁵ influenciou a distribuição das terras, uma vez que era prática expulsar os camponeses quando fosse do interesse do dono da propriedade. E é justamente no Nordeste que se destaca a luta pela posse de terra na década de 1950 e 1960, com a formação das “Ligas Camponesas”. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, os sindicatos, que deveriam representar os trabalhadores das usinas de açúcar, não representavam a diversidade de trabalhadores envolvidos neste processo, especialmente, dos trabalhadores rurais. Assim, a partir do final da década de 1940, “surgem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar” [...] (Palmeira, 2009, p. 173).

Durante os primeiros anos da ditadura militar, instaurada em 1964, a perseguição aos movimentos camponeses foi mais intensa. No período compreendido entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1960, havia núcleos de luta camponesa espalhados por diversas regiões do país, muitos deles com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Alguns foram mais abrangentes, como as lutas camponesas de Trombas e Formoso no Es-

tado de Goiás, a luta dos posseiros no Paraná, o Movimento dos Agricultores Tem-Terra no Rio Grande do Sul (MASTER) e as Ligas Camponesas (Gohn, 2003; Aquino, 2005). Em relação ao movimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul, a conotação “camponês” não foi utilizada, corroborando com a ideia de que no sul do país o conceito de camponês é usado há pouco tempo, ou seja, na última década, como veremos mais adiante. Em Santa Catarina, a Guerra do Contestado, mesmo ocorrida no início do século XX (1912 a 1916), também é relevante ao mostrar como se deu a ocupação de terras na fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e a presença cabocla na região, grupo étnico quase sempre relegado ao esquecimento quanto se trata de agricultura familiar na região⁶.

Com o Golpe de Estado de 1964 e a forte perseguição aos movimentos sociais, há uma desestruturação até mesmo das Ligas Camponesas que estavam fortalecidas no Nordeste. Conforme Porto e Siqueira (1994), a utilização do conceito de pequena produção adotado nos anos 1970 tinha o intuito de desvincular o camponato da luta de classe, uma vez que o Estado estava controlando mais fortemente o desenvolvimento no campo com a adoção dos já conhecidos pacotes de modernização. A partir daí o camponês volta a ser definido por diferentes denominações.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, surgem novos movimentos sociais no campo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras, entre outros, que colocam em cena a problemática da distribuição de terras e a política agrícola para os “pequenos produtores”. Usa-se menos o conceito de camponato ou pequena produção e mais a caracterização de cada movimento social, como sem-terra, assentado, pequenos agricultores. Mas é na última década do século que ocorre

5 A criação da Guarda Nacional, em 1831, delegou a senhores de terra não somente poder político, mas também o título de coronel. Essa instituição foi extinta em 1918, mas o título de “coronel” como forma de se referir a senhores de terra é usado até hoje em determinadas regiões do Nordeste do Brasil (PAULILO, 1998, p. 70).

6 Ver entre outros, Auras (1984).

a adoção de um conceito genérico para designar esses agricultores, é a utilização do termo “agricultura familiar”.

Ao mesmo tempo em que a definição de agricultura familiar pretende, de certa maneira, substituir o conceito de campesinato com base na ideia de que, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o termo campesinato, comumente entendido como relativo a uma agricultura de subsistência, já não corresponde à realidade do campo brasileiro, alguns movimentos sociais ligados à Via Campesina passam a denominar seus integrantes como “camponeses” em uma clara referência ao conteúdo político do termo, na concepção levantada por Porto e Siqueira (1994).

2. O CAMPESINATO COMO MODO DE VIDA

Tendo em vista que o camponês sempre teve seu espaço na história reduzido e subordinado, seja ao mundo urbano, seja aos capitalistas agrários, delimitar o campesinato significa ir além destas perspectivas. E ir além consiste em atentar para o que Nazareth Wanderley (2001) chama a atenção ao considerar o campesinato como “um modo de vida”, ultrapassando as caracterizações puramente econômicas.

Um dos fatores que caracterizam a agricultura camponesa é o sistema de produção baseado na policultura e na pecuária. A policultura aqui expressa se refere a diferentes cultivos associados à criação de animais. Assim, os camponeses têm maior diversidade de produtos destinados tanto para o consumo, quanto para o mercado. A diversificação permite, além da garantia de alimentos nas diferentes estações do ano, maior segurança nos casos de intempéries e desastres naturais ou mesmo em crises econômicas. Além disso, esse sistema permite uma inter-relação entre a produção vegetal e animal, uma complementando a outra. Ou seja, a produção vegetal serve de alimento não somente para a família, mas também para os animais. Da mesma forma, os dejetos animais servem de adu-

bo para a produção vegetal. Mendras (1994) e Jollivet (1984), citados por Wanderley (2001, p. 24-25), compartilham essa noção de complementaridade entre a produção camponesa. Além disso, outro determinante neste processo se refere ao trabalho familiar, pois o montante a ser produzido também é determinado pela disponibilidade de mão de obra existente na família. Neste contexto, até mesmo a pluriatividade, definida por Schneider (2009, p. 134) como a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura, se insere na organização da produção camponesa, seja para aproveitar excedentes de mão de obra familiar, seja nos momentos de entressafra ou conforme o que é produzido e o ritmo de produção na unidade familiar. O ritmo da produção depende de vários fatores, sendo um deles a necessidade de consumo da família. No campesinato, a centralidade da análise funda-se na família, como Chayanov expressou muito bem. A organização da unidade familiar e sua reprodução têm como objetivo final a satisfação das necessidades do grupo familiar. Isto está presente na transmissão da propriedade aos herdeiros. Há uma preocupação em garantir que todos os herdeiros possam ter condições de se reproduzir na unidade de produção ou fora dela com empregos, casamento no caso das mulheres, tanto no campo como nas cidades. Mesmo no caso recente, a posse da propriedade vai sendo passada aos herdeiros na medida em que se torna possível e viável a sua divisão. O que é deixado para os filhos não é somente a unidade produtiva, mas também o conhecimento adquirido pela experiência e aquele herdado de seus antecessores.

Nazareth Wanderley (2001, p. 30) diferencia a agricultura camponesa da agricultura de subsistência. Ambas são integrantes do contexto mais amplo da agricultura familiar, mas a agricultura camponesa vai além da agricultura praticada com fins de apenas garantir a subsistência da família. Neste sentido, Lamarche (citado por Wanderley, 2001, p. 30) diz que se deve distinguir as unidades meramente de subsistência das unidades camponesas, “se a função de subsistência está bem pre-

sente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”.

Se a prática da agricultura visa somente suprir as necessidades imediatas, não pode ser considerada uma agricultura camponesa porque perde um de seus fatores importantes que é o planejamento da continuidade dessa produção. Outro ponto relevante, destacado por Nazareth Wanderley (2001, p. 30-31), é que tanto a pluriatividade quanto o fato de ser um estabelecimento pequeno não influenciam na caracterização de uma agricultura como camponesa ou não. Esclarecendo: a prática da pluriatividade, seja em empregos ligados à agricultura ou fora dela, não descaracterizam a agricultura camponesa. Pelo contrário, pode ser uma maneira de garantir a reprodução da unidade produtora ao fornecer meios, mesmo que externos, de manter a família em momentos em que a produção não for suficiente ou como forma complementar de renda.

Outro ponto importante é a diferenciação entre agricultura camponesa e pequena agricultura. Embora a agricultura camponesa quase sempre seja pequena e disponha de poucos recursos, não é isso que a torna camponesa, mas as relações internas e externas. O campesinato também é associado à ideia de forma de produção nas sociedades tradicionais. Embora a base do campesinato ou de como ele é definido tenha suas raízes na Idade Média e nas sociedades tradicionais, a modernidade e a pós-modernidade não fizeram com que esse modo de produção desaparecesse. Guardadas as devidas mudanças que acompanham o desenvolvimento capitalista, o campesinato permanece.

Wanderley (2001, p. 36-37) considera que, no Brasil, a opção para representar a produção agrícola foi a das grandes propriedades, com práticas como a doação de grandes extensões de terras, a “vista grossa” à grilagem. Tais práticas aliadas à falta de políticas regulatórias para os limites de aquisições de terras favoreceram o surgimento e consolidação das grandes propriedades, sejam elas

produtivas ou apenas de exploração. Nesse processo, a agricultura camponesa ou familiar também foi se adaptando para conseguir permanecer. Conforme o levantamento da INCRA/FAO de 2000, a área média dos estabelecimentos familiares, além de ser muito inferior a dos patronais, apresenta grande variação entre as regiões. A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 ha, enquanto que a patronal é de 433 ha. Na região Nordeste a média entre os familiares é de 16,6 ha, enquanto no Centro-Oeste é de 84,5 ha. Entre os patronais, na região Centro-Oeste, a média chega a 1.324 hectares, enquanto que no Sudeste a média é 223 hectares por estabelecimento.

Para resistir ao processo de modernização que se estabeleceu no Brasil nas décadas de 1970, e que a partir desta data somente aumentou seu grau de exigência, os agricultores familiares passaram também pelo processo de diferenciação. As formas tradicionais de produção e consumo acompanharam a modernização: os agricultores já não produzem a maior parte de sua própria alimentação, isso, no entanto, não descaracteriza sua condição de agricultor familiar.

3. SER CAMPONÊS E CAMPONESA SOB A ÓTICA DO MMC

O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos Estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no RS e Paraná e das extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990, esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultor-

ras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa* é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legítima e confirma, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

Não se pode deixar de notar que, mesmo que as camponesas não assumam a influência da Via Campesina nesta decisão, esta ocorreu no momento em que passaram a fazer parte da Via. Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina por ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Essa união já vinha sendo discutida, ou seja, não há como separar essa decisão, pois isso é uma consequência das articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados nas últimas décadas em relação à própria existência de al-

gumas organizações. Entretanto, o importante para este trabalho é o que o próprio MMC considera para explicar esta mudança.

4. DA DEFINIÇÃO CLÁSSICA À DEFINIÇÃO DO MMC

A noção de camponês elaborada por Chayanov, tomada ao pé da letra, denomina como camponês aquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, mas não se insere no mercado. Ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário do seu meio de produção mas que não alimenta o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920 na Rússia Comunista perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, onde há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, se a relação com o mercado já não ocorre da mesma forma, a noção de trabalho familiar e de satisfação das necessidades da família asseguram ainda a validade das ideias de Chayanov. Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar tem nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores. Dessa forma, não exclui a ideia de uma agricultura em parte camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado⁷.

Na França, a denominação “camponês” sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura baseado na exploração familiar. Se o termo, hoje, ainda que naquele país, não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”. Abramo-vay (1998, p. 24) define como “camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incomple-

⁷ Trato aqui dos bens exclusivos para o mercado, tais quais a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo, que são destinadas totalmente às agroindústrias.

tos [...]”. Assim, a diferença entre um e outro está no tipo de relação que mantém com o mercado.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa divisão em que camponês está um passo atrás em relação aos agricultores familiares. Não consideram o camponês um modo mais atrasado ou com menos inserção no mercado. Diferenciam, sim, agricultura familiar de camponês, tendo este último como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior. Para elas, “o verdadeiro camponês não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente da agricultura familiar, onde ele apenas faz o que os outros planejam” (Fala de abertura do 11º Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 de agosto de 2010).

Na fala desta militante fica claro que o conceito de camponês para o movimento está sendo construído; ele vem dos campos político e intelectual para a prática efetiva destas mulheres em suas propriedades. Justina Cima, uma das lideranças mais antigas do movimento, se refere ao conceito de agricultura familiar como uma forma de subordinar-se à agricultura camponesa. Ela fala das diferenças entre esses dois modelos e qual a opção do MMC.

E camponesa, pra nós, vou repetir aqui, que camponesa é toda aquela que produz a comida, o alimento para o autossustento, porque nós não gostamos do termo subsistência porque parece que nós temos que subsistir, nós queremos o autossustento e a renda. E a renda suficiente pra quê? Para ter cultura, pra ter lazer, pra ter educação, nesse sentido.

O orgulho de ser agricultor camponês, porque tem também algumas enrolações na história: para matar a agricultura camponesa, entrou o termo agricultura familiar, tudo misturado. Porque o regime, o jeito de trabalhar, é familiar, isso é verdade. Mas a agricultura é camponesa [...]. Agora depois que pôs também o conceito no sentido de dar uma misturada, uma embaralhada na nossa cabeça, misturando a história da agricultura familiar e agricultura camponesa e tudo mais, também foi se instalando junto com isso as integra-

ções e aí vai um pouco nesse sentido (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Sobre essa diferenciação pesa a utilização de agrotóxicos e a sua não utilização. Fica evidente que, por meio de seus discursos, as líderes têm a intenção de convencer as camponesas a fazer uma escolha pelo modelo em que os agrotóxicos fiquem de fora.

A luta pela igualdade, a solidariedade que existe entre nós, o cuidado que a gente tem com a natureza, com as sementes, com a água, com a nossa própria vida. A produção das sementes, o cuidado com a água e com o solo. A produção de alimentos saudáveis é uma identidade nossa, a diversidade de produção... basta olhar o que a gente trouxe (para o encontro), basta olhar a nossa comida, basta olhar nosso dia a dia. A riqueza, a diversidade, o resgate do que muitas vezes foi perdido da produção de alimentos. A produção do autossustento. O cuidado com a horta, com o pomar, com o jardim, a casa, as plantas medicinais, vejam nossa identidade, gente, não é companheiras! Isso tudo nos identifica! (Zenaide Colett. Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim).

A Agricultura familiar, muitas vezes, a gente vê, várias famílias em pequenas propriedades, plantando toda a sua extensão de terra com fumo, ou produz leite, e onde vai buscar alimento? Vai na cidade, compra o alimento envenenado da agricultura camponesa e familiar. Percebe que tem uma diferença? Porque as camponesas que eu conheço produzem a sua alimentação. Se autossustentam, e ainda produzem... e a luta, sempre essa de dizer não ao veneno! Isso é a agricultura camponesa, é outro projeto de vida, outro projeto de sociedade. Óbvio que tem que ir construindo, não está pronto... (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010)

Algumas características de um conceito clássico, como vistos no início deste artigo, podem permanecer com algumas adaptações. Para discutir o conceito de camponês utilizado

pelos movimentos sociais, temos que ir além do conceito clássico. Parti da ideia de que a ressignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma ressignificação foi realizada pela Via Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada. Conforme Vieira (2009), não há um consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de camponês. Há, no entanto, características que se entrelaçam, como a que são trabalhadores do campo, o que os distingue dos trabalhadores urbanos, e a ideia de um conceito político, ou seja, que retome a ligação que esse conceito teve no Brasil com as Ligas Camponesas e, em outros países, com o campesinato que empreendeu lutas sociais.

O conceito de camponês, no Brasil, raramente foi utilizado para definir os agricultores do Sul. A ideia de camponês remonta às Ligas Camponesas no Nordeste e é associada à luta pela terra, como já mencionei no início deste trabalho. É mais uma designação política do que uma categoria de análise. Porto e Siqueira (1994, p. 79) discutem a utilização dos conceitos de campesinato e de pequena produção no Brasil a partir da década de 1950. Nesse momento, com relação à dimensão político-social, as análises estavam centradas em dois blocos distintos, de um lado latifundiários e de outro camponeses. Assim, todos que não fossem latifundiários⁸ eram considerados camponeses. Na dimensão político-ideológica, a utilização do conceito remetia às lutas empreendidas no campo, especialmente em relação às Ligas Camponesas. Na década de 1970, com o processo de modernização do campo, também a utilização dos conceitos se alterou. O conceito de pequena produção foi sendo mais utilizado numa tentativa de substituir o de campesinato. Nota-se, conforme as autoras, que a utilização do conceito de pe-

quena produção contribuiu para uma despolitização no que se refere à discussão da questão agrária no Brasil. Na década de 1980, há uma tendência em se utilizar categorias empíricas em substituição aos conceitos de pequena produção e de camponês para as dimensões político-ideológicas. É o caso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os Atingidos por Barragens, Assentados, etc.

Com a filiação do MST à Via Campesina, a partir do final da década de 1990 até hoje, esse movimento passou a se autodenominar camponês, mesmo conservando a antiga denominação. A crítica que é feita ao conceito de agricultura familiar especialmente pelos movimentos sociais ligados a Via Campesina, é a de que ele abrange todas as formas de produção que não são patronais. A diferenciação significa dar uma identidade para cada movimento.

Pode-se assumir uma posição em que agricultura familiar corresponderia aos que estão inseridos mais fortemente no mercado, já campesinato representaria aqueles cuja relação com o mercado é menor. A proposta desse trabalho estaria resolvida e não haveria motivo para a confusão entre os dois conceitos apresentados. No entanto, entre as mulheres do MMC que se autodenominam camponesas, há aquelas cuja unidade de produção familiar está fortemente inserida no mercado. Para não se excluírem, passaram a ignorar esse conceito clássico, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia. A produção agroecológica hoje, embora seja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família. Mas isso para as mulheres do MMC não é problema, porque são camponesas também aquelas cujos maridos utilizam agrotóxicos nas lavouras desde que não atinjam a horta familiar. Uma camponesa contou em um encontro do MMC que seu marido aplicou agrotóxico próximo aos can-

⁸ É importante lembrar que as autoras utilizam o termo latifundiário. Aqui, porém, estão inseridos não apenas o latifúndio, mas também as grandes propriedades produtivas.

teiros de tomates que ela cultivava. A reação dela foi encher um balde com os tomates e jogar aos pés dele, dizendo-lhe que comesse os tomates envenenados. Tentava, assim, sensibilizar o marido para a produção orgânica, especialmente a da horta. No caso dessa militante, que é uma liderança expressiva na região, sua família se enquadra no que, em alguns de seus discursos, aparece como agricultores familiares de médio porte ou muito inseridos no mercado. E isso não a impede de se autodenominar camponesa, justificando que “camponês é aquele que produz seu próprio alimento”.

Grande parte das mulheres que pertencem ao MMC possuem integrações com as agroindústrias, seja de suínos, de aves ou leiteira. Quase sempre, quando me refiro à integração, destaco os ramos de suínos e aves e não a atividade leiteira, que também é um tipo de integração. Isso se deve às exigências e investimentos nesses ramos que são maiores do que na produção de leite. No entanto, também a atividade leiteira vinculada a laticínios traz uma série de exigências aos camponeses, como por exemplo, a venda de uma quantidade mínima de leite para alcançar um valor um pouco melhor. Essa medida faz com que muitas famílias abram mão de fazer queijos para o consumo próprio, comprando-os de vizinhos que não comercializam leite. Porém, em comunidades rurais onde a maioria dos agricultores vende leite, a oferta de queijos é praticamente nula. Assim, o consumo desse produto pode se tornar menor entre as famílias, já que a disponibilidade é pequena.

O discurso ferrenho contra o agronegócio também deve ser analisado através da ótica pela qual essas mulheres enxergam o agronegócio e a diferenciação entre grandes e pequenos agronegócios, estes últimos desenvolvidos em regime de produção familiar. Assim, o discurso crítico se refere aos grandes agronegócios, mesmo porque, segundo algumas lideranças, não há como colocar os dois sob o mesmo guarda-chuva, porque se os camponeses não buscarem alternativas junto às empresas integradoras, não sobrevivem no campo. A produção dos integrados distingue-se, assim,

do agronegócio ligado aos monocultivos de soja transgênica, das plantações de *pinus* e eucaliptos, dos produtos voltados para a produção do biodiesel, etc.

As falas a seguir demonstram bem o que acabo de dizer:

Primeiro definir o que é um camponês: primeiro colocar que camponês e camponesa é o grupo que melhor está estruturado e não sabe nessa sociedade. Por quê? Porque ele é capaz de produzir toda a comida que ele precisa. Ele consegue fazer isso. E outra: o camponês é a família, as pessoas que produzem primeiro para a subsistência, têm ali seu pedacinho de terra ou arrendado, ou seu, ou oriundo da luta, mas que primeiro produz pra sua subsistência. E o que sobrar então ele comercializa, troca por outras mercadorias. Primeiro produz para a sua subsistência, para a família e o que exceder aí ele comercializa e troca por outras mercadorias. O que é diferente da agricultura familiar que a gente ouve falar muito aí: que primeiro produz para o mercado e se sobrar aí volta pra família. Ou seja, a família nunca vai ter nada nessa sociedade que a gente vive. E o agronegócio então é quem produz pra exportação. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010).

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para se diferenciar do conceito de agricultura familiar tão presente na região. Por isso, não se deve estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos.

Essa questão da agricultura familiar e agricultura camponesa, na formação que vamos fazer nos dois anos do projeto, nós vamos aprofundar. Porque tem uma diferença bastante grande da concepção, por exemplo, da Via campesina, do MST, do que é agricultura camponesa e agricultura familiar. Então, exigiria uns dois dias ou mais para que possamos nos entender. (liderança do MMC, maio de 2010).

O discurso mostra como as mulheres percebem a relação entre os modelos de agricultura. Se, por um lado, aceitam (em partes), o pequeno agronegócio, por outro, são extremamente contrárias às práticas do agronegócio. Justificam também que o modelo de agricultura camponesa é mais voltado para a agroecologia.

Porque a monocultura mata a biodiversidade. Debaixo de um matagal de eucalipto nem as formigas se criam. Mata a terra! Mata a vida! Porque a terra possui vida. Nem uma abelha, nada vai nessas árvores. A biodiversidade, onde é que fica? (liderança do MMC, março de 2010).

Reside nessa noção também a ênfase dada pela agricultura camponesa ao bem estar, pois produz alimentos saudáveis. Mais uma vez, a conotação política do conceito de camponês se mescla, para elas, com princípios do ecofeminismo⁹ presentes, mesmo que de forma inconsciente, ao enfatizarem que as mulheres têm mais cuidado com a saúde que os homens por gerarem a vida e cuidarem dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres Camponesas parte da valorização do trabalho e dos conhecimentos que são passados através das gerações na agricultura. E, para o MMC, são justamente os conhecimentos e as práticas que diferenciam a agricultura camponesa da agricultura do agronegócio. Delgado (2005, p.66), mostra que o agronegócio é o modelo de agricultura priorizado pelo governo brasileiro. Para ele, essa opção gera dois campos bem distintos, de um lado o agronegócio altamente desenvolvido e de outro um campesinato marginal. É importante ressaltar que

o conceito de campesinato do autor não é o mesmo dos movimentos sociais, o que não invalida seu raciocínio.

Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (três quartos do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semiestagnada (DELGADO, 2005, p. 84).

Esse modelo agroexportador, fundado no agronegócio, se parece muito com o antigo modelo caracterizado pela modernização conservadora da década de 1970. Se, naquele momento, o que se impunha eram as sementes híbridas, a tecnologia em maquinários agrícolas e os insumos agrícolas, nesse momento a principal alteração são as sementes transgênicas, em substituição às híbridas, e o volume ainda maior de dependência em relação às sementes compradas. O Movimento de Mulheres Camponesas quer, justamente, mesmo dentro deste modelo, uma vez que ele existe, mostrar as alternativas possíveis.

Assim sendo, o MMC busca alternativas, tenta mostrar o diferente dentro da escolha principal. Ou seja, suas práticas de recuperar as sementes dos produtos básicos de sua alimentação e a procura do saber sobre ervas medicinais, alternativas aos medicamentos prescritos pelos médicos, são, mais do que os discursos, a prova real de sua luta contra a he-

⁹ Pode-se superficialmente definir o ecofeminismo como um movimento que faz uma interconexão entre a natureza e o feminino. Dessa forma, traz à tona uma relação entre a exploração e a subordinação da natureza e das mulheres pelo poder patriarcal dominante. O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais, engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente. Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, só ganhou o campo mesmo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos, contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e com o movimento Chipko, na Índia.

gemonia do mercado. Está claro que muitas também fazem parte de uma cadeia do agrogócio que é a produção de animais para as agroindústrias de carne, isso, entretanto, não as exclui de serem camponesas e também não significa uma concordância com este modelo. Em suas próprias palavras percebe-se que, se produzem suínos ou aves para uma grande empresa, o fazem como um modo de garantir o sustento de suas famílias e a manutenção de suas propriedades, tanto no presente quanto para garantir herança aos filhos ou financiar estudos a eles.

Ao ser questionada sobre a participação no movimento de mulheres que possuem agrogócio, uma liderança disse que não dá para ser radical senão sobra pouca gente, principalmente em Santa Catarina, onde muitos agricultores são integrados. Essa liderança vende leite para um laticínio da região, embora a contragosto, mas encara isso, no atual momento, como uma necessidade.

Trabalhamos com integração. Mas plantamos para o autossustento: feijão, batata, mandioca, moranga, melancia, frutas. O que a gente adquire no mercado é o açúcar branco, porque a gente produz bastante açúcar mascavo, e a farinha, porque o trigo não planta mais. Estamos voltando agora a plantar um pouco para fazer a farinha integral. O gado a gente cria mesmo e mata... o frango caipira. (Iraci Colombo, liderança do MMC)

Essa discussão sobre ser integrado e camponês não afeta o movimento. Para o MMC, esta é uma realidade e, por tudo o que já foi exposto, há uma necessidade de sobrevivência. Se, para isso, for necessário a integração, não há porque excluir esses agricultores do que se considera campesinato.

Recebido em: 20/10/2013
Aprovado em: 24/12/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BONI, Valdete. *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

BUAINAIN, Antônio M.; FONSECA, Rinaldo B. A agricultura familiar no Brasil: a visão acadêmica. *Revista Agropólis*, Montevideu, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistaagropolis.org/2012/01/agricultura-familiar-no-brasil-a-visao-academica/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. *A Questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Luciana Jaccoud, et al. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr/jun 2008.

LAMARCHE, Hugues. *Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. *Nossa história, nossas lutas*. Chapecó/SC: MMA/SC. 2000.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas: Campanha pela produção de alimentos saudáveis*. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br>. Acesso em: 20 set. 2007.

- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPO-
NESAS. *Movimento de Mulheres Agricultoras*: 21 anos de organização em Santa Catarina. Chapecó-SC: MMC, 2004.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- PÉREZ YRUELA, Manuel; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. *Para una definición sociológica del campesinado*. 1976. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10396/5625>>. Acesso em: 13 jul. 2011.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.
- PORTO, Maria Stela G. e SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 76-88. 1994.
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In. GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: Flacso, 2009, v. 1, p. 132-161.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. *Revista Agricultura e Sociedade*, Madrid, n. 55, p. 201-237, 1990.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, 1980.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. 2001. In. TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Arilson da Silva Favareto
Cristina Maria Macêdo De Alencar
Eric Sabourin
Janice R. Placeres Borges
Joacir Aquino
Márcio de Matos Caniello
Marco Antonio Mitidiero Junior
Maria Célia Nunes Coelho
Maria Nazareth Baudel Wanderley
Mércia Rejane Rangel Batista.
Ramonildes Alves Gomes
Sérgio Sauer
Valmir Stropasolas

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Luis Henrique Cunha
(Revisão do Inglês e do Francês)

Roberto de Sousa Miranda
(Revisão Linguística e Normatização)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.

2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe

o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com *Raízes* oferecer a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não ofere-lo a outro periódico ou coletânea.

3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.

4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.

5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.

6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.

7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.

8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.

9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.

10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.

11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:

. Aspas simples para palavras com emprego não convencional;

. As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);

. Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;

. Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;

Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;

. As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;

. As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;

12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:

. LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de pá-

gina (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.

. ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.

. ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.

13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.

14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:

a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;

b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e as *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;

c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.

15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores *ad hoc*. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.

16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.

17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de redação